UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ISABELLA BONAVENTURA DE OLIVEIRA

A farmácia em São Paulo é um novelo de redes: gênero e prática científica (1895-1917)

(Versão Corrigida)

Isabella R. Barros da Silva

São Paulo

2018

ISABELLA BONAVENTURA DE OLIVEIRA

A farmácia em São Paulo é um novelo de redes: gênero e prática científica (1895-1917)

(Versão Corrigida)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Márcia Regina Barros da Silva

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

O74f	<p>Oliveira, Isabella Bonaventura de Oliveira</p> <p>A farmácia em São Paulo é um novelo de redes: gênero e prática científica (1895-1917) / Isabella Bonaventura de Oliveira Oliveira ; orientadora Márcia Regina Barros da Silva Silva. - São Paulo, 2018. 224 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.</p> <p>1. Mulheres na Ciência. 2. Farmacêuticos. 3. História da mulher. 4. História da Ciência. 5. Gênero. I. Silva, Márcia Regina Barros da Silva, orient. II. Título.</p>
------	---

OLIVEIRA, Isabella Bonaventura de. **A farmácia em São Paulo é um novelo de redes: gênero e prática científica (1895-1917)**. 224f. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

À Julian Bilbao e Roberta Bonaventura

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha família. Primeiro, a três pessoas que levo sempre comigo e que posso dizer que são parte de mim: minha mãe Roberta, minha vó Isaura e meu vô Ottavio. Agradeço também aos meus queridos tios, pelos bons momentos e pelos exemplos nos quais me inspiro: Daniella, Frederico (Fredão), Marcello e Lairton (Ton). Também gostaria de agradecer aos meus primos Matheus e Luísa, que sempre tão alegres em suas brincadeiras me inspiraram para olhar além das sisudas tarefas do dia-a-dia.

Agradeço à minha família de São Paulo, pela acolhida e bons momentos que passamos juntos: Eunice Helena, Carlos Bilbao, Blanca Bilbao e Eunice de Souza

À minha orientadora a Profª Drª Márcia Regina Barros da Silva, pela leitura atenta desse trabalho e por topar fazer parte do seu desenvolvimento, desde quando ainda estávamos na Iniciação Científica em 2011.

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos. Assim como, a alguns professores e professoras cujas aulas e conselhos foram de grande valia na escrita deste trabalho: Prof. Dr. Stelio Marras, Profª Drª Maria Amélia Dantes, Profª Drª Cintya Ribeiro e Prof. Dr. Eduardo Vargas.

Parte importante desses agradecimentos vão a alguns amigos e amigas sem os/as quais com certeza esse trabalho não teria se desenrolado da mesma maneira. Começo pelas amigas e amigos, que mesmo seguindo caminhos distintos e carreiras diferentes da minha, apostaram nesse trabalho: Carolina Zucollo, Camila Moreira, Caroline Oliveira, Flávia Cheri, Eduardo Augusto e Henrique Gossi.

Agradeço ao Elson do áudio-visual, por sempre me livrar de algumas “enrascadas” que a vida na Universidade pode nos proporcionar. E também ao Sandro e à Ana Paula que me ajudaram muito para que esse texto se materializasse.

Aos queridos amigos e amigas que fiz durante a graduação e a pós-graduação, com os/as quais partilhei problemas, ri, me diverti também aprendi muito: Graziela Mazzeo, Bruna Oliveira, Arthur Silva, Danilo Eji Lopes, Eduardo Cunha, Jéssica Silveira, Claudio Bernardino Junior e Poliana Mendonça. Agradeço ao Henrique Sugahara Francisco por sempre estar disposto a me ajudar e também por confiar nesse trabalho. E especialmente à Raphael de Abreu Meciano, cujas conversas em nosso grupo de estudos foram essenciais para a realização desse texto.

Às amigas de vivência e resistência, a família “Coven”: Daniele Gomes, Ane Gabriele, Jéssica Margutti e Monique Corrêa.

Ao meu companheiro de vida Julian Bilbao, que confiou nesse trabalho desde o primeiro momento, afirmando junto comigo a potência das farmacêuticas e suas trajetórias, me ajudando desde as primeiras discussões sobre o que seria esta pesquisa, até os decisivos momentos de sua formatação final.

“E, quando eu estava escrevendo aquela resenha, descobri que, se fosse resenhar livros, ia ter de combater um certo fantasma. E o fantasma era uma mulher, e quando a conheci melhor, dei a ela o nome da heroína de um famoso poema, “O anjo do lar”. Era ela que costumava aparecer entre mim e o papel enquanto eu fazia as resenhas. Era ela que me incomodava, tomava meu tempo e me atormentava tanto que no fim matei essa mulher.

(...). Seu feitio era nunca ter opinião ou vontade própria, e preferia sempre concordar com as opiniões e vontades dos outros. (...). Se eu não a matasse, ela é que me mataria. Arrancaria o coração de minha escrita. (...) Matar o anjo do lar fazia parte da atividade de uma escritora ”.

WOOLF, Virgínia. Profissões para mulheres. In: *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. 2013, p. 11;13 e 14.

RESUMO

OLIVEIRA, Isabella Bonaventura de. **A farmácia em São Paulo é um novelo de redes: gênero e prática científica (1895-1917)**. 224 f. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar por um viés de gênero o processo de institucionalização da farmácia em São Paulo entre 1895 e 1917. Para tanto, seguiremos os farmacêuticos paulistas que, através da fundação de associações científicas, revistas e instituições de ensino, buscaram ampliar sua rede de aliados e se firmarem como um campo profissional separado da medicina. Juntamente a esta busca por alianças poderemos perceber um movimento co-extensivo de delimitação de fronteiras: quem estaria autorizado a exercer esse ofício? Após a fundação da Escola de Pharmácia (1898), acompanharemos como esse processo de institucionalização se misturou à um novo e controverso elemento: a formação de mulheres. Observaremos por meio de quais argumentos os fundadores e membros da congregação da Escola buscaram demarcar os espaços e ações que seriam desejáveis às futuras farmacêuticas, mantendo-as nos “bastidores” da prática científica que se desejava fundar. Também nos concerne verificar de que maneira as farmacêuticas viabilizaram sua atuação dentro da profissão.

Palavras-chave: Mulheres na Ciência, Escola de Farmácia e Odontologia, Gênero e História da Ciência.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Isabella Bonaventura de. **Pharmacy in São Paulo is a skein of networks: gender and scientific practice (1895-1917)**. 224 f. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

This research aims to analyze the process of institutionalization of pharmacy in São Paulo from 1895 to 1917 through a gender bias. In order to do this, we will follow the pharmacists from São Paulo who, through the foundation of scientific associations, journals and educational institutions, sought to increase their network of allies and establish themselves as a separate professional field from medicine. We also will remark a movement of boundary delimitation, which is coextensive to the search for allies: who was authorized to join the profession? After the foundations of the School of Pharmacy (1898), we will follow in which ways the institutionalization process was crossed by a new element in this space: the presence of women. We have observed by which means school's congregation members and its founders sought to determine the spaces and actions that would be desirable to the future female pharmacists, keeping them in the "backstage" of the scientific practice. In the other hand, we are also interested in follow women's arguments and strategies that allowed them to act in this professional field.

Keywords: Women in science; Pharmacy and Dentistry School; Gender and History of science.

Sumário

Introdução.....	8
1. Criar um espaço para a farmácia em São Paulo.....	27
1.1 Apresentando nossos agentes.....	29
1.2 Afastar-se da cozinha: formação de uma identidade científica.....	36
1.3 Escola de Farmácia – formação de um currículo e a presença de novas e (controversas) agentes.....	54
1.4 Consolidação de um currículo e a circulação de mulheres na Escola.....	64
1.5 A publicação de um manual: <i>A Pharmacopea Paulista</i> (1917).....	79
2. Afinal, quem pode manipular?.....	85
2.1 “No mato há muito remédio bom para tudo” – Criar a necessidade do farmacêutico e delinear o charlatão.....	88
2.2 Quem pode abrir farmácia? Os regulamentos sanitários (1893-1896) e as disputas em torno da concessão de licenças	96
2.3 A “grande árvore” e o “pequeno arbusto” – O médico pode ser aliado do farmacêutico?.....	108
2.4 Farmacêuticas e o exercício da profissão.....	116
3. A Farmácia em ação.....	141
3.1 Regular o espaço da farmácia envolve organizar seus objetos.....	144
3.2 O <i>pharmaceutico</i> é negociante?.....	153
3.2.1 Farmacêuticos e droguistas – delimitar limites e alinhar interesses.....	162
3.3 O <i>Laboratório Pharmaceutico do Estado</i>	172
3.4 Farmacêuticas atuando em São Paulo: uma possibilidade de ascensão?.....	182
Conclusão: A Farmácia em São Paulo é um ‘novelo de redes’.....	194
Bibliografia.....	200
ANEXO 1.....	219
ANEXO 2.....	220
ANEXO 3.....	221

Introdução

Esta pesquisa pretende analisar por meio de quais caminhos, alianças e disputas farmacêuticos e farmacêuticas paulistas buscaram criar espaços institucionais de fala, atuação e ensino separados da medicina, a partir de 1895. Ao longo desta introdução, tomaremos como ponto de partida a produção historiográfica sobre o tema, de maneira a apresentarmos o estado em que se achava a profissão farmacêutica na década final do século XIX. Além de atentarmos às informações que esses estudos nos trazem, também observaremos quais perspectivas foram mobilizadas por esses autores e autoras em seus estudos. Em seguida, nos posicionaremos em relação às produções existentes, explicitando as problemáticas sobre as quais nos debruçaremos. Por fim, realizaremos uma descrição do que será abordado em cada capítulo.

Não constatamos uma gama variada de autores e autoras escrevendo sobre a temática da institucionalização da farmácia no Brasil, dentre os estudos existentes, as regiões mais abordadas foram respectivamente Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. Em relação ao Rio de Janeiro, a tese de Verônica Velloso (2007) debate o processo de institucionalização da Farmácia no segundo império, mais precisamente entre 1851 e 1877. A autora realiza seu estudo comparando as associações de farmacêuticos cariocas e lisboetas, destacando a *Sociedade Farmacêutica Brasileira* (1851) e o *Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro* (1858)¹, em suas interlocuções com a *Sociedade Farmacêutica Lusitana* (1834). Seguindo as ações desses profissionais, a autora ressalta como os farmacêuticos cariocas passaram a se apresentar como cientistas, aproximando-se das autoridades médicas e políticas, a fim de valorizar sua profissão e combater o exercício profissional daqueles não possuíam diploma, chamados de charlatões.

Velloso também destaca de que modo a existência de um curso de Farmácia anexo à Faculdade de Medicina (desde 1832) - e de uma seção de farmácia junto à Academia Imperial de Medicina - propiciou a aproximação entre farmacêuticos e espaços acadêmicos. A autora defende que essa dinâmica valorizaria a profissão, principalmente, quando comparada às ações de sangradores, curandeiros e parteiras:

Mas, a arte farmacêutica como arte que praticava o trabalho manual de preparação e conversação dos remédios, guardava uma distinção em relação a outras artes de cura existentes na corte, que também exerciam atividades manuais. O fato de ser reservada uma seção de farmácia na

¹ Estas instituições, segundo Velloso tiveram curta duração. A autora destaca que parte de seus membros atuaram junto à Academia Imperial de Medicina, principalmente nos períodos de surtos epidêmicos (como a febre amarela em no verão de 1849-1850). (VELLOSO, 2007, p. 166).

Academia Imperial de Medicina, considerada como espaço de ciência, conferia um status ao farmacêutico que não tinham as categorias de sangrador, curandeiro, parteira, exercidas geralmente por escravos, africanos livres ou forros do século XIX (VELLOSO, 2007, p. 108-109).

Tânia Salgado Pimenta e Edná Costa (2008), abordaram disputas jurídicas que se estabeleceram entre as diferentes práticas de cura (médicos, farmacêuticos, sangradores, curandeiros, parteiras) ao longo do século XIX. Tal como no Rio de Janeiro, a formação em farmácia oferecida na Bahia (1832) também se realizava dentro da Faculdade de Medicina, como curso anexo². Essas autoras debatem como a aproximação entre farmacêuticos e médicos relegava aos primeiros um lugar hierarquicamente inferior e dependente, considerando que:

Nas faculdades o curso médico era priorizado, pois tinha duração de seis anos, enquanto a farmácia, de três. Além disso, as disciplinas do curso de farmácia eram as mesmas frequentadas pelos alunos de medicina, cerceando o desenvolvimento de uma identidade específica, por parte dos professores e estudantes (Ibid., p. 1015).

Pimenta e Costa consideram que a proximidade entre a formação dos farmacêuticos e do médico perpetuava uma situação na qual os primeiros eram preteridos, dificultando a formação de uma identidade profissional. Apesar de atentar a essa relação desigual que se estabeleceu entre as duas profissões, a análise das autoras considera o processo de institucionalização da farmácia no Império um desdobramento da aproximação entre a medicina e os espaços acadêmicos, que teria gerado um processo de especificação das ocupações envolvidas com a cura. (PIMENTA; COSTA, 2008).

Nesse sentido, debatem como em meados do século XIX, as ações da *Junta Central de Higiene Pública*, fundada em 1851, envolveram tanto a fiscalização das artes de curar, quanto sua categorização, definindo as atribuições de médicos e farmacêuticos, de maneira a impedir que um exercesse as funções do outro (Idem.). Em meio a essas iniciativas de classificação e especificação das profissões, nos interessa destacar a transição entre os termos boticário e farmacêutico, bem como, o processo que levou à sua diferenciação.

² Faz-se importante citar a existência de uma instituição voltada especificamente ao ensino de farmácia: a *Escola de Farmácia de Ouro Preto*, fundada em 1839. Estudos de caráter mais panorâmico como o livro *Boticas & Pharmacias* de Flávio Edler (2006), analisam, muito brevemente, essa Escola. Entretanto, não encontramos estudos historiográficos que se debruçassem devidamente sobre essa instituição, sua trajetória, ou os agentes que lhe constituíram.

O estudo Vera Marques³, aborda a dinâmica cotidiana das boticas no século XIX, apontando como esses estabelecimentos eram diretamente associados ao comércio: “Nas boticas oitocentistas vendia-se mais do que remédios e franguinhos para os caldos e as canjas medicinais, realizando-se ali também grandes transações, que iam desde negócios com casas e capturas de escravos até assinaturas para impressão de gramática. ” (MARQUES, 2009, p .177). Segundo Flávio Edler, as denominações farmacêutico e boticário eram utilizadas como sinônimos, até que em meados em 1870 tornaram-se objeto de disputa, momento no qual farmacêuticos cariocas como Manuel Hilário Pires Ferrão, defendiam que:

O boticário podia ser qualquer um que resolvesse abrir uma botica e comercializar a retalho vários remédios sem ter direito para isso. Citava a França como um exemplo a ser seguido, pois desde finais do século XVIII adotara o nome farmacêutico para designar aqueles que eram formados em cursos regulares de farmácia. (EDLER, 2006, p. 67)

O termo botica foi oficialmente substituído por farmácia após a Reforma Mamoré de 1886, que instituiu o Conselho Superior de Saúde Pública. Entretanto, Tânia Pimenta e Edná Costa ponderam que “a designação de ‘boticário’ continuou a ser usada pela população para se referir ao farmacêutico diplomado”. (PIMENTA; COSTA, 2008, p. 67). Os estudos de Verônica Velloso (2007), Tânia Pimenta e Edná Costa (2008) evidenciam o fortalecimento dos espaços voltados ao exercício legalizado da farmácia - vinculado à formação acadêmica nas Escolas Médicas. Ao mesmo tempo em que esse processo se desenrolava, as autoras ponderam que a reputação de negociante de que dispunham os farmacêuticos (considerando o histórico das boticas oitocentistas), em muitos casos tornava-se um entrave aos seus interesses de se estabelecerem como cientistas.

Ao longo desse processo de categorização das tarefas relativas aos farmacêuticos, Pimenta e Costa também citam a adoção da Farmacopeia francesa em 1851, que a partir desse momento deveria ser seguida em todos os estabelecimentos farmacêuticos e boticas. Antes desse momento, outros artigos, como o de Márcia Ferraz, Ana Alfonso-Goldfarb e Silvia Waisse nos apontam que desde 1794 o guia adotado pelas farmácias e boticas instaladas em terras brasileiras era a *Pharmacopea Geral para o Reino e Domínios de*

³ Destacamos que as pesquisas de Vera Marques (MARQUES, 1999 & MARQUES, 2009) investigam a intensa relação que as artes de curar europeias estabeleceram com as plantas encontradas no Brasil, no período de sua colonização, e mais especificamente ao longo do século XVII. A autora apresentou as hierarquias e diferentes personagens que povoaram as artes terapêuticas nesse período, tais como: físicos, cirurgiões, sangradores, boticários, droguistas, entre outros.

Portugal, primeira farmacopeia portuguesa (FERRAZ; ALFONSO-GOLDFARB; WAISSE, 2017, p. 181). Para os interesses dessa pesquisa, destacamos que a farmacopeia francesa deveria ser seguida pelos farmacêuticos nacionais, que não dispunham de nenhum manual elaborado no Brasil até 1917 (PIMENTA; COSTA, 2008; FERRAZ; ALFONSO-GOLDFARB; WAISSE, 2017).

Os estudos voltados ao caso da farmácia em São Paulo, apresentam um recorte temporal diferenciado daqueles que se debruçaram sobre a institucionalização da farmácia no Rio de Janeiro ou Bahia: essa diferença advém da especificidade do caso paulista em relação ao carioca e baiano, já que em São Paulo, a institucionalização da farmácia parece não ter se mostrado um desdobramento direto da medicina e do saber médico. Através da bibliografia, perceberemos como a especificidade do caso paulista reside, justamente, no fato de farmacêuticos e médicos terem mantido associações e espaços de ensino diferenciados desde a década final do século XIX.

As pesquisas de Maria do Rosário Sales, Luiz Castro Santos, Maria Alice Ribeiro, Márcia Silva, Luiz Antônio Teixeira, nos permitem observar por meio de quais caminhos e com quais objetivos a política implementada na República investiu em ações de sanitarismo e higiene. Nesse período, foram fundados órgãos federais voltados à organização da saúde, como a Diretoria Geral de Saúde Pública (1897), o novo arranjo federativo passou a propiciar o surgimento de um conjunto de legislações e instituições estaduais voltadas à questão da saúde (RIBEIRO, 1993; CASTRO SANTOS; FARIA, 2003). Essas políticas tiveram efeitos em São Paulo, redundando na confecção dos regulamentos sanitários de 1893, 1896, 1911 e 1917, e a fundação, em 1892, do Serviço Sanitário do Estado e seus laboratórios: Instituto Bacteriológico, Instituto Vacinogênico, Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas e o Laboratório Farmacêutico do Estado (RIBEIRO, 1993; TEIXEIRA, 1995). Essas instituições voltavam-se ao atendimento das demandas profiláticas oriundas da intensa urbanização vivenciada pela capital paulista, por cidades do interior, ou mesmo, no porto de Santos cuja epidemia de peste em 1899 mostrou-se uma ameaça à continuidade das políticas de imigração, gerando problemas com autoridades italianas (BENCHIMOL; TEIXEIRA, 1996; SALES; SANTOS, 1998). Já nos primeiros anos da República, adquiriram importância publicações e pesquisas sobre índices de natalidade, mortalidade e sobre quais doenças acometiam determinadas regiões⁴, transformando a vida dos cidadãos - abordados pelos

⁴ Nesse sentido destacam-se algumas publicações do Serviço Sanitário paulista: *Anuário Demográfico* (1884), *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo* (1898), assim como o lançamento de estatísticas

estudos estatísticos como populações - em ‘objeto de saber’ (FOUCAULT, 2013) de médicos e demais envolvidos na manutenção da saúde nacional. Tais estudos forneciam subsídios às políticas republicanas, que se propunham a gerir os corpos dos indivíduos delimitando quais seriam as formas corretas de alimentar-se, de morar e de curar-se (SILVA, 2014).

Os estudos de Márcia Silva (2014) nos apontam como, nesse momento, os médicos paulistas passaram a participar mais ativamente da vida pública e das ações sanitárias, de modo a mostrarem-se como grupo de especialistas capazes de perpetuar as boas práticas de higiene e saúde corporal. Elza Nadai, por sua vez, destacou as relações intrínsecas entre as instituições de ensino superior fundadas nesse momento e o arranjo oligárquico que se fortalecia, uma vez que seriam por intermédio de espaços de ensino como a Escola Politécnica, Escola Agrícola Luiz de Queiroz e a Faculdade de Medicina, que se formariam os grupos de especialistas que se tornariam dirigentes políticos ou ocupariam cargos de decisão dentro da nova configuração política republicana (NADAI, 1987).

Em diálogo com Luciana Murari (2009), consideramos importante ressaltar que essas iniciativas sanitárias e de formação superior, que ganharam força no período republicano, inserem-se num processo político de caráter modernizador. Segundo a autora essa “modernização” estaria em andamento desde meados de 1870, chegando mesmo a dar subsídios aos ideais dos partidos republicanos, que ganhavam força a partir desse momento, e à implementação do novo regime em 1889. Murari argumenta que modernizar significava afastar-se de um passado agrário (considerado arcaico) e aproximar-se da vida, sociabilidade e instituições urbanas, que em muito assemelhavam-se às europeias. Acerca deste processo, Jeffrey Needell (1993) nos aponta como principalmente a França e a Inglaterra surgiram como grandes modelos a serem seguidos pelas elites brasileiras (na cultura, nas vestimentas, no urbanismo e nas políticas públicas).

Apesar da intensa participação de médicos na vida pública paulista, é importante destacar que esse estado passou a contar com uma Faculdade de Medicina somente a partir de 1913, diferentemente, do Rio de Janeiro e Bahia. Diversos autores apontam como a despeito da ausência de uma faculdade, a medicina, nesse estado, inseriu-se nos debates em circulação naquele período (sobre bacteriologia e clínica, por exemplo),

referentes aos municípios paulistas: *Boletim Trimestral do Interior de São Paulo* (1894) e *Boletim Mensal da Capital* (1894). (SILVA, 2014, p. 105).

atuando por meio de outros espaços institucionais como a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo; as revistas médicas, como a Revista Médica de São Paulo e a Gazeta Clínica, assim como, os laboratórios vinculados ao Serviço Sanitário ou Hospitais como a Santa Casa de Misericórdia. (TEIXEIRA, 1995; SALES, CASTRO SANTOS, 1998, SILVA, 2014).

Consideramos importante expor as perspectivas historiográficas sobre as instituições voltadas à saúde e ensino médico no período republicano, uma vez que esses espaços e suas compreensões sobre a ação do médico frente à República foram centrais na dinâmica do sanitarismo em São Paulo. Como acompanharemos ao longo dos capítulos, os farmacêuticos paulistas desejavam constituir uma identidade profissional e fundar suas próprias instituições, de maneira a alinharem-se com esse processo político de caráter modernizador. Veremos então como nossos agentes também se incumbiram da tarefa de normatizar os hábitos das populações por meio de ações de saúde pública e higiene, apostando na autoridade da fala do especialista.

Sobre a farmácia em São Paulo, destaca-se o estudo de Maria Aparecida Pourchet-Campos (POUCHET-CAMPOS, 1984) que abordou eventos políticos importantes na fundação e manutenção da *Escola de Farmácia e Odontologia* de São Paulo desde sua fundação em 1898 até a década de 1980. Pourchet-Campos era professora dessa instituição – que a partir de 1934 vinculou-se à Universidade de São Paulo - quando escreveu sua obra, por isso se utiliza de um viés de corte memorialístico e factual em seus escritos. Em relação à criação da Escola de Farmácia, destacou a importância das iniciativas da Sociedade Farmacêutica Paulista (1894), e de seu periódico oficial Revista Farmacêutica, lançada em 1895. Pouchet-Campos (1984) analisou a institucionalização da farmácia em São Paulo como processo linear e evolutivo, que aprimorou uma profissão já existente, agregando-lhe características científicas e espaços de organização.

Por outro lado, estudos mais recentes desejaram compreender a trajetória histórica da farmácia, da medicina e dos estabelecimentos sanitários enquanto processos políticos dinâmicos, dotados de interlocuções e alianças. Em relação à institucionalização dessa profissão em São Paulo, destacamos pouca quantidade de estudos, dentre os quais constam artigos como *Farmacêuticos paulistas e as práticas de cura populares (1892-1930)* de Paula Kanikadan e Maria Marques (KANIKADAN; MARQUES, 2010) e *Farmacêuticas em São Paulo (1901 – 1919)* de Maria Lucia Mott e Olga Sofia Alves (MOTT; ALVES, 2006), além da dissertação de mestrado de Olga Alves (2011)

Farmacêuticos diplomados e algumas estratégias de institucionalização da farmácia em São Paulo (1892-1934).

O estudo de Alves aborda especificamente as ações da *Sociedade Farmacêutica Paulista* com o objetivo de discutir como na passagem para o século XX, os farmacêuticos paulistas buscaram ser reconhecidos enquanto produtores de saberes científicos específicos, com o intuito de se afastarem da medicina e formar um campo próprio. Assim, como Pourchet-Campos, a autora relaciona a institucionalização da farmácia às iniciativas do grupo vinculado à Sociedade Farmacêutica Paulista e à Revista Farmacêutica. Entretanto, Alves destaca como médicos como Victor Godinho e Bráulio Gomes acabaram se envolvendo em políticas centrais que viabilizaram a fundação da Escola de Farmácia, em outubro de 1898 e que, a partir de 1903 agregou os cursos de Odontologia e Obstetrícia, passando a intitular-se Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo.

Tal relação de proximidade entre farmacêuticos e médicos parece ter influenciado a fundação da Sociedade Farmacêutica Paulista em 1894, em momento bastante próximo à fundação da própria Sociedade de Medicina e Cirurgia em 1893. Nesta pesquisa, destacaremos também como os estudos sobre a trajetória da farmácia em São Paulo não mencionaram a convivência de médicos e farmacêuticos nas mesmas associações científicas e tampouco nos mesmos espaços de ensino. Conforme as autoras citadas, os farmacêuticos paulistas pareciam manter uma postura de resguardo em relação aos médicos, desejando manter associações e espaços de ensino separados. Em diálogo com as demais produções historiográficas sobre o período republicano, pretendo destacar que a fundação desses espaços institucionais se dará em forte sintonia com as ações de sanitarismo e formação de especialistas que ganhavam centralidade na passagem para o século XX.

Outro aspecto que consideramos central para compreender a institucionalização da farmácia em São Paulo foi a presença de mulheres na profissão. Em seu estudo, Olga Alves (2011) aponta o posicionamento favorável à presença de mulheres na Escola de Farmácia desde seu ano de fundação, além disso também destaca a quantidade relevante de farmacêuticas formadas e registradas junto ao livro de registros de profissionais do Serviço Sanitário, entre 1892 e 1934. Por intermédio desse estudo, percebemos a relevância de se atentar às questões de gênero, que se mostraram presentes nas instituições farmacêuticas paulistas desde seus anos iniciais. Mott e Olga Alves escreveram conjuntamente o artigo *Farmacêuticas em São Paulo (1901 – 1919)*, no qual sugerem que

o status subordinado da profissão farmacêutica em relação à medicina poderia ter propiciado um ambiente favorável à formação de mulheres na profissão (MOTT; ALVES, 2006).

Heleieth Saffioti, em seus estudos sobre a “condição feminina no Brasil”, destaca que a educação da mulher se tornou pauta de debates nas décadas finais do século XIX, citando os colégios religiosos como os principais espaços para os quais esses contingentes foram direcionados. Apesar da pequena quantidade de mulheres que acessaram o ensino superior na República, Saffioti destacou como a carreira em que mais mulheres se formaram foi a farmacêutica. Assim como Mott e Alves, a autora também considera que a presença de mulheres nessa profissão estaria relacionada ao seu desprestígio, principalmente quando comparada à medicina:

Até 1930 a representação feminina nos cursos superiores foi bastante escassa, concentrando-se, sobretudo, nas Faculdades de Farmácia e, em segundo lugar, nas de Medicina e Odontologia. A maior concentração feminina nesses ramos do ensino, notadamente no ramo farmacêutico, encontra explicações no processo de desvalorização social sofrido pela profissão de farmacêutico. (SAFFIOTI, 1979, p. 219).

A significativa formação de mulheres como farmacêuticas também foi apontada pela historiografia como um diferencial paulista, já que elas foram estimuladas a frequentar a Escola de Farmácia desde a fundação dessa instituição. Também destacamos que os estudos sobre farmácia em São Paulo, via de regra, tomaram como ponto de partida a fundação de associações científicas, como a Sociedade Farmacêutica Paulista, sublinhadas pela historiografia como centro da institucionalização da profissão. Concordamos que a fundação da Sociedade foi essencial, entretanto, pretendemos acrescentar à produção historiográfica uma nova perspectiva, enfatizando a ação de outros agentes naquele processo, como as próprias mulheres. Consideramos que analisar a variada gama de atores e valores que compuseram a profissão farmacêutica nos permitirá compreender como a institucionalização dessa área teve uma existência para além daquela associação.

Antes de descrevermos nossos objetivos, desejamos explicitar alguns entendimentos que nortearão os capítulos dessa dissertação. Em primeiro lugar, duvidamos da farmácia como uma essência, ou seja, como uma instância acabada e finalizada cuja evidência estaria em si mesma. Nosso objetivo será, justamente, tomar a farmácia em São Paulo, na passagem para o século XX, como um *coletivo* em construção.

Procuraremos demonstrar como não estava claro, desde o início de sua vida institucional, quais seriam as regras que mediarão a ação desses profissionais, ou mesmo, quais agentes seriam aceitos ou repudiados na constituição das práticas farmacêuticas.

Compreendemos que o conceito de *coletivo* evidencia um processo mais dinâmico e movediço por meio do qual os existentes efetivam-se e circulam. Nesse sentido, Bruno Latour destaca a necessidade de atentar às ligações, alianças e mediações entre homens e objetos:

[Coletivo]. Distingue-se em primeiro lugar de sociedade, termo que nos remete a uma má distribuição de poderes; acumula em seguida os antigos poderes da natureza e da sociedade num só lugar antes de se diferenciar novamente em poderes vários (...). Embora empregado no singular, o termo não nos remete a uma unidade já feita, mas a um procedimento para *coligar* as associações de humanos e não-humanos. (LATOUR, 2004a, p. 372-373).

Objetivamos seguir as coligações estabelecidas entre humanos e objetos no que diz respeito a constituição da farmácia em São Paulo. A partir dessa perspectiva, observaremos como a formação de um espaço institucional específico envolveu muito mais do que somente farmacêuticos, já que esses últimos somente se fortaleceriam estabelecendo relações com outros profissionais (médicos, naturalistas, práticos, droguistas) e objetos (compostos químicos, remédios, embalagens, rótulos, vidrarias, elementos da flora nacional).

Agora explicitaremos um pouco melhor o que compreendemos como instituição, termo que em muitos momentos será mobilizado ao nos referirmos à Sociedade Farmacêutica, Revista Farmacêutica e à Escola de Farmácia. Em diferentes trabalhos Bruno Latour dedicou-se a debater de maneira mais minuciosa os caminhos por meio dos quais “os modernos”⁵ relacionaram-se com a questão do valor dentro de suas instituições, fossem elas a Igreja, o Estado ou a Ciência. Segundo o antropólogo, ao mesmo tempo em que as instituições abrigariam determinados valores e entendimentos, elas também estariam sujeitas aos seus efeitos. Por meio desse raciocínio, Latour duvida da existência de uma institucionalidade soberana, debatendo como as instituições (e seus valores) não se estabelecem em um espaço vazio e homogêneo, estando sujeitas aos efeitos de sua própria ação: “*Cada vez hay que imaginar una relación original y específica entre la historia de sus valores y las instituciones a las cuales esos valores dan sentido y que, a*

⁵ Segundo Latour, a compreensão de moderno “não designa um período, mas uma forma de passagem do tempo; modo para interpretar um jogo de situações, tentando dele extrair a distinção entre fatos e valores, estados do mundo e representações, racional e irracional, Ciência e Sociedade.” (LATOUR, 2004a, p. 380).

cambio, los acogen, los protegen y, a menudo, los traicionan” (LATOUR, 2014, p. 57). Esse entendimento nos permitirá observar a Sociedade, a Revista e a Escola de Farmácia como espaços moventes, que ao mesmo tempo tornam-se palco de debates, disputas e reformulações.

Tendo em vista as discussões realizadas até o momento, o objetivo dessa pesquisa será compreender por meio de quais caminhos, alianças e fronteiras os farmacêuticos paulistas buscaram se estabelecer na cena republicana como cientistas (especialistas), fundando um coletivo e criando suas próprias associações. Analisaremos também de que maneira as instituições criadas por esses profissionais não atuaram de maneira “soberana”, sem sofrerem contestações ou mesmo reformulações.

Outro elemento que consideramos importante tanto para a efetivação desse coletivo, quanto para a circulação dos valores nas instituições farmacêuticas, foi o estabelecimento de uma identidade profissional. Os estudos de Michel Foucault, mais precisamente nos debates realizados em *O Sujeito e o Poder* (1985) nos fornecem questões relevantes sobre a formação de identidades - e sua circulação -, e que tomaremos como ponto de partida no trato com nossas fontes documentais. Nesse texto, o autor indica que o estabelecimento de identidades mantém uma faceta produtiva, criando indivíduos que agiriam de uma maneira determinada e que, assim, se inseririam em determinadas atividades laborais ou intelectuais. Essa produtividade, segundo Foucault não se limitaria à supressão do “eu” em favor do grupo, agindo de maneira que o indivíduo se sinta parte integrante de seu grupo (profissional, esportivo, político, entre outros)

O autor também destaca como a perpetuação dessas relações identitárias envolvem, necessariamente, a repercussão de uma “ordem de verdade” (determinadas maneiras de pensar e agir), cujos efeitos fazem-se notar nas ações quotidianas dos agentes:

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana e imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. (FOUCAULT, 1985, p. 235).

Ao longo dessa pesquisa, veremos como a formação de uma identidade para o farmacêutico envolveu a delimitação de uma “ordem de verdade” específica, ou seja, acompanharemos como nossos agentes definiram os saberes, objetos e práticas que lhe seriam específicos e se tornariam balizas a serem seguidas por todos aqueles que se quisessem pertencer a essa comunidade de profissionais. Além disso, a constituição de uma identidade profissional também auxiliará os farmacêuticos na demarcação de suas

diferenças em relação aos médicos e outros agentes envolvidos com a cura, criando um espaço de exclusão que seria ocupado por aqueles considerados “charlatões”.

A historiografia consultada apontou que a farmácia possuiu a especificidade de ter sido exercida por mulheres já entre o final do século XIX e começo do XX. Ressaltamos que tal dinâmica não pode ser observada nas demais faculdades paulistas existentes até aquele momento, como as de Medicina e Direito, pois segundo os estudos de Mônica Schpun (1997) tais instituições se mostraram hostis à presença de alunas mesmo ao longo da década de 1930.

Frente a essa particularidade, consideramos que a análise do processo de institucionalização da farmácia em São Paulo perde um dado importante, caso não atentarmos às questões de gênero que a permearam. A partir desse entendimento, observaremos por meio de quais caminhos e estratégias as farmacêuticas compuseram o coletivo que se desejava fundar para a farmácia em São Paulo, sendo, portanto, um elemento ativo na constituição da referida identidade profissional.

Ao analisarmos os discursos sobre a presença de mulheres na Escola de Farmácia, perceberemos a centralidade que as concepções universalistas e dualistas de gênero dispunham para nossos (e nossas) agentes. Para compreendermos um pouco melhor no que consiste tal dualidade e como a questão da “natureza” aparecia para justificá-la, consideramos interessante mobilizar os estudos de Thomas Laqueur (2001). Através de uma perspectiva histórica, esse autor debate as diferentes concepções sobre corpos, prazeres e reprodução desde a Antiguidade até os tempos de Freud. Segundo Laqueur, durante a antiguidade imperaria um modelo de “sexo único”, no qual os corpos de homens e mulheres difeririam apenas como consequência da quantidade de calor de haviam recebido no momento de sua criação. O autor ressalta como esse entendimento não se reservou aos antigos, sendo continuamente reiterado por observações anatômicas realizadas nos séculos XVI e XVII.

A partir do século XVIII, Laqueur demarca o surgimento da noção Iluminista que se difundiria pelos séculos seguintes, e segundo a qual existiriam dois sexos incomensuráveis – mulheres/homens - que se diferenciariam biologicamente segundo a natureza e, como consequência, manteriam habilidades, interesses e virtudes distintas. Em meio às disputas políticas que marcaram o século XVIII e XIX, Laqueur argumenta que a ‘natureza’ do sexo foi evocada como marcador de diferenças entre ‘homens’ e ‘mulheres’, a fim de estabelecer qual seria o papel de cada um na nova ordem social. Essa concepção dual, pautada na incomensurabilidade, também se fez notar no Brasil, sendo

corroborada por estudos médicos realizados ao longo do século XIX, nos quais seus autores buscavam “explicar” o comportamento das mulheres como um reflexo direto de funções reprodutivas (ROHDEN, 2009). A imprensa feminina na passagem para o século XX, também se apoiou neste viés, promovendo a imagem da mulher consumidora, moderna e, sobretudo, mãe de família (SCHPUN, 1997; MARTINS, 2008).

Essa dualidade foi foco de intensos debates que marcaram os estudos feministas no século XX, sendo abordada em diversos escritos de autoras como Joan Scott. A historiadora problematizou de que maneira a ampliação de direitos conquistada pelo movimento sufragista agregou as mulheres numa noção de indivíduo já estabelecida, que era em essência abstrata e masculina:

Cuando las mujeres se convirtieron en ciudadanas, el individuo abstracto parecía haberse pluralizado; en realidad, en el mejor de los casos se había vuelto neutro, aunque probablemente sería decir que seguía siendo masculino. Las mujeres fueron subsumidas en la categoría, declaradas una versión del hombre para el fin de ejercer el voto. (SCOTT, 2012, p. 220)

A partir dessa perspectiva, desejamos evitar que a circulação de mulheres na profissão farmacêutica seja compreendida como a resultante de um “progresso histórico”, como se a noção de indivíduo neutro, que segundo Scott já denotaria um caráter masculino, evoluísse progressivamente no sentido da liberdade e da aquisição de direitos. Consideramos que esse argumento pode engessar demasiadamente rápido nossas agentes, inserindo-as de maneira passiva no processo de institucionalização e formação de uma identidade profissional para a farmácia em São Paulo. Tal abordagem ‘progressista’ também é criticada por Vinciene Despret e Isabelle Stengers, que estudam as relações entre gênero e ciência, essas autoras, assim como Scott, desconfiam das narrativas lineares e evolutivas: “*Comme si les droits des femmes ou des homosexuels/les étaient tombés de l’arbre de notre civilisation à la manière d’une pomme lorsqu’elle est mure.*” (2011, p. 21).

Evitarmos essa noção progressista, segundo a qual consideraríamos a presença de mulheres nas instituições farmacêuticas como um benefício arquitetado e concedido pelos “visionários” homens fundadores da Escola (como Bráulio Gomes, Amâncio de Carvalho e Victor Godinho). Desejamos, sobretudo, atentar às ações desempenhadas pelas farmacêuticas nesse processo de institucionalização, assim como, as perturbações que essas agentes podem ter provocado nas instituições pelas quais circularam, demarcando, assim, sua atividade na profissão longo do período que estudaremos.

Deve-se pontuar que o estatuto científico almejado pelos farmacêuticos paulistas envolvia a consolidação de uma identidade científica, ou seja, a formação de “homens de ciência”. Segundo Donna Haraway, esses “homens de ciência” se colocariam na posição de leitores privilegiados dos fenômenos, como se tivessem o poder de observá-los completamente sem que sua presença fosse notada, como se nem mesmo possuíssem um corpo. A autora chama essa prática de ‘truque de Deus’: “O relativismo e a totalização são, ambos, ‘truques de deus’, prometendo, igualmente e inteiramente, visão de toda parte e de nenhum lugar, mitos comuns na retórica em torno da Ciência.” (HARAWAY, 1995, p. 24).

Agregando as discussões realizadas por Isabelle Stengers e Vinciene Despret, salientamos que essa perspectiva universal e “sem corpo” propagada pelos próprios cientistas sobre si mesmos, também estabelece quais seriam os “seres marcados”. A esses últimos estaria relegado o domínio do subjetivo, da insegurança e da hesitação, caracteres usualmente vinculados à ação das mulheres e mobilizados como justificadores para o seu afastamento dos espaços de ciência:

Il y a un genre ‘non-marqué’, qui se présente comme ‘normal’, et par contraste avec lequel se définit le ‘genre marqué’. La différence entre marqué et non-marqué se trouve chaque fois qu’une catégorie est ‘invisible’, ce qu’elle désigne devenant synonyme d’étalon permettant de caractériser ce qui ‘marque’ ceux et celles qui s’écartent de la norme. Ainsi la catégorie ‘homme’ est considérée comme un universel, le fait qu’elle ne désigne en fait que 45% de l’humanité est invisibilisé. (DESPRET; STENGERS, 2011, p. 34).

Partilhando dos questionamentos mencionados acima, não objetivamos inserir passivamente as farmacêuticas na identidade de “homens de ciência” (que se desejava formar para a farmácia naquele momento), reduzindo-as ao estatuto de agentes sem corpo e sem poder de transformação. Almejamos seguir as relações - e possíveis perturbações - que se estabeleceram no encontro entre a formação de uma identidade profissional atravessada pela retórica “descorporificada” da ciência e a presença de mulheres (usualmente vinculadas ao lar e maternidade, seres ‘marcados’) na Escola de Farmácia.

A fim de compreendermos melhor os caminhos por meio dos quais os farmacêuticos paulistas buscaram estabelecerem-se como cientistas na Primeira República, ressaltamos que o adjetivo científico dificilmente é atribuído a sujeitos isolados - portadores da verdade. Em diálogo com Bruno Latour consideramos qualquer prática científica fortalece-se e perpetua-se quanto mais aliados ela possui, isolando, assim, seus detratores:

O "homem comum que por acaso atine com a verdade", como ingenuamente postulava Galileu, não terá chance de vencer milhares de

artigos, editores, partidários e patrocinadores que se oponham as suas afirmações. A força da retórica está em fazer o discordante sentir-se sozinho. Isso é realmente o que acontece com o "homem comum" que lê a massa de relatórios sobre as controvérsias com que começamos tão inocentemente. (LATOUR, 2011, p. 76).

Consideramos que para os farmacêuticos adquirirem o estatuto de cientistas, precisaram tramar alianças suficientemente fortes com o intuito de isolar opositores que visavam afastar a farmácia do prestigiado campo da ciência. Veremos como a circulação de periódicos e fundação de sociedades foi um elemento constitutivo desse movimento, uma vez que serão por meio desses espaços que as “boas maneiras” de se relacionar com os objetos serão propagadas e por meio dos quais se fixaram alianças com outras associações e pesquisas científicas em circulação. Será por intermédio dessas publicações que se buscará criar um laço entre os farmacêuticos paulistas, ligando-os por meio de uma identidade comum, na medida em que essas publicações reiteravam a existência de uma prática, de problemas e de interesses comuns aos farmacêuticos da capital e do interior.

A fundação da Escola, em outubro de 1898, será um marco importante em nosso estudo, pois a criação desta instituição nos permite observar a organização de um currículo a ser seguido pelas futuras gerações de farmacêuticos paulistas, perpetuando uma identidade em relação a qual seriam balizadas as “boas práticas” científicas. A partir da instalação da Escola, as farmacêuticas entrarão em cena como agentes constituintes desse novo coletivo. Por meio de sua circulação nesse e em outros espaços, desejamos analisar de que maneira essas mulheres forçaram os professores - e farmacêuticos - a pensarem e, principalmente, a justificarem a presença feminina no campo das práticas científicas.

Partindo-se dos artigos publicados na Revista Farmacêutica e outros espaços nos quais circulavam professores e aliados da Escola de Farmácia, como a Revista Médica de São Paulo, Gazeta Clínica e Revista Farmacêutica e Odontológica, observaremos como o processo de institucionalização da Farmácia em São Paulo não se restringiu a expansão de alianças, pautando-se também na demarcação de fronteiras. Discutiremos de que maneira as concepções de progresso, ciência e objetividade evocadas pelos farmacêuticos paulistas também criaram um campo de exclusão, delimitando aqueles que não poderiam atuar, ou falar, a partir desse espaço. Consideramos que este processo de demarcação de fronteiras nos permite observar como os farmacêuticos paulistas compreendiam sua profissão, contrapondo-a a ação dos “charlatões” e, sobretudo, definindo-a em relação a eles.

Consideramos importante sublinhar que nos esforçaremos para não acreditarmos “rápido demais” em nossos informantes, já que esses últimos buscaram classificar curandeiros, ervanários e práticos, junto às noções de ignorância e erro. Em conformidade com Michel Foucault, consideramos importante demarcar que não existe o “erro” no sentido estrito do termo, sem que haja uma noção de verdade estabelecida segundo critérios específicos, uma vez que “o erro só pode surgir e ser decidido no interior de uma prática definida.” (FOUCAULT, 2014, p. 32). Sugerimos então que a noção de erro ou mesmo a identificação do “charlatão” como aquele que erra, só pode ser definido na medida em que se delimitam as práticas e saberes considerados adequados.

A delimitação do que seriam as “boas práticas farmacêuticas”, aquelas que os tornariam cientistas, iniciou-se em São Paulo por volta de 1895, com a circulação da Revista Farmacêutica, que em um primeiro momento, funcionou sob a direção da Sociedade Farmacêutica Paulista. Ao longo dessa pesquisa, acompanharemos como a proposta de formar uma institucionalidade para a farmácia em São Paulo envolveu a produção de novos objetos, questionamentos, polêmicas, espaços de ensino e de associação. Nesse sentido, escolhemos como marco final o lançamento da Farmacopeia Paulista em 1917, um projeto que mobilizou discussões desde o final do século XIX. O lançamento desse manual pode contribuir ao encerramento de nossas questões, uma vez que esse recorte que nos permite observar tanto a formação de uma identidade profissional, busca de alianças (inclusive com não-humanos) e delimitação de fronteiras.

A Farmacopeia foi publicada em parceria com novos aliados, com o objetivo de unificar as maneiras por meio das quais os medicamentos seriam formulados, abandonando-se a farmacopeia francesa e os demais manuais de medicina mobilizados dentro das farmácias até então no Brasil. Sugerimos que o lançamento deste manual constituiu um momento chave nesse processo de institucionalização vislumbrado pelos farmacêuticos paulistas, uma vez que definia de maneira mais precisa quais objetos, práticas e proporções matemáticas deveriam ser mobilizadas nas manipulações.

Ao longo dessa pesquisa também veremos como elementos constituintes do cotidiano das farmácias tornaram-se foco de debates por nossos informantes. Discutiremos como as práticas de comércio realizadas junto ao balcão das farmácias, que a despeito de serem constitutivas de qualquer um desses estabelecimento, eram vistas pelos farmacêuticos associados como uma prática que perturbaria a imagem objetiva de cientista que se desejava fundar. Frente a essa situação, acompanharemos por meio de quais argumentos os farmacêuticos envolvidos com a Revista e com a Escola de Farmácia

buscaram diminuir, tanto quanto possível, a importância que as transações financeiras poderiam possuir nesse estabelecimento, de maneira a afastarem qualquer traço de subjetividade que poderia rondar a profissão.

Veremos, então, como a todo o momento a identidade científica que se deseja estabelecer em torno da farmácia parecia sofrer inquietações, fosse diante dos interesses comerciais, ou mesmo, em relação à presença de práticos em farmácia (não-diplomados), compostos químicos, rótulos, droguistas, médicos e mulheres. Frente a uma gama tão variada de agentes que compuseram as relações dos farmacêuticos, nosso desafio será pensar juntamente “com” eles, ou seja, não os considerando grupos estáticos, homogêneos, coerentes e dóceis, mas sim enquanto singularidades complexas que ora reuniram-se, ora distanciaram-se a fim de criarem espaços de atuação, ensino e, por que não, comércio.

Os três capítulos que compõem essa dissertação não se organizam de maneira cronológica, mas, por meio de recortes temáticos, todos eles abarcando o período entre 1895 e 1917. Em cada um dos capítulos, abordaremos uma perspectiva que consideramos central para compreender a institucionalização da farmácia em São Paulo. Por intermédio dessa abordagem, desejamos captar melhor os diferentes agentes, problemáticas e propostas que permearam as associações farmacêuticas, periódicos e espaços de ensino naquele momento.

No primeiro capítulo, daremos atenção às alianças que os farmacêuticos empreenderam com o intuito de estabelecerem uma identidade profissional que fosse reconhecida, na cena republicana, como científica. Desconfiaremos da própria Revista Farmacêutica como unidade pronta que simplesmente refletiria os interesses dos “farmacêuticos paulistas”. Exploraremos as alianças, controvérsias e conflitos, que povoaram os discursos dos farmacêuticos paulistas até 1917, tomando como ponto de partida sua circulação em associações profissionais, artigos publicados em revistas e debates em torno da fundação - e manutenção - da Escola de Farmácia.

Para tanto, destacaremos como os farmacêuticos reunidos em torno da Revista buscaram tramar alianças com outras associações científicas e periódicos que circulavam em São Paulo na passagem para o século XX. Veremos também como a Revista Farmacêutica buscou aproximar os farmacêuticos residentes na capital e no interior, ansiando, formar uma comunidade regional em torno da profissão. Essa comunidade ou coletivo que se desejava formar, envolveu diretamente a discussão das maneiras por meio das quais os farmacêuticos deveriam se relacionar com seus objetos. Assim,

acompanharemos como os debates sobre procedimentos químicos e categorizações botânicas ganharam as páginas daquela publicação, sendo festejados como elementos distintivos em relação aos médicos. A aposta nas mediações químicas e botânicas também seria mobilizada pelos redatores da *Revista* no fortalecimento de uma identidade científica para a farmácia, justificando, inclusive, a necessidade de se fundar uma Escola que não fosse anexa a uma Faculdade de Medicina.

Ao longo desse capítulo, também abordaremos as diferentes propostas que entraram em disputa no momento de fundação da Escola, já que essa instituição seria estratégica para a perpetuação de uma identidade profissional que vinculasse o farmacêutico à imagem do cientista. Entretanto, a presença considerável de mulheres no corpo discente perturbava o estabelecimento dessa identidade, que conforme discutimos acima, vincula-se ao “masculino”. Acompanharemos então por meio de quais caminhos e estratégias essas alunas apostaram em seu espaço de atuação, fizeram-se notar no cotidiano da Escola e, conseqüentemente, nas práticas farmacêuticas.

Por fim, debateremos de maneira mais direta as estratégias e caminhos que permearam a formulação da *Farmacopeia Paulista*. O lançamento desse manual ocorreu somente em 1917 - apesar de haver projetos para sua efetivação desde o começo do século XX - durante as solenidades do *Primeiro Congresso Médico Paulista*. Veremos, então, por meio de quais ações e alianças esse manual pôde finalmente ser publicado e mobilizado pela legislação sanitária paulista, que se reformara naquele mesmo ano.

No segundo capítulo, nos debruçaremos de maneira mais detida sobre a formação de fronteiras. Consideramos que o estabelecimento de alianças e a delimitação de fronteiras não mantém uma relação contraditória, afirmando-se mutuamente para, assim, conformarem os critérios por meio dos quais se definiria a prática farmacêutica científica. Os conhecimentos eleitos para compor a identidade profissional do farmacêutico seriam reativados a todo momento com o intuito de embasar suas diferenças em relação aos “outros”, e conseqüentemente, determinar quem poderia atuar na área.

Em meio a esse processo, acompanharemos como os farmacêuticos enfatizaram a necessidade de sua participação em ações sanitárias, colocando-se como os únicos intermediários habilitados a venderem e manipularem substâncias. Perceberemos como os farmacêuticos buscaram estabelecer-se dentro daquilo que Eduardo Vargas nomeou de “partilha moral”, segundo a qual somente os especialistas (médicos ou farmacêuticos) poderiam mediar as relações entre as substâncias (drogas) e os corpos (VARGAS, 2002). A fim de inserirem-se de maneira mais direta nas ações de cura e formulação de remédios,

observaremos como os farmacêuticos vinculados à *Revista* e à *Escola* passaram a se debruçar, como mediadores da natureza, sobre a flora nacional. Cabe dizer que a flora já era amplamente explorada nas práticas populares de cura, sem as pretensões científicas daqueles especialistas, tanto no campo quanto na cidade (WISSENBAACH, 2011).

Em seguida, acompanharemos as controversas relações que os farmacêuticos mantiveram com os práticos de farmácia e médicos, desempenhando relações de convívio e disputa. Em relação aos práticos, esmiuçaremos como essas relações e desacordos pautaram-se em hierarquizações que, para os farmacêuticos, se justificavam em função do lugar científico. As rivalidades entre esses grupos residiam no processo de concessão de licenças, benefício por meio do qual os práticos poderiam abrir farmácia em cidades no interior.

A situação foi diferente no que concernia aos médicos, já que esses últimos dispunham de influência no contexto de modernização sanitária e, por isso, partilhavam os mesmos ideais de cientificidade e regulação almejados pelos farmacêuticos. Veremos como as relações como médicos não foram uma unanimidade entre nossos agentes, havendo posições que iam da aproximação plena ao distanciamento estratégico. Seguindo essas controvérsias, buscaremos perceber como as instáveis relações entre médicos e farmacêuticos foram mediadas dentro da *Escola de Farmácia*, cujo corpo docente era composto por essas duas categorias de profissionais.

Ao longo da última parte do segundo capítulo, procuraremos compreender um quadro mais complexo sobre a circulação dessas mulheres nos espaços de ensino e também em relação à sua atuação profissional ulterior. Para tanto, realizamos pesquisas sobre sua origem social, atentando, principalmente, para o local e nascimento e profissão dos pais. Consideramos que a pesquisa dessas trajetórias familiares - e pessoais - nos permitirá observar os diversos espaços de atuação para os quais essas farmacêuticas se direcionaram: criando medicamentos, atuando junto à Escola, ou mesmo, passando a circular em associações farmacêuticas criadas durante a década de 1910, como a *União Farmacêutica*.

Após acompanharmos como os farmacêuticos paulistas buscaram estabelecer-se como cientistas e, conseqüentemente, posicionarem-se como únicos intermediários capazes de manipular e fornecer os remédios à população, destinaremos nosso terceiro capítulo à “Farmácia em Ação”. Ao longo deste último capítulo, buscaremos analisar os objetos e práticas que, embora parcialmente negligenciados por nossos informantes, compuseram de maneira constitutiva a dinâmica das farmácias, como: rótulos, livros de

registro, embalagens, etiquetas, vidrarias. Veremos como esses objetos tornaram-se foco da legislação sanitária, na medida em que seria por meio de seu uso que remédios receitados por médicos, formulados por farmacêuticos e consumidos pelos pacientes poderiam se tornar rastreáveis em caso de possíveis problemas nessa cadeia.

Seguindo essa mesma perspectiva desejamos entrar “pela porta dos fundos das farmácias”, desconfiando do espaço secundário que nossos informantes reputaram às ações comerciais. Nosso objetivo será atentar como comércio e prática científica mesclavam-se a todo momento dentro das farmácias. Veremos também como as ações comerciais organizaram a maneira como nossos informantes relacionaram-se com outros agentes e instituições, como os droguistas e o Laboratório Farmacêutico do Estado.

Por fim, debateremos um pouco mais sobre a trajetória das farmacêuticas formadas, não perdendo de vista os dados sobre sua origem familiar coletados no capítulo anterior. Através do entrecruzamento dessas informações visamos debater de que maneira os elementos comerciais que compunham o cotidiano das farmácias, citados pelos farmacêuticos associados e docentes da Escola como secundários, podem ter despertado o interesse de mulheres oriundas das camadas médias urbanas ou de famílias de comerciantes, para as quais a formação oferecida por aquela instituição pode ter se mostrado uma oportunidade de instrução e ascensão social.

Capítulo I – Criar um espaço para a Farmácia em São Paulo

Neste primeiro capítulo, analisaremos por meio de quais caminhos os farmacêuticos paulistas buscaram fundar associações e revistas específicas, criando espaços de discussão separados da medicina. Para tanto, seguiremos os agentes (humanos e não humanos) que compuseram o processo de institucionalização da farmácia em São Paulo. Desconfiaremos da farmácia – e da profissão de farmacêutico – como categorias estáveis, atentando aos arranjos não-lineares por meio dos quais nossos informantes tentaram se definir. Partindo desses eixos, nos perguntamos: o que era a prática farmacêutica? Como esses profissionais se relacionavam com os objetos? E finalmente, que objetos eram esses?

O periodismo especializado em farmácia foi um dos veículos por meio dos quais os farmacêuticos paulistas buscaram perpetuar suas ideias, criar um público de leitores, assim como, um sentimento de comunidade que envolvesse os colegas do interior. As revistas paulistas de farmácia, entre 1895 e 1917, serão nossas principais fontes de análise: consideramos que foram nesses espaços de fala que os farmacêuticos paulistas definiram uma identidade profissional, perpetuando suas demandas políticas e partilhando as experiências vivenciadas em laboratório.

Estabelecer publicamente a farmácia como área científica, envolveu se posicionar frente ao status “auxiliar” que essa profissão dispunha em relação à medicina. Os estudos de Vera Marques sobre o período colonial nos permitem observar como essa hierarquia entre farmacêuticos e médico possuía uma longa trajetória em nossa história, remontando ao século XVII:

A preparação e a venda do medicamento adquirem status menor e subserviente ao serem caracterizadas como atividades mecânicas. Os médicos, ao não conseguirem mais realizar o processo de cura por inteiro, vendo-se compelidos a dividi-lo, abrem mão da preparação do medicamento. (...) Criou-se então uma espécie de estágio intermediário entre a arte nobre, que um dia fora desempenhada pelos físicos e a arte ‘servil’ praticada pelos boticários. (MARQUES, 1999, p. 161).

Em relação ao período Imperial, Verônica Velloso nos aponta a manutenção do lugar secundário ocupado pelo farmacêutico. A autora argumenta que o lugar desprestigiado da prática farmacêutica em relação à medicina, devia-se, justamente, ao labor manual requisitado durante as manipulações:

A divisão entre artes de curar, pelos ofícios de médico, cirurgião e boticário, permanecia fundamentada, de certa forma, na

distinção entre arte liberal e arte mecânica, sendo os médicos representantes da primeira, superior e nobre, enquanto os boticários seriam os ‘cozinheiros dos médicos’ como sugeriu Bluetau no século XVIII, ficando responsáveis pelo trabalho manual de preparação dos remédios. (VELLOSO apud MARQUES, 2007, p. 108).

Percebemos como no século XIX, o farmacêutico ainda dispunha da fama de auxiliar do médico, chegando a ser mencionado como seu cozinheiro. Conforme tentarei demonstrar a seguir, os agentes envolvidos no processo de institucionalização da farmácia em São Paulo buscaram aproximar o farmacêutico do laboratório, com o objetivo de demonstrar que essa atividade em nada se assemelharia aos procedimentos culinários realizados na cozinha. Veremos nas páginas seguintes como a formação de alianças será um passo essencial para os farmacêuticos afirmarem-se como cientistas na cena paulista, destacamos que esses novos aliados envolveram tanto os objetos do laboratório quanto farmacêuticos do interior, naturalistas e, mesmo, alguns médicos.

Um passo estratégico para desvencilhar o farmacêutico da fama de auxiliar e, conseqüentemente, aproximá-lo da imagem de cientista, seria a fundação de uma instituição de Ensino autônoma, na medida que dois dos três cursos de Farmácia em atuação nesse período eram vinculados à Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Sendo assim, um dos objetivos do capítulo será atentar às alianças e conflitos que permearam a fundação da Escola de Farmácia em 1898. Diferentemente da Escola Politécnica e a Escola Agrícola Luiz de Queiroz - também fundadas na década final de 1890 -, a Escola de Farmácia possui a especificidade de ter contado com uma significativa quantidade de alunas e formadas desde seus anos iniciais. Sendo assim, pretendemos mapear as tensões, conciliações e deslocamentos que envolveram a presença de mulheres nessa instituição de ensino.

Também debateremos de que maneira a Escola de Farmácia consolidou um currículo para o farmacêutico, delimitando quais critérios deveriam ser perpetuados pelas futuras gerações de profissionais. E por fim, veremos como os docentes e estudantes dessa instituição que passaram a circular nas reuniões e debates promovidos pelos congressos médicos latino-americanos, brasileiros e no Primeiro Congresso Médico Paulista. A presença dos(as) farmacêuticos(as) nesses eventos fortaleceu a identidade científica que se desejava fundar, como também, colaborou na efetivação da *Pharmacopea Paulista*, lançada em 1917.

1.1. Apresentando nossos agentes

Nesse momento do texto, nosso objetivo será apresentar mais diretamente os agentes que se envolverão nesse processo de institucionalização, assim como, ressaltar as alianças que tornaram as publicações e agremiações farmacêuticas possíveis. Destacaremos as descontinuidades que marcaram esse processo, as mudanças de personagens e distintas propostas que circularam pela imprensa de farmácia e suas instituições entre 1895 e 1917.

Como veremos a seguir, em certos momentos os periódicos voltados aos debates de farmácia vincularam-se a associações científicas, como a Sociedade Farmacêutica Paulista e a União Farmacêutica, já em outros foram mantidos por particulares, dentre os quais citamos os farmacêuticos Luiz de Queiroz⁶, José Meira de Vasconcelos e Cristóvão Buarque de Holanda. A fim de conhecermos melhor nossos agentes e a circulação deste tipo de periodismo, mapeamos as publicações paulistas em farmácia até 1917, assim como, os grupos envolvidos em sua circulação e manutenção.

Antes de partirmos para a descrição destas publicações e seus mantenedores, consideramos que os envolvidos no processo de institucionalização da farmácia em São Paulo entre 1895 e 1917, podem ser divididos em duas “gerações”. A primeira se situaria temporalmente entre 1895 e 1910, sendo composta por membros da Sociedade Farmacêutica, fundadores da Escola de Farmácia de São Paulo e seus professores durante a primeira década de funcionamento. Observamos que essa primeira geração foi composta pelos farmacêuticos que se envolveram na perpetuação das primeiras publicações científicas da área em São Paulo e na formação de um currículo para essa profissão no Estado. Dentre os membros desse grupo citamos Luiz de Queiroz, Ignácio Puiggari, Frederico Borba, Pedro Baptista de Andrade, Cristóvão Buarque de Holanda, José Eduardo Macedo Soares e João Meira de Vasconcelos.

Compreendemos que ao longo da década de 1910, emergiram algumas especificidades em relação às instituições e agentes que reunimos na primeira geração. Embora alguns farmacêuticos citados acima continuassem a publicar artigos e se envolver nas discussões sobre prática farmacêutica, percebemos o rearranjo das alianças e uma

⁶ Luiz Manoel Pinto de Queiroz, nasceu no Rio de Janeiro em 1867 e iniciou seus estudos na Escola de Farmácia de Ouro Preto. Entretanto, devido ao fechamento temporário dessa instituição nas décadas finais do século XIX, Queiroz completou seus estudos em farmácia no Rio de Janeiro. (UNIÃO, 1916).

certa renovação dos (e das) agentes envolvidos (e envolvidas) nos espaços institucionais da profissão, como descreveremos a seguir.

Durante a década de 1910, a Escola de Farmácia passou a dividir espaço com outras instituições voltadas ao ensino de farmácia, como a Universidade Livre de São Paulo (1911) e a Escola de Farmácia e Odontologia Pindamonhangaba, fundada em 1913. Em 1913, vemos a criação da União Farmacêutica (atual Unifar), associação que viria preencher a ausência da Sociedade Farmacêutica, que encerrara suas atividades por volta de 1898. Consideramos que essas novas associações e espaços de ensino inseriram novas dinâmicas à vida institucional da profissão em São Paulo, inserindo novos (novas) agentes, assim como, proporcionaram mais espaço de fala e atuação para os (as) formados (e formadas) na Escola de Farmácia de São Paulo e farmacêuticos advindos de outras regiões.

Dentre os profissionais desta segunda geração, constam alunos (e alunas) formados (e formadas) pela Escola de Farmácia, como: Candido Fontoura, Annita Tibiriçá, Maria José Dornelas Meira de Vasconcelos e Hebe de Andrade (as duas últimas filhas de professores da primeira geração). Assim como, professores da Universidade Livre de São Paulo: Firmino Tamandaré de Toledo Júnior e José Malhado Filho, esse compôs a Sociedade Farmacêutica no momento de sua fundação em 1895 e voltou a aparecer na cena institucional da profissão somente durante a década de 1910. Por fim, ressaltamos também os dois primeiros presidentes da União Farmacêutica, respectivamente: João Alfredo Varella (que também atuava na Inspetoria de Farmácias) e Joaquim Maynert Kehl, formado no Rio de Janeiro.

Durante nosso estudo enfocaremos nas alianças e disputas estabelecidas, principalmente, pelos membros da primeira geração. Entretanto consideramos interessante atentar a existência de os novos agentes e interesses circulando pelas escolas, revistas e novas associações de farmácia a partir de 1910, já que foi nesse ambiente que se efetivou o projeto de criação de uma Farmacopeia Paulista em 1917, marco temporal de nossa pesquisa.

Retornando à primeira geração, destacamos que a Sociedade Farmacêutica Paulista foi a primeira associação desse estilo criada em São Paulo, em 10 de junho de 1894 na Rua São Caetano (SOCIEDADE, 1895). Nesse primeiro momento, foi aclamado diretor o farmacêutico Amando Camargo e como secretários Luiz de Queiroz e Francisco Paula Camargo (Idem.). Entre junho e dezembro de 1894, a Sociedade trocou três vezes

de diretor, assumindo, respectivamente: Amando Camargo, Amando Stockler e Henrique Schaumman (Idem.).

Entre dezembro de 1894 e abril de 1895, José Eduardo Macedo Soares ocupou o cargo de presidente, sendo seguido por Luiz de Queiroz, que dirigiu a Sociedade entre abril e dezembro do mesmo ano (SOCIEDADE, 1895). Durante 1896, a direção da Sociedade Farmacêutica Paulista coube a Ignácio Puiggari (SOCIEDADE, 1896). O Farmacêutico João Meira de Vasconcelos foi o diretor em 1897 (ATAS, 1897), e em 1898 observamos o retorno de Luiz de Queiroz à diretoria da associação, momento no qual a Sociedade contou com reuniões esvaziadas, não conseguindo realizar as sessões ordinárias de janeiro, março, maio e junho por falta de participantes (SOCIEDADE, 1898).

A despeito de 1898 ter sido o ano de fundação da Escola de Farmácia, momento no qual esses profissionais atingiriam seu objetivo de estabelecer uma instituição de ensino autônoma, esse também foi o momento no qual a Sociedade encerrou suas atividades. Consideramos que após o término da Sociedade Farmacêutica, a Escola de Farmácia se tornou o espaço institucional que abrigou as discussões de interesse dos antigos associados, muitos deles docentes da Escola. Além do mais, essa instituição de ensino também atuou na perpetuação de uma identidade para a profissão, consolidando um currículo.

A Revista Farmacêutica, que inicialmente foi propriedade da Sociedade Farmacêutica Paulista, começou a circular em maio de 1895, com o objetivo de alcançar profissionais do interior e debater temas considerados pertinentes a esse grupo. A Revista será nossa principal fonte no debate sobre a formação de uma identidade e um sentimento de comunidade para os farmacêuticos paulistas. Seus primeiros diretores foram os farmacêuticos Ignacio Puiggari e Rodrigues de Andrade, entretanto, já no segundo número, publicado em junho de 1895, Andrade se retirou e foi substituído pelo farmacêutico Frederico Borba (secretário na Sociedade nesse momento) (SOCIEDADE, 1895).

Entre junho de 1895 e dezembro de 1896, a Revista ficou, respectivamente, sob responsabilidade de Ignacio Puiggari, Frederico Borba e Luiz de Queiroz (SOCIEDADE, 1896). Entre janeiro e junho de 1897, o farmacêutico Francisco Borja Dias assumiu a direção da Revista, sendo sucedido por Epaminondas França, que dirigiu a publicação entre julho de 1897 e julho de 1898, contando com a parceria de Samuel Macedo Soares entre agosto de 1897 e julho de 1898 (SOCIEDADE, 1897; 1898). No intervalo de julho

de 1898 e fevereiro de 1899, identificamos as últimas publicações da Revista Farmacêutica enquanto órgão da Sociedade Farmacêutica Paulista, sendo Francisco Borja Dias o último diretor dessa fase.

Essa publicação retornou à cena em maio de 1899 como propriedade dos antigos associados José Meira de Vasconcelos e Cristovão Buarque de Holanda, e contando com uma extensa lista de colaboradores, como os farmacêuticos: Pedro Baptista de Andrade, José Rodrigues de Azevedo Soares, Alfredo Augusto da Silva, José Frederico de Borba, Francisco Borja Dias, assim como, o naturalista Alfredo Loeffgrën (CAPA, 1899). Apesar da vasta rede de colaboradores, o retorno da Revista Farmacêutica foi breve, apenas um número foi lançado nesse formato e, em seguida, esse periódico encerrou novamente suas atividades.

Em janeiro de 1902 identificamos que a publicação da Revista Farmacêutica retornou sob a propriedade de Luiz de Queiroz, que só abandonará o cargo de diretor em janeiro de 1917. Nesse momento, a Revista contou com a colaboração de “Todos os professores da Escola de Pharmacia” (CAPA, 1902).

A partir de 1903 percebemos que Luiz de Queiroz se aliou a outros profissionais da área de saúde para, assim, fortalecer e dar novo ânimo à Revista. A primeira parceria realizada pelo farmacêutico ocorreu entre 1903 e 1904, agregando dentistas paulistas ao corpo editorial. Observamos que esse estreitamento de relações já começava a despontar durante o ano de 1902, uma vez que além de textos sobre prática farmacêutica, a Revista também passou a publicar artigos sobre Carie Dentária, Higiene da Boca e Tratamentos Dentários. Ressaltamos que essa aliança entre Luiz de Queiroz e os dentistas, se deu no mesmo momento em que o corpo docente da Escola de Farmácia (do qual Queiroz fazia parte) estreitou relações com esse grupo, inserindo, em 1903, os cursos de Odontologia e Obstetrícia dentre as formações oferecidas pela Escola.

Como resultado desta aliança, a Revista Farmacêutica transformou-se em Revista Farmacêutica e Odontológica, circulando com esse nome entre 1903 e 1904. Essa nova publicação operava sob a direção dos Farmacêuticos Luiz de Queiroz e José de Paula Souza Camargo (que havia sido secretário da Sociedade Farmacêutica ao lado de Queiroz). E tinha como colaboradores os farmacêuticos: Cristóvão Buarque de Holanda, Ignacio Puiggari, Frederico Borba, Pereira Corsino e Ricardo Ribeiro; e os/as dentistas: Emílio Mallet, Joaquim Gomes Mayer da Fonseca e Deolinda Bigalcre (CAPA, 1904). Dentre os dentistas que compuseram o corpo de colaboradores da Revista destacamos que Emílio Mallet compôs o corpo docente do curso de Odontologia oferecido pela, então,

Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo (Idem.). E Deolinda Bigalcre habilitou-se como dentista em 1900, prestando exame de licenciamento oferecidos pela Escola no mesmo período (LIVRO, 1892-1906, p. 151).

Em 1905, os dentistas antes reunidos em torno da Revista Farmacêutica e Odontológica fundaram uma associação específica: a Sociedade Odontológica Paulista. A partir de então, esse grupo também passou a dispor de um periódico independente: a Revista Odontológica Paulista, que circulou em 1905 e 1911.

Nesse momento, a Revista Farmacêutica retornou com seu antigo nome, destacando em seu editorial que:

A Revista vai-se dedicar exclusivamente à classe farmacêutica, deixando por esse motivo a publicação da secção odontologia, em que foi honrada com a colaboração dos senhores cirurgiões-dentistas Mayer da Fonseca, Emílio Mallet e outros distintos colaboradores. (EDITORIAL, 1905, p. 2).

Durante o ano de 1905, essa publicação, que ainda era propriedade de Luiz de Queiroz, vinculou-se ao *Centro Farmacêutico Paulista*, publicando suas atas e lista de participantes. Entretanto, consideramos que essa associação possuiu um caráter efêmero, já que não conseguimos rastrear sua ação para além de 1905. Durante esse ano de funcionamento, o *Centro Farmacêutico Paulista* teve como diretor José Eduardo Macedo Soares e contou com alguns farmacêuticos que fizeram parte da *Sociedade Farmacêutica*, como: Cristóvão Buarque de Holanda e Epaminondas França (CENTRO, 1905).

A Revista Farmacêutica manteve suas publicações sem grandes alterações após 1905, até que em 1911 Luiz de Queiroz realizou uma nova parceria. Nesse momento, médicos foram chamados a compor o corpo de colaboradores, assim como, alguns farmacêuticos paulistas que citamos acima como membros da “segunda geração”. Desta nova aliança resultou a transformação da Revista Farmacêutica em Revista Farmacêutica e Terapêutica, que passaria a agregar debates sobre medicina e higiene em seus artigos.

Esta nova Revista esteve sob a direção de Luiz de Queiroz e Ulysses Paranhos, esse último era formado em medicina e farmácia e foi o primeiro diretor do Instituto Pasteur de São Paulo (REVISTA, 1911). Essa publicação circulou entre 1911 e 1913 e contou com um extenso e diversificado corpo de colaboradores, que incluía os engenheiros Henrique de Magalhães Gomes (professor da Escola Politécnica) e Alfredo Matta; os médicos: Pedro Augusto Pinto (professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), Paulo Ferreira e Francisco Tibiriçá, esse último foi um dos primeiros diretores

da Revista Médica de São Paulo (1899-1914); e os farmacêuticos: Frederico Borba, José Malhado Filho, João Alfredo Varella e Romeu Pereira (REVISTA, 1912).

Ao observarmos os autores de artigos na Revista Farmacêutica e Terapêutica, podemos perceber novas articulações entre membros da classe farmacêutica, principalmente de José Malhado Filho e João Alfredo Varella, membros da “segunda geração” de farmacêuticos paulistas e agentes diretamente envolvidos na fundação da *União Farmacêutica* em 1913⁷.

Essa nova associação colocou como uma de suas principais bandeiras conseguir a publicação de uma farmacopeia nacional, aspiração que já figurava entre os interesses da Sociedade Farmacêutica desde 1894. Conforme veremos a seguir, a temática da farmacopeia foi objeto de debate em diferentes congressos e eventos médicos, sem grande sucesso até 1916, quando os farmacêuticos conseguem viabilizar a farmacopeia paulista em parceria com o Primeiro Congresso Médico Paulista (ANAI, 1916).

Essa associação criou, em julho de 1915, um periódico que também se chamava União Farmacêutica. A partir desse momento, uma nova publicação farmacêutica apareceu em São Paulo, diversificando um pouco mais os espaços reservados aos debates sobre a profissão, uma vez que a Revista Farmacêutica ainda se apresentava como o único periódico da área na cidade.

A nova revista tinha como diretor Antônio J. Salgado Junior e ressaltou desde seu primeiro editorial que pretendia manter uma relação de cooperação com a Revista Farmacêutica, que desde janeiro de 1914 retornara ao seu antigo nome e à direção exclusiva de Queiroz:

A União Pharmaceutica, orgam da Sociedade que lhe dá o nome, vem pois, secundar o trabalho hercúleo do conhecido farmacêutico e industrial dr. Luiz de Queiroz, lente da escola de Pharmacia que a muitos anos dirige uma outra Revista e que muito há feito pelo elevamento da classe, da qual é um de seus ornamentos. (UNIÃO, 1914, p. 2).

A revista *União Farmacêutica* circulou entre 1914 e 1981, sofrendo diversos períodos de interrupção em suas publicações. Acompanhamos esse periódico somente até 1917, e percebemos a existência de um pequeno intervalo no ano de 1915. Nesse momento, Luiz de Queiroz e Antônio J. Salgado realizaram uma parceria estabelecendo que a Revista Farmacêutica passaria a publicar, a partir de julho de 1915, artigos que antes

⁷ As informações sobre os presidentes da União Farmacêutica foram retiradas do site da Unifar, desdobramento dessa associação. Fonte: <http://www.unifar.org.br/presidentes-unifar.html> Acesso em 15 de fevereiro de 2018.

se destinariam à revista *União Farmacêutica*: “Com a parada nas publicações da União Farmacêutica em 1915, seu diretor Salgado filho integraram à Revista Farmacêutica que receberá as mensalidades antes direcionadas a União.” (REVISTA, 1915, p. 97).

Em março do ano seguinte, a revista União Farmacêutica retornou com suas atividades sob a direção de Antônio J. Salgado Filho, e a Revista Farmacêutica anunciou que: “Termina com esse número o nosso compromisso, tanto mais que a União Farmacêutica reencetou no mez passado a publicação de sua Revista.” (AVISOS, 1916, p. 33).

Por fim, Luiz de Queiroz retirou-se da direção e propriedade da Revista Farmacêutica em janeiro de 1917, deixando essa publicação para Firmino Tamandaré de Toledo Junior (NOSSA, 1917). Esse último era professor da Universidade Livre de São Paulo e participou, juntamente, com Queiroz na elaboração da Farmacopeia Paulista, que seria lançada naquele mesmo ano (PHARMACOPEA, 1917).

Por meio das descrições realizadas acima, buscamos dar um certo panorama dos principais agentes e instituições que compuseram o processo de institucionalização da farmácia em São Paulo desde a fundação da Sociedade Farmacêutica Paulista, em 1895, até o lançamento da Farmacopeia Paulista em 1917. Ao longo deste primeiro momento, percebemos como os espaços institucionais dedicados às discussões sobre farmácia não abrigaram apenas farmacêuticos, envolvendo também médicos, engenheiros e dentistas.

Ao longo deste capítulo e dos seguintes, nos concentraremos, principalmente, na circulação dos agentes pertencentes à primeira geração de farmacêuticos, ou seja, aqueles que se envolveram na *Sociedade Farmacêutica Paulista* e compuseram as alianças que tornaram possível a fundação da Escola de Farmácia, em 1898. Por meio deste enfoque, pretendemos observar com mais atenção os debates sobre prática farmacêutica na cidade de São Paulo na virada para o século XX e seus anos iniciais. Também desejamos acompanhar de que maneira as farmacêuticas formadas pela Escola circularam na cena institucional e profissional que se visava fundar para a profissão naquele momento.

Atentaremos ao processo por meio do qual os membros dessa primeira geração de farmacêuticos associados buscaram se afirmar e serem reconhecidos como cientistas. Assim como as alianças que tornaram a publicação da Farmacopeia Paulista possível, uma vez que esse manual compôs de maneira relevante o processo da institucionalização da profissão, unificando receitas para manipulação de medicamentos e definindo quais objetos e medidas deveriam ser mobilizados.

1.2 – Afastar-se da cozinha: formação de uma identidade científica.

Descrevermos acima os múltiplos os agentes que se envolveram na manutenção e direção da Revista Farmacêutica - e outras publicações de farmácia-, a fundação da Escola de Farmácia, bem como, a elaboração da Farmacopeia Paulista em 1917. A partir deste panorama percebemos que a criação e manutenção de espaços de fala institucionais para a farmácia em São Paulo não se fez apenas por intermédio da ação de farmacêuticos, envolvendo também dentistas, engenheiros e médicos.

Agora, ampliaremos um pouco mais nossa visão acerca das alianças empreendidas pelos farmacêuticos paulistas a fim de firmarem-se como cientistas e ressaltarem sua utilidade para as políticas de saúde que ganhavam espaço na cena paulista, durante o início da República. Tendo em vista nosso objetivo de romper com uma visão evolutiva sobre a trajetória da farmácia em São Paulo, precisaremos nos afastar do entendimento de que a prática farmacêutica possuiria uma verdade intrínseca que apenas ganhou força institucional após a criação da Sociedade.

Consideramos, justamente, que a criação de instituições farmacêuticas e perpetuação seu entendimento sobre o que seria a prática farmacêutica científica, não se empreendeu pela progressiva ascensão de preceitos isolados e intrinsecamente verdadeiros, mas sim pela constante disputa e criação de alianças com outros grupos (humanos e não-humanos). Nos seus estudos sobre ciência, o antropólogo Bruno Latour discute a necessidade de se inserir num coletivo composto por homens e objetos, para que, assim, um grupo ou uma teoria sejam reconhecidos como “científicos”:

O adjetivo “científico” não é atribuído a textos isolados que sejam capazes de se opor à opinião das multidões por virtude de alguma misteriosa faculdade. Um documento se torna científico quando tem a pretensão de deixar de ser algo isolado e quando as pessoas engajadas em sua publicação são numerosas e estão explicitadas no texto. (LATOUR, 2011, p. 48).

Partindo desta perspectiva consideramos que os farmacêuticos reunidos, inicialmente, em torno da Sociedade Farmacêutica Paulista, buscaram fundar uma identidade profissional abandonando o isolamento nos estabelecimentos farmacêuticos e buscando formar uma consistente rede de aliados humanos e não humanos. De início, observaremos como a Revista buscou estreitar os laços entre os profissionais da capital e do interior:

Como foi que os nossos colegas d'além mar conseguiram elevar a nossa classe? Instruindo-se, formando associações e criando revistas profissionais. Trataremos, pois, de imitá-los e conseguiremos

certamente o nosso *desideratum*. (...) Como associados, já temos sido atendidos com imediatas e necessárias soluções pelos altos poderes do Estado, e aquilo que assim conseguimos talvez não nos fosse possível alcançar por meio de um simples pedido individual. (EDITORIAL, 1895, p. 1).

Através da circulação e troca de experiências promovidas por esse periódico, os associados buscavam, sobretudo, criar um sentimento de comunidade, capaz de agregar tanto os profissionais da capital paulista quanto do interior, na medida que: “As colunas desta Revista são francas para todos os assuntos científicos, práticos e moraes referentes à profissão farmacêutica.” (CAPA, 1895, s/p).

Desde seu primeiro número, a Revista Farmacêutica mostrava-se como espaço de sociabilidade, no qual os farmacêuticos poderiam dialogar sobre experimentos quotidianos e novos, debater sobre a legislação sanitária ou a criação de espaços institucionais, e, também, fazer denúncias contra eventuais abusos de autoridades ou desempenho ilegal da profissão⁸.

Luiz Otávio Ferreira (1999) discute como a explicitação dos debates médicos, via circulação de periódicos especializados, proporcionou a formação de uma audiência maior para a medicina carioca nas décadas iniciais do século XIX, fornecendo-lhe uma legitimidade institucional. Márcia Silva (2014), enfocando o periodismo médico paulista durante a República, acrescenta que os artigos publicados nas revistas de medicina buscavam estabelecer uma prática comum, transmitir métodos novos e também enaltecer a contribuição do saber médico para a construção da nação.

Analisaremos como, nesse primeiro momento, as publicações da Revista Farmacêutica buscaram ampliar a audiência dos estudos nessa área, para, assim, propagar e fortalecer a imagem do farmacêutico como cientista. Conforme observamos no trecho retirado do artigo De Mez em Mez – maio de 1895 -, buscava-se fortalecer o entendimento de que a prática farmacêutica seria um saber-fazer científico e que deveria, sobretudo, ser partilhada:

De mais, a nossa classe, meus amigos, ressentia-se mesmo da falta de um orgam que a ela se dedicasse, e precisavam os farmacêuticos de São Paulo de um jornal que levasse de um lugar a outro, de cidade em cidade, assim como que uma visita que um colega deve fazer a outro colega, um recado, uma notícia, espalhando por esse modo, - único possível – entre todos, o fruto do trabalho científico e prático e cada um. (D’Azir, 1895a, p. 14).

⁸ No próximo capítulo realizaremos uma discussão um pouco mais detida na questão das denúncias do exercício ilegal da farmácia, assim como, quais os critérios que embasariam a identificação do “charlatão”.

A partir do estímulo ao compartilhamento de experiências e conhecimentos, os redatores buscaram compor uma coletividade, que se reuniria em torno de um entendimento comum sobre a prática farmacêutica. Os membros da Revista exaltavam o papel dos estudos em farmácia na promoção do progresso e modernização nacional⁹, entretanto, conforme veremos a seguir, a compreensão sobre o que seria essa prática comum ainda estava delineando-se. Em diálogo com Ferreira (1999), também pontuamos a importância em se formar uma audiência que não se restringisse aos profissionais de farmácia, fortalecendo essa área de estudo, através de sua circulação na cena pública.

Os conteúdos veiculados nas sessões *Bibliografia*, *Crônicas* e *Revista das Revistas* buscavam inserir a recém-criada Revista Farmacêutica no meio editorial e científico de sua época, através da troca de fascículos e divulgação de artigos originalmente discutidos em periódicos paulistas e cariocas, como o: *Brazil Médico*, *Tribuna Médica*, *A Escola Pública* e também o *Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*.

A redação da Revista também recebeu exemplares de revistas internacionais: Revista Internazionale di Farmacologia (Milão), El Restaurador Farmaceutico (Barcelona) e o Jornal de Pharmacia e Sciencias Accessorias (Lisboa). Desde os primeiros números, a Revista interessara-se em publicar estudos sobre a flora nacional, dentre os quais podemos citar republicações de artigos escritos pelo naturalista Albert Löfgren. Os diferentes periódicos e estudos citados na Revista, demonstram a intenção de conformar uma audiência mais ampla, traçando diálogos com outros grupos engajados na questão do progresso nacional e da ciência, tais como: médicos, naturalistas e professores.

Diversos artigos da Revista estabeleciam uma relação de proximidade entre médicos e farmacêuticos, destacando que um remédio bem manipulado asseguraria a cura do paciente:

Uma boa farmácia, isto é, a preparação conscienciosa dos medicamentos, sua qualidade irreprochável e uma dosagem de perfeita exatidão constituem condições indispensáveis para a eficácia de qualquer medicina; e se esta condição de boa farmácia não for preenchida, os esforços do médico serão nulos – seja qual for o seu saber, seja qual for a sua experiência. (D’AZIR, 1895c, p. 60).

⁹ Márcia Silva trabalha em seus estudos a forte relação que se estabeleceu no período republicano entre Ciência e Progresso Nacional: “Indicada a ciência como fator de modernização e progresso, seus especialistas, entre eles os médicos, foram buscados como uma elite mobilizada a favor de novas soluções para o país.” (SILVA, 2014, p. 180).

Levando em consideração o status desprestigiado que a farmácia dispunha quando comparada à medicina, observaremos como estabelecer vínculos com os médicos, e suas publicações, não seria suficiente para que os farmacêuticos associados atingissem seu objetivo de criar um espaço de ensino e um campo profissional autônomos. Diversos artigos da Revista destacavam a necessidade em se delimitar quais as responsabilidades, conhecimentos e objetos específicos dos farmacêuticos, frisando sua diferença em relação aos médicos.

Desde o Regulamento Sanitário de 1893 (SÃO PAULO, 1893), o exercício simultâneo da farmácia e medicina era proibido, desta forma, mesmo se o indivíduo possuísse os dois diplomas, ele deveria optar qual profissão exerceria. Apesar da legislação vigente, percebemos que tais fronteiras ainda não estavam completamente definidas, tornando-se objeto de discussão. Em *Considerações sobre a classe Pharmaceutica*, coletânea de artigos publicada entre maio e outubro de 1895 pelo médico Mariano Costa¹⁰, o autor explorou diferentes temáticas dentre as quais destacaremos a questão da simultaneidade do exercício da farmácia e da medicina. Em artigo publicado em junho de 1895, o autor argumenta: “Não conheço associação mais irregular do que a do médico e do farmacêutico, visto que, por esse fato, desaparece a fiscalização recíproca, que deve haver de um lado e de outro.” (COSTA, 1895a, p. 27)

Definir qual seria a prática farmacêutica científica e estabelecer sua legitimidade na esfera pública envolvia tanto a busca de aliados, quanto a delimitação de fronteiras em relação à medicina, de forma a abandonar o status de auxiliar ou “cozinheiro” que esse profissional dispunha desde os tempos coloniais. Esse entendimento de que o farmacêutico seria um subordinado do médico estava bastante consolidado na passagem para o século XX, pois até mesmo em artigos publicados no interior da Revista percebemos tal perspectiva. Citando novamente a coletânea escrita por Mariano Costa, notamos que o rigor com o qual o autor condenou o exercício simultâneo da medicina e da farmácia no artigo citado acima, já não se aplicava ao trecho publicado em setembro do mesmo ano:

Si houvesse meio que nos ministrasse recursos precisos para pesar qual o maior abuso, eu diria que o mais grave é o do farmacêutico e como feliz ou infelizmente sou médico e não quero que julguem que eu desejo atenuar as faltas dos membros da classe de que sou um dos mais obscuros soldados, passarei a demonstrar a verdade do que

¹⁰ Mariano Costa, se apresenta ao longo de seus artigos como médico clínico. Em anúncios presentes no Almanach Paulista de 1881, Costa aparece como médico de estômago, fígado e intestino, cujo consultório se localizava na região da Sé. (ALMANACH, 1881, p.192)

avancei, sem que me possam tachar de parcial. (...) O médico estuda pharmacia teórica e prática no último ano, ainda que deficientemente, mas aqui o facto é mais grave, porque o farmacêutico não conhece absolutamente nada ou antes não estuda nenhuma das cadeiras do curso médico. Sendo assim, eu pergunto agora como é que um homem que não conhece fisiologia, nem mesmo rudimentos, que não estudou patologia, que não frequentou clínicas, pode exercê-la? (COSTA, 1895c, p. 95)

No excerto acima, Costa argumentou que, embora o exercício simultâneo da farmácia e da medicina fosse reprovável, o médico estaria mais habilitado a entrar na área farmacêutica do que o inverso. Refletindo, assim, as relações hierárquicas que se mantinham entre as profissões de saúde, segundo as quais, o farmacêutico sempre careceria de conhecimentos quando comparado ao médico. Para justificar esta relação assimétrica, o autor alegou que o exercício da medicina exigiria conhecimentos que não eram adquiridos pelo farmacêutico em sua formação, tais como: o estudo de patologias, fisiologia e exercício da clínica. Por outro lado, a presença de matérias como farmácia teórica e prática no último ano das Faculdades de Medicina, legitimaria, segundo o autor, que o médico, caso necessário, manipulasse medicamentos.

A resposta a esse argumento não tardaria, no número seguinte – outubro de 1895 – a Revista trouxe em seu editorial o artigo *Escola de Farmácia*. Essa publicação debateu a questão do ensino farmacêutico e disferiu fortes críticas aos currículos dos cursos ministrados nas escolas Médicas da Bahia e do Rio de Janeiro e também na Escola de Farmácia de Ouro Preto:

Em todas elas [escolas de farmácia existentes] o ensino é meramente teórico e quase que de nada vale por isso mesmo, e se ele é incompleto em Minas, nos outros dois lugares tem ainda o estudo da Pharmácia a desvantagem de ser feito em comum com o da Medicina, de sorte que a química, por exemplo, que é a ciência indispensável por excelência, ciência que constitui por assim dizer a alma, a vida e o tudo do farmacêutico, essa é horivelmente sacrificada! O médico precisa de chimica médica e teórica e isto lhe basta muito; o pharmacêutico ainda quer e tem necessidade da chimica prática, da chimica industrial e analítica: as chimicas de laboratório. Precisa aquele saber, entre dois ou mais corpos, quais são as reações possíveis e, quando muito, porque elas se dão; este necessita, além disso, de assistir à transformação, de provocá-la, de fazê-la de modo mais ou menos pronto, mais ou menos favorável, segundo os casos. Um e outro precisam da química, mas a de um é muito diversa da chimica do outro. Assim sendo, como se há de satisfazer a ambos em uma mesma aula, num mesmo momento? Das duas partes uma será forçosamente sacrificada, quando não o forem ambas, que é o que se nota nas nossas Escolas. (ESCOLA, 1895, p. 111).

A fim de afastar o farmacêutico da fama de auxiliar, os membros da Sociedade tinham em seus planos a proposta de criar uma instituição de ensino autônoma, com um currículo específico. O editorial citado acima, por exemplo, demarcou as fronteiras entre farmacêuticos e médicos descrevendo as distintas maneiras que a química estava presente nas duas atividades. A “química do médico” envolveria o aprendizado de princípios gerais a fim de que o estudante pudesse conhecer as reações e seus desdobramentos, enquanto a “química do farmacêutico” estava voltada para uma relação mais direta com os compostos, na medida que o estudante aprenderia a dar assistência às reações, provocá-las e, se necessário, modificá-las.

A diferença apontada residia na maneira como cada profissional se relacionaria com as substâncias, este entendimento em relação à prática farmacêutica almejava, justamente, afastar a imagem do reproduzidor de receitas ou cozinheiro do médico. Para tanto, defendia-se que a futura Escola de Farmácia formaria cientistas a serviço do progresso da nação: “Simples manipuladores ou verdadeiras máquinas de aviar receitas, isso temos muito e de sobra até, o que precisamos é de homens de ciência e que possam fazer por si, pela pátria e pelos seus.” (Ibid., p. 112).

O editorial de outubro também sustentava que o ensino na Escola deveria promover a formação prática do farmacêutico, capacitando-o tanto para o trabalho terapêutico quanto industrial:

Faça-se agora uma Escola de Pharmacia, mas de Pharmacia prática e para qual só entrem pessoas que saibam já manipular; ensine-se nessa Escola chimica e muita chimica ao lado das outras ciências naturais indispensáveis, e verão como a indústria se desenvolverá em nossa terra e como a estabilidade da fortuna nacional e particular se firmará cada vez mais. (Idem.).

Tal conexão entre o ensino de ciências, industrialismo e progresso nacional, não figurou apenas nos discursos acerca da Escola de Farmácia. Através dos estudos de Elza Nadai, observamos que estes três eixos também estiveram presentes no caso da Escola Politécnica (fundada em 1893): “Ideais e valores difundidos na prática escolar se articulavam em torno de alguns temas básicos – a Escola enquanto um centro de ciência, o industrialismo e a formação moral do aluno.” (NADAI, 1987, p. 82). A autora também pontua que esta formação moral se assentava, em grande medida, na concepção do cientista imbuído da tarefa de dominar a natureza (e, porque não, os outros indivíduos), para, assim, promover o progresso: “Reafirmava-se, assim, o papel da ciência na

superação do atraso e da criação das condições para se instalarem o progresso e a modernização. ”. (Ibid., p. 84)

Com do objetivo de exaltarem sua contribuição científica para o progresso nacional, observamos acima como os membros da Sociedade Farmacêutica, ao mesmo tempo que estabeleciam alianças – através da formação de uma audiência mais ampla -, também necessitaram delimitar fronteiras em relação aos médicos. Consideramos que foi por meio deste movimento co-extensivo - ganhar aliados e estabelecer limites – que os redatores da revista foram demarcando e esclarecendo o que seria a prática farmacêutica científica e, principalmente, como ela poderia contribuir para a República.

Destacamos que essa busca por aliados não se resumiu a relações entre humanos – farmacêuticos, naturalistas, médicos - e suas instituições – sociedades científicas e revistas. Ao longo do artigo *Escola de Pharmácia* – que citamos acima-, observamos como a relação entre esses profissionais e os não-humanos (LATOUR, 2001) – compostos químicos, medicamentos e plantas - foi evocada tanto para frisar a necessidade de um currículo específico para a formação do farmacêutico, quanto para fortalecer a imagem desse profissional como cientista atuante junto ao progresso nacional.

Além da química, discutiremos mais à frente como a botânica também foi mencionada enquanto conhecimento constituinte da prática farmacêutica. Tais áreas ganharam destaque nas sessões *Prática Pharmacêutica*, *Formulário* (descreve as fórmulas dos medicamentos) e *Pharmácia e Química*, dedicadas a descrever como dosar substâncias, recolhê-las, diluí-las, saturá-las, assim como, conhecer, classificar e instrumentalizar as chamadas “virtudes terapêuticas” da flora nacional.

Nesse momento, analisaremos como os conhecimentos e traduções oriundas da química constituíram importantes aliados na delimitação de uma identidade para o farmacêutico cientista, definindo, assim, por meio de quais caminhos¹¹ esses profissionais se relacionariam com seus objetos.

O artigo *Phospho-glycerato de Cal* publicado em junho de 1895, iniciou-se destacando a relevância deste sal na terapêutica europeia e as possibilidades de sua implantação nas farmácias nacionais. Em seguida, apresentou uma breve descrição de

¹¹ Atentando a tais caminhos nos afastaremos de um entendimento que polarize a teoria e a prática, como se o saber químico fosse uma bagagem racional - exterior - aplicada ao objeto empírico. Buscaremos justamente observar as traduções químicas como caminhos por meio dos quais o diálogo com os objetos se tornaria viável. Em diálogo com Latour e William James: “en lugar de un ‘salto mortal’ entre palabras y cosas, en la práctica, uno siempre se encontraba ante una forma de reptar, muy corriente y la vez muy particular, que va de documento en documento hasta alcanzar un discernimiento sólido y asegurado sin pasar nunca por las dos etapas obligatorias del Objeto y Sujeto.” (LATOUR, 2014, p. 88).

como eram obtidos determinados compostos de fosfato e de cal voltados ao uso terapêutico:

Serviam-se nossos antepassados dos ossos que, como todos sabem, são compostos de phosphato e carbonato de cal e de uma substância gelatínea, e, para preparar os sais destas substâncias, utilizavam-se não de retortas ou outros aparelhos, mas simplesmente do tubo digestivo de um cão o qual era exclusivamente alimentado por ossos. Assimilando a substância gelatínea, que é alimentícia, o cão defecava a mistura do phosphato e carbonato de cal, mistura esta a que davam o nome de *album graecum* ou *stercus caninum album* e que era muito preconizada pelos Esculápios daqueles tempos. (PHOSPHO-GLYCERATO, 1895, p. 31).

Embora esta técnica tenha sido mencionada como algo que pertenceria a um passado distante, no trecho seguinte, explicita-se que tal procedimento era mobilizado contemporaneamente à Revista, e foi ativamente descartado pelos redatores, que não o reconheceram como método válido: “Ainda em nossos dias, há muitos que usam d’este singular medicamento: nós, porém, não os acompanhamos, e, se precisarmos de algum reconstituente, não queremos que nos fallem no tal – *Album graecum*; servir-nos-emos do glicero-phosphato de cal, de que vamos nos ocupar.” (Idem.).

Por fim, o autor segue a descrição dos procedimentos necessários para a produção do glicero-fosfato de cal: “Ácido phosphorico líquido à 60° - 3 kilos; Glycerina Pura à 29° - 3,6 kilos. Mantém-se à temperatura de 100° e 110° durante seis dias consecutivos, agitando 3 a 4 vezes por dia.” (Ibid., p.32). Esse artigo, assim como outros neste perfil, pretendia apresentar um novo composto aos farmacêuticos leitores e descrever os procedimentos necessários à sua obtenção, citando instrumentos e gestos familiares aos laboratórios químicos: ações de ferver, filtrar, diluir e precipitar as substâncias. E por fim, o composto obtido ao final dos experimentos fora apresentado em sua fórmula química $C_3H_7PhO_6 \cdot 2H_2O$ (Idem.).

Este tipo de descrição aproximava os objetos e técnicas apresentadas no preparo do Glicero-fosfato de cal dos “critérios de demonstração” e “regras de validação” (BENSAUDE-VINCENT; STENGERS, 1993, p. 13) oriundos da química, com o intuito de destacar como a produção desse sal advinha de um trabalho científico. O *Album-graecum*, por sua vez, não gozaria deste mesmo estatuto, pois sua preparação se efetivaria por meio do “tubo digestivo de um cão” (PHOSPHO-GLYCERATO, 1895, p. 31), sem o recurso ao cálculo de proporções, regulação de temperatura e objetos de laboratório – como o retorno. A aproximação entre o Glicero-fosfato de cal e a química, além de destacar a passagem do autor pelo laboratório, também confere ao leitor a possibilidade

de refazer, em sua farmácia, as reações químicas que levariam à obtenção deste novo composto.

Tornar este novo composto reproduzível seria de suma importância para os projetos da Sociedade, pois na medida em que os leitores se tornassem capazes de replicar os receituários publicados e espalhar esses novos objetos, criava-se um sentido de comunidade. Além do mais, segundo Latour, um estudo que deseje ser reconhecido como científico deve mostrar as cadeias de referência que sustentam seus argumentos. Desta forma, o conhecimento deve, ao mesmo tempo, fixar-se no papel e demonstrar seu contanto com o experimento que lhe originou, tornando-o reproduzível e, consequentemente, produtor de verdades:

Uma propriedade essencial dessa cadeia é sua necessidade de permanecer reversível. A sucessão de etapas tem de ser rastreável, para que se possa viajar nos dois sentidos. Se a cadeia for interrompida em algum ponto, deixa de transportar a verdade - isto é, deixa de produzir, de construir, de traçar, de conduzir a verdade. A palavra “referência” designa a qualidade da cadeia em sua inteireza e não mais a *adequatio rei et intellectus*. Aqui, o valor de verdade circula como a eletricidade ao longo do fio, enquanto o circuito não é interrompido. (LATOUR, 2001, p. 86).

Os membros da Sociedade buscaram afastar a imagem do farmacêutico como cozinheiro do médico, criticando o entendimento de que esse profissional “apenas misturaria” substâncias, sem possuir “conhecimentos” sobre o assunto. Os artigos publicados na Revista desejavam perpetuar a noção de que os farmacêuticos possuíam um campo de atuação específico e científico, já que esse profissional embasaria suas ações em fundamentos da química e da botânica. Defender a imagem do farmacêutico como cientista significava transformar a cozinha em laboratório, ou seja, subordinar o corpo à mente demonstrando o domínio dos objetos manipulados, para assim, conquistar um espaço de fala na República.

Os debates atuais sobre ciência, tecnologia e sociedade, nos permitem desconfiar da naturalidade com a qual corpo e mente foram separados historicamente. Desta cisão surge o entendimento de somente os conhecimentos que se apresentassem de maneira neutra e ascética - “sem corpo” – poderiam ser considerados “objetivos” ou científicos. Donna Haraway (1995) e Isabelle Stengers (2013) apontam a intrínseca relação entre essa forma de objetividade e as noções de progresso. Sendo esse último compreendido como o domínio crescente do homem (masculino) sobre uma natureza subordinada, abordada como recurso passivo e infinito. Segundo as autoras, essa noção de ciência, carrega consigo um dualismo no qual em uma extremidade estaria o cientista, ser “não marcado”

- possuidor de um ponto de vista privilegiado, vinculado ao conhecimento objetivo e aos *logos* – e, na outra, encontrar-se-iam os seres “marcados” – que se misturariam aos objetos de estudo, pautados pelas atividades manuais, subjetivos e femininos e hesitantes.

O entendimento da farmácia como prática manual – cozinha -, aproximava-a do corpo e afastava-a da “mente”, nesse sentido, percebemos como os autores da Revista buscaram, justamente, tramar o caminho contrário: aproximar a farmácia de uma ação intelectual, apostando – por intermédio da química e da botânica – na figura do cientista, logocêntrico, engajado com o progresso e, consequentemente, masculino. Em diálogo com Haraway, destacamos que, embora o discurso oficial sobre conhecimento científico se assente na separação corpo-mente, essa cisão não se realiza na prática, pois a ação laboratorial, para efetivar-se, exige o alinhamento de humanos e não-humanos:

Explicações de um mundo "real", assim, não dependem da lógica da "descoberta", mas de uma relação social de "conversa" carregada de poder. (...) O mundo encontrado nos projetos de conhecimento é uma entidade ativa. Na medida em que uma explicação científica tenha sido capaz de se relacionar com esta dimensão do mundo como objeto de conhecimento, um conhecimento fiel pode ser imaginado e pode nos solicitar. (HARAWAY, 1995, p. 37).

Conforme acompanharemos a seguir, as próprias descrições presentes na Revista Farmacêutica circulam entre os polos objetivo (olhar distanciado e onisciente) e subjetivo (misturas, sensações e ações frente ao imponderável). Embora os redatores destacassem a relevância dos métodos advindos da química e botânica – apresentados como universais e impessoais –, capazes de prover “boas soluções” a todo momento, percebemos também a importância em se alinhar com a vontade e ação dos compostos, interagindo com suas respostas: explosões inesperadas, formação de precipitados de gosto ruim, ou mesmo, a diminuição da ação terapêutica do composto após sua mistura com outros elementos. Consideramos que apenas após essa barganha com as reações dos objetos, os farmacêuticos conseguiam produzir substâncias estáveis e, consequentemente, passíveis de serem vendidas ao público: os medicamentos.

O artigo *Prática Farmacêutica*, por exemplo, Ignacio Puiggari, descreveu os procedimentos para obtenção de uma “limonada gazoza de citrato de magnésia” (PUIGGARI, 1985, p. 12). Esse farmacêutico possuía origem espanhola e era proprietário da *Pharmacia Santa Thereza*, localizada região central da capital paulista. Consideramos que a descrição sobre a produção das limonadas gasosas pretende perpetuar uma determinada maneira de fabricar esse produto, que provavelmente era empregado pelo farmacêutico em suas manipulações quotidianas.

A despeito da narrativa linear e evolutiva que os farmacêuticos associados faziam de si mesmos e de suas práticas, perceberemos no trecho a seguir como não havia espaço para a idealidade de um “olhar distanciado” no laboratório farmacêutico. Na medida que esse profissional precisaria, a cada vez, formular novas estratégias para, assim, alinhar-se às respostas que lhe eram dadas pelas substâncias:

Coloca-se na garrafa a solução ácida de citrato de magnésia devidamente adoçada, juntam-se quatro gramas de bi-carbonato de soda, arrolha-se e amarra-se a tampa com rapidez. São evidentes as dificuldades que apresenta este sistema, pois, logo que o bi-carbonato se põe em contato com o líquido ácido, desenvolve-se rapidamente o gaz ácido carbônico, e é durante essa efervescência que o operador deve comprimir o gaz, tapando a garrafa com uma rolha de cortiça e amarrando-a imediatamente. Esta operação apresenta sempre dificuldades, por serem poucos os que tem a destreza suficiente; o menor descuido, a mais insignificante imperfeição da rolha, dão como resultado escapar-se o líquido impetuosamente da garrafa molhando a mesa de trabalho e o operador, que fica em posição tristemente ridícula. É preciso, portanto, recomençar o trabalho, dando-se consequentemente a perda de tempo e o desperdício de materiais. As manipulações do farmacêutico devem ser feitas sempre com firmeza sem receio de eventualidades, dominando a substância em vez de ser por elas dominado. (Idem, p. 12).

Nesse momento, a imagem do cientista dominador foi evocada por Puiggari para tentar demonstrar aos leitores um certo controle sobre a ação dos compostos no momento da manipulação. Entretanto, consideramos que o trecho acima também nos permite discutir a contingência que permeava esse “controle”, uma vez que os laços e alianças com os compostos deveriam ser realizados com bastante atenção pelo farmacêutico, que deveria mover-se de maneira adequada e rápida, aliar-se a rolhas de “boa qualidade” para, assim, impedir que o líquido escapasse da garrafa.

Retornando ao artigo Phospho-glycerato de cal, destacamos que em sua conclusão foram apresentadas quatro maneiras por meio das quais o farmacêutico poderia preparar esse sal para o consumo de seus clientes. Através da adição de água: Solução de Fosfato de Cal¹²; misturando-lhe a uma solução de água gasosa: Solução Gasosa de Glicero Fosfato de Cal¹³; conferindo-lhe um gosto mais doce através do Xarope de Glicero Fosfato de Cal¹⁴ e, finalmente, adicionando esse sal à uma combinação de xarope e

¹² “Glycero phosphato de cal - 10 a 30 grammas; Água destilada - 1L.” (PHOSPHO-GLYCERATO, 1895, p. 33).

¹³ “Glycero Phosphato de Cal - 10 a 30 gr.; Ácido cítrico - 5 a 7 gr.; Bi-carbonato de soda - 4 gr.; Água destilada - 1 L.” (Idem.).

¹⁴ “Glycero Phosphato de Cal - 10 gr.; Ácido cítrico - 1 gr.; Assucar branco - 610 gr.; Água destilada - 340 gr.” (Idem.).

chocolate em pó: Pastilhas de Glycero Fosfato de Cal¹⁵. Nesse momento, destacamos como mais um elemento - supostamente subjetivo - se soma às atribuições específicas do farmacêutico: uma vez transformados em medicamentos para o consumo do público, qual gosto os compostos manipulados adquirirão?

O gosto dos medicamentos será uma temática recorrente na Revista, tal como observamos no artigo *Xarope de Tolú*, presente na sessão *Chímica e Pharmacia*, edição de setembro de 1896. Nesta publicação o farmacêutico Luiz de Queiroz discute novas técnicas para a produção do xarope, criticando o formulário presente na Pharmacopéia Francesa, utilizada como manual por todos os farmacêuticos do Brasil: “O xarope de Tolú, assim preparado, tem apenas a vantagem de agradar pelo seu bonito aspecto; a sua ação medicinal é tão pequena que os médicos só o prescrevem como veículo de outros medicamentos.” (QUEIROZ, 1896, p. 64).

O autor destacou que o xarope, preparado segundo as diretrizes francesas, apesar do aspecto agradável ao consumidor, não provocava a ação terapêutica necessária. Sendo assim, Queiroz segue seus apontamentos descrevendo os caminhos para a fabricação de um xarope agradável e que não neutralizasse os princípios ativos. A saída apontada foi diluir o bálsamo de Tolú em álcool:

Esse processo, que já foi lembrado por diversos farmacologistas, consiste na mistura do xarope simples com uma solução alccolica de bálsamo de Tolu. Assim preparado o xarope, tem um aroma agradável contém toda a parte ativa, preenchendo perfeitamente a ação terapêutica do bálsamo de Tolú. (Ibid., p. 65).

Além do Bálsamo-de-Tolu, outras plantas nacionais se tornaram objeto de atenção dos farmacêuticos associados. Em *Breves Considerações sobre a Aroeira*, maio de 1895, Luiz de Queiroz descreveu as características morfológicas da árvore *Schinus Terebinthifolius* (nome popular: Aroeira-vermelha)¹⁶: “Tem de 3 a 4 metros de altura; as suas folhas são pinadas e os fólhos ovais e dentados; flores dispostas em cachos; fructos pequenos, bagas avermelhadas, triloculares, com uma semente em cada loja; casca avermelhada, coberta de epiderme acinzentada.” (QUEIROZ, 1895, p. 9).

Neste artigo, as preocupações iniciais de Queiroz foram identificar, descrever e classificar a Aroeira segundo critérios de demonstração e regras de validação

¹⁵ “Glycero Phosphado de Cal – 0,15 a 0,30 gr.; Chocolate em pó – 1gr.; Xarope simples q.b. [quanto baste]”. (Idem.).

¹⁶ “*Schinus terebinthifolius* foi primeiro citado pelo nome indígena como medicinal por Piso, holandês que visitou o nordeste em 1637 - 1644 (Brandão et al., 2008) e consta entre seis espécies registrados pelo médico João Ferreyra da Rosa na sua campanha contra o que parece ser febre amarela em Pernambuco descrita em 1694 (Almeida et al., 2008).” (GILBERT; FAVORETO, 2011, p. 44).

(BENSAUDE-VINCENT; STENGERS, 1993) botânicos. Através desse percurso, o autor traduziu a aroeira (planta), decompondo-a em diferentes características morfológicas, que poderiam servir de base para o farmacêutico leitor que se interesse em utilizar esse gênero. Através deste processo de decomposição, Queiroz visava tornar a Aroeira um ente manipulável pelo farmacêutico, que poderia mobilizar diferentes partes deste vegetal para o uso terapêutico ou industrial.

O autor descreveu três produtos terapêuticos que, extraídos das diferentes partes da Aroeira, poderiam ser manejados pelo farmacêutico: resina extraída do caule e utilizada no tratamento do reumatismo; os frutos com suas potencialidades diuréticas e a casca, que poderia ser mobilizada em banhos para a terapêutica de edemas nas pernas. O autor também utilizou o espaço da publicação para citar os medicamentos que seu laboratório produzia a partir da Aroeira: “Aqui em São Paulo, distintos clínicos, a meu pedido, têm empregado a essência, o hydrolato e o xarope de aroeira, preparados em meu laboratório, em diversos casos de bronchites, cystites, etc., e todos são unânimes em proclamar os seus bons efeitos.” (QUEIROZ, 1895, p. 11).

Por fim, Queiroz abordou as vantagens que os industriais poderiam adquirir caso voltassem sua atenção aos gêneros brasileiros:

Porque, pois, não aproveitamos este utilíssimo vegetal, tão abundante em nossos campos? Chamo para ele a atenção, não só dos meus colegas e da classe médica, como também dos industriais que ali têm uma grande fonte de renda. A essência de teberentina que é importada em larga escala, a resina, a colophonia, o alcatrão vegetal, o creosote, a potassa, e até o gaz de iluminação, todos esses produtos podem ser fornecidos por esta preciosa planta. (Idem).

Verificamos que ao longo deste artigo, o autor destacou as potencialidades da Aroeira para a terapêutica e indústria, propondo o aproveitamento deste vegetal na substituição de produtos que usualmente eram importados. Outros artigos da Revista também analisaram a flora nacional para, posteriormente convertê-la em objeto do farmacêutico: fosse para fins terapêuticos ou industriais. Os membros da Sociedade Farmacêutica consideravam que sua profissão poderia contribuir ao progresso e enriquecimento nacional por meio de dois caminhos: a formulação de remédios segundo traduções químicas e a ação junto ao setor industrial.

Dentre os membros da Sociedade, destacamos que Luiz de Queiroz foi um dos que mais se envolveu nas discussões sobre a contribuição da farmácia à atividade industrial. Queiroz formou-se no Rio de Janeiro e aliou sua visão sobre o que constituiria a prática farmacêutica científica à sua experiência e interesse como industrial. Ele foi

dono da Fábrica de Produtos Químicos Luiz de Queiroz, onde produziam-se xaropes, elixires, assim como, os ácidos sulfúrico e clorídrico para fins comerciais. Em 1896, também encontramos no Alamanack Laemmert anúncio da Farmácia e Drogaria Castor, propriedade de Queiroz e localizada na rua do Comercio, no qual vendiam-se: “Completo sortimento de drogas e produtos químicos por atacado e a varejo.” (ALMANAK, 1896).

Em resumo, debatemos até agora como o recurso aos métodos e signos oriundos da química e da botânica serviram para caracterizar e homogeneizar os modos por meio dos quais os farmacêuticos (autores e leitores) se relacionariam com seus objetos. Essa aliança entre os farmacêuticos e as traduções químicas e botânicas, chegou a ser explicitada na capa do quinto volume da Revista: “As colunas desta Revista são francas a todos os assuntos científicos sobre botânica, química e pharmácia e a todos os assuntos referentes à profissão farmacêutica.” (CAPA, 1899, s/p). Se nos recordarmos do primeiro volume da Revista – citado nas páginas anteriores –, notaremos como a palavra “moral” desaparece para dar lugar à “química e botânica”, citadas como áreas de interesse da Revista e da comunidade farmacêutica que se buscava criar em torno dela.

Observamos como os membros da Sociedade Farmacêutica buscaram criar uma identidade específica, firmando-se como grupo autônomo na República e afastando-se da imagem de auxiliar do médico. Ao longo deste processo, cabe destacar que a apresentação de novos compostos, suas aplicações terapêuticas e industriais, também foi estratégica para que os farmacêuticos paulistas se aproximassem do estatuto de cientistas, pois o Bálsamo-de-Tolu, a Aroeira, o Glycco-Phosphato de Cal - entre outros entes que apareceram nas descrições acima –, foram agremiados à rede de aliados que a Sociedade desejava conformar, contribuindo, assim, para a aproximação entre prática farmacêutica e laboratório.

Desde a criação da Sociedade Farmacêutica em maio de 1894, a fundação de uma Escola de Farmácia autônoma foi tema de debates, constando entre os principais objetivos dessa associação. Antes da criação da Escola Livre de Farmácia, em outubro de 1898, destacamos que outras propostas de organização do ensino farmacêutico figuraram na cena paulista, envolvendo médicos e dividindo opiniões dentro da própria Sociedade.

Os estudos de Elza Nadai (1987) e Márcia Silva (2014) abordam os diferentes grupos, e propostas curriculares, envolvidos no estabelecimento do ensino médico em São Paulo, desde o decreto de 1891, até sua instalação em 1913. Em meio a tais projetos, encontram-se menções ao ensino farmacêutico, pois segundo “as diretrizes gerais e o

modelo federal” (NADAI, 1987, p. 176) além do curso médico, as Faculdades de Medicina poderiam abrigar mais três habilitações: Farmácia, Obstetrícia e Odontologia.

Em fevereiro de 1896, o Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia publicou um dos estatutos para a “Faculdade de Medicina de São Paulo”, que propunha a organização conjunta de um curso de farmácia. Estas intenções receberam reações distintas dentro da Sociedade Farmacêutica, sendo Luiz de Queiroz o primeiro a comentar sobre o projeto na Revista. Na sessão *Chrônicas* - fevereiro de 1896 -, o farmacêutico recebeu a notícia de maneira positiva, considerando que na falta de verba pública para a criação de duas faculdades, não haveria problema em aproveitar a oportunidade e, assim, efetivar a criação da Escola de Farmácia:

Uma vez, porém, que motivos poderosos opõem-se ou antes, impedem o estabelecimento de mais uma escola superior, é necessário que o curso de Pharmacia, anexo à Faculdade mixta que se pretende criar, esteja na altura da importante missão do pharmaceutico. (CHRONICAS, 1896, p. 204)

Ao longo de seu artigo, Queiroz delimitou quais especificidades esse novo curso farmacêutico deveria possuir, de forma a não repetir os problemas, já apontados pela Revista, em relação aos currículos da Bahia e do Rio de Janeiro. Para tanto, o autor cita a atenção que deveria ser dispendida ao ensino de química e botânica, assim como, destaca a relação de igualdade que deveria ser mantida entre o ensino de farmácia e medicina:

O ensino da Pharmacia deve merecer do governo d’este Estado as mesmas atenções, o mesmo escrúpulo que o ensino médico, porque, do apurado estudo das matérias que compõem o seu curso, especialmente da Chimica e da Botânica, resulta o progresso não só da Pharmacia e da matéria médica, como também das diversas industrias que estão subordinadas àquelas sciencias. (Idem.).

Entretanto, as intenções de criar uma Faculdade mista de medicina e farmácia não agradaram a maioria dos associados, que disferiram severas críticas ao projeto no número seguinte da Revista Farmacêutica – março de 1896. Em *Escola de Pharmacia*, o farmacêutico José Camargo criticou diretamente a postura de Luiz de Queiroz acerca da união dos cursos:

Em artigo publicado no último número da “Revista” o nosso ilustrado colega L.Q., curvando-se às circunstâncias de ocasião, sem atender aos altos interesses da classe pharmacêutica, por mera irreflexão, acreditamos, como que se mostra favorável à fundação do curso de farmácia anexo à Escola de Medicina. Permita-nos o distinto e dedicado colega que que discordemos inteiramente de seu modo de pensar. Tudo ou nada: eis a nossa divisa na presente questão. (CAMARGO, 1896, p. 211).

Camargo ressaltou que o ensino farmacêutico só se realizaria com a devida excelência se fosse ministrado em uma instituição autônoma, na medida em que todos os regulamentos das escolas médicas do período restringiam o acesso dos farmacêuticos à ação docente. O artigo também destacou que esta limitação prejudicava o ensino farmacêutico, pois: “O médico é competente para ensinar o farmacêutico? Não. Assim como só aos médicos é facultado o ensino da medicina, o que se baseia em razões poderosas, só aos pharmaceuticos deverá ser confiado o ensino de pharmacia.” (Ibid., p. 210).

Por fim, o autor relaciona a desvalorização da profissão na cena pública ao desinteresse da juventude em se formar nos cursos de farmácia:

A falta de garantias, o pouco caso do Governo sempre que se trata de salvar os interesses do pharmaceutico, as humilhações constantes que acintosamente lhe são importas; a deficiência do ensino das atuais escolas e a diferença da sociedade a só render respeito ao bacharelismo enfatuado e pedante, eis as causas a que devemos atribuir o afastamento da mocidade brasileira das Escolas de Pharmacia e ainda o abandono da profissão por parte de muitos farmacêuticos que desgostosos, ou adoptam profissão muito diversa ou vão estudar medicina. (Ibid., p. 211).

O artigo *Escola de Medicina de São Paulo*, criticou diretamente a comissão responsável pela redação dos estatutos da Faculdade de Medicina: “Surpreendeu-nos a notícia de que tinha sido nomeada uma comissão composta por distintos clínicos para tratar da organização desta escola. A nossa surpresa foi devido a não termos visto um só nome de pharmaceutico entre os membros da dita comissão.” (ESCOLA, 1896, p. 212)

Em resposta à postura otimista que Queiroz, esse artigo considerou a ausência de farmacêuticos na comissão da Escola uma confirmação do lugar subordinado que o ensino de Farmácia disporia. Pontuava-se também a negligência desta nova instituição com as necessidades curriculares específicas do futuro farmacêutico: “Quem melhor do que ele [farmacêutico], poderá conhecer as necessidades da pharmacia entre nós, os vícios do ensino ministrado pelas actuais escolas, e os meios que se deve pôr em prática para jugular estes males.” (Idem.).

Embora a existência de Escolas Mistas de Farmácia e Medicina fosse encorajada pelo modelo federal, os artigos da Revista Farmacêutica nos permitem apontar o total descrédito com o qual esse estilo de ensino era recebido pelos membros da Sociedade. Conforme observamos acima, parte dos associados considerava impossível abandonar a imagem do farmacêutico como auxiliar enquanto se partilhasse o mesmo espaço de ensino que a medicina.

Dando-se continuidade aos debates sobre a fundação da Escola de Farmácia, também podemos citar algumas iniciativas em torno da *Cooperativa Farmacêutica*, criada em 1897. Atuando em consonância com a Sociedade Farmacêutica, a cooperativa visava angariar fundos – por meio da venda de remédios –, para assim, financiar a criação da Escola e auxiliar financeiramente estudantes do interior.

Entretanto a Cooperativa não se efetivou, pois não conseguiu o montante necessário para o início de suas atividades, devido a isso, a Revista Farmacêutica abriu seu primeiro número do ano de 1898 em clima de desesperança. Luiz de Queiroz, então presidente da Sociedade, descreve no editorial de janeiro de 1898 alguns projetos não se realizaram, demonstrando, assim, o fracasso da associação até aquele momento:

Que fizemos pela Cooperativa Pharmaceutica, pela Escola Livre de Farmácia e pela Pharmacopéia, principais fins da Sociedade? Nada ou quase nada. (...) Pela Escola Livre de Pharmácia não fizemos mais do que conceber a ideia. Fazê-la germinar e dar-lhe a luz, isso ficará para outros tempos mais propícios. (QUEIROZ, 1898a, p. 136).

Apesar do pessimismo que circundou o editorial de janeiro de 1898, esse foi o ano de criação da Escola. As discussões acerca de sua instalação foram reativadas após a publicação do editorial de agosto da Revista Médica, redigido pelos diretores Arthur Mendonça e Victor Godinho. O artigo defendia a criação de uma Escola de Farmácia e Arte Veterinária na capital paulista, argumentando que enquanto não se lograsse a criação de uma Faculdade de Medicina, a ciência em São Paulo poderia ser estimulada através de outros cursos. O editorial da Revista Médica também apostava que a existência de Faculdade de Farmácia e Veterinária poderia apressar a instalação de uma escola médica:

O Estado de S. Paulo pretendeu há tempos fundar em sua Capital uma Escola de Medicina, mas, por circunstâncias diversas, a fundação da Escola foi adiada. Embora lastimemos o facto não podemos deixar de nos conformar com o adiamento. Alguma coisa, no entanto, podia-se fazer, por exemplo: criar uma Escola de Pharmacia de Arte Veterinária, instituição essa que poderia tornar-se o núcleo da futura Escola de Medicina e Cirurgia de São Paulo, conservando os cursos agora fundados. (...) Cada escola que se abre é um grande serviço prestado ao público e esta de que falamos aproveita a instrução e a higiene. (ESCOLA, 1898b, s/p).

Após a publicação deste artigo em setembro de 1898, as discussões sobre a instalação da Escola em São Paulo tomam as páginas na Revista Farmacêutica, cujos artigos descartaram, de antemão, a proposta de anexação do curso de veterinária: “Agradecemos muitíssimo a redação da Revista [Revista Médica de S. Paulo] o apoio que

nos promete nesse sentido, porém pedimos vênia para declinar da anexação da Arte Veterinária. (ESCOLA, 1898c, p. 77).

A partir deste momento, novos arranjos políticos vieram à cena, pois embora a separação institucional da medicina fosse uma das principais pautas da Sociedade, analisaremos a seguir que a fundação da Escola de Farmácia efetivou-se através de alianças empreendidas com médicos paulistas. Dentre eles, Cesário Mota, Amâncio de Carvalho, Victor Godinho (diretor da Revista Médica de São Paulo) e, principalmente, Bráulio Gomes, considerado pelos próprios farmacêuticos o grande interventor pela fundação da Escola de Farmácia: “Um aliado cheio de acendrado devotamento, pôs ao serviço de nossa causa todo o seu prestígio, todas as luzes de seu talento e toda a sua atividade e, a esse aliado o Dr. Bráulio Gomes é a classe pharmaceutica devedora de uma gratidão eterna.” (ESCOLA, 1898d, p. 137).

A criação da Escola foi discutida e aprovada em reunião presidida por Cerqueira César, realizada em outubro de 1898 no prédio da Câmara Municipal. Esta conferência contou com a presença de membros da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, lentes da Faculdade de Direito e da Escola Politécnica, assim como, farmacêuticos, dentistas¹⁷, políticos do período e autoridades sanitárias. A presença de autoridades das Faculdades já instaladas na cidade, nos permite apontar para o acolhimento da futura Escola nesta rede de instituições e profissionais a serviço da República, engrossando, assim, as fileiras de entusiastas do progresso nacional pela ciência.

Através das atas publicadas na Revista Farmacêutica, percebemos que os farmacêuticos responsáveis pelo projeto inicial da Escola - Luíz de Queiroz, Buarque de Holanda e Baptista de Andrade. (ESCOLA, 1898d) - e por sua revisão - Macedo Soares, Buarque de Holanda, Henrique Schaumann, Rodrigues de Souza e Luiz de Queiroz. (ESCOLA, 1898d) - eram todos membros da Sociedade e autores frequentes na Revista. Os professores que seriam contratados também eram – em sua maioria – associados e muitos deles ex-presidentes da Sociedade, demonstrando, assim, a tendência de que essa nova instituição perpetuasse o entendimento sobre prática farmacêutica veiculado pela Revista desde 1895.

¹⁷ Durante a reunião que decretaria a criação da Escola, destacamos a recusa por quase unanimidade da proposta realizada pelo dentista João Damasceno de Magalhães “no sentido de criar, anexa à Escola de Livre Farmácia, uma Escola de Cirurgia dentária.” (ESCOLA, 1898d, p.140). A união dos cursos só se efetivaria em 1903.

Como veremos a seguir, a fundação da Escola promoverá o aumento de profissionais formados, assim como, contribuirá no fortalecimento da identidade do farmacêutico cientista, colocando-a acima de qualquer suspeita ou controvérsia (Stengers, 2013). Também acompanharemos como além de fundar um currículo em torno da Farmácia “científica”, essa nova instituição atuará no sentido de agregar novas – e controversas- agentes.

1.3. Escola de Farmácia – formação de um currículo e a presença de novas (e controversas) agentes.

A criação da Escola Livre de Farmácia foi deliberada na câmara municipal de São Paulo em 1898, realizando-se a instalação desta instituição fevereiro de 1899. A primeira grade curricular da Escola seguiu, em grande parte, os critérios científicos disseminados pela Revista desde 1895, priorizando o ensino de química e botânica. Também percebemos a influência dos médicos envolvidos na fundação da Escola e que posteriormente compuseram seu corpo docente, uma vez que o curso farmacêutico também abarcava disciplinas de matéria médica, noções de higiene e bacteriologia.

A formação oferecida pela Escola se dividia em quatro séries, aquele que completasse as três primeiras adquiriria o grau de “*Pharmacêutico*”, e poderia optar pela realização do quarto ano obtendo, assim o título de “*Bacharel em Ciências Naturais e Pharmaceuticas*”, mediante defesa de Tese. Somente aqueles que se titulassem bacharéis poderiam tornar-se professores, entretanto ressaltamos que os professores da primeira geração não possuíam o título de bacharel antes da instalação da Escola: “perrogativa esta da qual, desde logo, com justiça, entraram em gozo os professores recém nomeados, e que mais tarde, tornou-se extensiva também ao secretário.” (SOUZA, 1904, p. 20).

Durante o primeiro ano do curso, se estudaria *Physica* – ministrada pelo farmacêutico Macedo Soares -, *Chimica Inorgânica* – com o médico Eduardo Xavier – e *Botânica (1ª parte)* - que teria à sua frente o farmacêutico Cristóvão Buarque de Holanda. Ao longo do segundo ano, seria lecionada *Chimica Orgânica e Biológica* - cujo professor seria o farmacêutico Pedro Baptista de Andrade -, *Zoologia, Noções de Anatomia e Physiologia* - ministrado pelo médico Odilon Goulart – e *Botânica, especialmente a brasileira* – tendo à frente o naturalista Albert Löfgren.

O terceiro ano do curso continha *Chimica Analítica e Toxicológica* – ministrada pelo farmacêutico José Meira de Vasconcelos -, *Pharmacia Teórica e Prática* ministrada

pelo farmacêutico José Frederico Borba – e *Matéria Médica e Noções de Terapêutica* – lecionada pelo médico Vitor Godinho. Por fim, para obtenção do título de bacharel dever-se-ia cursar *Chimica Industrial e aplicação à Pharmacia* – com o farmacêutico Luiz de Queiroz –, *Hygiene e Elementos de Bacteriologia* – tendo à frente o médico Arthur Mendonça – e *História e Legislação Farmacêutica* – ministrada pelo médico Amâncio Pereira de Carvalho (Ibid., p. 21).

Através da fundação da Escola, os membros da Sociedade Farmacêutica ansiavam formar os futuros profissionais segundo “regras de validação” e “critérios de demonstração” previamente definidos e sem discordâncias, fortalecendo, assim, a imagem do farmacêutico como cientista. Além do mais, as balizas ensinadas pela Escola também se converteriam em regras para aqueles que mesmo sem o diploma quisessem atuar (os práticos), pois após sua instalação, essa instituição tornou-se responsável pela aplicação dos exames de licenciamento¹⁸.

A partir da reunião para a fundação da Escola, em outubro de 1898, o processo de institucionalização da Farmácia em São Paulo misturou-se a mais um controverso elemento: a formação de mulheres. Os fundadores estimularam abertamente que as jovens em busca de instrução procurassem se integrar ao corpo de estudantes da recém-criada Escola. Neste momento, os discursos sobre gênero e ciência se entrecruzaram gerando novas relações e encadeamentos, como veremos nas páginas seguintes. Nesse sentido, o médico Amâncio de Carvalho:

Explicando a razão de seu aparte, falou sobre o pouco escrúpulo que há em certas pharmácias, que entregam as receitas dos médicos a práticos muitas vezes ignorantes com grande detrimento da saúde do povo, e acrescentou desejo que a nova escola diplome homens que conheçam bem a sua profissão e as responsabilidades que delas recorrem e que lhes cabem, ocupando-se então da utilidade de serem aproveitadas senhoras, que considera bastante escrupulosas e honestas, para exercer a profissão de farmacêutica, preconizando com entusiasmo essa ideia que presidiu a fundação da escola. (ESCOLA, 1898d, p. 101)

A ideia de se estimular o ensino de mulheres, também foi publicamente defendida por Bráulio Gomes que: “fundamentou o projeto da criação de uma – *Escola de Pharmacia* – nesta Capital, sendo de parecer que dahi, também senhoras poderiam sair diplomadas. ” (SOUZA, 1904, p. 16). No trecho acima, Amâncio de Carvalho caracterizou as futuras estudantes como “escrupulosas” e “honestas”, citando-as como

¹⁸ A questão dos exames de concessão de licenças à práticos, assim como, os critérios mobilizados pela Escola nesse sentido serão discutidos mais atentamente no segundo capítulo desta dissertação.

agentes “úteis” na perpetuação da prática farmacêutica ensinada pela Escola, fazendo oposição aos práticos “ignorantes”.

Através deste discurso, Carvalho intentou alinhar dois elementos que, à primeira vista, não seriam compatíveis: as mulheres e um ambiente voltado à formação de cientistas e, conseqüente, à promoção do progresso nacional. Conforme discutimos acima, as concepções modernas de progresso e objetividade, afastaram/afastam as mulheres (seres marcados) dos espaços voltados à formação de conhecimentos científicos. Segundo Vinciene Despret e Isabelle Stengers, embora esse entendimento moderno se apresente como algo neutro - passível de encaixe a qualquer um – sua mobilização nos espaços de ciência e política gera, necessariamente, uma barreira à determinados grupos, que não se ajustam à esta suposta narrativa geral:

Aurions-nous aussi été confrontées à ce que l'on a appelé le 'plafond de verre', cette espèce de frontière invisible que, en moyenne et à diplôme égal, les hommes franchissent alors qu'il bloque la carrière des femmes? Les explications pour rendre compte de cette frontière invisible ne manquent pas et, d'abord, massivement, l'inégale répartition de charges familiales, mais aussi une foule de petites différences dont nous pouvons nous-mêmes témoigner, mais qui, pour nous, ne méritaient pas qu'on en fasse toute une histoire. (DESPRET; STENGERS, 2011, p. 08)

O alinhamento realizado por Carvalho no trecho acima criava uma relação de coerência e linearidade entre a Escola - instituição voltada à formação de cientistas - e as futuras alunas. Destacamos que esse esforço em promover uma relação de coerência “linear” implica em não modificar nenhum dos polos envolvidos, ou seja, tanto as mulheres permanecem sendo identificadas (marcadas) pelas noções de maternidade, delicadeza e fragilidade, quanto a ciência mantém sua concepção de objetividade e progresso, entendidos como domínio contínuo do homem sobre a natureza. Sendo assim, Carvalho enalteceu a imagem da “mulher”, compreendida como ente homogêneo e que, essencialmente, se caracterizaria pelo anseio à maternidade e casamento, assim como, “naturalmente” possuiria os atributos da delicadeza, fragilidade e honestidade que poderiam ser “acrescidos” à sua atuação profissional.

Em diálogo com Laqueur ressaltamos a trajetória histórica e as dinâmicas de poder que permearam esse discurso sobre a existência de aptidões eminentemente masculinas e femininas, assim como, quais lugares e tarefas seriam reservados à cada um deles:

Uma biologia da hierarquia cósmica deu lugar a uma biologia da incomensurabilidade, baseada no corpo, onde a relação do homem para a mulher, como das maçãs para as laranjas, não era considerada de

igualdade ou desigualdade, mas de diferença. Isso exigia interpretação e tornou-se arma da luta cultural e política. (LAQUEUR, 2001, p. 254).

Em seus estudos, a historiadora Ana Paula Vosne Martins (2004) também argumenta que os temas da maternidade e do casamento adquiriam centralidade na cena política em meados do século XIX. Segundo a autora, políticos, médicos e intelectuais do período voltaram sua atenção à mulher brasileira, apontada como a principal mediadora entre o estado e os futuros cidadãos. Martins afirma que nesse momento o corpo feminino se tornou objeto de estudos médicos e, gradativamente, passou-se a estimular que a educação das jovens se voltasse a conhecimentos de higiene aplicados aos cuidados domésticos. Aproximando as mulheres (compreendidas como futuras mães) dos conhecimentos científicos, ansiava-se criar uma ponte entre o ambiente doméstico (no qual se realiza a instrução dos filhos) e a vida pública que os futuros cidadãos (homens) desempenhariam, cabendo a esses últimos a promoção do progresso nacional.

Na passagem para o século XX, o papel social da mulher (entendida como futura mãe) frente ao Estado se ressignificou. Os estudos de Mônica Schpun (1997) apontam como, nesse momento, São Paulo viveu uma espécie de “vontade de modernização”, pois as moças habitantes da cidade não desejavam possuir a mesma condição de vida de suas avós e mães. Segundo a autora, essas jovens buscariam, através da obtenção de diplomas, possuir uma profissão que lhe permitisse maior circulação na cidade e acesso à instrução. Tal grupo incluía as leitoras e escritoras das “Revistas Femininas”, como *A Mensageira*, *A Cigarra* ou a *Revista Feminina*.

A autora pondera que embora a sociabilidade urbana, a circulação de revistas e folhetins contestassem o passado agrário e conservador, as concepções de família e casamento conservaram sua importância. Assim como Ana Paula Martins (2004), Schpun (1997) argumenta que o acesso das jovens à instrução era visto como algo que beneficiaria a instituição familiar e, conseqüentemente, fortaleceria o Estado em vias de modernização. Esse papel de “intermediárias invisíveis” entre a família e a Nação também esteve presente nos discursos sobre a presença de alunas na Escola de Farmácia.

Amâncio de Carvalho, e os demais médicos que discursaram sobre o ensino de mulheres na Escola de Farmácia, citaram as futuras estudantes como parceiras e auxiliares no processo de institucionalização que se colocava em marcha. Os fundadores reativaram as concepções - já em circulação desde meados do século XIX - da mãe e da esposa instruídas para demarcar qual seria o papel das alunas. As futuras farmacêuticas eram

mencionadas como intermediárias no progresso da profissão, nunca aparecendo como as agentes responsáveis por sua efetivação.

Nesse sentido, ressaltamos o discurso de Bráulio Gomes na sessão de instalação da Escola, em fevereiro de 1899. Novamente, tentou-se tramar uma relação de coerência e linearidade entre a farmácia – compreendida como prática científica – e as futuras alunas, pois o orador ressaltou como as habilidades domésticas das mulheres poderiam ser aproveitadas em seu exercício profissional:

Outro grande fim da Escola de Pharmácia é diplomar – mulheres – formar pharmacêuticas. É tempo de dilatarmos os horizontes para a atividade da mulher dar-lhes profissões mais liberais, mais intelectuais, mais e melhores elementos para a luta da vida. Dirigir seu lar; dirigir sua pharmácia e acalentar seus filhos, poderá a mulher fazer com aquilo doce energia, com aquela rigosa brandura - paz de espírito e pureza de consciência, disputando com vantagem distintíssimo posto nas lutas pelo viver. (ESCOLA, 1899, p. 176).

É importante considerar que os discursos de estímulo à formação de moças na Escola de Farmácia não se restringiram às páginas da Revista Farmacêutica, a sessão de instalação da Escola foi noticiada em diferentes veículos de imprensa, como o *Estado de S. Paulo* e a *Mensagem*. Em ambas publicações o discurso de Bráulio Gomes, citado acima, foi reproduzido na íntegra, este gesto além de realizar propaganda da Escola, também demonstra que o projeto de expandir o ensino farmacêutico às mulheres - de uma determinada camada social - era algo levado a sério e que efetivamente circulou na imprensa do período.

Segundo Ana Luiza Martins (2008), historiadora da imprensa paulista durante a primeira década do século XX, *A Mensagem: Revista Literária Dedicada à mulher brasileira* era uma revista editada pela escritora Presciliana Duarte de Almeida e voltada ao público feminino das classes alta e média urbana. Em diálogo com os estudos de Schpun (1997), destacamos que *A Mensagem* se colocava em contato direto com a visão da mulher moderna, futura esposa e mãe ilustrada que despontava naquele momento.

Ao longo de diversos artigos, este periódico atacou os detratores da instrução feminina, enaltecendo-a por meio dos mesmos argumentos de coerência e linearidade presentes nos discursos dos fundadores da Escola. As autoras de *A Mensagem* esforçavam-se em demonstrar como a mulher instruída não apresentaria nenhuma desordem ao bom andamento familiar e que, pelo contrário, a educação da mãe e da esposa promoveriam o fortalecimento desta instituição em prol do progresso:

Precisamos compreender antes de tudo e afirmar aos outros, atados por preconceitos e que julgam toda a liberdade de ação prejudicial à mulher

na família, que é a bem da própria família, principalmente d'ella, que necessitamos de desenvolvimento intelectual e do apoio seguro de uma educação bem feita. Os povos mais fortes, mais práticos, mais activos, e mais felizes são aqueles onde a mulher não figura como mero objecto de ornamento: em que são guiadas para as vicissitudes da vida com uma profissão que ampare num dia de luta, e uma boa dose de noções e conhecimentos sólidos que lhe aperfeiçoem as qualidades morais. Uma mãe instruída, disciplinada, bem conhecedora dos seus deveres, marcará, funda, indestrutivelmente, no espírito do filho, o sentimento da ordem, do estudo e do trabalho, de que tanto carecemos. Parece-me que são esses os elementos de progresso e de paz para as nações. (ALMEIDA, 1897, p. 3)

Em diálogo com esta perspectiva, no número de maio de 1899, a revista *A Mensageira* divulgou ampla reportagem na qual retratava a solenidade de instalação da Escola de Pharmácia, descrevendo as matérias que comporiam o curso e seu corpo de professores. A publicação também fez votos de que: “Da Escola de Pharmacia só saiam diplomadas senhoras que honrem em todos os sentidos o nome da mulher brasileira.” (SELEÇÃO, 1899, p. 47). Além de colocar a instrução feminina à serviço da família e da nação, alguns grupos defensores da instrução feminina mobilizavam a noção de que as mulheres possuiriam “naturalmente” algumas habilidades - delicadeza, cuidado, submissão – que poderiam ser mobilizadas em seu exercício profissional. Esse argumento pode ser facilmente encontrado em artigos da Revista Farmacêutica que abordavam a fundação e instalação da Escola de Farmácia, como *Escola Livre de Pharmácia*, escrito por Amâncio de Carvalho e publicado em dezembro de 1898, no qual o autor pontua:

A Escola de Farmácia pode também proporcionar à mulher brasileira mais uma aptidão à sua inteligência, mais um ramo de vida às suas justas aspirações. A eterna e boa companheira dos nossos dias, que já nos correios e nos telefones tem tido ocasião de provar as suas aptidões, pode também aproveitar a profissão de farmacêutico colaborando conosco nos progressos do espírito humano. Quem melhor, pergunta o orador, poderia adoçar uma pílula. (ESCOLA, 1898d, p. 140).

No trecho acima, novamente Amâncio de Carvalho destacou o papel de auxiliar que a mulher dispunha no contexto social e familiar para, conseqüentemente, reposicioná-lo na ação que as futuras farmacêuticas exerceriam depois de formadas: “colaborando conosco nos progressos do espírito humano”. O médico também destacou que as alunas poderiam usar seus “atributos naturais” - cuidado com o lar ou com os filhos - em auxílio da profissão, citando também que a “delicadeza” mobilizada em atividades confeitaria poderia ser aplicada pelas futuras farmacêuticas no preparo de um medicamento, adoçando uma pílula.

Nos parece particularmente interessante esta relação que Carvalho estabelece entre o processo de manipulação de uma pílula e a receita de um doce. Pois desde a fundação da Sociedade Farmacêutica e seu respectivo periódico, acompanhamos como os associados buscaram afastar-se da imagem do “cozinheiro do médico” e aproximar-se do laboratório. Conforme discutimos acima, esse afastamento ansiava superar a dependência da medicina e também enaltecer o farmacêutico como cientista, que através dos conhecimentos em química de botânica seria capaz de produzir conhecimentos – e não apenas “reproduzir receitas”. Vimos também como o rechaço à imagem do cozinheiro se relacionava, em grande medida, ao repúdio da farmácia como atividade “corporal”, enaltecendo-a como “saber”, ou seja, fruto do domínio da mente (logos) sobre o corpo e as substâncias manipuladas.

Através do discurso de Amâncio de Carvalho, percebemos que o autor abordou e justificou a presença de alunas na Escola recorrendo, justamente, à cozinha. Para tanto, Carvalho mencionou a suposta experiência que as mulheres possuiriam nesse espaço da casa, assim como, suas “habilidades culinárias” como elementos positivos e desejáveis à profissão. Essa modificação da maneira como a “cozinha” foi abordada nos permite perceber o lugar que os fundadores da Escola relegavam às futuras alunas. Essas últimas deveriam atuar como intermediárias, ou seja, agentes que através do trabalho manual, qualificado e disciplinado “na cozinha” contribuiriam silenciosamente ao desenvolvimento da farmácia científica, produtora de saberes e engajada com o progresso.

Percebemos, então como os trechos acima reafirmam o papel socialmente atribuído à mulher na promoção do progresso: realizar um trabalho disciplinado e constante segundo preceitos e normas científicas que ela não teria autorização de modificar, mas sim perpetuar silenciosamente. Em relação a este aspecto Despret e Stengers colocam:

Mais si elle resiste, c'est seulement parce que les filles peuvent désormais y obtenir les diplômes qui leur permettrons de gagner leur vie. Mais qu'elles évitent d'y faire carrière dans les professions qui promettent prestige et influence. Qu'elles profitent de l'université pour acquérir des savoirs qui les émancipent effectivement, mais qu'elles restent aux marges. Car elles ne pourront modifier l'ethos que demandent ces professions: la rivalité agressive, la prostitution intellectuelle, l'attachement à des idéaux abstraits. (2011, p. 33).

Em diálogo com as perspectivas feministas de Vinciane Despret, Isabelle Stengers e Donna Haraway, desejamos debater como este lugar secundário destinado à

farmacêutica na Escola (em relação à narrativa de progresso), também lhe reservaria uma atuação estratégica dentro da prática científica que se intenta conformar. Levando em consideração os artigos publicados pela Revista Farmacêutica, observamos que embora os cientistas propaguem a imagem de leitores neutros da “Natureza”, a interação com os objetos – a objetividade - só se torna possível por meio de cuidadosos alinhamentos e alianças tramadas, quotidianamente, com as substâncias:

O que é chamado de objetividade pelos cientistas experimentais depende, portanto, de uma arte criativa muito particular e muito seletiva, pois significa que aquilo de que tratam deve ser devidamente admitido como “parceiro”, dentro de uma relação bastante incomum e enredada. Na verdade, o papel deste parceiro não é apenas responder a perguntas, mas também, e primordialmente, responder a elas de uma maneira que teste a relevância da pergunta em si. (STENGERS, 2017, p. 4).

Somente após misturar-se às substâncias, experimentando-as em diferentes diluições e temperaturas, estabilizando-as frente aos fatores climáticos para conservação, assim como, alinhando potencialidades terapêuticas e o gosto dos xaropes, o(a) farmacêutico (farmacêutica) se torna capaz de passá-las pelo processo de purificação (1994). A partir deste momento, o objeto da experimentação adquire uma narrativa histórica linear, segundo a qual o seu sucesso era algo “verdadeiro” desde o início. As narrativas progressistas sobre a ciência rebatem esse último processo sobre toda a prática experimental, ocultando as misturas, hesitações e falhas inerentes à construção de qualquer conhecimento.

Com a fundação da Escola, seus dirigentes desejavam unificar a prática farmacêutica, alinhando-a à visão progressista de objetividade e tornando-a capaz de contribuir no fortalecimento nacional. Entretanto para que este objetivo “maior” fosse alcançado, tornava-se necessário tutelar e garantir as maneiras pelas quais se realizariam as funções “menores”¹⁹, ou seja, as ações cotidianas de misturar as substâncias, aviar medicamentos e administrar farmácias. Nesse momento as mulheres, citadas como parceiras e auxiliares competentes, foram chamadas a atuar junto às misturas, nesse espaço de pouca visibilidade, mas ao mesmo tempo crucial à manutenção da grande narrativa progressista que se desejava fundar. Assim como no âmbito das políticas

¹⁹ Os conceitos de “maior” e “menor” são mobilizados em diálogo com a perspectiva de Gilles Deleuze. Sendo assim, ao afirmarmos que as mulheres foram relegadas a funções menores, desejamos ultrapassar a perspectiva de marginalidade e apontar a potência subversiva que este espaço, gesto ou ação possui frente ao “maior”, alinhado ao Estado Republicano, farmacêuticos vinculados à *Revista* e médicos. Sendo assim, entendemos como lugar “menor” algo que aponta para fora e desloca as narrativas identitárias, essencialistas e de ciência purificada. (DELEUZE, 1997).

públicas de estímulo à maternidade, desejava-se que as moças contribuíssem silenciosamente à marcha do progresso, nesse caso, cumprindo suas tarefas na administração da farmácia e na manipulação de substâncias.

Em artigo escrito por Luiz de Queiroz e publicado na sessão *Interesses Profissionais* (fevereiro de 1898), observaremos, novamente, como entendimentos sobre a prática farmacêutica criticados pela Revista foram citados de maneira positiva quando se tratava de uma mulher exercendo a profissão. Esta publicação compilou trechos de uma conferência ministrada no Congresso Internacional de Farmácia em Bruxelas, na qual discutiu-se os limites legais da associação profissional em caso de casamento entre um médico e uma farmacêutica:

Apressamo-nos antes de tudo, em declarar que não pretendemos levantar uma questão de tendência feminista e que, muito pelo contrário, é nosso desejo preservar indistintamente homens e mulheres contra os abusos que poderiam nascer de uma situação especialíssima não prevista nas leis; temos simplesmente proposto um problema de direito médico farmacêutico, baseado sobre a interpretação de alguns artigos do projeto de lei apresentado ao Parlamento. Esses artigos regulam as relações entre médicos e pharmaceuticos, proíbem e punem toda convenção, associação ou acordo por meio dos quais um médico possa retirar um lucro qualquer da venda de medicamentos feitos por um pharmaceutico (...). Mas nada dizem sobre o caso que vamos assignalar e estudar, que é o do casamento de um médico com uma pharmaceutica e vice e versa (QUEIROZ, 1898b, p. 152 - 153).

Visando se desvencilhar da espinhosa questão do “feminismo” o artigo acima explicitou que se circunscreveria aos problemas de caráter legal decorrentes deste tipo especial de “associação”. Embora Queiroz se esforce para “purificar” seus argumentos em torno de um suposto ascetismo do direito, a própria questão levantada pelo casamento entre médicos e farmacêuticas já demonstra que a circulação de mulheres por essas profissões liberais geraria novas dinâmicas. O autor considera que caso um paciente comprasse remédios na farmácia da esposa de seu médico, essa situação já que enquadraria como associação profissional, uma vez que os lucros advindos pela venda do medicamento se direcionariam para o mesmo lar do médico que os receitou, ou seja, esse último se beneficiaria da venda de medicamentos por intermédio da farmácia de sua esposa.

Uma das propostas de Queiroz para resolver tal controvérsia seria a proibição de casamentos entre médicos e farmacêuticas impedindo, assim, qualquer forma de associação entre as duas profissões. Entretanto Queiroz pondera que essa medida poderia

mostrar-se um tanto arriscada, apontando as possíveis perturbações que ela geraria à ordem familiar:

Essa solução muito equitativa reuniria muitos adeptos, mas infelizmente tem o inconveniente de demorar o problema sem resolvê-lo. Porque se a lei toma com uma mão o que ela dá com a outra, si depois de ordenar aos esposos que prosperem e se multipliquem, ela peia seus esforços, anula uma parte dos seus conhecimentos e os coloca na impossibilidade de preencher o seu primeiro dever que é assegurar a prosperidade e o bem estar da família, - ela vem oferecer o mais valioso argumento em favor do casamento livre... Contra o qual ela não tem poderes. (Ibid., p. 154)

Ressaltamos que este questionamento às associações entre médicos e farmacêuticas, retirado de estudos de caso na França, veio à tona no mesmo ano de fundação da Escola de Farmácia e ressaltava o interesse demonstrado pelas mulheres em ingressarem nessa profissão:

É sabido, entretanto, que de dez anos para cá, as Faculdades de Medicina conferem às mulheres diplomas de médicas e que da Escola de Pharmacia de Paris começam a sair as primeiras farmacêuticas que, necessariamente, encontrarão uma brilhante plêiade de imitadoras. Em tais condições hão de forçosamente se dar inúmeras uniões entre membros das suas profissões que reúnem tantos interesses comuns: medicina ativa, ousada, mais particularmente destinada ao homem, e a farmácia, sedentária, meticulosa, é apropriada à mulher. (Ibid., p. 153).

Ao descrever o exercício da farmácia por uma mulher, Queiroz retomou concepções hierárquicas (entre médicos e farmacêuticos) que foram duramente criticadas pela Revista desde 1895. Este artigo citou o médico (vinculado ao masculino) como cientista, ativo, colocando uma posição de liderança, enquanto a farmacêutica foi descrita como auxiliar, cuidadosa e sedentária, servindo de auxiliar ao primeiro. Destacamos como a imagem do farmacêutico como mero auxiliar foi retomada quando se tratava de uma mulher exercendo essa profissão, destacando o estatuto subalterno que se buscava relegar às farmacêuticas.

Os trechos citados acima nos permitem refletir como a formação de mulheres nas faculdades de farmácia proporcionou novos questionamentos e dinâmicas. Tais debates excedem o mero comentário profissional que Queiroz se dispôs a apresentar em seu artigo, pois a formação de farmacêuticas apresentou-se como uma controvérsia que abarcaria as esferas do direito (seria o casamento uma forma de associação profissional?), da ciência (qual seria prática farmacêutica exercida pela mulher?) e até mesmo familiar (proibir este tipo de casamento estimularia o temido “casamento livre?”).

Até o momento, analisamos como a presença destas controversas agentes, chamadas a compor o silencioso, e estratégico, império do centro (*matters of concern*) (LATOUR, 2004b), provocou novos questionamentos e deslocamentos na composição do que se estabeleceria como prática farmacêutica científica. A seguir, observaremos as dinâmicas que povoaram a Escola após suas solenidades de instalação, ou seja, de que maneira procurou-se consolidar um currículo para o farmacêutico, dotar a Escola de notoriedade na cena pública, assim como, através de quais caminhos as alunas compuseram e/ou deslocaram a narrativa progressista de ciência que se ansiava consolidar.

1.4. Consolidação de um currículo e a circulação de mulheres na Escola.

Nesse momento, acompanharemos quais foram as escolhas e propostas que povoaram o processo de consolidação de um currículo para a Escola de Farmácia nos anos que se seguiram à sua fundação. Moldar um currículo e perpetuá-lo se mostraria um passo estratégico na consolidação e reconhecimento da Farmácia enquanto área científica e à serviço da República.

Consideramos que um currículo em muito ultrapassa a insuspeita imagem de transmitir “conhecimentos”, como se o recorte promovido ao longo da formação não envolvesse dinâmicas mais amplas de poder e formação de uma identidade: “talvez possamos dizer que, além de uma questão de conhecimento, o currículo é uma questão de identidade.” (SILVA, 2010, p. 15). Sendo assim, analisaremos quais conhecimentos, métodos e objetos foram integrados e rearticulados para compor a formação de uma identidade que articulasse o farmacêutico à ciência.

Em diferentes artigos, a Revista criticou o currículo dos cursos de Farmácia ministrados nas Faculdades de Medicina (Rio de Janeiro e Bahia), assim como, na Escola de Farmácia e Ouro Preto. Essa última, embora se destinasse exclusivamente ao ensino de Farmácia, era citada com desânimo:

Caminha para ruína a profissão farmacêutica no Brasil! Os cursos de Pharmacia das nossas faculdades terão em breve de ser suprimidos por falta de frequência. A própria Escola de Farmácia de Ouro Preto, há pouco reorganizada pelo Governo de Minas a instâncias dos respectivos alunos, vê cada ano, reduzir-se o número das suas matrículas! (ESTADO, 1895, p. 89).

Frente a esse quadro, a recém-criada Escola de Farmácia de São Paulo tinha como desafio mostrar-se atrativa aos alunos, formando farmacêuticos que realmente exercessem e perseverassem na profissão. Para tanto, essa nova instituição precisaria dispor de um currículo formativo e atrativo, evitando a evasão de alunos, assim como, utilizar-se de sua institucionalidade para fortalecer a reputação do farmacêutico na cena pública do período.

Os *Programa Geral dos Cursos da Escola de Farmácia Odontologia e Obstetrícia*, lançados anualmente a partir de 1903, nos permitem acompanhar com um pouco mais de profundidade quais temáticas, práticas e objetos foram chamados a compor a formação dos farmacêuticos, assim como, suas modificações ao longo dos anos. A Programação do Curso de Farmácia, entre os anos 1903 e 1909²⁰, já apresentava algumas alterações em relação ao cronograma inicial, lançado em 1899, destacamos que tais mudança se inserem no contexto de reformulação da Escola em 1903, momento no qual ela recebeu os cursos de Odontologia e Obstetrícia, passando a intitular-se *Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia* (SOUZA, 1904).

Neste novo molde, algumas disciplinas oferecidas pelo curso de Farmácia e Bacharelado em Ciências Naturais e Farmacêuticas foram renomeadas e adquiriram, conforme veremos a seguir, uma abordagem mais detalhada. O quadro de professores também foi rearticulado mantendo-se, em grande medida, os docentes dos primeiros anos, bem como, a regra de estarem habilitados a lecionar somente bacharéis e “doutores” - ou seja, médicos.

Durante o primeiro ano do curso, eram oferecidas as seguintes disciplinas: *Physica; Química Mineral, Noções de Mineralogia e Noções de Hydrologia*²¹ e *Botânica Geral e Noções de Geologia*²² (PROGRAMA, 1900-1904).

O curso de *Physica* seria ministrado pelo bacharel José Eduardo de Macedo Soares, e se organizaria segundo os seguintes eixos: *Barologia, Termologia, Acústica, Optica, Eletrologia, Termologia e Meteorologia* (Ibid., pp 4-11). A cadeira de *Química Mineral, Noções de Mineralogia e Noções de Hydrologia* contava com o bacharel Frederico Borba como professor e continha os seguintes módulos: *Chimica Geral* (estrutura molecular; ácidos, bases e sais; teoria e valência de radicais, reações, teoria

²⁰ Acompanhamos a grade curricular da Escola de Farmácia até o ano de 1909, período abarcado pelo programadas publicados do curso de Farmácia.

²¹ Antes *Química* (SOUZA, 1904).

²² Antes: *Botânica* (Idem.).

atômica e nomenclatura), *Chimica Especial* (química dos metais e ligas metálicas), *Hydrologia* e um módulo prático sobre: Trabalhos em vidro, Montagem de aparelhos, Reconhecimento de gases (Ibid., pp 13-17).

A disciplina *Botânica Geral e Noções de Geologia* tinha à sua frente o bacharel Cristóvão Buarque de Holanda e continha os seguintes eixos: *Anatomia* (voltada ao estudo das células), *Organografia* (elementos constitutivos do caule, folhas, fruto, flores e raiz), *Physiografia* (funções do caule, folhas, fruto, flores e raiz) e Geologia (categorizada em *Actualidade*, *Antiguidade* e *Categorização dos Terrenos*) (Ibid., pp. 20-27).

Percebemos que as matérias do primeiro ano dedicavam-se a formar os primeiros rudimentos teóricos que os futuros farmacêuticos deveriam dispor. O destaque inicial conferido à química e botânica, atrelava a prática farmacêutica à Ciência já no momento de formação dos profissionais. Lembrando que, desde 1895, esta ligação era defendida pelos membros da Sociedade com base no entendimento de que a mente deveria controlar o corpo, ou seja, o “verdadeiro” farmacêutico seria aquele que compreenderia as “razões” pelas quais as manipulações se processariam.

Sendo assim, a formação oferecida pela Escola concentrou no primeiro ano o estudo de fundamentos básicos da química, botânica e física, consideramos essenciais ao desempenho da profissão. Em diálogo com Elza Nadai (1987), destacamos que este estilo de abordagem curricular não figurou somente na Escola de Farmácia, pois:

Enquanto não se estruturou o ginásio como um ciclo médio, responsável pela formação geral do adolescente, e se aboliram os exames preparatórios, a Politécnica manteve seu curso fundamental, o que significava que ela se estruturou para os seus alunos a informação – segundo seus parâmetros necessários para os estudos de engenharia e não abriu mão disso, senão em 1930. (NADAI, 1987, p. 62)

Analisando os procedimentos de matrícula na Escola, podemos compreender melhor a disposição destas disciplinas no primeiro ano, pois segundo o Regulamento de 1903: “Art. 153. Os preparatórios actualmente exigidos para os diversos cursos são os seguintes - Para curso Pharmacêutico: Portuguez, Francez, Aritmética, Algebra até equação do 1º grau e Geometria plana.” (REGULAMENTO, 1903, p. 55).

Desta forma, não era necessário que o ingressante possuísse conhecimentos prévios em química, física e botânica, cabendo à Escola fornecer-lhes esta instrução no primeiro ano. A organização curricular utilizada pela Escola, chegou mesmo a ser tomada como parâmetro em artigo publicado pela Revista Farmacêutica em setembro de 1906,

no qual se empreendia uma crítica ao ensino de Farmácia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro:

O actual programa da Escola do Rio suprime quase que completamente o ensino das ciências propedêuticas da farmácia e deixa esta importantíssima tarefa ao curso das preparatórios. Basta isso para se avaliar do nenhum valor de um curso feito com tal programa. A química, que o farmacêutico precisa e deve saber, não pode ser estudada só em livros e não cabe nos acanhadíssimos moldes de um exame preparatório. (...) Um exame de physica feito como preparatório não pode, de forma alguma, dispensar o estudo desta cadeira no curso de pharmacia, onde o estudante aperfeiçoando os conhecimentos gerais que por ventura tenha adquirido, estudará as aplicações directas desta ciência à profissão que se vae a se dedicar. (ENSINO, 1906, p. 74)

Este artigo considera que toda a formação científica do farmacêutico deveria ser realizada no interior da Escola, não cabendo aos exames preparatórios aferir sobre os conhecimentos em química e física. Tal postura, adotada pelo corpo docente da Escola, assemelhava-se àquela empregada na Politécnica, já que ambas se incumbiam de lecionar os parâmetros e práticas que povoariam o currículo e a formação de seus alunos, no caso da Farmácia, “qual química” e “qual física” seria ensinada.

No segundo ano do curso ministrava-se *Química Orgânica e Biológica* (PROGRAMA, 1900-1904, pp. 38-41), *Anatomia e Fisiologia*²³ (Ibid., pp. 44-49) e, por fim, *Botânica Descritiva – Espécies Brasileiras*²⁴ (Ibid., pp. 30-35). A primeira tinha a sua frente o médico Edmundo Xavier e já apresentava um aprofundamento maior nas temáticas e linguagem mobilizadas, como na lição: “17º Benzina, nitro benzina, anilina, aceta-anilide, isomeria dos derivados da benzina, phenol, derivados nitrados do phenol phenedina, ácido pícrico, oxyphenoes, resorcina, pirogallol. ” (Ibid., p. 40). Nesse segundo ano, a nomenclatura química e seus termos especializados já começavam a figurar com mais força no cotidiano dos estudantes.

Embora a Zoologia tenha sido retirada do título da disciplina *Anatomia e Fisiologia*, ela ainda figurava entre as temáticas do curso, destacando-se que “a propósito de cada classe, professor tratará detalhadamente das espécies úteis à medicina.” (PROGRAMA, 1900-1904, p. 49). Este cronograma era ministrado pelo médico Canuto Cal e também abordava os estudos da anatomia humana.

Em relação à botânica, notamos que o cronograma da cadeira de *Botânica Descritiva – Espécies Brasileiras* ministrada por Ignacio Puiggari, discutia as classes e

²³ Antes Zoologia, noções de Anatomia. (SOUZA, 1904)

²⁴ Antes Botânica – especialmente a brasileira (Idem.)

ordens que compõem a flora brasileira, baseando-se na “Divisão geográfico botânica do Brasil, segundo Martius.” (Ibid., p. 35). O recurso a esse material reforça o alinhamento, estabelecido desde os primeiros anos da Revista, entre farmacêuticos e os estudos dos naturalistas. Além da categorização da flora, o curso também possuía uma parte prática: “Herborização - preparo de plantas” e o “Exame ao microscópio – classificação de plantas”. Aos poucos os alunos se aproximavam do ambiente do laboratório, primeiro apropriando-se das nomenclaturas e fundamentos da química e da botânica e, no segundo ano, ministravam-se aulas práticas nas quais o microscópio já estava presente.

Durante terceiro ano, todas as disciplinas possuíam desenvolvimento prático: *Chimica Analítica e Toxicológica* (Ibid., pp. 53-55) ministrada pelo farmacêutico Pedro Baptista de Andrade, *Matéria Médica e Noções de Terapêutica* (Ibid., pp. 66-69) cujo professor era o farmacêutico João Meira de Vasconcelos e, por fim: *Pharmácia*²⁵ que tinha à sua frente o farmacêutico Meira de Vasconcelos (Ibid., pp. 58-63).

Ao longo da primeira, eram abordadas técnicas de separação e dosagem das substâncias, como: “Separação e Dosagem de Metais do grupo do Arsênico” (PROGRAMA, 1900-1904, p.54) ou “Separação e Dosagem dos ácidos orgânicos” (Ibid., p.55). Quais aparelhos poderiam ser mobilizados em determinados casos, assim como, as técnicas para realização de exames toxicológicos: “Pesquisas Toxicologicas de venenos letaes”, “Pesquisas Toxicologicas de venenos orgânicos fixos” (Ibem.), “Destruição de Materiais Orgânicos para os exames Toxicológicos” (Ibem.). Ao final do cronograma destacava-se: “Estes estudos serão teóricos e práticos ao mesmo tempo, na medida do possível.” (Ibem.).

A disciplina *Pharmácia* voltava-se ao estudo dos medicamentos propriamente ditos: “I. Considerações Gerais: objetos da pharmacia, definição da pharmacia e do medicamento, divisão e classificação do medicamento.” (PROGRAMA, 1900-1904, p. 59). Além dessas definições, o curso também apresentava diferentes maneiras pelas quais os medicamentos poderiam ser preparados: “Medicamentos sob o ponto de vista de seu aspecto ou forma”, “Medicamentos segundo o modo que devem ser aplicados” (internos e externos), “Medicamentos segundo o veículo aplicado para os preparar”, “succos vegetais”, “succos animais”, “ácidos orgânicos”, “alcaloides”, “alcooes”, “phenois”, “Ethers”, “Metaloides”, “Metais”. Em relação à parte prática, o estudante deveria

²⁵ Antes *Pharmácia Teórica e Prática*.

“executar todas as operações farmacêuticas” e “manipular todos os medicamentos que se fazem nas farmácias” (Ibid., p. 63).

Ao longo desta disciplina, percebemos que as relações entre os estudantes e os medicamentos começavam a estreitar-se, as diferentes formas de manipulação eram abordadas de maneira mais direta, considerando-se que, ao final, o aluno estaria apto a reproduzir todos os medicamentos exigidos em uma farmácia – remédios officinais. A fim de debatermos quais objetos foram apresentados aos alunos como medicamento, precisamos desconfiar da estabilidade desse último, usualmente não questionada.

Segundo Philippe Pignare, a eficácia é o primeiro argumento evocado na explicação do que seria um medicamento, entretanto o autor não a considera que esse seja um ponto de partida interessante:

Afinal, a questão da eficácia é na maioria das vezes obscurecida por um raciocínio tautológico, e os critérios pelos quais escolhemos determinar a eficácia de uma terapêutica jamais são neutros. Eles decidem a resposta no mesmo momento em que colocamos a questão, ou melhor, no momento em que fingimos colocá-la. Não tomar a eficácia como ponto de partida não implica que essa questão seja sem importância. Pelo contrário. Mas ela merece justamente ser seguida na maneira pela qual é *construída*. (PIGNARE, 1999, p. 15).

Ao longo de seus estudos, Pignare destaca que a comprovação da eficácia de um remédio é sempre contingencial, sujeita a variações e deslocamentos não previsíveis, pois: “quando se estuda a ação de um medicamento sobre um organismo vivo, é sempre de um agenciamento que se deve falar.” (Ibid., p. 27). Nesse sentido, nos interessará observar os processos por meio dos quais moléculas, extratos e diferentes reagentes (açúcar, água, álcool) eram mesclados, dosados e estabilizados pelos farmacêuticos (e farmacêuticas), de forma a tornarem-se medicamentos.

Segundo Pignare, a transformação de uma substância em medicamento não se faz pelo isolamento da primeira, mas sim por sua socialização:

A passagem de uma molécula ao medicamento não é, portanto, uma prova de purificação que consistiria em isolar, enfim, o simples efeito farmacológico. (...). Essa passagem é, ao contrário, o início da socialização da molécula em sua transformação em medicamento. Se se trata de uma prova é porque se faz necessário organizar primeiramente o encontro terrível e desconhecido entre dois corpos, o das moléculas e o do organismo vivo. É preciso aprender a negociar esse encontro. A ingestão de moléculas no corpo humano jamais é feita sem precauções. Ela deve ser o objeto de uma domesticação que torne esse encontro possível, permitindo que se afastem os perigos. Reencontramos aí o conceito de *Pharmakon* dos gregos, remédio e veneno ao mesmo tempo, e no mesmo lugar (...).(Ibid., p. 32).

A prudência com a qual os remédios deveriam ser ministrados justifica, por exemplo, os estudos de dosagem – presentes em *Chimica Analítica e Toxicológica* –, pois um mesmo composto, extrato ou xarope pode se tornar um veneno dependendo das proporções utilizadas. O ensino sobre as diferentes vias – interna ou externa – e características dos medicamentos, ao longo do curso *Pharmacia*, também intentam delimitar e regradar os modos pelos quais as manipulações seriam socializadas, entrando em contato com os corpos.

Não por acaso, a terceira matéria do terceiro ano abordaria mais profundamente o encontro do manipulado com o paciente: *Matéria Médica e Terapêutica*²⁶, ministrada pelo médico Américo Brasiense. Tal disciplina abordava os seguintes tópicos: “Alimento, medicamento e veneno”, “Associação de Medicamentos – Synergia”, “Variação do Poder dos medicamentos debaixo de influências individuais”, “Dose, Incompatibilidade, antagonismo e antidotismo”, entre outros (PROGRAMA, 1900-1904, p. 67-68).

Ensinava-se também as caracterizações mais gerais dos medicamentos: purgativos, vomitivos, antissépticos, diuréticos, entre outros. E por fim: “Merecerão igualmente atenção o estudo das reações características das substâncias medicamentosas e o reconhecimento de suas falsificações mais comuns.” (Ibid., p. 69). Nessa última matéria do curso de Farmácia, os efeitos dos agentes nos corpos ganharam atenção, assim como as questões da falsificação e do efeito pela sugestão. Consideramos o conteúdo ministrado nesse último ano do curso visava preparar o (a) formado (formada) para o contato cotidiano com os remédios e os pacientes que iriam consumi-los, definindo quais seriam as maneiras “corretas” de se curar e como o farmacêutico poderia contribuir nesse sentido.

Para que o estudante pudesse realizar os exames das disciplinas do terceiro ano, obtendo, assim, título de farmacêutico era ainda necessário: “apresentar certificado de que praticou em uma *pharmacia* durante um ano, além da prática adquirida com o lente da respectiva cadeira.” (REGULAMENTO, 1903, p. 24). Tal exigência nos permite compreender a centralidade que a prática - sua uniformização e propagação - dispunha no currículo da Escola, pois uma vez inseridos na rotina de uma Farmácia, esperava-se que os estudantes reproduzissem os ensinamentos e métodos adquiridos ao longo de sua formação. A incorporação dos estudantes na rotina da profissão também pode ser

²⁶ Esta disciplina era compartilhada com os alunos do curso de odontologia, que deveriam cursá-la em seu segundo ano.

compreendida como estratégia para despertar o gosto nos alunos, estimulando-os a persistirem na profissão depois de formados.

O quarto ano era reservado aos interessados em obter o título de “Bacharel em Ciências Naturais e Farmacêuticas”, com o qual o estudante estaria habilitado a se tornar professor da Escola, caso desejasse. Neste momento, o curso se voltava mais especificamente à questão industrial, higiene e bacteriologia.

A disciplina *Chimica Industrial* era ministrada por Luiz de Queiroz, que além de membro e ex-presidente da Sociedade Farmacêutica, também atuava diretamente neste setor: “A produção de ácidos comerciais começou com a firma de Luiz de Queiroz Cia. instalada em São Paulo em 1895. Sua produção atendia a especialidades químicas e farmacêuticas.” (RIBEIRO, 2000/2001, p. 3).

A matéria era dividida em vinte módulos que abordavam objetos e procedimentos químicos essenciais às atividades industriais. Destacamos que os processos e objetos citados não se restringiam à produção de medicamentos, contanto módulos sobre: “6 - Salitres, Pólvora, Nitro glycerina, Dinamite”; “11 - Fermentação Alcoólica, Álcool, cervejas, vinhos e vinagre”; “12 – Corpos graxos animais e vegetais – Sebo, banha, óleo de rícino e outros – Cera.”; “15 – Resíduos de matadouro – Ossos, sangue, etc. – Carvão animal, super-phosphatos de cal, adubos químicos.”; 16 – Couros e Peles – Curtume com tanino e curtume com chromo e outros sais.”; “17 - Indústria de laticínios, leite condensado, leites e manteiga”; “18 – Fibras têxteis, tecnologia das fibras – alvejamento das fibras e dos tecidos – Algodões medicinais.”; 20 – Celulose Indústria do papel” (PROGRAMA, 1900-1904, pp. 96-97).

A presença da questão industrial na formação do Bacharel nos apresenta um primeiro indício de que essa formação se relacionaria menos com o cotidiano da farmácia, pequeno estabelecimento destinado à venda de medicamentos, e mais com processos de maior alcance – e investimento – como a gestão de indústrias. Em seus trabalhos, Maria Alice Ribeiro (2001) aborda a relação da indústria farmacêutica com as instituições sanitárias do período republicano, atribuindo a essas últimas a formação científica dos profissionais que posteriormente se envolveriam no setor industrial, principalmente nos anos 1920. Em diálogo com debates mais amplos sobre industrialização no Brasil, a autora cita que:

O capital comercial está na origem do capital industrial. O comerciante ocupava a posição estratégica que lhe permitia uma melhor avaliação das oportunidades de investimento. (...) A metamorfose do

comerciante em industrial era facilitada pelos interesses envolvidos em seus negócios. (RIBEIRO, 2001, p. 17).

Desta forma, a presença da formação industrial justamente no ano final do curso, pode ser compreendida por meio deste processo de transformação do comerciante – farmacêutico – em industrial – bacharel. O conhecimento de diversos processos, no setor alimentício, por exemplo, pode nos apontar para a estratégia de inserir os formados na produção e/ou fiscalização destes estabelecimentos, que deveriam funcionar em conformidade com os critérios sanitários do período. Por meio desta formação mais ampla no âmbito industrial, o bacharel também estaria habilitado a atuar em instituições sanitárias como o Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas, que tinha como objetivo analisar os alimentos comercializados (TEXEIRA, 1995, p. 38).

A formação sanitária do Bacharel se completaria com a matéria: *Hygiene e Bacteriologia*²⁷, ministrada por Victor Godinho. Em um primeiro momento, o curso detinha-se às discussões sobre higiene, abordando o estudo do solo, do clima, da atmosfera e da água. Em seguida tratava-se da higiene: alimentar “especialmente no que diz respeito às bebidas”, das habitações urbanas, dos estabelecimentos coletivos “escolas, quartéis, fábricas e hospitais.”, do corpo e do vestuário, assim como, a escolar e industrial “tomados em consideração o patrão e o operário” (PROGRAMA, 1900-1904, p. 102).

No âmbito da bacteriologia, o curso dividia-se em “parte geral” e “parte técnica”, a primeira destinava-se à explicação sobre os tipos de bactérias, sua ação e presença em diferentes meios: “Bactérias nos produtos orgânicos normais; Bactérias nos produtos orgânicos patológicos.” (Idem.). A parte prática enfatizava os aparelhos mobilizados nos laboratórios: “Câmaras húmidas: papel a que se destinam”, “Microscópios e acessórios. Maneiras de Funcionar” e “Estufas e reguladores, sua aplicação” (PROGRAMA, 1900-1904, p. 103). Assim como diferentes técnicas que poderiam ser utilizadas nos laboratórios como esterilização e métodos de cultura bacteriana.

A análise das disciplinas ministradas para obtenção do título de Bacharel nos permite perceber um aumento no volume de instrumentos, objetos e técnicas requisitadas. Expandindo, assim, a quantidade e a força das traduções e mediações que este cientista poderia realizar, pois “o poder desse laboratório é, pois, proporcional ao número de actantes que ele pode mobilizar a seu favor.” (LATOIR, 2011, p. 139).

²⁷ Esta disciplina era compartilhada com os alunos do curso de odontologia, que deveriam cursá-la em seu primeiro ano.

A abordagem conjunta da higiene e bacteriologia contribuiria nesta inserção de objetos e práticas na instrução do futuro bacharel, integrando-o às discussões sanitárias do período. Por meio deste último ano, formava-se mais um aliado na aplicação dos entendimentos de higiene nas práticas quotidianas, bem como, em sua fiscalização, como veremos no próximo capítulo. Este enfoque na higiene e bacteriologia também habilitaria os futuros bacharéis – e seus produtos químicos – a atuarem nos departamentos da saúde pública destinados ao desenvolvimento de soros e vacinas, inserindo-os em um movimento maior no qual:

A efetivação da política de saúde pública em São Paulo, por meio de suas instituições executoras da política sanitária, tais como os serviços de desinfecções e de vacinação e de institutos de pesquisa científica, transformou o estado em grande difusor dos conhecimentos de bacteriologia e imunologia, em grande produtor de vacinas e soros e no maior consumidor de produtos químicos. (RIBEIRO, 2001, p. 4).

Desta forma, além de delimitar os conhecimentos permitidos aos futuros farmacêuticos e bacharéis, o currículo lançado pela Escola também estava efetivamente produzindo-os. Observamos como esta produção se deu em forte diálogo com os princípios de prática farmacêutica veiculados da Revista, apostando no ensino de química e botânica desde seus fundamentos, assim como, nas maneiras pelas quais a socialização dos medicamentos deveria ser realizada.

A análise dos programas dos cursos nos permitem esboçar algumas diferenças nessas formações, pois embora a proximidade do laboratório fosse uma proposta geral da Escola, percebemos que ao farmacêutico caberia o domínio dos processos de produção dos medicamentos e algumas noções sobre sua socialização. Enquanto o Bacharel era instruído para inserir-se nas instituições de educação superior e saúde pública do período, detendo-se nos procedimentos e instrumentos laboratoriais mobilizados pelo saber médico e sanitário. Sendo assim, o formado no último ano estaria habilitado a atuar em laboratórios melhor equipados e “poderosos” – com mais objetos e instrumentos -, ou seja, àqueles voltados à manutenção do corpo social republicano e, conseqüentemente, o progresso.

Até o presente momento, acompanhamos como o currículo da Escola de Farmácia visava conferir aos formados uma identidade que os alinhasse à imagem do cientista, aproximando-o do laboratório. Agora, atentaremos a movimentação do corpo discente,

mais precisamente à presença de alunas²⁸, a partir das listas de formados entre 1901 e 1916.

Ao longo destes quinze anos, a Escola formou um total de 505 alunos, sendo 126 mulheres, ou seja, as farmacêuticas representavam 24% dos graduados (Lista, s/d). Embora não constituíssem a maioria, destacamos que este percentual de formadas não foi encontrado em outras instituições de ensino superior no período republicano, mesmo em períodos posteriores. A Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo fundada em 1913, por exemplo, ao longo do mesmo intervalo de 15 anos – entre 1918 e 1933 – teve apenas 17 mulheres entre os 680 formados, ou seja, 2,5% (BACCALÁ *et all.*, 2012).

Tal comparação nos permite refletir como a instrução em Farmácia mostrou-se uma oportunidade às mulheres em busca de instrução. A fim de compreendermos um pouco melhor este quadro, observaremos também a flutuação de formadas ao longo dos anos, assim como, sua presença nos Livro de Registro de Profissionais, vinculado ao Serviço Sanitário de São Paulo.

Nas três primeiras turmas da Escola - entre 1901 e 1903 - não constam formadas, entretanto a partir de 1904 elas estiveram presentes em todas as turmas. Destacamos que a quantidade de mulheres que completou o curso tampouco se dispôs de maneira ascendente e linear ao longo dos anos, pois em 1912, por exemplo, consta a maior quantidade de formadas (47%), enquanto em 1904, 1908 e 1916 observamos os índices mais baixos (15%) (Lista, s/d), que, cabe ressaltar ainda eram bastante superiores àqueles presentes na Faculdade de Medicina. A formação – expressiva para o período - de mulheres na Escola de Farmácia, nos permite analisar como essas agentes envolveram-se de forma constitutiva no processo de institucionalização e consolidação de um currículo para a Farmácia em São Paulo.

Outra fonte interessante a essa discussão será o Livro de Registros de Profissionais do Serviço Sanitário, criado mediante o decreto estadual nº 87, de 29 de julho de 1892:

O decreto estabeleceu ainda que médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras e dentistas deveriam se registrar nas Inspetorias dos Estados. O registro seria feito em livro especial, nos quais os dados apresentados nos respectivos títulos ou licenças seriam transcritos. O Serviço Sanitário também seria responsável pela organização e publicação da relação dos profissionais inscritos. (MOTT, 2008, p. 855).

²⁸ A origem social das formadas, bem como, a análise de sua inserção profissional, serão abordados nos capítulos seguintes.

Os registros de profissionais organizavam-se da seguinte maneira, um livro destinava-se exclusivamente aos médicos, enquanto outro reunia o registro de farmacêuticos(as), dentistas e parteiras. A partir deste segundo livro discutiremos de que maneira a inserção de mulheres na profissão farmacêutica, em São Paulo, se fez em grande medida por meio da Escola.

No período anterior à 1905 apenas uma mulher havia se registrado como farmacêutica: Ursulina Lopes Torres - em 1901, formada pela Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre – (ALVES, 2011), sendo que a maioria das mulheres registradas constavam como parteiras (23) e, algumas poucas dentistas (7) (LIVRO, 1892-1906).

A partir de 1905, as farmacêuticas começam a figurar com mais peso nos livros, com oito registros de profissionais, todas formadas pela Escola de Farmácia no ano anterior: Sylvia d'Avila Leme, Maria da Glória Barroso Lintz, Luiza Candida Saldanha, Carolina Fenore, Isabel Inah Lustosa Freire, Marcília Porto e Justina Cardoso de Menezes Bittencourt (LIVRO, 1906-1913). De maneira geral, as farmacêuticas registradas costumam advir da Escola, sendo alguma poucas oriundas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Escola de Farmácia de Ouro Preto.

Entre 1905 e 1916, constam 114 registros de farmacêuticas (12%), sendo 77% formadas pela Escola²⁹. Tais cifras demonstram como a questão de gênero passa a figurar no processo de institucionalização da Farmácia após a fundação da Escola, instituição responsável pela inserção destas novas e controversas agentes em espaços destinados à fala científica. Cabe ressaltar que embora a presença de formadas pela Escola seja expressiva para o período, nenhuma delas completou o curso de Bacharel em Ciências Naturais e Farmacêuticas. Tal dado nos faz refletir de que maneira as mulheres não seriam treinadas para ocuparem cargos de prestígio e protagonismo na cena sanitária do período, tampouco eram formadas para tornarem-se professoras da Escola.

Apesar de não terem acedido a postos de influência, ressaltamos que as farmacêuticas, assim como os demais membros desta instituição, circularam na cena pública paulista, participando de eventos científicos e premiações. Dentre eles, destacamos o prêmio Bráulio Gomes (homenagem ao falecido fundador da Escola), criado pelo diretor do Serviço Sanitário Emílio Ribas. Esta distinção visava congratular os (as) estudantes que concluíssem com mérito o curso e teve três farmacêuticas como

²⁹ A quantidade total de farmacêuticos registrados por ano, mobilizada no cálculo desta porcentagem, foi retirada de Alves, 2011.

vencedoras: Leonor da Costa Aguiar em 1906, Alice Teixeira em 1907 e Irma de Godoy em 1916 (NA ESCOLA, 1906; ESCOLA, 1907; CORREIO, 1916b).

A premiação de 1906, contemplou Leonor Aguiar e contou com ampla cobertura do *Commercio de São Paulo*, no qual encontramos a conferência do médico e professor da Escola Victor Godinho: *A Mulher nas Escolas superiores*, o discurso da estudante Beatriz Miranda de Azevedo: *A Mulher nas Sciencias*, assim como, fotografias do edifício da Escola (já instalada no Bom Retiro), das alunas, da premiada e do corpo docente (NA ESCOLA, 1906) [ANEXO 1].

Em sua fala, o professor Victor Godinho declarou que a presença de mulheres na Escola de Farmácia já havia se tornado um traço distintivo desta instituição: “Na Escola de Pharmácia de S. Paulo a feição característica é a grande concorrência das moças. Nestes oito anos escolares temos tido matriculados 1721 alunos, dos quais 309 do sexo feminino.” (Ibid., p. 1). Percebemos que já em 1906, a formação de farmacêuticas era citada como traço distintivo da instituição, demonstrando os bons resultados atingidos pelos discursos dos fundadores Amâncio de Carvalho e Bráulio Gomes, sendo esse último lembrado por Godinho: “Ninguém percebeu tão claramente como ele, que a Escola de Pharmacia de São Paulo seria chamada a dar mais algumas profissões nobres às moças brasileiras.” (Idem.).

Conforme discutimos anteriormente, inserir a farmacêutica em um espaço destinado à formação de cientistas, envolvia-a em uma esfera na qual a masculinidade (postura de conquista, virilidade) era considerada o foco irradiador dos valores a serem perpetuados. Por meio do discurso de Victor Godinho, percebemos que essa perspectiva não se modificou após da frequência das alunas, que são elogiadas justamente por se afastarem da “feminilidade”: “Efeminadas pela educação, mais ainda do que pelo sexo, varonis na inteligência e nos dotes morais, as mulheres reconheceram que lhes era preciso disputar aos homens as partilhas da glória até mesmo na esfera que mais os dignificava, a esfera intelectual.” (Ibid., p. 2).

Embora as qualidades “naturalmente femininas” fossem exaltadas como contribuições das farmacêuticas à profissão, observamos como esses mesmos atributos, quando comparados aos “masculinos”, eram citados como algo a ser abandonado por aquelas que desejassem adentrar à “esfera intelectual”. Em diálogo com Despret e Stengers: « *En d’autres termes, les femmes étaient bienvenues en sciences à condition qu’elles ne se fassent pas ‘remarquer en tant que femmes’, qu’elles se présentent comme des scientifiques parmi d’autres.* » (2011, p. 35).

Sendo assim, as farmacêuticas seriam “bem-vindas” na medida em que se desfizessem de tudo o que as caracterizasse como “mulheres” (seres marcados e afeminados). Consideramos que esta postura serviria, em parte, para blindar o campo científico que se desejava consolidar, das possíveis “perturbações” que a presença de mulheres lhe causaria. Para tanto, os membros do corpo docente da Escola reafirmariam e relembriam, sempre que possível, que as estudantes - “apesar de serem mulheres” - atuariam a partir do “lugar não marcado” e “varonil” do cientista.

Embora Godinho citasse “o feminino” como elemento a ser abandonado, os atributos “naturalmente femininos”, principalmente a maternidade, continuavam aparecendo como “marcadores” da farmacêutica: “Cônscias de seu vigor, de sua tenacidade e a muitos respeitos mesmos de sua superioridade, elas sentiram que podiam acrescer os predicados do cultivo intelectual às suas qualidades de esposas carinhosas e mães solícitas.” (NA ESCOLA, 1906, p. 2).

Tal relação de coerência linear entre as mulheres - “marcadas” pela maternidade - e a Ciência – engajada com o progresso –, mobilizou a imagem da mãe e da esposa para, assim, destinar às farmacêuticas um espaço de ação menos visível: junto às misturas, no interior dos laboratórios, na administração quotidiana das farmácias. Destacamos, novamente, que a ação junto às misturas reservaria a estas profissionais uma localização estratégica na prática científica, pois são por meio das práticas quotidianas - pouco heroicas e varonis - que a ciência efetivamente se faz (LATOUR, 2004).

A ação das farmacêuticas em espaços reservados, pouco pretenciosos e, por isso, socialmente aceitos para mulheres, acabaria por lhes fortalecer enquanto grupo, pois enfrentando menos resistência - familiar e social - elas puderam manter-se mais facilmente na profissão, persistirem em suas práticas e, em alguns momentos, emergir à cena pública em premiações - como Leonor Aguiar - ou em eventos científicos, como veremos a seguir. Além de serem contempladas como alunas de excelência, destacamos que estes espaços de (eventual) visibilidade também propiciaria às estudantes da Escola formular discursos sobre sua própria prática, permitindo-nos compreender como essas profissionais analisavam seu lugar na profissão.

Nesse sentido destacamos o discurso proferido por Beatriz Miranda Azevedo na solenidade do Prêmio Bráulio Gomes:

Venho apenas lembrar que não mais se limitará aos mundos róseos das belas artes, nem à azulada atmosfera da literatura, a colaboração da mulher brasileira. (...). Não será exclusiva sua ação – sem igual no mundo - de mãe de família e modelo de virtudes, nem

mesmo da encarnação da filantropia, que preocupa-se com os males alheios num altruísmo sublime. Todas devemos colaborar no culto e aperfeiçoamento científico, trazendo à civilização, o resultado de nossos estudos, das nossas investigações e dos nossos labores! Que horizonte vasto e belo se descortina à nossa vida intelectual! (NA ESCOLA, 1906, p. 2).

No trecho acima, a estudante pontua como o universo das artes, da literatura e da benemerência não mais constituiriam a totalidade de ocupações que a mulher poderia exercer. A partir de seu discurso, Azevedo demonstra uma clivagem em relação a ações que, segundo Mônica Schpun constituíam a base da sociabilidade urbana das mulheres de elite, identificada, em muitos casos, com a imagem da moça refinada que toca piano para distrair os convidados nas recepções (SCHPUN, 1997, p. 111).

Beatriz Azevedo, por sua vez, não desloca e nem critica a questão da maternidade e do progresso científico, também evocados conjuntamente em outros momentos, como na fundação da Escola. Buscando ultrapassar o ambiente dos salões e demarcar sua contribuição junto aos laboratórios, a estudante reativou as relações de coerência linear entre mulheres –tomadas como essência – e ciência – compreendida como progresso.

Tais vínculos usados pelos fundadores e professores para cercar e “neutralizar” a atuação das mulheres na Escola, foram agenciados por Beatriz Azevedo a fim de, justamente, demarcar seu lugar nesta instituição. A fim de afirmar-se nesse meio científico hostil às sempre “marcadas” mulheres, Azevedo não criticou a questão da maternidade e dos atributos “femininos”, mas sim utilizou-se destes qualitativos para se inserir na narrativa do progresso, declarando abertamente seu espaço de atuação junto às misturas:

Quantas descobertas transcendentais poderemos lograr estudando e analisando agentes preciosíssimos para debelar males que tanto afligem a humanidade. E no mundo dos infinitamente pequenos, com vantagens que temos de mais pacientes e minuciosas, que surpresas não estarão reservadas aos nossos microscópios – na discriminação de germes patogênicos, até agora ignorados, ou nos métodos para cultura de vacinas preventivas ou serum curativo. (NA ESCOLA, 1906, p. 2)

As habilidades de paciência e minúcia, foram citadas por Beatriz como vantagem frente aos colegas no trato com os infinitamente pequenos ao microscópio. Sendo assim, embora a narrativa do progresso tentasse neutralizar a ação das mulheres “seres marcados”, percebemos que essas últimas estão sempre lhe escapando. Este gesto de escapar não significa confrontar-se diretamente com as instituições científicas, mas justamente, viabilizar e justificar publicamente sua ação num ambiente, que à primeira

vista, lhe é hostil. Em diálogo com Deleuze destacamos que: “uma nova força só pode aparecer e se apropriar de um objeto usando, no início, a máscara das forças precedentes que já o ocupavam.” (DELEUZE, 1976, p. 5). Desta forma, a ação silenciosa no interior do laboratório se mostrou estratégica à farmacêuticas que agenciaram a seu favor entendimentos criados para cerceá-las, frisando, assim, seu espaço e contribuição à ciência paulista no período.

1.5. A publicação de um manual: A *Pharmacopea Paulista* (1917)

Além de atuar no processo de consolidação de um currículo, a Escola de Farmácia de São Paulo também proporcionou respaldo institucional aos seus integrantes (professores, alunas e alunos), que começaram a circular e dispor de maior influência em espaços destinados à reunião de cientistas, como os congressos médicos do início do século XX. Analisaremos a seguir como a circulação destes agentes contribuiu para fortalecer a imagem do farmacêutico como cientista, assim como, foi mobilizada pelos representantes da Escola para expandirem sua influência sobre a legislação farmacêutica.

Ao longo deste capítulo, discutimos como as alianças entre farmacêuticos, médicos, naturalistas e políticos paulistas se mostraram necessárias tanto à criação da Escola de Farmácia, quanto à sua posterior manutenção, demarcação de um currículo e, consequente, formação de alunas. A partir de agora, destacaremos como os integrantes da Escola mantiveram – e expandiram – sua rede de aliados participando de congressos médicos nacionais e latino americanos.

Os estudos de Marta Almeida nos apontam para o papel dos congressos científicos na passagem para o século XX, assim como de sua relevância como fonte para o historiador:

Os congressos científicos fizeram parte de um processo mais amplo de profissionalização especializada e acadêmica. Funcionavam como espaço de divulgação das novidades com relação a teorias e práticas, tanto para aqueles profissionais já formados, como para os estudantes. (...) Para os expositores de comunicações, os congressos proporcionavam uma valiosa oportunidade de crescimento e reforço do seu status perante a comunidade de profissionais. (2017, s/p).

A circulação de professores, respaldados pela institucionalidade da Escola, contribuiu para uma integração maior destes agentes na cena pública científica. Em relação ao *IV Congresso Médico Latino-americano* realizado em 1909 na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, a Escola de Pharmacia enviou 3 professores: Victor Godinho e

José Meira de Vasconcelos, do curso de farmácia e Emílio Mallet, docente da Odontologia (Actas, 1909, p. 53).

José Meira de Vasconcelos, ex-presidente da Sociedade Farmacêutica e professor de Farmácia Teórica e Prática na Escola, apresentou-se na seção dedicada à: “Chimica, Physica, História Natural e Pharmácia” (Ibid., p.129). Analisando as atas produzidas nest congresso, percebemos que o docente buscou articular aliados para, assim, nomear uma “comissão a fim de tratar de reforma e unificação do ensino pharmacêutico no Brazil.” (Idem.). Apesar da comissão não ter atingido os resultados esperados, destacamos que esse tipo de articulação encabeçada por um professor da Escola, nos aponta para um projeto de expansão e uniformização na formação do farmacêutico brasileiro.

Ao abordar os *Congressos Brasileiros de Medicina e Cirurgia*, Marta Almeida (2003) cita a pressão exercida pela Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro para que tais eventos se realizassem na capital. Entretanto, outras cidades também serviram de sede, como São Paulo que em 1906 abrigou o *Sexto Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia*. Segundo a autora, este evento contou com uma quantidade significativa de farmacêuticos: 45 no total, sendo 41 paulistas e 2 mulheres: Maria José Vilella e Silvia Vilella (Ibid., p. 243), que se formariam na Escola naquele mesmo ano (Lista, s/d). Essa circulação de estudantes e docentes vinculados à Escola, nos demonstra uma aproximação entre a profissão farmacêutica e “A Ciência” (destinada ao progresso), na medida em que a primeira se tornava passível de representação em eventos especializados, que reuniam a comunidade médica e científica em formação.

Ressaltamos, por fim, o *Primeiro Congresso Médico Paulista*, evento que se realizou no final de 1916 e contou com um professor da Escola como secretário da Comissão Organizadora: Américo Braziliense. Neste evento consta a maior participação da classe farmacêutica até o momento: 62 inscritos, dentre os quais encontramos três farmacêuticas formadas pela Escola: Josephina Silveira – formada em 1911 -, Maria Marques Silveira – que obteve o diploma em 1914 – e Annita Tibiriçá – que concluiria o curso naquele mesmo ano (ANAIIS, 1917).

A ampla participação dos (das) farmacêuticos (farmacêuticas) repercutiu na própria distribuição das sessões do evento, já que uma delas se destinou exclusivamente à “Farmacologia”, foi presidida por Joaquim Maynert Kehl³⁰ e contou com Firmino

³⁰ “Presidente da União Farmacêutica de São Paulo. Chimico e Industrial” (Pharmacopea, 1917, p. XII).

Tamandaré Toledo Junior³¹ e João Florentino Meira de Vasconcelos como secretários. Destacamos que nos congressos nacionais anteriores, as sessões destinadas à Farmácia usualmente dividiam espaço com outras temáticas, como estudos da flora, história natural e física (ALMEIDA, 2003). Tal organização demonstra como a especificidade da Farmácia frente aos estudos sobre terapêutica e ciências naturais ainda não estava definida, desta forma, consideramos que a existência de uma sessão destinada especificamente à Farmacologia, demonstra um movimento de fortalecimento institucional deste campo e de seus agentes na cena científica paulista.

A circulação de farmacêuticos(as) e professores da Escola no Congresso Paulista também deu ensejo às discussões sobre legislação farmacêutica, encabeçadas, em grande medida, por Meira de Vasconcelos. O bacharel e professor da Escola sugeriu por carta enviada à Comissão que a temática de legislação farmacêutica ganhasse uma sessão específica. Embora esse pedido não tenha se realizado, destacamos que logo na segunda reunião a comissão organizadora introduziu a temática da Farmacopeia na agenda de debates do evento, convocando uma comissão para sua elaboração:

A Comissão organizadora do Primeiro Congresso Médico Paulista, atendendo à necessidade de uma pharmacopéia nacional, geralmente reclamada, e tendo em vista a competência profissional dos pharmacologistas João Florentino Meira de Vasconcelos, Christovam Buarque de Holanda, Luiz M. Pinto de Queiroz, J. Malhado Filho, Firmino Tamandaré de Toledo Junior, Joaquim M Kehl e João Alfredo Varella, resolveu nomear-los para, sob a presidência do primeiro, elaborarem o projecto do Codex Pharmacêutico Paulista, que deverá ser apresentado ao referido congresso. (ANAIS, 1917, p. 20).

O projeto de lançar uma Farmacopeia brasileira figurava nos debates da Sociedade Farmacêutica, e em sua Revista, desde antes da formação da Escola. O editorial de novembro de 1895, intitulado *Pharmacopeia Brasileira*, expunha a necessidade de um código farmacêutico nacional e defendia que a Farmacopeia Francesa, oficialmente tomada como parâmetro desde 1870 (PIMENTA; COSTA, 2008), era inadequada à realidade nacional: “Nós os pharmaceuticos nos embarçamos todos os dias com uma pharmacopea que não é a nossa e que não nos serve absolutamente.” (PHARMACOPEA, 1895, p. 129).

Os redatores consideravam que a farmacopeia em vigor não contemplava as plantas brasileiras, assim como, obrigava os farmacêuticos à importarem produtos considerados básicos à manipulação. Segundo o artigo, esta necessidade de importação

³¹ “Lente Catedrático de Química Orgânica e Industrial da Universidade [livre] de São Paulo” (Idid., p.XI).

de produtos básicos tornava o farmacêutico brasileiro dependente do exterior, reduzindo as ações deste profissional à compra e venda de drogas importadas e prontas.

O editorial também ressaltava que embora os elementos da flora nacional não figurassem na Farmacopeia em vigor, eles estavam presentes nas manipulações quotidianas do farmacêutico:

O xarope e o vinho de jurubeba vão servir de exemplo. Todos os dias são eles prescritos pelos médicos patrícios nossos, mas é preciso saber que os franceses não incluíram em sua pharmacopea taes remédios. E quem ousará negar à jurubeba o seu quase milagroso poder como remédio. (Ibid., p. 131).

Os membros da Sociedade Farmacêutica consideravam que a inadequação da Farmacopeia Francesa às necessidades nacionais, acabava por dar espaço à ingerência particular dos manipuladores, que alegando a ausência de um código oficial, poderiam realizar as manipulações de diferentes maneiras. Conforme discutimos acima, o projeto de formação de uma identidade científica para o farmacêutico envolvia, entre outros aspectos, a regulação das maneiras pelas quais os remédios seriam produzidos. Nesse sentido, o editorial de novembro destacava a necessidade de se criar um código brasileiro que desse respaldo a esse projeto de uniformização das práticas: “Então, sem pharmacopea nossa, como poderá haver uniformidade na manipulação de taes produtos?” (Ibid., p. 130)

Novamente, a química e a botânica figuraram como as balizas sobre as quais a prática farmacêutica científica deveria assentar-se. Em diálogo com Michel Foucault, ressaltamos como essa articulação em prol da fundação de um manual adequado à realidade nacional, também visava inserir a prática farmacêutica em: “uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor.” (FOUCAULT, 2014, p. 29).

Desta forma, uma vez sistematizados pela Farmacopeia, os medicamentos produzidos no Brasil seguiriam parâmetros definidos, deixando menos espaços para a improvisação e, conseqüentemente, delimitando a quantidade de pessoas consideradas aptas a manipular remédios. Através deste recurso apagava-se a ingerência dos atores (e conflitos) envolvidos nesse processo, na medida que “A Farmácia” se mostraria como saber transcendente, ou seja, entidade existente desde sempre, universal e capaz de unir todos os profissionais (desejáveis) da área.

Para se alcançar o lançamento de uma Farmacopeia brasileira, o editorial de novembro de 1895 sugeria dois caminhos: “Para a realização de tal código, o que será preciso? Muito pouco; uma comissão médico-pharmaceutica competente - o que facilmente o governo arranjará, ou então, um prêmio e quem apresentasse melhor trabalho” (PHARMACOPEIA, 1895, p. 131).

Conforme mencionamos acima, uma dessas estratégias foi seguida no momento de elaboração da Farmacopeia Paulista, pois aproveitando a realização de um congresso médico em São Paulo aprovou-se uma comissão incumbida da elaboração do projeto. Tal comissão também fazia votos de que a iniciativa em torno da criação da farmacopeia paulista estimulasse o debate no âmbito nacional, apressando a elaboração de uma Farmacopeia Brasileira:

Isso será um dos melhores pontos do nosso certâmen; pois, à falta de uma pharmacopeia nacional, a paulista será adoptada oficialmente neste Estado e provavelmente, nos outros da União, sendo o primeiro passo para a formação definitiva do códex pharmacêutico brasileiro, tão reclamado. Como sabemos o Brasil é um dos poucos países do mundo que não tem a sua pharmacopeia escrita. (ANAIS, 1917, p. 21).

Através das alianças com médicos, respaldo institucional da Escola e circulação em eventos especializados, percebemos que gradativamente começava-se a delinear uma identidade e um território de atuação para o farmacêutico paulista. A nosso ver, tal processo fortalece-se com a fundação da farmacopeia, pois essa última além de estabelecer quais práticas e misturas seriam permitidas, também garantia que dentro de um certo regime de verdade houvesse a “possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas” (Idem.).

Tal aspecto fora explicitado pela própria Comissão responsável pela farmacopeia, figurando em suas páginas finais: “A Comissão receberá com prazer toda contribuição que a crítica bem intencionada lhe trouxer.” (Pharmacopeia, 1917, s/p). A fim de receber e julgar acerca de eventuais propostas e adendos à farmacopeia, tal comissão estabeleceu-se em um endereço físico no centro de São Paulo dividindo espaço com o: “Laboratório de Química e Microscopia Clínicas do Farmacêutico Machado Filho” (Idem.), localizado na Rua São Bento.

A Farmacopeia Paulista foi lançada em 1917 e obteve validação do Serviço Sanitário em julho naquele mesmo ano, recebendo até mesmo um prefácio escrito pelo diretor Arthur Neiva:

A resolução tomada pelo governo de São Paulo, mandando reconhecer a Pharmacopea Paulista, proposta no 1º Congresso de Medicina realizado no Estado, veio, de uma vez por todas, resolver uma aspiração nacional que, há muitos anos, é mantida sem desfalecimentos por parte de todos os que se interessam pelo desenvolvimento da medicina no Brasil, procurando sempre que é possível dar-lhe um cunho nacional que, de facto, deve existir. (NEIVA, 1917, p. V).

Aludimos acima como em diferentes momentos os diretores do Serviço Sanitário – Emílio Ribas e Arthur Neiva - foram importantes interlocutores dos membros da Sociedade Farmacêutica e da Escola. Destacamos que essa aliança com os órgãos reguladores do estado também envolvia um movimento de formação de fronteiras, que detalharemos no próximo capítulo.

Na medida em que associados e professores da Escola criavam e fortaleciam uma identidade o farmacêutico, aproximando-o do laboratório, também ansiava-se diferenciá-lo do charlatão, definindo quem poderia atuar. Tal delimitação se realizou em forte diálogo com os critérios de cientificidade propagados pelas instituições que abordamos neste capítulo (Escola, Revista, Farmacopeia), e para efetivar-se necessitou, como veremos a seguir, do respaldo da legislação sanitária do período. Este movimento co-extensivo de delimitação de fronteiras também se estendeu aos debates de gênero, pois acompanharemos a origem social das alunas e a progressiva perseguição a todos e todas que não seguissem os critérios químicos em suas manipulações.

Capítulo 2 – Afinal, quem pode manipular?

No capítulo anterior analisamos como a Sociedade Farmacêutica buscou criar um sentido de comunidade entre os farmacêuticos, assim como, formar alianças com outros profissionais envolvidos com os debates científicos do período. Como vimos, o objetivo destas ações seria, sobretudo, afastar a profissão da fama de “cozinheiro dos médicos” e aproximá-la dos laboratórios e das traduções científicas. Para tanto, fez-se necessário perpetuar uma identidade para o farmacêutico, delimitar um conjunto de saberes, práticas e objetos específicos, assim como, frisar o papel que esse profissional poderia desempenhar em meio às ações de saúde pública que ganhavam força na passagem para o século XX. Acompanhamos como esses esforços redundaram na fundação da Escola de Pharmacia (1898), instituição que se voltaria a formação das futuras gerações de profissionais – farmacêuticas e farmacêuticos –, delimitando esta nova identidade e propagando-a por meio de um currículo.

No capítulo anterior, também vimos por meio de quais caminhos os farmacêuticos envolvidos com a Sociedade Farmacêutica buscaram uniformizar e delimitar o que seria a “boa” prática farmacêutica, exaltando a necessidade de se mobilizarem critérios químicos e botânicos em suas mediações com os objetos. Agora, observaremos como esses associados aliaram-se às autoridades sanitárias a fim de identificarem e descreditar a produção de remédios por indivíduos que não fossem farmacêuticos. Defendendo que esse profissional seria o único capacitado a possuir farmácia aberta ao público e fazer manipulações.

Ao longo deste capítulo, analisaremos como regular o exercício da farmácia em São Paulo envolveu explicitar - ou mesmo criar – a relevância desta área à saúde pública, defendendo que ela não poderia ser exercida por “qualquer um”. Nesse momento, os membros da Sociedade enfatizaram o perigo dos medicamentos “mal preparados”, exaltando as reações adversas, e mesmo óbitos, que o uso desse tipo de preparado poderia acarretar, afetando, assim, o bom funcionamento do corpo social.

Nesse sentido, as revistas paulistas de farmácia frisavam a importância do farmacêutico – e das boas manipulações feitas por ele – para as ações sanitárias que ganhavam fôlego durante a Primeira República. Para tanto, observaremos como a Revista Farmacêutica abrigou uma série de artigos nos quais se mencionavam os perigos que outros grupos envolvidos com a cura representavam para a nação. Atribuindo-se a missão de agentes do progresso, os farmacêuticos associados esforçavam-se para demarcar suas

diferenças em relação aos “charlatões” – curandeiros³² e práticos –, associados às imagens de desordem e atraso.

Embora não possuísem formação acadêmica, curandeiros e práticos dispunham que de ampla aceitação junto à população, conforme nos apontam os estudos de Tânia Pimenta sobre o Rio de Janeiro no período imperial (2004). Segundo a autora, a partir de 1851 as ações de curandeiros foram proibidas pela Junta Central de Higiene Pública, entretanto a despeito dessa interdição, anúncios de serviços oferecidos por curandeiros circulavam a imprensa do período e eram constantemente mobilizadas pela população. A autora também cita como a ação desses “terapeutas populares” chegava a dominar certos campos de atuação: “Um artigo de 1848 do periódico *Archivo Médico Brasileiro* reconhecia que, na Corte, ‘a cura da bebedeira é monopólio dos curandeiros’.” (PIMENTA, 2004, p. 79).

Conforme veremos a seguir, a circulação desses agentes, que não necessariamente seguiriam os passes³³ “científicos” na elaboração de seus remédios e tratamentos, gerava conflitos com farmacêuticos e também com médicos. Nesse momento, se demarcariam as diferenças entre esses profissionais – cientistas – e os “outros”, reunidos em torno da figura do charlatão, que segundo os farmacêuticos deveria ter sua ação coagida, tanto quanto possível.

Discutiremos também como as farmacêuticas formadas pela Escola foram chamadas a atuar nessa disputa por clientela e legitimidade, sendo evocadas para atuar de maneira mais direta junto à população: administrando “honestamente” sua farmácia, propagando junto às famílias a importância de se recorrer aos especialistas, assim como, estimulando o repúdio às práticas de cura desempenhadas por “charlatões”. A fim de

³² Tomando como ponto de partida as disposições do Código Penal de 1891, destacamos que a acusação de curandeirismo não dispunha de uma definição bem delineada: “Art.158 – Ministrar ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo ou exercendo, assim, o curandeirismo.” (WISSENBACH, 1997, p. 108). Segundo Wissenbach, essa abordagem ampla da lei deixava as autoridades policiais como responsáveis por delimitar e caracterizar quem seria o curandeiro.

³³ Acompanhando o conceito de “tradução” – trabalhado no capítulo anterior -, também mobilizaremos o conceito de “passe” formulado por Bruno Latour (2014). O objetivo de mobilizar estes entendimentos é, justamente, frisar como um conhecimento - ou um existente - só existe porque persiste, ou seja, sua a continuidade no tempo e espaço só se concretiza pela persistência das descontinuidades: “*La continuidad del curso de acción – la vida de un laboratorio por ejemplo – no estaría garantizada sin pequeñas interrupciones, pequeños hiatos cuya lista cada vez más larga la etnografía no cesa de enumerar. Digamos que se trata de un pase particular (como uno dice un pase de tenis) y que consiste, en cualquier entidad, en pasar por otros, por el intermediario de un paso, de un salto, de un umbral en el curso habitual de las cosas.*” (LATOUR, 2014, p. 47).

entendermos melhor a ação dessas diplomadas e seu interesse pela profissão, analisaremos seu local de nascimento e a posição social ocupada por sua família.

Neste capítulo, debateremos também como as alianças e fronteiras estabelecidas entre farmacêuticos e médicos - principalmente no momento de fundação da Escola de Farmácia - não eram objeto de consenso dentro da Sociedade Farmacêutica. Alguns associados consideravam que a presença de médicos no corpo docente da Escola estabeleceria uma aliança profícua e capaz de desenvolver mutuamente ambas as áreas, enquanto outros julgavam que tais aproximações retardavam ou mesmo dificultavam o estabelecimento da Farmácia como área autônoma e científica. Acompanharemos também como as fronteiras entre farmácia e medicina nunca deixaram de ser objeto de embates, já que parte dos de farmacêuticos queriam distância da postura dominante dos médicos sobre sua profissão. Em contrapartida, alguns médicos também mantinham críticas em relação aos farmacêuticos, acusando-os de “charlatanismo” ao darem consultas e receitarem remédios em seus estabelecimentos.

Sendo assim, observaremos como, além da formação de alianças, o processo de institucionalização da Farmácia em São Paulo também se pautou na definição de fronteiras. Analisaremos como os farmacêuticos associados também compuseram sua identidade profissional delimitando e categorizando aqueles que não poderiam atuar, ou que deveriam fazê-lo sob supervisão. Em diálogo com Latour consideramos que: *“Una frontera indica menos un límite entre dos conjuntos homogéneos que una intensificación de los tráficlos interfronterizos entre elementos extraños.”* (LATOURE, 2014, p. 43).

Por meio desta perspectiva buscamos ir além do entendimento de que os farmacêuticos e farmacêuticas estariam “apenas” disputando por mercado com curandeiros e médicos. Compreendemos que o processo de formação de fronteiras, tal como citado acima, não se restringe a demarcar relações entre polos homogêneos, mas sim nos permite observar como esses agentes estão em intenso diálogo e disputa, definindo-se mutuamente. Sendo assim, discutiremos como as relações estabelecidas entre farmacêuticos/farmacêuticas e os seus “outros” - curandeiros, práticos ou médicos – atuaram de maneira importante na definição de qual seria o papel deste profissional junto à saúde pública.

2.1. “No mato há muito remédio bom para tudo” – Criar a necessidade do farmacêutico e delinear o charlatão.

Criar um espaço específico à atuação do farmacêutico como cientista na jovem República envolvia, justamente, fortalecer e enaltecer o papel deste profissional junto às ações sanitárias e na promoção do progresso nacional. Na passagem para o século XX, as autoridades estatais dispenderam mais atenção sobre as instituições hospitalares e de saúde, como vimos na introdução. Neste momento, as práticas quotidianas e a organização familiar das populações também se tornaram objeto de interesse das autoridades sanitárias, que passaram a propagar quais seriam as maneiras “corretas” de alimentar-se, banhar-se, organizar-se dentro de casa e também de como curar-se (RAGO, 1987).

Médicos, engenheiros sanitários e políticos consideravam que tais iniciativas promoveriam o abandono de um passado monárquico e escravocrata, propiciando, assim, a chegada de tempos mais profícuos, formando-se uma pátria saudável que caminharia rumo ao progresso (MURARI, 2009). Nesse momento, a fala do especialista se fortalecia, sendo vista como caminho indispensável para a se obter a boa manutenção da saúde, a promoção da educação básica, assim como, a modernização do espaço urbano (SILVA, 2014).

Os intelectuais brasileiros compreendiam que modernizar o país envolvia expandir o domínio da civilização e da cultura – identificadas com referências europeias – sobre uma nação ainda dominada pela barbárie de seus habitantes e pela natureza – essa última compreendida como recurso, tela em branco. (MURARI, 2009). Principalmente após o estabelecimento da República, as manifestações místicas envolvidas com a cura receberam atenção de médicos e autoridades políticas, que consideraram essas práticas sinais de atraso e degeneração, devendo ser expurgadas o quanto antes. (WISSENBACH, 1997).

Ao mesmo tempo que nos gabinetes de autoridades e nas sociedades científicas discutiam-se os ideais higiênicos que constituiriam a nova ordem social republicana, a historiadora Maria Cristina Wissenbach nos aponta como, nos campos e nas cidades, as populações viviam à revelia do projeto modernizador republicano, mantendo suas

próprias relações com a cura – fosse no entendimento sobre doenças³⁴ ou mesmo nos tratamentos empreendidos.

A autora também nos demonstra como, entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do século XX, a população urbana de São Paulo ampliava-se e se diversificava, já que a partir desse momento a capital paulista recebeu populações negras recém libertadas e contingentes cada vez mais amplos de imigrantes europeus (ALVIM, 1986; WISSENBAACH, 1997). Habitando cortiços e moradias coletivas, tais grupos compunham um novo e multifacetado cenário urbano:

O quintal coletivo, por onde se localizavam os tachos, as tábuas de bater e os aparadores de folha de zinco para o trato das roupas, era local onde se compartilhava das aflições, do cuidado das crianças e dos ensinamentos passados de geração em geração. Muitas vezes simples receitas de quitutes, de benzeduras e simpatias contra as bicheiras das crianças, ou contra maus olhados, oriundas de diferentes procedências, trocadas em dialetos e línguas distintas e que acabavam por serem decifradas por conta das urgências do dia-a-dia – vislumbres da riqueza de uma cultura urbana e popular nascida da composição multiétnica das cidades da época. (WISSENBAACH, 1997, p. 69).

Também no campo as relações entre doenças e formas de cura se mostravam bastante distintas das categorias e prioridades defendidas por médicos e sanitaristas, como observamos na resposta de um ribeirinho³⁵ – região do rio Paraíba – quando questionado sobre a inexistência de hospitais e farmácias em sua região, no ano de 1906:

Perguntei-lhe como se arranjava quando tinha alguém doente; onde encontrava médico e remédio. Ora! Disse-me ele, aqui cada um entende de medicina, e no mato há muito remédio bom para tudo. É cousa com que ninguém se incomoda é com doença. E também o sr. sabe, onde há médico e botica a gente morre de qualquer jeito. (Ibid., p. 34).

A fala do entrevistado nos aponta um relacionamento completamente diferente daquele que a Sociedade Farmacêutica, e outras associações científicas de seu tempo, buscaram estimular. Para este homem, a doença não se constituía enquanto problemática

³⁴ Dentre os relatórios escritos pelos expedicionários do Instituto Manguinhos e mobilizados por Wissenbach em seus estudos, citamos aquele no qual se busca traduzir o que significariam algumas doenças e suas causas: “Uma dor que incomoda os quadris, na região ilíaca esquerda, impressionando o hipogastro, de preferência define-a como ‘dor de veado’ ou ‘dor da passarinha’. Dor lancinante no peito acompanhada de mal-estar, respiração opressa, há de ser invariavelmente o que chamam de ‘espinhela caída’. (...) Uma inflamação com estado febril é ‘morrinha do corpo’ e explicam esse estado como sendo proveniente de sangue sujo que lhes corre ‘do coração pros pés e dos pés pra cabeça’. Se o enfermo é uma criança e se encontra febril, definindo, não há causa imediata senão o ‘mau olhado’, ‘quebranto’, posto por pessoa invejosa.” (CAMPOS *apud* Wissenbach, 1997, p. 36).

³⁵ Esse relato fora extraído pela autora de expedições médicas enviadas por pesquisadores do Instituto Manguinhos do Rio de Janeiro ao interior do Brasil, entre 1906 e 1913, com o objetivo de debelar epidemias ao longo das regiões das estradas de ferro.

central, tampouco a existência de um médico ou farmacêutico eram consideradas essenciais, já que: “onde há médico e botica a gente morre de qualquer jeito” (Idem.). Além do mais, o ribeirão demonstrou que não precisaria do farmacêutico para mediar sua relação com as plantas capazes de curar, pois ele mesmo e seus familiares saberiam reconhecer aquelas que lhe seriam úteis como remédio: “cada um entende de medicina, e no mato há muito remédio bom para tudo” (Idem.).

Sendo assim, além de se afirmarem como cientistas junto às autoridades, os farmacêuticos associados também deveriam mostrar-se como agentes necessários na mediação entre os remédios e a cura. Principalmente nas regiões afastadas, cuja ausência de farmácias – ou estabelecimentos geridos por farmacêuticos formados – não era questionada nem lamentada pelos locais, que se curavam com suas “ervas” e “matos”, cujas utilidades já lhes eram conhecidas.

A fim de diminuir a influência que os conhecimentos e práticas de sertanejos, curandeiros, ervanários, comadres e imigrantes dispunham, as autoridades sanitárias compreendiam que a modernização nacional só seria alcançada com a “vigilância dos especialistas” (RAGO, 1987, p. 61). Nesse momento, os órgãos sanitários passaram a dispor da autoridade de gerir a saúde da população, suas formas de moradia ou mesmo organização familiar³⁶. Visando inserirem-se nesse rol de especialistas, os membros da Sociedade Farmacêutica demonstravam como a população, ou mesmo aqueles sem formação, não poderiam controlar sozinhos suas relações com as substâncias. Nesse momento, a composição da identidade profissional do farmacêutico, que trabalhamos no capítulo anterior, acrescentava mais uma característica: mediar qualificadamente as relações entre corpos e substâncias – uma vez que essas últimas fossem receitadas pelo médico.

Sendo assim, os associados dedicaram-se a colonizar³⁷ os objetos e práticas de cura desenvolvidos pelas populações rurais e urbanas, retirando-lhe toda parcela de magia ou de conhecimentos considerados inválidos pela tradução científica. Foi em meio a tais iniciativas que a Sociedade Farmacêutica exaltava seu interesse em estudar a flora

³⁶ Margareth Rago estuda como o modelo de família burguesa e nuclear era, cada vez mais, estimulada entre as classes trabalhadoras: “A família nuclear, reservada, voltada sobre si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador, integrando-o ao universo dos valores dominantes.” (RAGO, 1987, p. 61)

³⁷ Isabelle Stengers discute de que maneira a objetividade científica coloniza seus objetos, submetendo-os exclusivamente à relevância das perguntas postas pelo cientista, cabendo a esse último definir - de maneira vertical - quais seriam as relações relevantes e aquelas passíveis de descarte: « *Le souci des collègues compétents est que l'extraction puisse bel y bien être assimilée a une 'purification' de ce qui, au regard de la question, n'est qu'un effet parasite, brouillant la lisibilité de la réponse.* » (Stengers, 2013, p. 64).

nacional, que deixaria de ser “mato” após ser traduzida pelos “bons critérios” botânicos. Esse anseio dos associados em comporem o restrito grupo dos autorizados a falar sobre as “plantas medicinais”, incluía, justamente, retirar qualquer “dignidade ontológica” das outras formas de tradução e relacionamento com a cura:

Toda una serie de modos de veredicción, tan decisivos para la vida común, corren el riesgo de caer en el olvido, incapaces desde entonces de tener su propio criterio de verdad y de falsidad, en todo caso incapaces de obtener su peso de realismo, su dignidad ontológica. (LATOURE, 2014, p. 134).

Tal posicionamento pode ser compreendido nos diálogos entre Albert Löfgren e João Florentino Meira de Vasconcelos (diretor da Sociedade no ano de 1897). Como vimos anteriormente, os estudos de Löfgren já figuravam na Revista Farmacêutica desde suas primeiras publicações, sendo indicado para ser um dos professores da Escola na cadeira de Botânica. Assim como os associados, esse naturalista também se interessava pelo uso de plantas nacionais no preparo de medicamentos e produtos industriais, motivo pelo qual enviou a seguinte carta aos redatores da Revista:

Entre os estudos principais que serão objetivo deste Horto, o das plantas medicinaes occupará lugar saliente e como a distinta classe, cujo organ vos tão brilhantemente redige, certamente mais que qualquer outra está a par dos vegetaes indígenas empregados na therapia paulista, ousou pedir-vos, para por intermédio da Revista fazer um apelo aos Snrs. pharmacêuticos do interior com o fim de benevolmente contribuir com plantas vivas ou sementes das respectivas regiões, para que este Horto possa crear uma secção pharmacológica digna da riqueza da nossa flora e cuja utilidade creio desnecessário apontar. (VASCONCELOS, 1898, p. 9-10).

A carta de Löfgren nos demonstra que o projeto de institucionalização pretendido pela Sociedade já alcançava alguns resultados mesmo antes da fundação da Escola, pois ao realizar este pedido, o naturalista reconhecia nos associados um grupo habilitado a falar sobre as plantas medicinais, sua composição e formas de uso. Percebemos também que ao mesmo tempo em que a fala do farmacêutico se nobilitava, o entendimento indígena ou mesmo das populações do interior do estado eram descreditados, já que Löfgren dispensou a consulta a esses agentes.

Para figurarem no Horto Botânico, as plantas deveriam ser reconhecidas e categorizadas segundo os manuais, assim como, destituídas de qualquer elemento místico, ambas ações que transformariam o “mato” em objeto do farmacêutico. Classificadas e organizadas como “plantas medicinais” da Seção Farmacológica do

Horto, elas passariam a povoar o coletivo de homens e coisas que a Sociedade ansiava formar e fortalecer.

Uma vez transformadas em objetos dos farmacêuticos, tais plantas passariam cada vez mais a compor os medicamentos por eles manipulados, contribuindo, assim, para a expansão deste coletivo. Membros iminentes da Sociedade Farmacêutica dedicaram-se à captura e colonização da flora nacional para fins industriais e produção de medicamentos, dentre os quais citamos Luiz de Queiroz, Pedro Baptista de Andrade e também Macedo Soares. Tais farmacêuticos dispunham de ampla circulação nos periódicos de medicina, enviando amostras de seus medicamentos para que fossem posteriormente anunciados e recomendados pelo corpo editorial, como no anúncio publicado em julho de 1905:

Preparados do Pharmaceutico S. de Macedo Soares –
Recebemos algumas amostras dos produtos pharmaceuticos do Pharmaceutico Macedo Soares. (...) o Exilir Eupeptico paulistano, composto exclusivamente de plantas da flora de São Paulo, poderoso estomachico, carmitativo e excitante. (...) Os referidos produtos são caprichosamente preparados e merecem a atenção dos nossos clínicos, muitos dos quais já os honram com sua preferência. (PREPARADOS, 1905, p. 293-294).

A presença destes anúncios tinha como objetivo propagar junto à comunidade médica novos preparados e remédios que poderiam, eventualmente, ser incluídos os receituários espedidos por esse profissional. Percebemos também que a presença de plantas da flora paulista foi citada como diferencial do *Elixir Eupéptico* em sua atuação na regulação das atividades estomacais, contra gases e como estimulante.

A circulação deste tipo de remédio e mesmo sua recomendação da imprensa médica, contribuía aos interesses dos associados, posicionando-os como leitores e mediadores privilegiados dos efeitos que as plantas possuiriam depois de seu contato com os corpos. Inserindo seus preparados nas receitas médicas e se aliando-se às autoridades sanitárias, acompanharemos as estratégias empreendidas pelos farmacêuticos para afirmarem-se como agentes necessários junto à população. A expansão do domínio do farmacêutico sobre a flora nacional – e seus segredos - chegou mesmo a ser citada como um dos objetivos na fundação da Escola de Pharmácia: “É necessário que a nossa uberíssima floresta seja fonte onde o farmacêutico vá buscar o segredo que a natureza lhe confiou, para isso torna preciso uma Escola que faculte os meios” (PROJETO, 1899, p. 3).

Trazendo o “mato” para o domínio das traduções científicas, os associados buscavam demarcar sua relevância junto às autoridades, ao mesmo tempo que pretendiam

dispor de mais aderência junto à população, seus consumidores. O objetivo seria, justamente, estreitar os laços de dependência entre as pessoas e as Farmácias, a fim de deslegitimar, paulatinamente, as ações daqueles que iam autonomamente buscar nas matas, nos quintais ou nos ervanários a cura para as mais diversas moléstias.

Inserindo-se nas iniciativas políticas de higienizar e civilizar a população, os farmacêuticos mobilizaram a seu favor a fala científica - expandindo seu controle sobre a floresta – na tentativa de tornarem-se agentes indispensáveis na cura, ou seja, propagando que somente as manipulações feitas ou vendidas por especialistas seriam apropriadas. Nesse mesmo momento, os farmacêuticos também voltaram sua atenção aos “charlatões”, caracterização que, conforme veremos a seguir, não pode ser definida apressadamente. Sendo assim, a legislação sanitária, seu cumprimento e fiscalização foram constantemente abordadas pela Revista Farmacêutica, como veremos a seguir.

O editorial de junho de 1895, intitulado *Liberdade Profissional*, propunha a reavaliação desta disposição da Constituição Federal em relação à farmácia e medicina. A publicação tomava como ponto de partida o discurso proferido pelo presidente Prudente de Moraes acerca da organização do Instituto Sanitário Federal:

Além de outros trabalhos, compete-lhe o que se relaciona com o exercício da medicina e da pharmacia; mas neste particular faz-se necessária a interpretação do art.27 §24³⁸ da Constituição no que diz respeito àquele exercício, visto que em alguns estados da União tem sido entendido o preceito da liberdade industrial e profissional no sentido de que nenhuma habilitação legal deva ser exigida para o desempenho das respectivas funções profissionaes. (LIBERDADE, 1895, p. 23).

Eduardo Cunha (2007) nos aponta as tensões e disputas que permearam o processo de confecção da constituição de 1891, no que diz respeito à liberdade profissional. Sob o apoio dos intelectuais e militares positivistas, que dispunham de muitos adeptos no Congresso na década final do século XIX, aprovou-se legalmente a liberdade profissional, ou seja, estabelecia-se que qualquer profissão deveria ser libertada do privilégio dos diplomados e tornada livre para, assim, ser exercida por aqueles que apresentassem as “devidas qualidades”. É importante lembrar que a crítica dos positivistas aos liberais concentrava-se no exclusivismo da ação dos diplomados, já que os primeiros não duvidavam que as traduções e passes científicos fossem os únicos capazes de promover a verdade e sobrepor-se aos demais (CUNHA, 2007, p. 152).

³⁸ Segundo o artigo 72, parágrafo 24, da Carta Constitucional de 1891: “É garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial.” (BRASIL, 1891).

Consideramos importante ressaltar que a liberdade de ensino prescrita na constituição de 1891, efetivou-se apenas no Rio Grande de Sul já que os demais estados da federação não acolheram essa disposição legal em suas Constituições estaduais (WEBER, 1999). Tendo em vista a circulação de críticas positivistas contra o exclusivismo dos diplomados, os editores da Revista precisariam realizar algumas ponderações, explicitando que regular o exercício da farmácia não privilegiaria os portadores de diploma:

Não somos sistematicamente contrários à liberdade de profissão. Sabemos perfeitamente que a ciência não é privilégio dos diplomados; sabemos também que, na nossa profissão há praticos competentíssimos e estudiosos, assim como pharmaceuticos baldos de recursos praticos e científicos, consequências diretas do pouco escrúpulo que preside a algumas das nossas escolas superiores. Não ignoramos essas verdades. (LIBERDADE, 1895, p. 24).

A importância de se conhecer “boas” as razões – químicas, botânicas e físicas - por meio das quais as manipulações ocorreriam, retornava no trecho acima como elemento distintivo do profissional competente. Sendo assim, o pratico habilidoso se caracterizaria pela aplicação aos estudos, enquanto o pharmaceutico inescrupuloso pecaria, justamente, pelo pequeno repertório científico.

Embora os associados alegassem que o conhecimento científico não seria uma propriedade exclusiva das Escolas superiores, a Revista Farmacêutica– conforme veremos a seguir – mostrava-se bastante enfática na defesa de que os profissionais sem diploma deveriam comprovar formalmente suas habilidades por meio de exames. Desta forma, escapava-se da discussão sobre o privilégio dos diplomados, ao mesmo tempo em que se buscava delimitar quais grupos poderiam ou não exercer a profissão.

A “perigosa” figura do charlatão foi, justamente, sendo delimitada ao redor desta relação de necessidade entre a prática pharmaceutica e as traduções científicas, que poderiam ou não ser adquiridas nas escolas superiores, mas que deveriam dispor de alguma validação formal. Segundo o editorial, os charlatões se utilizariam das disposições de liberdade profissional para empreender curas enganosas, justificando, assim, a necessidade de se fiscalizar o exercício da farmácia e da medicina:

Si a liberdade de profissão, em quaisquer dos ramos da arte de curar, fosse exercida por pessoas competentes, diplomadas ou não, ela seria lógica, teria razão de ser: mas isso não se dá, - nós todos sabemos - e o governo igualmente sabe. Um aventureiro qualquer, um charlatão intitula-se médico, faz anúncios pomposos dizendo curar moléstias incuráveis; fabrica numerosos agradecimentos à sua pessoa por curas milagrosas e vê dentro em pouco o seu consultório procurado pelos

pobres enfermos ávidos de saúde. Outro especulador abre uma *pharmacia* e, servindo-se dos mesmos meios empregados, consegue em breve enorme clientela, com grave prejuízo para a saúde pública. Aqui mesmo, nesta adiantada capital, temos espécimes desses exploradores da humanidade. (Idem.).

Nesse momento em que se apostava na manutenção do corpo social por meio da fala competente – científica - de médicos e higienistas, os membros da Sociedade Farmacêutica caracterizaram os “charlatões” como perigo ao corpo social e entrave ao progresso nacional. Sendo assim, o perigo do remédio “mal manipulado” tornar-se veneno foi um dos principais argumentos evocados pelos associados na crítica à liberdade profissional em farmácia e medicina:

No Rio Grande do Sul, onde esta liberdade existe claramente exarada em sua constituição, perniciosos efeitos tem se dado já. Alli, aventureiros orientais e hespanhois, aproveitando as regalias que a lei lhes concede exercerem abertamente a medicina e a *pharmacia*; ali, enfermeiros e serventes de farmácia ministram e vendem francamente medicamentos a todo mundo! E só quando um caso de envenenamento se dá; só quando há uma suspeita ou denúncia é que a justiça vai tomar contas ao delinquente. (Ibid., p. 25).

Tais acusações e denúncias de envenenamento nos remetem às discussões sobre dosagem e socialização dos medicamentos que realizamos no capítulo anterior, na medida que um mesmo manipulado, dependendo do corpo que o receberá, dos critérios que envolverão sua aplicação e preparo, poderia prover a cura ou envenenar. Frente a este tênue equilíbrio, observaremos como a Revista Farmacêutica sempre identificou os “charlatões” como aqueles que envenenam, enquanto o farmacêutico seria aquele que – em associação com a Ciência, cálculo de dosagem, saberes químicos e botânicos – promoveria a cura.

Nesse momento, os farmacêuticos salientavam como as relações entre remédios e os corpos afetavam o conjunto do corpo social, justificando, assim, a necessidade de se regular o exercício da profissão. Desta forma, os artigos da Revista retiravam qualquer individualidade ou contingência que poderia ter permeado a socialização do remédio, abordando os casos de envenenamento como ocorrências que, caso não fossem contidas, poderiam tornar-se sistemáticas, acarretando, assim, um aumento nas taxas de mortalidade.

Ainda em relação ao trecho acima, notamos a hostilidade com a qual o editorial aborda os “aventureiros orientais e hespanhois” (LIBERDADE, 1895, p. 25) como aqueles que atuariam sem regularização e, provavelmente, sem nem mesmo terem

“demonstrado” sua aptidão na manipulação de remédios. Essa necessidade do registro profissional, principalmente em relação aos imigrantes, também foi bastante debatida no espaço da Revista:

Entretanto, no nosso país, não obstante leis terminantes, médicos e pharmaceuticos estrangeiros, verdadeiros ou falsos, exercem livremente as respectivas profissões, só legalizando o exercício quando lhes dá na veneta ou quando conseguem falar a nossa língua. (Ibid., p. 24).

Conforme aprofundaremos a seguir, farmacêuticos e práticos europeus eram vistos pelos associados como concorrentes. Sendo assim, diferentes artigos da Revista destacavam a diferença linguística como um dos aspectos que prejudicaria a ação do imigrante e que, também, não o escusaria de submeter-se a regularização.

Conforme debatemos acima, os farmacêuticos associados, tomando como base a identidade do cientista à serviço da nação, começam a demarcar sua relevância para as políticas de saúde pública. Um primeiro caminho seria apropriar-se dos gêneros locais destituindo-as de qualquer significado místico ou que não se enquadrasse nas cartilhas científicas. Em seguida, essas novas traduções e mediações com as “plantas medicinais” deveriam circular e serem divulgadas, de maneira a tornar o farmacêutico uma necessidade para as populações. Ao mesmo tempo também se fazia necessário delinear quem seria o “charlatão” envenenador, de maneira a justificar a necessidade de regulação da profissão farmacêutica em São Paulo, assim como, por meio de quais critérios essa regulação se daria.

2.2. Quem pode abrir farmácia? Os regulamentos sanitários (1893 – 1896) e as disputas em torno da concessão de licenças.

Uma vez que a Constituição Federal permitia a liberdade profissional, fazia-se necessário que a regulação do exercício da Farmácia se realizasse à nível estadual. Nesse momento, os Regulamentos Sanitários paulistas tornaram-se foco constante de atenção dos associados, que por meio da Revista denunciaram o exercício ilegal da profissão e debateram os critérios mobilizados na concessão de licenças aos práticos. Às vésperas da primeira reforma³⁹ no código sanitário paulista, publicaram-se diversos editoriais que

³⁹ Considerada a reformulação mais completa desde 1891: “Nesse momento, houve enorme aumento do poder de intervenção do governo estadual nas municipalidades, com a consolidação de um modelo administrativo que teria permanecido até um novo Código Sanitário, em 1918. ” (TELLORI JUNIOR *apud* SILVA, 2014, p. 74).

explicitaram a posição dos associados sobre a legislação vigente e, consequentemente, seu entendimento sobre como a profissão deveria se organizar.

Circular e debater a legislação sanitária no espaço da Revista promovia a divulgação dessas disposições legais para o público leitor, que poderia compreender melhor as leis que regiam suas práticas. Essa iniciativa também compunha o projeto de padronização e regulação da profissão farmacêutica ansiada pelos associados, cujo o objetivo era, justamente, colocar a Sociedade em contato com a legislação sanitária e, se possível influenciá-la a seu favor.

Em diálogo com a bibliografia, destacamos como o Serviço Sanitário de São Paulo e seus laboratórios eram espaços estratégicos às iniciativas médicas no período republicano (SOARES, 2017; SILVA, 2014; SALLES; CASTRO SANTOS, 1998; RIBEIRO, 1993). Dentre outras funções, caberia ao Serviço Sanitário o registro de profissionais diplomados, licenciamento de práticos e estrangeiros, fiscalização das farmácias, remédios e alimentos comercializados no Estado (RIBEIRO, 1993). Segundo os associados, o código sanitário de 1893: “Em vez de concorrer para melhorar as condições moraes e materiais de nossa profissão, só veio trazer a anarquia para o seu seio e o desanimo para a totalidade de seus membros, por isso que cerceou-lhes as garantias profissionais.” (REGULAMENTO, 1895b, p. 151).

O termo “moralizar” a profissão será encontrado em diversos artigos da Revista, assim como, em discursos oficiais em defesa da Escola de Farmácia. Seu significado estava atrelado à proposta de regular o exercício da Farmácia no estado, uniformizando-o e, sobretudo, garantindo aos formados – associados à figura do cientista – mais postos de atuação. Sendo assim, o anseio dos membros da Sociedade em controlar quem poderia exercer a profissão, também era acompanhado da pretensão de atribuir ao diplomado certas “regalias”, ou mesmo proeminência em sua área:

A nossa profissão não é livre; temos que nos cingir à um regulamento; somos obrigados a possuir taes e taes livros, taes e taes medicamentos; exigem que peçamos licença para exercermos nosso ofício, assim como para expormos à venda o produto de nossa indústria; portanto é justo que em troca de tanto sacrifício da nossa parte, nos concedam ao menos as poucas regalias a que temos direito pelo mesmo regulamento. (...) Queremos reivindicar os nossos direitos, e colocar a pharmacia na posição que lhe cabe entre as suas co-irmãs. (Ibid., p. 152).

Nesse primeiro momento, ampliar as garantias legais dos formados envolvia, principalmente, delimitar os critérios mobilizados na concessão de licenças e os grupos

que necessitariam requerê-las. Segundo o regulamento de 1893, todos aqueles que tivessem interesse em abrir Farmácias, inclusive os profissionais formados, deveriam pedir licença ao Serviço Sanitário e, após o pedido de licença, o requerente ainda necessitaria submeter o estabelecimento à visita de um inspetor. Tais determinações receberam fortes críticas dos associados, como observamos no editorial *Regulamento de Hygiene*, publicado em julho de 1895:

Há um artigo no regulamento de hygiene (assim de momento não sabemos o número) que impõe ao pharmaceutico a obrigação de pedir licença para abrir pharmacia. Ora, todo mundo sabe que o diploma de pharmaceutico lhe dá o direito de abrir pharmacia onde quer que seja do território nacional; e como si isto não bastasse, ainda a Constituição federal lhe garante esse direito. Como, pois admitir que o pharmaceutico peça uma coisa que se lhe não pode negar? Não seria bastante que o pharmaceutico participasse a sua resolução à directoria do serviço sanitário e esta então mandasse ver si a pharmacia está ou não em condições de funcionar, permitindo seu funcionamento, conforme o caso? (REGULAMENTO, 1895a, p. 46).

Os associados consideravam a necessidade de pedirem licença para abrir farmácia um insulto a sua formação, alegando que o porte do diploma já seria prova suficiente de sua aptidão. Para tanto, propunha-se que o Serviço Sanitário deveria somente requerer uma participação⁴⁰ no momento da instalação da farmácia e, posteriormente, vistoriá-la. Disposição que, conforme veremos a seguir, foi acatada pelo novo regulamento de 1896: “Nenhuma pharmacia será aberta ao público sem participação á Directoria do Serviço Sanitário.” (São Paulo, 1896). Essa determinação era, justamente seguida da necessidade que, após a citada participação, o estabelecimento fosse inspecionado pelas autoridades sanitárias: “Artigo 57. - Recebida a participação compete à Directoria do Serviço Sanitário mandar proceder a exame na pharmacia afim de verificar si ella esta providada de droga, vasilhame, utensis e livros, de conformidade com as tabellas approvadas pelo governo.” (Idem.).

Em relação à concessão de licenças à práticos nacionais e estrangeiros, a Sociedade modifica sua postura, cobrando maior rigor das autoridades sanitárias na expedição das permissões. Retomando o regulamento de 1893, estariam formalmente autorizados a exercer a Farmácia: os formados nas Faculdades de Medicina existentes (Rio de Janeiro e Bahia), aqueles que realizaram o curso no exterior e validassem seu diploma junto às faculdades nacionais, assim como, professores que Faculdades

⁴⁰ Participar: “v.i. Tomar parte, associar-se (...) Comunicar, tornar alguém ciente de” (FIGUEIREDO, 1899, p. 267).

estrangeiras que comprovassem sua atuação como professor e probidade como farmacêutico. (São Paulo, 1893).

Os membros da Sociedade Farmacêutica não demonstraram oposição ao exercício profissional dos grupos citados acima. Entretanto, perceberemos como a postura desta associação de modificou quando se tratava da regulação dos “práticos”, profissionais que embora não possuísem diplomas poderiam se registrar junto aos órgãos sanitários com o objetivo de se instalarem no interior. Nesses casos, o diretor do Serviço Sanitário do Estado estaria autorizado a conceder licenças mediante comprovação de que o solicitante possuía experiência em farmácias Tal atestado poderia ser emitido: “pelas auctoridades municipaes e por médicos e pharmaceuticos de reconhecida competência” (São Paulo, 1896).

Em consonância com as disposições de 1893, Tânia Pimenta (2008) nos aponta como, ao longo do século XIX, educação formal em farmácia (ministradas nas faculdades de medicina) ficava em segundo plano, considerando-se mais importante a experiência adquirida em farmácias particulares e comprovada por meio de atestados concedidos por farmacêuticos, médicos e autoridades. Percebemos que obedecer às formalidades científicas de validação e possuir curso superior não eram consideradas etapas decisivas para se obter licença para abrir farmácias no interior do Estado. Tais disposições entravam em conflito direto com os projetos da Sociedade e foram duramente criticadas no editorial de dezembro de 1895:

Demais, que importância podem merecer os atestados a que se refere o dito Regulamento? Todos nós conhecemos o pouco escrúpulo com que estes documentos são fornecidos, porque, a sua fabricação preside quase sempre o sentimentalismo e não a razão. Basta que um cidadão seja honesto e pobre para conseguir facilmente uma meia dúzia deles! (Ibid., p. 154).

O prático de farmácia - que a partir do regulamento sanitário de 1918 passou a ser chamado de “oficial de farmácia” - não era uma figura estranha ao preparo e venda de remédios, envolvendo-se diretamente nesses processos e, em certos casos, confundindo-se com a figura do farmacêutico: “Para as ‘senhoras’ e os ‘cavalheiros’, o aviamento era uma atividade exercida tanto por um [prático] quanto por outro [farmacêutico]. Não havia, aos olhos dos clientes, uma distinção nítida entre estas duas habilitações.” (NETO, 2001, p. 70).

O prático de farmácia trabalhava como auxiliar do farmacêutico, podendo ficar responsável pela farmácia se o segundo necessitasse afastar-se por um período de tempo

inferior a oito dias (São Paulo, 1896). O Laboratório Pharmacêutico do Estado cujos cargos de diretor e vice-diretor eram ocupados por farmacêuticos formados, também dispunha de seis vagas para práticos (Idem.). Desta forma, embora o público não visse diferença entre ambos, devido, justamente, à frequência do prático nas farmácias, no âmbito formal reservava-se ao não diplomado um posto inferior, de auxiliar ou “mero manipulador”. Enquanto o farmacêutico era o proprietário do estabelecimento – o patrão -, podendo também atuar na direção de laboratórios vinculados ao Serviço Sanitário. Essa relação hierárquica pode ser percebida em outras obras e relatos históricos, tais como aqueles compilados por Jorge Americano em “São Paulo Naquele Tempo”, acerca das movimentações quotidianas nas “Pharmacias e Drogarias”, o autor comenta: “O farmacêutico ficava de dentro [do balcão], atendendo a um e outro freguês, e gritava para o prático de farmácia na sala anterior: ‘Seu Oliveira, prepare seis capsulas de antipirina de dez centigramos cada uma, não demore, o cliente está esperando.’ ” (AMERICANO, 2004, p. 420).

Às vésperas da Reforma de 1896, a concessão de licenças aos práticos foi pauta constante dos membros da Sociedade Farmacêutica, que – em geral - não apoiavam a existência deste tipo de licença, tampouco os critérios que permeavam sua concessão. Os artigos da Revista argumentaram que o prático licenciado seria para o farmacêutico aquilo que o curandeiro era para o médico:

Por que razão não estenderam essa disposição aos curandeiros, de modo que eles pudessem exercer a medicina nos lugares onde não houvessem médicos? Pois o exercício da pharmacia do mesmo modo que o da medicina, não depende de conhecimentos especiaes, não exige uma certa ilustração da parte do profissional? (REGULAMENTO, 1896b, p. 153).

Os práticos, comparados aos curandeiros no trecho acima, eram citados como despreparados para o exercício do ofício. Todavia, a presença deles nos balcões das farmácias, como auxiliares, não era objeto de crítica. Isso nos leva a crer que o problema para os associados, seria permitir que o prático exercesse o ofício sem a vigilância do formado, ou mesmo, conseguisse se tornar proprietário de estabelecimentos farmacêuticos.

No entanto, os próprios autores da Revista compreendiam a necessidade dos práticos, uma vez que faltavam profissionais diplomados para atuar em toda a extensão do estado: “Somos de opinião que na actualidade não se pode prescindir dos práticos licenciados porque, infelizmente, o número de pharmacêuticos é insuficiente para

satisfazer as exigências ou antes, as necessidades da população d'este Estado.” (O REGULAMENTO, 1895b, p. 154).

De fato, a quantidade de profissionais formados se mostrava um entrave às aspirações da Sociedade em inserir o farmacêutico nos estabelecimentos do interior e torná-lo indispensável à saúde pública. A análise da quantidade de diplomados e práticos que realizaram pedidos para abertura de farmácia, nos permitem mesurar um pouco a situação: no ano de 1894 constam 15 farmacêuticos e 41 práticos (RELATÓRIO, 1894, p. 36), enquanto em 1897 17 farmacêuticos e 43 práticos (PINTO, 1897, p. 25-26).

Desta forma, percebemos porque a concessão de licenças foi uma pauta de destaque no momento de reformulação do código de 1893 e nos anos seguintes, pois mais que o dobro das farmácias abertas no estado de São Paulo pertenciam à práticos. Desta forma, além de abandonarem seus postos iniciais de auxiliares, equiparando-se aos formados, os licenciados também se tornavam seus concorrentes diretos, principalmente em relação ao interior ou áreas mais afastadas do centro, onde dispunham de autorização legal para abrirem estabelecimentos.

Os não diplomados eram os proprietários da maioria das farmácias estabelecidas no interior, o que tornava inviável tentar proibir a atuação dos licenciados. Frente a esse quadro, os artigos da Revista direcionaram-se, principalmente, em dois sentidos: determinar os critérios por meio dos quais as licenças se expediriam e exaltar a superioridade do formado em relação ao prático.

Conforme debatemos no capítulo anterior, os redatores da Revista consideravam que a aptidão no exercício da farmácia deveria ser medida por meio de procedimentos científicos de validação, questionando:

Como poderá o prático, que não sabe aritmética, fazer uma multiplicação de decimais para aviar uma fórmula? O próprio regulamento sanitário exige que em todas as pharmácias os medicamentos officinaes⁴¹ sejam preparados pela pharmacopéia francesa, assim como, que todas as prescrições médicas sejam escritas em português. N'estas condições, com que dificuldades não lutará o prático, que não conhece o idioma francez para traduzir um trecho da dita pharmacopéia? E o prático estrangeiro, o italiano, por exemplo, como poderá entender uma prescrição médica, se ele desconhece o nosso idioma? Não queremos falar de alguns rudimentos de Química, de Matéria Médica e de Terapêutica que o prático licenciado deve possuir, a fim de evitar as incompatibilidades chimicas e physiológicas

⁴¹ “Produtos officinaes são substâncias básicas que compõem os medicamentos. Encontravam-se preparadas nas boticas sob várias formas. Quando eram acrescidas de mais componentes pelo médico, tornando-se específicas para um paciente, passavam a denominar-se preparações magistrais.” (MARQUES, 1999, p. 93).

que frequentemente se encontram em algumas prescrições médicas, assim como doses exageradas que trazem prescrições funestas. (O REGULAMENTO, 1895b, p. 153).

O editorial voltava-se a demonstrar a inaptidão dos práticos no exercício da profissão, citando, novamente, a necessidade dos conhecimentos em química e aritmética para que a manipulação fosse bem-sucedida. Mais uma vez, demarcar as diferenças entre o farmacêutico – cientista – e o simples manipulador – prático – envolvia ressaltar o papel do primeiro na manutenção da saúde pública: captando irregularidades nas próprias receitas médicas, eventuais erros de dosagem ou incompatibilidades entre as substâncias descritas no receituário, a fim de se evitar as “prescrições funestas” – ou casos de envenenamento.

Na medida que os associados demarcavam fronteiras em relação aos práticos, destacando a improbidade desses últimos para dirigirem uma Farmácia, conseguimos perceber como além de fortalecer a identidade do farmacêutico como cientista, também se demarcava quais grupos sociais seriam desejáveis.

No trecho acima, notamos a presença de novos elementos necessários à prática farmacêutica: conhecimentos em Francês (língua da farmacopeia em vigência) e Português, para a leitura das prescrições médicas. Tais critérios eram mobilizados pelos associados para questionar a capacidade do prático (nacional ou estrangeiro) para possuir Farmácia. Entretanto, conforme discutimos no primeiro capítulo, a farmacopeia francesa, devido a sua inadequação às plantas e doenças nativas, não era rigorosamente seguida pelos farmacêuticos em suas manipulações diárias. Assim como, ressaltamos que nem todas as receitas médicas eram escritas em português, podendo também ser encontrados receituários em latim, italiano ou mesmo que não seguissem o sistema métrico decimal⁴². Frente a estas limitações quotidianas narradas no próprio espaço da Revista, percebemos mais um elemento que mediou a resistência aos práticos: sua origem social.

A própria acusação de que os licenciados careceriam de formação científica e da escolaridade necessária nos permite situá-los em meio aos contingentes populacionais excluídos da formação de nível e secundário – ginásios preparatórios – e, consequentemente, do acesso às Escolas superiores (NADAI, 1991; SAFFIOTI, 1979).

⁴² Tais casos eram constantemente noticiados no espaço da Revista: “Há médicos em São Paulo, e os há pelos outros lugares também, que receitam em línguas estrangeiras, como se fosse isso legal e permitido. Em São Paulo, conheço um que receita em francês e tudo em abreviaturas, sei de outro que faz a mesma coisa, com a diferença de ser inglês, outros que o fazem em italiano, etc. E dentro todos destaca-se um que parece infringir a lei de caso pensado, aproveitando tudo quanto pode de ilegal. Refiro-me a um médico de São Paulo que receita em latim e dosa pelo systema antigo. É o cúmulo!” (D’AZIR, 1895a, p. 17)

Em diálogo com André Neto, também ressaltamos que frequentar as Faculdades existentes e, posteriormente, abrir farmácia já constituía um corte social bastante claro entre formados e práticos⁴³:

Livros, apostilas, alimentação e vestuário não estavam previstos formalmente mas eram outros gastos seguramente indispensáveis para a formação. O estudante de farmácia deveria, ainda, prestar exames escritos, práticos e orais nas disciplinas que constavam de seu curso de profissionalização. Assim, para alguém se tornar farmacêutico - tanto nos estudos quanto na instalação de seu estabelecimento - deveria deter uma base socioeconômica mais significativa do que necessária à obtenção do título de oficial de farmácia. (NETO, 2001, p. 69).

A necessidade no manejo do francês e do português para o exercício da farmácia também excluía o prático nacional que não tivesse frequentado espaços de educação básica e secundária, assim como, o imigrante. Em relação a esse último, lembramos que em diversos artigos da Revista, os italianos, espanhóis, “orientais” eram citados como charlatães ou práticos inabilitados para o exercício do ofício. Em relação à São Paulo, notamos diversos artigos da Revista Farmacêutica que criticavam e denunciavam as ações de italianos, o que pode se relacionar à intensa migração deste grupo dos campos e portos para a cidade de São Paulo, abrindo pequenos negócios e figurando entre o grupo com a maior quantidade de imóveis urbanos na cidade.⁴⁴

Em consonância ao recorte social que se firmava conjuntamente à identidade do farmacêutico cientista, os associados buscavam descreditar o prático imigrante e nacional, citando-os como profissionais de “segunda classe” e exaltando a fiscalização exercida na França:

Enquanto lá se suprime o diploma de segunda classe a fim de elevar mais alto a educação e instrução do farmacêutico, aqui se rebaixa e facilita o título de licenciado, a fim de chegar ao alcance do mais estúpido emigrante importado pelo último pacote das praias estrangeiras. (INTERESSES, 1897, p. 136).

⁴³ Devido à temporalidade abordada pelo autor, perceberemos o uso da nomenclatura ‘oficial de farmácia’.

⁴⁴ Em diálogo com os estudos de Zuleika Alvim, ressaltamos que embora os italianos fossem o grupo com a maior quantidade de imóveis, se considerarmos o valor destas propriedades, os italianos caem para o oitavo lugar: “Entre os estrangeiros, eles ocupam o primeiro lugar como proprietários de imóveis urbanos, o que vem reforçar a tese do deslocamento campo-cidade. Se, porém, analisarmos o valor destes imóveis, a posição dos italianos cai para oitavo lugar, numa lista de onze nacionalidade identificadas. Quero ainda lembrar que a grande maioria das propriedades italianas concentrava-se nos bairros pobres de São Paulo, Brás, Bom Retiro, Barra Funda, Belenzinho e Bela Vista, habitados quase que exclusivamente por italianos; eram bairros industriais e a pobreza ali reinante foi retratada não só pela crônica da época, como por vários autores que focalizaram os bairros paulistas. (ALVIM, 1986, p. 142).

Ao analisarmos o novo código sanitário de 1896, podemos dizer que os associados obtiveram êxito em suas demandas, pois além de retirarem a necessidade do formado pedir licença para abrir seu estabelecimento, os práticos que desejassem licenciar-se deveriam submeter-se a um exame. As provas seriam aplicadas pelo *Laboratório Pharmaceutico do Estado*⁴⁵, cujo diretor, no momento, era Cristóvão Buarque de Holanda – membro da Sociedade e futuro professor da Escola de Farmácia. Sendo assim, os práticos que desejassem se licenciar necessitariam prestar um exame que comprovasse sua “bagagem científica” para exercer o ofício, sendo examinados por um membro da Sociedade Farmacêutica.

O candidato deveria comprovar seus conhecimentos em “pharmacologia pratica, reconhecimento de substancias medicinaes, posologia e noções de manipulação pharmaceutica” (São Paulo, 1896) por meio de uma prova dividida em três etapas: exame oral, escrito e prático (LABORATÓRIO, s/d). Essa organização dos exames nos permite observar como alguns critérios defendidos pelos associados, mesmo que timidamente, já começavam a regular a ação dos práticos que desejassem licenciar-se. Percebemos que embora o português não aparecesse como matéria do exame, seu manejo formal seria necessário caso do candidato desejasse ser aprovado na etapa escrita, retirando, assim, qualquer possibilidade de analfabetos ou imigrantes que não falassem português, licenciarem-se.

Não identificamos nomes de mulheres nos pedidos de licença para abertura de farmácia e exames aplicados pelo Laboratório Farmacêutico, ou seja, não observamos a presença de licenciadas como “práticas”. Entretanto analisando dicionários de época, como o “Novo diccionario da língua portuguesa”⁴⁶ de Antônio Candido de Figueiredo, consta o verbete “boticária”: “Dona de botica. Mulher que prepara medicamentos em pharmacia; mulher de boticário (*Fem* de boticário)” (FIGUEIREDO, 1899, p. 299).

Embora não identifiquemos mulheres nos registros para abertura de farmácia, consideramos que o verbete acima nos permite aferir sobre sua existência nestes estabelecimentos, fosse como proprietária ou esposa do dono. Tal ausência nos pedidos de licença, poderia estar relacionado ao entendimento de que a farmácia - ou botica - seria um negócio familiar, onde marido e esposa trabalhariam conjuntamente, provavelmente cabendo ao primeiro a propriedade do estabelecimento.

⁴⁵ “Artigo 79. - A comissão examinadora compôr-se-á do director do Laboratorio Pharmaceutico e de dous inspectores sanitarios, e determinará tudo quanto ao alludido exame fôr relativo.” (São Paulo, 1896).

⁴⁶ Foram analisados três edições deste dicionário referentes aos anos de 1899, 1913 e 1920.

Como vimos na introdução, até meados do século XIX as palavras farmacêutico e boticário eram citadas como sinônimos. Somente a partir da Reforma Mamoré, em 1886, a legislação determinou o uso do termo farmacêutico, que antes era mobilizado pela população para diferenciar os que possuíam diploma daqueles que teriam aprendido a profissão na prática (EDLER, 2006; PIMENTA; COSTA, 2008). Percebemos que embora no âmbito legal a palavra ‘farmacêutico’ tenha sido definitivamente adotada, a diferenciação entre farmacêuticos e boticários tampouco estava clara no dicionário de Antonio Candido Figueiredo citado acima, pois embora possuísse entradas separadas para cada um dos termos, no verbete boticário, dizia: “Dono da botica. Aquele que prepara e vende medicamentos na botica, Pharmaceutico.” (FIGUEIREDO, 1899, p. 299).

Tal associação entre boticário e farmacêutico, presente no verbete acima, não se verifica em “boticária”, no qual a associação ao termo farmacêutica não aparece, uma vez que esse último verbete não consta no dicionário. Entretanto, encontramos as entradas “Doutora” e “Bacharela”, ambas contendo descrições pejorativas: Doutora - “Mulher que recebeu o grau de doutor. *Fam.* (familiar) Mulher sabichona” (Ibid., p. 670) e Bacharela - “*Pop.* (popular) Mulher parladora, sabichona.” (Ibid., p. 266).

Observando essa organização de entradas no dicionário, sugerimos que nesse momento as mulheres não dispunham de um espaço formal de atuação nas farmácias, provavelmente trabalhando junto ao marido. Conforme discutiremos a seguir, consideramos que somente a partir da fundação da Escola de Farmácia de São Paulo poderemos notar a presença de mulheres proprietárias de farmácia, atuando em associações farmacêuticas e produzindo medicamentos.

Em paralelo ao esforço da Sociedade Farmacêutica em regular, junto ao Serviço Sanitário, o exercício da profissão, o espaço da Revista destinava-se a denunciar o exercício ilegal da farmácia, fomentar a regularização dos próprios formados, assim como, alertar sobre oportunidades de trabalho no interior.

Acerca deste último aspecto, destacamos os anúncios publicados na sessão *Crônicas: Licenças a Práticos*. Inicialmente tal publicação listava aqueles que obtiveram licença para atuar no interior do Estado e denunciava os práticos que se estabeleceram em localidades que já contavam com a presença de diplomados⁴⁷, na esperança, justamente,

⁴⁷ Conforme se observa em publicação de Junho de 1895: “A segunda licença muito nos surpreendeu, e nossa surpresa cresceu ainda quando vimos no ‘Diário Oficial’ que se trata de conceder licença ao prático Agnello Petralha para abrir farmácia na cidade de Franca, onde, por informações dignas de crédito sabemos existirem também duas farmácias, uma das quais é regida pelo farmacêutico Fabiano Alves Barbosa e Silva.” (Crônicas, 1895b, p. 44).

de que as autoridades sanitárias o retirassem. Entretanto, a partir de agosto de 1895, esta sessão ampliou seus propósitos, destinando-se a:

Sob este título e com o fim de melhor orientarmos os colegas do interior a respeito dos lugares onde se pretende abrir pharmacia com licença da directoria do Serviço Sanitário, resolvemos dar deste número em diante uma lista dos nomes dos práticos, o lugar onde desejam abrir pharmacia e a data em que a directoria fizer publicar o último edital e a contar do qual, passados 30 dias, será concedida licença ao prático, desde que nenhum pharmaceutico se apresente. Ficam, pois, avisados os colegas que possuírem pharmacia nessas localidades ou os que pretenderem abrir que, antes de esgotado o prazo, devem protestar contra a licença. (Crônicas, 1895a, p. 87).

Apostando no alcance da Revista junto aos profissionais do interior paulista, a Sociedade publicou os pedidos de licença enviados às autoridades sanitárias, fazendo circular - de forma acessível e organizada - informações que, embora públicas, situavam-se nas longas listas de ofícios do Serviço Sanitário. Tais artigos divulgavam os nomes dos práticos que desejassem obter licença, onde eles se inscreveram para atuar, assim como, o período no qual o farmacêutico diplomado poderia realizar seu recurso.

A publicação destes anúncios tornou os procedimentos de concessão de licenças visíveis⁴⁸ aos assinantes, que poderiam acompanhar onde os pedidos foram feitos, sabendo, assim, em quais localidades havia demanda por farmácias. Através deste recurso, a Sociedade fez uso das próprias regras sanitárias (consideradas permissivas aos práticos) para tentar diminuir, tanto quanto possível, a atuação dos licenciados no interior do estado, pois os redatores apostavam que seus leitores poderiam se interessar pelas oportunidades publicadas na Revista, e, eventualmente, se mudariam para essas regiões.

Embora o registro de profissionais junto ao Serviço Sanitário e o cumprimento da legislação em vigor fossem aspectos defendidos pela Sociedade, percebemos que tal postura não se mostrava uma unanimidade entre os formados. Pois na mesma sessão Crônicas, observamos o anúncio *Aos Collegas do Interior* (julho de 1895), no qual se dizia:

Pedimos a todos os colegas estabelecidos no interior do Estado do cuidado de registrarem seus títulos na Directoria do Serviço Sanitário, pois, às vezes aquella repartição concede licenças illegaes a práticos, justamente pelo fato de ignorar a existência no lugar de farmacêuticos formados. Demais, os farmacêuticos são mesmo a isso obrigados por lei. (Crônicas, 1895c, p. 65).

⁴⁸ A relação entre a visibilidade o gesto de vigiar é discutido por Foucault em *O Olho do Poder*: “a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro, que no fundo protegia.” (FOUCAULT, 2012b, p. 210).

Nesse sentido, observamos que os farmacêuticos diplomados, muitas vezes, não possuíam registro junto ao Serviço Sanitário, ou seja, também não estavam regularizados segundo as normas que a Sociedade defendia. Em meio a esta situação, a Revista advogava a necessidade de se regularizar, alegando que o farmacêutico não registrado daria oportunidade à concessão de licenças aos práticos, uma vez que as autoridades sanitárias não estariam cientes da existência de sua farmácia na região. Em muitos casos, a fim de aumentar a quantidade de registros, a própria Sociedade se incumbiria desta tarefa para seus associados, sem custos⁴⁹.

Nas páginas acima discutimos como os associados buscaram usar a seu favor o regulamento sanitário estadual de forma a regularem os critérios por meio dos quais as licenças seriam concedidas à práticos. Para tanto, fizeram-se necessárias alianças com autoridades sanitárias, bem como, a circulação dos Regulamentos no espaço da Revista, de forma a criar um conhecimento público em torno das regras que mediarão a ação deste profissional.

Para entender as relações entre práticos e farmacêuticos, consideramos importante realizar algumas ponderações, a fim de evitarmos tomar um posicionamento unilateral e de oposição entre esses dois agentes. Como vimos nos relatos de Jorge Americano (2004) ou no estudo André Neto (2001), farmacêuticos e práticos pareciam manter uma relação bastante próxima no cotidiano das farmácias, já que os segundos trabalhavam como funcionários do primeiro. A própria Revista Farmacêutica, principalmente após 1905, se colocava como um manual que poderia ser usado pelos práticos que não possuíssem bibliotecas à sua disposição:

Para tornar a leitura mais interessante aos nossos colegas do interior e aos práticos que não tem ao seu alcance os jornaes e revistas de farmácia e química do estrangeiro, assim como os que, não dispondo de uma biblioteca apropriada, lutam com dificuldade para resolverem certos problemas que aparecem na prática da profissão, criamos a seção com o título informações. (EDITORIAL, 1905, p. 1)

Ainda em 1905, o *Centro Farmacêutico Paulista* chegou a permitir a presença de práticos licenciados em seu corpo de associados (CENTRO, 1905). Percebemos, então, que a ação dos práticos somente se tornava objeto de polêmicas quando os métodos para concessão de licenças eram trazidos à discussão. Como vimos acima, nesse momento os práticos de farmácia eram acusados de serem “charlatões” e “enganadores”. Lembramos

⁴⁹ “Aos sócios da Sociedade Pharmacêutica a sua directoria se oferece para esse serviço, gratuitamente.” (Chrônicas, 1895c, p. 65).

que o prático que obtivesse licença poderia abrir farmácia, dispondo a partir desse momento do posto de proprietário, o mesmo do farmacêutico formado. Essa dinâmica nos sugere que o licenciamento dos práticos aborrecia os membros da Sociedade Farmacêutica na medida em que perturbava as relações de hierarquia que se estabeleciam entre esses grupos.

Nesse momento, também se fortaleceram as relações entre farmacêuticos e médicos, pois embora atuassem em sociedades científicas distintas e dispusessem de demandas profissionais específicas, ambos se imbuíam da tarefa de moralizar e higienizar os hábitos da população. Frente a essa situação, retornava à cena o seguinte questionamento: o farmacêutico e o médico poderiam atuar juntos, em grau de igualdade?

2.3 – A “grande árvore” e o “pequeno arbusto” – O médico pode ser aliado do farmacêutico?

Conforme acompanhamos no capítulo anterior, definir fronteiras entre as ações do farmacêutico e o médico, foi elemento essencial ao processo de institucionalização da Farmácia em São Paulo. A “química do farmacêutico”, os conhecimentos de botânica e a proximidade com distintos procedimentos de laboratório foram características estimuladas pela Sociedade Farmacêutica e evocadas na formação de uma identidade científica para esse profissional.

Embora abandonar a posição de auxiliar fosse a principal ementa dos associados, os médicos tampouco eram aliados dispensáveis, já que constituíam um grupo influente junto às autoridades públicas, chegando inclusive a compor o quadro da elite social e científica do período (COELHO, 1999). Nesse momento, aproximar-se dos médicos significava aliar-se às políticas sanitárias da República, para, assim, colocar-se publicamente como cientista. Esta aliança também serviria para demarcar as diferenças entre os farmacêuticos formados – cientistas – e os “outros” (reunidos em torno do termo charlatão).

Através de artigos e comentários publicados na Revista Farmacêutica, percebemos que as relações entre membros da Sociedade e as autoridades sanitárias estreitaram-se durante a gestão de Emílio Ribas (1898 - 1916)⁵⁰. Durante esse período a Escola de

⁵⁰ Embora os esforços dos associados em prol da regularização da profissão os aproximassem das autoridades sanitárias, durante a gestão de José da Silva Pinto Junior (1892-1898) tais relações não foram completamente favoráveis. A Revista acusava frequentemente o diretor de negligenciar os ofícios enviados

Farmácia foi fundada e também ofereceu premiações – custeadas por Ribas - ao corpo discente, como o prêmio Bráulio Gomes.

A gestão deste diretor era frequentemente elogiada pelos associados, principalmente em relação ao rigor com o qual os casos de “charlatanismo” e exercício ilegal da profissão foram tratados. Ribas foi considerado um aliado interessante nesse momento de regulação – moralização – da profissão, sendo abertamente saudado e encorajado pela Revista:

As classes médicas e pharmaceuticas unidas apoiam francamente o ilustrado e independente Dr. Ribas – expulsai com veemência todos aqueles que se dizem médicos e não estão devidamente legalizados – assim como bani sem pena, nem compaixão a enorme quantidade de pharmácias de proprietários sem o menor conhecimento, arvorados de sapateiros e vendilhões de bananas, a práticos, embora mesmo estejam esses responsabilizados por pharmacêuticos formados; é uma indecência, até no rigor da palavra, crueldade e supina desumanidade entregar milhões de vidas por mera condescendência; - jamais semelhante bohemia! (AO DR. EMÍLIO RIBAS, 1898, p. 59).

No trecho acima, as noções de regulação profissional, moralização e prática científica entrecruzaram-se e, novamente, mostravam-se elementos constituintes do projeto de institucionalização ansiado pela Sociedade. A fim de garantirem seu espaço de atuação na saúde pública, os associados buscaram, além do reconhecimento como cientistas, minar, tanto quanto possível, a ação daqueles que não atuassem segundo sua cartilha de valores, ou mesmo que dispensassem o recurso esses valores.

Nesse sentido, o livre exercício da profissão farmacêutica - ou mesmo médica – era associado à “boemia” ou mesmo indecência, elementos que deveriam ser mantidos à distância do “corpo social” civilizado, estável e saudável que se desejava formar. Em diálogo com a bibliografia e discussões acima, faz-se importante ressaltar que moralizar a profissão, afastando conhecimentos e práticas “daninhas”, também envolvia manter à distância os grupos sociais desfavorecidos, que os mobilizavam em suas ações quotidianas – como comadres, parteiras, curandeiros, práticos nacionais e imigrantes. Devido a isso, Emilio Ribas era exaltado pelos farmacêuticos associados como agente defensor da verdade científica, que deveria “banir sem pena” os “charlatões”, garantindo espaço ao cientista - sem corpo - que encaminharia o país ao progresso.

pela Sociedade, nos quais continham denúncias de diversos casos de exercício ilegal da profissão: “Estas reclamações têm vindo competentemente documentadas, expondo com clareza o motivo da queixa contra a abusiva violação da lei. O Diretor do Serviço Sanitário, porém não tem prestado atenção a estes justos reclamos, de modo que, as violações da lei continuam a ser praticadas escandalosamente com a sua anuência.” (EXERCÍCIO, 1896, p. 224)

Apesar da relação de proximidade que os membros da Sociedade estabeleceram com médicos e autoridades sanitárias do período, lembramos que neste momento as fronteiras entre ambos ainda não estavam totalmente definidas. Sendo assim, o estabelecimento de alianças entre médicos e farmacêuticos também envolveu o esforço de contornar frequentes desacordos, grande parte deles relacionados à “invasão” ou “controle” de um campo profissional pelo outro.

Tais debates estiveram presentes no momento de fundação da Escola, quando a Revista Farmacêutica publicou – em setembro de 1898 - o artigo *Escola de Farmácia e Arte Veterinária*, que pontuava a necessidade dos farmacêuticos sempre desconfiarem da proximidade com os médicos, principalmente de sua presença nas instituições de ensino, já que: “O médico está para o pharmaceutico como a grande árvore está para o pequeno arbusto; a grande árvore desenvolve-se e cresce, estendendo seus frondosos galhos sobre o arbusto, que definha e morre.” (ESCOLA, 1898c, p. 78). Essa publicação via com ceticismo a presença de médicos nas instituições destinadas ao ensino de farmacêuticos, considerando que nessa relação sempre provocaria o ofuscamento do segundo, que sucumbiria face à imponente presença do primeiro.

Entretanto, os médicos também tinham suas queixas em relação aos farmacêuticos, acusados de não respeitar os limites entre as profissões:

Não há farmácia em São Paulo – quasi que se pode generalizar sem medo – em que o pharmaceutico ou o prático, não invadam as nossas atribuições. (...) Injecções hipodérmicas, curativos cirúrgicos, dilatação de abcessos e intervenções de pequena cirurgia, há inúmeras pharmacies em São Paulo onde são praticadas a preço reduzido e comodo, sem a responsabilidade legal das suas competências. Este é um dos lados do problema e já deu o funesto resultado que era de esperar: - a classe média de São Paulo, já não procura o médico sinão para os casos extremos ou para a última visita, de modo a ficar prevenido o atestado de óbito. (DEFEZA, 1905, p. 439).

Observamos acima como ao mesmo tempo em que os farmacêuticos exaltavam a necessidade de moralização e regulação profissional, eles também se envolviam em casos de charlatanismo ao extrapolarem os limites – até então pouco nítidos – com a medicina. Citada como generalizada, tal prática transformava o farmacêutico em charlatão para o médico, que os mencionavam indistintamente aos práticos, assim como, os responsabilizava pela morte dos clientes/pacientes.

A própria criação da Escola de Farmácia envolvia a aposta de que por meio desta instituição tais fronteiras seriam melhor definidas e asseguradas, já que ela formaria profissionais com uma identidade profissional e científica consolidadas, capazes de atuar

com probidade e, principalmente, dentro de seus limites. Entretanto, conforme vimos acima, grupos de farmacêuticos empenhados em afastar os médicos de suas instituições de ensino argumentavam que esse último não seria um professor qualificado para a Escola. Mais uma vez, o desconhecimento de aspectos quotidianos da profissão foi evocado, dizendo-se que os cursos ministrados por médicos, necessariamente, se restringiriam a questões teóricas, tal como ocorria nas Escolas de Farmácia existentes:

Como professores, por mais bem intencionados que sejam, jamais poderão preparar pharmaceuticos para a vida prática, porque para ser professor não basta ter algumas horas para traduzindo do francês, preparar a lição que tem a expor no dia seguinte, não, nós precisamos muito mais que isto, precisamos de professores que saibam preparar os pharmaceuticos para a vida prática e não professores para fornecer diplomas, de pharmaceuticos, a torto e a direito. (ESCOLA, 1898c, p. 78).

Tal perspectiva foi duramente criticada pela Revista Médica, que sob direção de Victor Godinho e Arthur Mendonça, mantinha intensos diálogos com o então diretor da Sociedade Farmacêutica: Luiz de Queiroz. A Revista lançou diversos artigos no quais exaltou a necessidade de união e cooperação entre as duas profissões e negou qualquer hierarquização entre ambos: “A redação da Revista Pharmaceutica entende mal os fatos. O vínculo que existe entre médicos e pharmaceuticos tem origem na comunidade de interesses e identidade de estudos até certo ponto e não na pretensão suserania. (...) não há portanto julgo, não há tutela.” (REVISTA, 1898b, p. 173).

A fim de afastar qualquer desconfiança de que a “grande árvore” prejudicaria o “arbusto”, assim como, explicitar a existência de limites, Godinho apressou-se em exaltar os interesses comuns “até certo ponto” destes profissionais. Em seguida, o médico argumentou que fundar a Escola promoveria o fortalecimento da ciência paulista, propagação de hábitos higiênicos de cura, assim como, a inserção de mais profissionais formados no mercado. Sendo esses últimos capazes de competir e diminuir, tanto quanto possível, a ação dos práticos licenciados, pois segundo o médico: “o prático como o responsável pela direção de uma farmácia é uma exceção apenas tolerável por circunstâncias da ocasião.” (REVISTA, 1898a, p. 125)

Por fim, Victor Godinho ressaltou que não havia motivos para se proibir a presença de professores médicos nas Escolas de Farmácias, uma vez que se comprovassem as aptidões do docente:

Quanto à incompetência do médico como professor ainda a Revista Pharmaceutica não tem razão. Deve-se presumir que o professor (médico ou não) deu em um concurso público provas de

competência, e si por ventura o professor médico é incompetente, não é porque possua este ou aquele diploma. (Idem.)

Retomando as discussões do capítulo anterior, percebemos que os médicos se envolveram fortemente ao cotidiano da Escola, que foi fundada e mantida conjuntamente aos farmacêuticos. A presença dos primeiros fez-se notar não somente no corpo docente como também na própria diretoria da instituição, cujos dois primeiros diretores foram médicos: Bráulio Gomes (1899-1903) e Amâncio de Carvalho (1903-1913). José Eduardo Macedo Soares foi o primeiro farmacêutico a tornar-se diretor, mantendo-se nesse cargo entre 1913 e 1917 e sendo sucedido pelo também farmacêutico Frederico Borba (ALMANAK, 1913; 1914; 1917; 1918; 1921; 1924; 1925; 1926; 1927).

Embora estabelecer fronteiras entre farmacêuticos e médicos tenha sido um dos interesses que permearam a fundação da Escola, observaremos a seguir como essa instituição tornou-se um espaço no qual ambos circularam seus entendimentos de ciência e fortaleceram seus campos de atuação. Conforme veremos a seguir, ao mesmo tempo que os farmacêuticos lograram seu objetivo de difundir uma identidade profissional autônoma, fundar um currículo e formar as futuras gerações de profissionais, a Escola também se tornou um espaço no qual novos saberes médicos circularam, foram produzidos e disseminados.

Essa instituição de ensino ganhou reconhecimento estadual já em 1899, pelo projeto estadual n.4 (PROJETO, 1899), passando também a receber remessas de subvenção do Estado. A mesma lei também previa que ficaria a cargo da Escola aplicar os exames de licenciamentos aos práticos - de farmácia, dentistas e parteiras – (Idem.), seguindo-se os parâmetros previstos no regulamento de 1896. Essa disposição colocava os critérios de avaliação dos práticos sob controle total desta instituição e de seu corpo docente, formado em sua maioria por antigos membros da Sociedade Farmacêutica, sendo alguns deles autores dos artigos que criticavam a ação dos licenciados.

Com base em dados obtidos nas memórias históricas, conseguimos quantificar os exames e licenciamentos e aprovações entre os anos de 1900 e 1905, organizados na tabela abaixo:

TABELA 1		
Ano	Habilitados	Inabilitados
1900	10	4
1901	16	1
1902	18	0
1903	16	1
1904	11	4
1905	25	5
Total	96	15

(SOUZA, 1904) (VAL, 1907).

Contrastando com as acusações de imperícia dos práticos – publicadas nas revistas de farmácia -, percebemos que a maioria daqueles que solicitaram o exame conseguiram obter licença. Para refletirmos sobre esses dados evocamos os estudos de Maria Lucia Mott sobre parteiras italianas em São Paulo, ao longo de seus escritos a historiadora aborda como grupos de médicos especializados em ginecologia e obstetrícia passavam a veicular publicamente a imagem da parteira suja e negligente, cuja improbidade levaria as parturientes à morte (MOTT, 1999). A historiadora cita como a despeito das acusações dos médicos, muitas dessas parteiras eram licenciadas ou tinham seus diplomas validados junto ao Serviço Sanitário, estando aptas a partejar segundo os próprios critérios acadêmicos de validação (MOTT *et all*, 2007). Em diálogo com essa abordagem, consideramos que a quantidade de licenças expedidas pela Escola, assim como, o baixo índice de reprovação dos práticos, nos aponta como as relações quotidianas com as substâncias, clientes e com o próprio farmacêutico podem ter proporcionado os rudimentos necessários à aprovação nos exames.

Nesse sentido, nos interessa observar como a Escola e seu corpo docente conseguiram delimitar o perfil profissional daqueles que estariam habilitados a abrir farmácia tanto na capital quanto no interior. A aplicação de exames pelos professores agregava, e também regulava, os agentes que povoariam o território da “farmácia científica”, controlando um pouco mais as maneiras por meio das quais a venda e manipulação de remédios se daria, mesmo em regiões afastadas da Capital.

Além de conceder licenças, a Escola também se firmou publicamente como espaço no qual os saberes químicos e físicos circulavam e seriam ensinados. Coadunando-

se aos esforços dos professores em estimular os estudos de laboratório nessas áreas, destacamos que a partir de 1903, já constavam nos jornais paulistas anúncios de exames preparatórios em física e química que a Escola passaria a aplicar (COMMERCIO, 1903, p. 2).

Conforme debatemos no capítulo anterior, a formação junto ao laboratório seria um dos aspectos mais estimulados pelos professores, assim como, amplamente propagandeado por essa instituição. Nesse momento, os médicos do corpo docente também utilizaram este espaço a seu favor, mobilizando-o em prol de seus projetos nas áreas de bacteriologia, higiene, entre outras.

Diversos autores e autoras da historiografia estudam a especificidade do caso paulista no que concerne a formulação e circulação do saber médico, já que devido à criação tardia da Escola de Medicina (1913), os conhecimentos e práticas desses profissionais eram difundidos e produzidos por meio outras instituições e espaços (SALLES; CASTRO SANTOS, 1998; SILVA, 2014; SOARES, 2017). Nesse momento, locais como o Instituto Bacteriológico e o Instituto Vacinogênico, passaram a sediar aulas e pequenos cursos criados por médicos como Rubião Meira, assim como, as publicações médicas abrigaram os debates⁵¹ do período e contribuíram para a difusão de investigações nessa área.

Analisando os periódicos médicos e a imprensa do período, observamos como a Escola de Farmácia também agregou a produção e circulação do saber médico nos anos iniciais do século XX. Além de receber as conferências do IV Congresso Brasileiro de Medicina e enviar comissões para estes eventos, a Escola recebia frequentemente palestras com iminentes médicos paulistas que expunham seus trabalhos por meio de palestras. Tal como a conferencia feita por Vital Brasil, em 1901, na qual o médico abordou o envenenamento ofídico e a eficácia de seu soro:

Domingo próximo ao meio dia, em uma das salas da Escola de Pharmacia, o dr. Vital Brasil fará uma conferência sobre o envenenamento ophidico e seu tratamento, a qual será acompanhada por demonstrações experimentais da eficácia do serum preparado no instituto de São Paulo. Gratos pelo convite fazer-nos-emos representar. (COMMERCIO, 1901, p. 1).

Além de difundirem pesquisas na área médica, as instalações da Escola também propiciaram a produção de manuais em medicina, mais precisamente em bacteriologia.

⁵¹ Tais debates e controvérsias envolviam os estudos em bacteriologia e concepções microbiológicas aplicadas ao estudo das patologias e à clínica. (SILVA, 2014); (SALLES; CASTRO SANTOS, 1998) (SOARES, 2017).

Destacamos nesse sentido a publicação do *Manual de Bacteriologia e Microscopia Clínica*, lançado por Victor Godinho: “O livro que o autor acaba de apresentar se o resultado de suas lições durante o ano de 1905 na Escola de Pharmacia, ampliadas com a colaboração, na parte referente à microscopia clínica, de colegas que se dedicam a essa especialidade em São Paulo.” (MANUAL, 1906, p. 155). Assim como *Elementos de Pharmacia*, do farmacêutico Meira de Vasconcelos e *Lições de Bacteriologia*, produto das aulas de Bonilha de Toledo e compilado pela estudante de Odontologia Brites Alvares.

Através da imprensa do período, percebemos que a Escola também recebeu visitas de autoridades políticas, que percorriam, principalmente, os espaços dos laboratórios, anfiteatros e salas de aula. Citamos a seguir um trecho do jornal *Commercio de São Paulo*, no qual foram descritas as atividades que envolveram a recepção do vice-presidente do Estado Domingos de Morais que, acompanhado pelos ministros da Agricultura e da Fazenda esteve na Escola em abril de 1902:

Os visitantes assistiram a aula de anatomia, pelo Dr. Amâncio de Carvalho, vice-diretor da Escola, sendo saudados pelo referido lente, que os convidou a percorrer o edifício. No gabinete de Physica, os membros do poder público assistiram a algumas experiências de raio X (...) No gabinete de chimica orgânica o lente sr. Pedro Baptista de Andrade exibiu diversos produtos pharmaceuticos de seu preparo, oferecendo aos presentes um cálice de seu *genebra de aroeira e licor de ovalha*, produtos chimicos nacionaes. (...) O que mais despertou elogios do sr. presidente do Estado, bem como de seus secretários, foi o café que lhes foi servido em extrato líquido, chimicamente preparado pelo sr. Pedro Baptista de Andrade. (COMMERCIO, 1902, p. 1).

Recebendo especial atenção, o espaço do laboratório transformava-se em uma espécie de vitrine da Escola, simbolizando sua contribuição ao progresso nacional por meio da formação de farmacêuticos cientistas, versados em química e engajados com o manejo da flora nacional. Nesse momento, também se exibiam os preparados farmacêuticos, principalmente aqueles formulados a partir de gêneros brasileiros, servindo-os para degustação e mobilizando-os na receita do próprio café ofertado aos convidados.

Conforme mencionamos acima, exaltar as instalações escolares, bem como os trabalhos realizados por alunos, alunas e professores, envolvia legitimar essa instituição junto às autoridades do período. Cabe ressaltar que nos anos iniciais do século XX, a Congregação articulava-se em busca do reconhecimento federal, obtido oficialmente pelo

decreto 1371 de 21 de agosto de 1905. Somente a partir deste momento a Escola passou a emitir diplomas válidos em todos os estados da federação.

Conforme discutimos acima, a Escola paulatinamente ganhou espaço como instituição engajada com a Ciência e o progresso nacional: licenciando os práticos, aplicando preparatório em química e física, sediando cursos de bacteriologia, palestras sobre ofidismo, assim como, recebendo autoridades médicas e sanitárias em seus laboratórios. Entretanto, mesmo adquirindo força institucional, quando comparada as demais profissões liberais de prestígio, como a Medicina, Direito e a Engenharia, a carreira de farmacêutico ainda figurava em segundo plano. Em relação à terceira, citamos um artigo publicado na Revista Politécnica (1928) no qual o ex-aluno João Pedro da Veiga Miranda relatou suas vivências escolares, em meados de 1903:

Nós os polytecnicos, vingávamo-nos do ‘pouco caso’ dos acadêmicos do Largo São Francisco, olhando por nossa vez, com uma superioridade suprema, os estudantes de Pharmacia! Recordo-me bem de certa ocorrência em que se traduziu admiravelmente aquela curiosa situação das três castas escolares. Promovia-se, a propósito de qualquer cousa, grande passeata coletiva com os discursos obrigatórios à frente das redações. A comissão escalava os oradores. Pois venceu esta preliminar inflexível: para os grandes matutinos, acadêmicos de Direito; para os vespertinos de segunda ordem, os polytecnicos; quanto aos representantes da pharmacopea e odontologia indígenas, sobravam-lhes por muito favor, dois semanários – *A Vida de Hoje* e o *Lavoura e Commercio*. (REVISTA, 1928, p. 192-193).

Este trecho nos permite observar de que maneira se organizavam as relações entre estudantes do Largo São Francisco, Escola Politécnica e Escola de Farmácia nos anos iniciais do século XX. Enquanto o estudante de engenharia era visto com desdém pelos futuros advogados, que se imbuíam o papel de bacharéis herdeiros da tradição, o politécnico descreditava o estudante de farmácia, chegando mesmo a zombar de suas aspirações por uma farmacopeia. Tais relações hierárquicas tampouco passaram despercebidas pelos fundadores da Escola e sua congregação, que, conforme veremos a seguir, buscaram fortalecer a profissão apostando em um "público" alunos e alunas para os/as quais a carreira farmacêutica seria uma possibilidade de instrução ou mesmo de ascensão social.

2.4 - Farmacêuticas e o exercício da profissão.

Contestar o lugar subordinado que a farmácia ocupava em relação à medicina foi um dos elementos que impulsionou o processo de institucionalização desta profissão em

São Paulo. Entretanto esse processo de institucionalização também envolveu formar uma identidade profissional específica, demarcar fronteiras em relação aos “charlatões”, bem como, fortalecer as relações hierárquicas entre os farmacêuticos formados e práticos. Nesse momento, a Escola era fundada com o objetivo principal de formar as futuras gerações de profissionais, assim como, sob a aposta de que as fronteiras entre farmacêuticos e médicos seriam melhor demarcadas. A despeito desta proposta inicial, discutimos acima como essa instituição propiciou um espaço de ação para ambas carreiras junto ao laboratório, veiculando seus saberes e práticas.

Além do mais, apesar da sociabilidade promovida nesse espaço de ensino, as disputas entre farmacêuticos e médicos se mantinham⁵², na medida que diversos artigos da Revista Farmacêutica criticavam – antes e depois da fundação da Escola – o posto desigual que o farmacêutico ocupava em suas relações quotidianas com os médicos, citando problemas na própria ascensão profissional do farmacêutico:

Nos corpos de saúde militares a humilhação para os nossos colegas é ainda maior. O médico começa a sua carreira no exército e na armada com posto superior ao do pharmaceutico e pode aspirar as mais altas graduações, ao passo que este é pela lei sempre obrigado a conservar-se sempre em nível inferior, por maiores que sejam os seus serviços profissionais. Por que essa desigualdade? Será a maior somma de conhecimentos científicos de que dispõe o médico? Não; os outros corpos militares também não possuem tanto cabedal científico e entretanto podem adquirir as mais altas patentes! (ESTADO, 1895, p. 90).

Os associados também criticaram as diferenças de salários entre farmacêuticos e médicos, assim como, a impossibilidade do primeiro em exercer outros cargos além de possuir seu estabelecimento:

Vedam ao pharmaceutico o direito de exercer qualquer emprego que o arrede momentaneamente do seu estabelecimento, ao passo que o médico clinica ao mesmo tempo que desempenha qualquer cargo. Não quero referir-me à desproporcionalidade de vencimentos entre cargos ocupados por médicos e farmacêuticos: são bastantes estas considerações para demonstrar à sociedade que os poderes públicos são em grande parte responsáveis pelo estado precário e que se acha reduzida a Pharmacia pelo Brazil. (Idem.).

⁵² Abordando o “Congresso dos Práticos” realizado em 1922, André Neto nos permite observar a persistência destes embates e do lugar subordinado que muitos farmacêuticos ainda dispunham quando comparados aos médicos. Nesse sentido, o autor menciona o discurso do farmacêutico Silva Araújo, no qual “lamentou que a classe farmacêutica não fosse vista como uma ‘irmã igualmente nobre, semelhantemente bela e digna e sim uma servente, quase escravizada.’” (NETO, 2001, p.70). É importante frisar que o congresso estudado pelo autor não aborda os nossos “práticos de farmácia”, mas sim aspectos práticos da profissão médica, tal como elucidou um de seus organizadores, Fernando de Magalhães: “De fato, a conclusão permitiu, já confundir a reunião com a dos ‘práticos de farmácia’. (...) Prático ou *praticien* é o mesmo que médico praticante da profissão.” (Ibid., p. 35).

Os membros da Sociedade Farmacêutica consideravam que a desigualdade na remuneração, nas oportunidades de alocação e ascensão dentro da carreira contribuiriam à evasão de alunos e pouca procura pelos cursos oferecidos no Rio de Janeiro, Bahia e Ouro Preto: “A imigração para os cursos médicos aumenta progressivamente, em consequência da falta de regalias por parte dos poderes públicos (...) e também pela dificuldade com que lutam os recém formados para se estabelecerem, quando não dispõem de capital.” (Ibid., p. 89).

Segundo a Revista, tal situação fortalecia o descaso em relação à carreira de farmacêutico, vista pelos próprios formados como etapa intermediária para se alcançar as Faculdades de Medicina. Essa prática, fortemente reprovada pelos associados, consistia em diplomar-se, exercer a profissão por um tempo ou alugar seu diploma⁵³, tendo em vista custear os estudos em medicina:

Esse desprezo provém de certos indivíduos que se matriculam no curso pharmaceutico com a intenção de utilizarem-se do título que vão adquirir para, com o produto do seu aluguel, continuarem mais folgadoamente a carreira médica, pouco se importando com a ruína que assim vão cavando para uma profissão que não será a sua. (Idem.).

Diante desta situação, no momento de fundação da Escola de Pharmacia – outubro de 1898 – considerava-se necessário evitar, tanto quanto possível, o abandono do curso por alunos interessados na carreira médica. A demora em se instalar uma Faculdade de Medicina em São Paulo pode ter se mostrado estratégica à captação de estudantes para a Escola, uma vez que, na década de 1910 - doze anos após a instalação da Escola de Pharmacia - parte dos associados ainda considerava que a instalação de um curso médico na capital paulista provocaria a evasão de seus alunos “mais hábeis”:

A classe farmacêutica não deseja a criação de uma escola de medicina em São Paulo e, muito menos, anexa à Escola de Pharmacia, porque dado a atração que exerce o diploma de médico no espírito da mocidade incipiente, a Escola de Medicina faria, despertar das suas fileiras os neo-pharmaceuticos mais hábeis, ou de mais recursos. (INTERESSES, 1910, p. 113).

Conforme debatemos no capítulo anterior, a elaboração de um currículo atrativo foi uma das posturas da Congregação da Escola de Pharmacia para evitar a evasão de alunos. Também seria necessário garantir que essa instituição dispusesse de aderência junto à um determinado “público”, cuja frequência garantiria a perpetuação das “boas

⁵³ Tal aluguel consistia no “uso” do nome do farmacêutico para a abertura de um estabelecimento que não lhe pertencia, tampouco o mantinha como funcionário.

práticas” farmacêuticas realizadas junto ao laboratório, assim como, rivalizaria com os numerosos práticos licenciados. Desta forma, seria interessante trazer para o corpo discente agentes que se interessassem pelo exercício da profissão e que vissem na Escola uma oportunidade de instrução ou mesmo de ascensão social. A aposta na presença de alunas, desde os discursos de fundação, pode se relacionar ao projeto de estimular a formação de agentes que não evadiriam às carreiras médicas, ou para os cursos de direito e engenharia, devido à resistência à presença de mulheres nesses tipos de formação⁵⁴.

A frequência de alunas como um dos elementos diferenciais da Escola também esteve presente no artigo *A Escola de Pharmacia e o Congresso de São Paulo*, publicado pelo farmacêutico Reynaldo Ribeiro em setembro de 1903. Essa publicação criticava o parecer desfavorável das autoridades estaduais à doação de terreno para a construção de um novo prédio para a Escola⁵⁵, frisando a contribuição dessa instituição na formação dos futuros cientistas, agentes do progresso nacional: “D’essas oficinas, cremos é que hão de sair os homens práticos da administração, os lutadores da sciencia e os engrandecedores da indústria nacional.” (ESCOLA, 1903, p. 138)

Por fim, o autor citou como a formação de mulheres contribuiria aos cofres estaduais:

Outrora quando qualquer pae de família desejava felicitar o futuro de sua filha com uma profissão que lhe garantisse a subsistência buscava, como único recurso, a Escola Normal; hoje, prestando um serviço sensivelmente notável ao Estado, a Escola de Pharmacia facilita e resolve esse momentoso problema atraindo para os seus cursos de pharmacia, odontologia e obstetrícia grande número de moças, aliviando vantajosamente a frequência d’aquêle estabelecimento. (...) Portanto, aumentando as profissões liberais da mulher, afasta o tesouro de prováveis encargos, no futuro, com a manutenção de novas professoras públicas. E as famílias também lucram, por isso que, garantindo do mesmo modo o porvir de suas filhas com uma carreira liberal, terão mais possibilidade de obter-lhes colocação. (Idem.).

Ao abordar a presença de mulheres na Escola, notamos que o autor não as citou como “lutadoras da Ciência” ou “engrandecedoras da indústria nacional”, mas sim ressaltou como os cursos oferecidos pela Escola expandiam as profissões liberais passíveis de serem exercidas pelas mulheres, tornando-se, assim, uma opção àquelas que

⁵⁴ Diferentes estudos historiográficos apontam como, a despeito das resistências e críticas, algumas mulheres formaram-se médicas e exerceram a profissão. (MOTT, 2005; RAGO, 2008; SCHPUN, 2010; SILVA; OLIVEIRA, 2017).

⁵⁵ Apesar dos problemas em relação à concessão do terreno, em 12 de outubro de 1905 a Escola inaugurou seu prédio novo na Rua Três Rios (Bom Retiro), endereço no qual ela se fixou até a década de 1970. Após desse momento, os cursos de farmácia e odontologia (vinculados à USP) passaram a se instalar na Cidade Universitária.

não desejassem seguir o caminho do magistério. Ao tratar das futuras alunas, Ribeiro também fez referência as suas famílias, citando a preocupação dos pais em relação ao futuro de suas filhas e a Escola Normal como única solução à formação destas jovens. Nesse sentido, o discurso de Ribeiro nos indica a existência de certa intersecção entre tais carreias, já que uma moça que se formaria professora também poderia optar por tornar-se farmacêutica, dentista ou obstetra.

A fim de compreendermos melhor esta relação, faz-se necessário atentar à algumas propostas que permearam a formação das normalistas, assim como, os grupos sociais que lhe constituíam. Segundo Magda Chamon, a presença de mulheres no magistério tem uma origem recente, remetendo à segunda metade do século XIX, momento no qual se desenvolviam políticas públicas voltadas à escolarização da população. A autora argumenta que, nesse mesmo momento, o prestígio social dos “mestres-escola” ou tutores decaía, juntamente com a presença de homens na profissão⁵⁶. Entretanto, ao mesmo tempo em que a carreira de professor primário se desprestigiava, ela adquiria um papel estratégico junto ao estado, promovendo a formação dos cidadãos e o combate ao analfabetismo:

Era preciso buscar a superação do caótico quadro em que se encontrava a educação nacional. Era importante formar um corpo estável de profissionais, que não buscasse no salário o motivo de seu ofício. As mulheres vão sofrendo apelos das políticas públicas para substituírem os homens na “nobre” missão de educar. Não é, entretanto, uma mudança puramente biológica. Ela se inscreve no campo do simbólico e vai impregnando o imaginário social feminino com o discurso da “vocação”. Na realidade, o que muda é o gênero do magistério reforçado pelos interesses hegemônicos que reforçam os estereótipos sociais sobre as relações de gênero e o caráter missionário do trabalho feminino na esfera pública. (CHAMON, 2006, p. 8).

Em diálogo com os apontamentos de Chamon, Heleieth Saffioti cita as Escolas Normais como um caminho de ascensão social que possibilitaria a inserção de moças das camadas médias na carreira de professora primária, ou mesmo tendo em vista a “busca de uma cultura geral mais ou menos equivalente ao ensino secundário.” (SAFFIOTI, 1979, p. 222). Segundo as autoras, a procura do ensino normal por moças de setores sociais

⁵⁶ “Uma associação entre magistério primário e baixo prestígio profissional foi se instalando gradativamente, a ponto de ser visto como desonroso para o homem continuar atuando como profissional da escola elementar. A evasão de professores do sexo masculino do magistério primário público passou a ser fato usual.” (CHAMON, 2006, p. 8).

prestigiados também se fazia notar, uma vez que a co-educação presente nos ginásios era considerada indesejável no período da adolescência, optando-se pela Escola Normal⁵⁷.

O interesse das jovens em instruírem-se nas Escolas Normais parece ter atraído a atenção dos membros da congregação da Escola de Farmácia, já que elas foram consideradas um público passível de ser agregado à essa instituição. Tal estímulo à escolha da carreira de farmacêutica em detrimento do magistério foi, mais de uma vez, objeto de propaganda nas revistas de farmácia, como observamos na sessão Notícias, publicada em fevereiro de 1902:

Muito folgamos em ver uma parte do bello sexo resolvida a procurar outras profissões que não a de professora, a qual tem sido abraçada por quase todas as senhoritas de São Paulo, com grave prejuízo para o governo, que vê diariamente aumentar o número de pensionistas do Estado. A Escola de Pharmacia, com a atual organização, oferece às senhoras estudiosas três profissões que lhes são apropriadas, e por meio das quais poderão viver independentes da tutela dos poderes públicos e até...dos maridos: as profissões de *farmacêutica*, *dentista* e *de parteira*. (ESCOLA, 1902, p. 30).

Embora as normalistas fossem chamadas a compor o corpo discente da Escola de Farmácia, somente a formação na Escola Normal não lhes garantia acesso às Escolas Superiores, somente estudantes do ensino secundário ou aqueles que realizassem exames (parcelados ou preparatórios) poderiam se matricular (SAFFIOTI, 1979). A fim de estimular a frequência de estudantes oriundas(os) do ensino normal, notamos que o Regimento de 1903, além dos exames preparatórios, permitia que professores das escolas públicas se matriculassem em qualquer um dos cursos oferecidos: “§Único: Poderão também matricular-se os professores normalistas do Estado e aqueles que exibirem certidão de aprovação das matérias do programa aceito para a matrícula nas escolas superiores do Estado. ” (REGULAMENTO, 1903, p. 35). Tais estímulos à presença de normalistas, nos permitem compreender um pouco melhor um dos caminhos pelos quais as mulheres alcançam a formação de farmacêutica.

Através da bibliografia e dos trechos documentais expostos, observamos certo alinhamento entre os discursos de estímulo à formação de professoras e farmacêuticas, ambas consideradas carreiras “adequadas” às moças. As duas profissões envolviam-se na missão civilizatória da educação e saúde, ocupando postos que embora fossem exaltados

⁵⁷ Desde a sua implantação estas escolas atraíram um maior número de moças do que de rapazes na província mineira. Enquanto os rapazes que procuravam a escola normal eram originários das classes trabalhadoras, Chamon destaca que as moças se originavam das camadas mais favorecidas da população. Afinal, esta era a única oportunidade oferecida às mulheres para a continuidade de seus estudos. (CHAMON, 2006, p. 8).

pelas autoridades, cientistas e intelectuais, não dispunham de prestígio social e eram abandonados pelos homens. Sendo assim, farmacêuticas e professoras eram chamadas a engrossar as fileiras destas “nobres carreiras” mal remuneradas e, conseqüentemente, mal compreendidas pelo “egoísmo” e “ambição” masculinas.

Nesse momento, ganharam espaço os discursos que de a mulher – compreendida, mais uma vez, como ser biologicamente determinado – possuiria uma moral elevada em relação aos homens, seria altruísta e também capaz de sacrificar-se pelo bem coletivo. Segundo Laqueur, essa visão sobre as virtudes e a moral “naturalmente” femininas atuou decisivamente na construção da noção de incomensurabilidade entre homens e mulheres, assim como, influenciou o processo de demarcação das funções sociais de cada um:

Em suma, a política da mulher deve ser uma política da moralidade. As mulheres em suma, são criaturas menos assoladas pela paixão, uma tendência egoísta e destrutiva, e mais dotadas de sentimento de fraternidade e uma espécie de tranquilidade corporal exigida para ser o centro radiante de uma nova moralidade. A falta de paixão origina-se, portanto, de um momento político específico e de uma estratégia para demarcar uma área pública de ação, com base em virtudes da esfera privada feminina. (LAQUEUR, 2001, p. 252).

A dicotomia na definição das ocupações desejáveis à homens e mulheres, assim como, a aposta na moralidade desta última, também permearam a dinâmica de expansão urbana vivenciada por São Paulo na passagem para o século XX. Nesse momento, segundo Margareth Rago (1987), a saída da mulher para o espaço da cidade foi acompanhada pela perpetuação de uma série de discursos sobre sua moral. Cada vez mais, a imagem da virtuosa mãe-esposa-dona-de-casa reverberava sobre as atividades desempenhadas pelas mulheres, moldando-as em torno deste padrão de conduta e, conseqüentemente, rechaçando quaisquer ações que o perturbassem.

O altruísmo, além de ser alinhado ao exercício da maternidade, também organizou a atuação de mulheres fora do lar, usualmente ocupando postos de assistente e sempre afastadas dos locais de decisão. No caso da farmácia em São Paulo, lembramos que nenhuma estudante da Escola completou o grau de Bacharel, mantendo-se as futuras farmacêuticas à margem da “vanguarda científica” que se ansiava formar.

Entretanto, apensar de sua ausência junto ao corpo docente ou em altos cargos sanitários – postos para os quais o futuro bacharel poderia se encaminhar -, as farmacêuticas – atreladas à imagem da virtuosa protetora da ciência – foram chamadas a mobilizar seus “atributos naturais” em favor da regulação e moralização da profissão. Essas agentes foram evocadas para perpetuar o “bom uso” dos medicamentos, repelindo

terapêuticas que envolvessem a magia ou substâncias reprovadas pelo conhecimento acadêmico. Apostava-se que as futuras farmacêuticas atuariam de maneira moral e regrada na administração de seus estabelecimentos, como evocou Amâncio de Carvalho no discurso de fundação da Escola em 1898: “Dirigir seu lar; dirigir sua *pharmácia* e acalantar seus filhos, poderá a mulher fazer com aquilo doce energia, com aquela rigosa brandura - paz de espírito e pureza de consciência.” (ESCOLA, 1899, p. 176).

A temática da moral, permeou tanto a saída da mulher para o espaço urbano na passagem para o século XIX, quanto norteou os parâmetros por meio dos quais os farmacêuticos associados buscaram diferenciar-se dos “outros” – curandeiros, práticos ou qualquer agente não acadêmico. Nesse sentido, citamos o artigo *As Qualidades que deve ter um bom Farmacêutico*, lançado pela Revista em fevereiro de 1897, essa publicação resgatou trechos de “Exposição sobre preparados de Mesue” - editada originalmente na Espanha do século XVI - na qual citavam-se as virtudes e habilidades que um farmacêutico deveria dispor (VARIEDADES, 1897).

O resgate de uma obra publicada há quase duzentos anos, nos permite aferir que as qualidades por ela listadas ainda eram consideradas pertinentes à noção de prática farmacêutica que os redatores da Revista desejavam propagar. Dentre tais características destacamos a moralidade que deveria acompanhar o próprio ato de manipulação, uma vez que o farmacêutico deveria fazer provas de sua honestidade: “Não só na perfeição de compor os medicamentos como também não se deixar vencer por rogos ou ameaças fornecendo medicamento que possa fazer mal ou matar, pois está claro que vale mais que sofra o corpo do que a alma.” (Ibid., p. 131).

A divulgação deste tema na Revista, buscava afastar o farmacêutico da desconfiança e fama de falsificador que lhe era atribuída desde tempos coloniais:

Constituídos como profissionais suspeitos, pois tanto podiam curar como matar com suas poções que se transformavam de remédios em venenos num piscar de olhos. Assim, sob a lente da preparação para o desempenho do ofício inventou-se um sempre visado boticário; sob a letra da lei inventou-se um comerciante sempre disposto a falsear pesos estabelecidos, adulterar mesinhas e cobrar preços extorsivos. (MARQUES, 1999, p. 172).

Desta forma, o artigo de fevereiro de 1897 defendia que o manejo “honesto” das substâncias evitaria tanto envenenamentos sem fins intencionais – provocados pela “inaptidão” do manipulador -, quanto afastaria os compostos do controle de indivíduos mal-intencionados. A honestidade e comprometimento seriam características indispensáveis ao farmacêutico cientista que, em consonância com o que discutimos

acima, deveria realizar as boas manipulações para curar e afastar a morte. Tais considerações sobre a prática farmacêutica também situavam vendedores e manipuladores de ervas, curandeiros ou mesmo práticos donos de farmácia na esfera da desonestidade, pois esses agentes eram acusados de não conhecer as traduções necessárias ao bom exercício da profissão, podendo, assim, causar acidentes e envenenamentos.

Aproximar o farmacêutico da imagem do cientista e dotá-lo de um papel junto à saúde pública e progresso também significava conferir-lhe certa atribuição junto à “partilha moral” que se deveria estabelecer entre homens e substâncias. Segundo Eduardo Vargas (2002), tal “partilha” consiste tanto na separação categórica entre o que é remédio/fármaco e o que é droga/veneno, quanto no estabelecimento de quais grupos podem falar sobre isso. Como vimos no capítulo anterior, os farmacêuticos, em parceria com os médicos, desejavam atuar na categorização e controle dessas substâncias, principalmente no que concernia à sua socialização após serem manipuladas, motivo pelo qual encontramos essas discussões sendo perpetuadas no currículo da Escola.

Questionar essas categorias ou mesmo operar à revelia delas, significaria criar problemas à saúde pública, sendo assim, a atenção dispendida sobre as atividades do farmacêutico e sua formação visava garantir uma ação moral – regulada e abnegada – desse profissional na venda e manuseio das substâncias. Os membros da Sociedade consideravam que a administração de uma farmácia deveria ser realizada com a mesma firmeza moral do lar, de forma a mantê-la afastada de qualquer manifestação corrupta ou viciosa. Para tanto, o próprio profissional deveria manter uma postura austera e virtuosa em suas relações quotidianas: “A nona é que convém que o boticário não seja vicioso, nem dado a jogos, nem glutão, nem crapuloso, pois tudo são defeitos que muito podem prejudica-lo no exercício de sua arte. A décima é que convém que o tal boticário seja casado a fim de evitar distrações.” (VARIEDADES, 1897, p. 131).

Assim como no magistério, percebemos como a imagem do profissional de farmácia também passou a envolver uma espécie de “nobre missão”, cabendo a esse profissional administrar honestamente a manipulação e venda dos medicamentos, a fim de garantir a perpetuação das “boas” e civilizadas práticas de cura. Desta forma, novamente a imagem da mulher-mãe-educadora foi evocada, já que a atuação desta agente junto às farmácias poderia auxiliar na moralização e regulação da profissão, fosse preparando com rigor e honestidade os medicamentos, ou mesmo perpetuando a necessidade de se recorrer às farmácias em vez dos curandeiros.

O discurso proferido pelo bacharel Buarque de Holanda na ocasião da entrega dos Prêmios Bráulio Gomes e Revista Médica no ano de 1907, nos permite observar como a “moralidade feminina” era evocada como habilidade adequada ao exercício da profissão. Pelo segundo ano consecutivo uma aluna foi premiada: a farmacêutica Alice Teixeira, acrescentando-se nesse ano um novo prêmio – oferecido pelo professor Victor Godinho –, intitulado “Revista Médica”, destinado à alunas(os) de destaque do curso de Odontologia, cuja contemplada daquele ano havia sido Beatriz Miranda de Azevedo, que discursara no ano anterior sobre a instrução de mulheres na Escola (ESCOLA, 1907).

Em sua fala, Holanda citou a Escola como um microcosmo da sociedade ao seu redor, relacionando a crescente circulação de mulheres no meio urbano à presença de alunas na Escola, que mais uma vez dispunha de uma farmacêutica formando-se com distinção. Ao citar seus desejos aos formados e premiadas daquele ano, o bacharel disse:

Sede cada um de vós um esforçado entusiasta de vossa profissão, trabalhai e fidei certos de que alguma surpresa agradável ella vos reserva. O destaque e o brilho de vosso tirocínio académico teve como recompensa essas medalhas que ornão os vossos colos, mas além deste prêmio material ainda vos resta a carinhosa alegria de vossos paes, os bons desejos de todos os vossos mestres, aos quaes tão mal represento nesta bela solenidade. (Ibid., p. 18).

A fala de Holanda estimulava os formados a apostarem e persistirem na profissão de farmacêuticos, sendo sobretudo seus entusiastas junto à população. Tendo em vista o pouco prestígio social que a carreira dispunha quando comparada às demais profissões liberais, o bacharel ressaltava a necessidade de que o trabalho do farmacêutico fosse rigoroso e perene, pois o reconhecimento por seus serviços, embora não fosse garantido, poderia ocorrer-lhe repentinamente, como uma surpresa.

Mesmo sem perspectivas de congratulações imediatas, Holanda também incentivou os formados a perpetuarem junto à sociedade a prática farmacêutica que lhes havia sido ensinada na Escola, diminuindo, tanto quanto possível, a ação de outros grupos envolvidos com a cura. Em relação às premiadas, o professor exaltou a equivalência entre as capacidades intelectuais de homens e mulheres, justificando a presença dessas últimas na Escola. E, novamente, emergiu à cena o entendimento de que Alice Teixeira e Beatriz Miranda Azevedo mobilizariam em favor da profissão suas “virtudes naturais”:

A evolução da sociedade veio a provar que a inteligência é um privilégio sim, mas da espécie humana e igualmente distribuído pelos sexos. Como, porém, a fraqueza é uma força e a bondade, só ela torna grandes os feitos humanos, é claro que há um grande déficit no orçamento pouco generoso dos homens e um saldo equivalente no de suas dignas companheiras. (Idem.).

Citadas mais uma vez como companheiras dos homens, as premiadas eram exaltadas por suas qualidades morais, como a bondade, e também pela fraqueza, características usualmente mobilizadas para afastar as mulheres de cargos políticos, exercício do direito ou mesmo da medicina. Consideramos que a exaltação da modéstia ou “fraqueza” como características inatas às alunas relacionava-se, como aludimos acima, ao projeto de se formar um público específico à Escola, já que seus fundadores e professores apostavam que as formadas não evadiriam posteriormente à medicina, carreira ligada à virilidade e protagonismo junto ao progresso.

Conforme debatemos até o momento, o entendimento de que existiriam carreiras mais adequadas as “habilidades femininas”, circulava – ou circula - de maneira ampla na sociedade, influenciando também as famílias das estudantes que poderiam apoiar os estudos da filha em farmácia ou odontologia e serem desaforáveis à sua presença nas escolas médicas. Observamos essa dinâmica nos relatos de Emília⁵⁸, formada em odontologia em 1920 e que, posteriormente, seguiu estudos em medicina, formando-se em São Paulo na turma de 1931:

A profissão de dentista, naquela época, era um trabalho de rotina e eu queria uma profissão que me desse algo mais. O de ser médica; a medicina. (...) Comuniquei para mamãe a minha decisão e ela disse: ‘É uma profissão para homens minha filha! Precisa muito estudo e muita coragem. E você é tão fraquinha’ – ‘Bem – respondi – vou fazer os preparatórios e quando estiver pronta conversamos’”. (SCHRAIBER, 1988, p. E-4).

Desta forma, via-se com naturalidade o ato de encaminhar os filhos para estudos nas Escolas de Direito, Engenharia e Medicina enquanto as meninas procuravam as carreiras de professora, farmacêutica e dentista, ou mesmo formação em artes e comércio, como observamos na própria família de Emília: “Todas as minhas irmãs também estudaram curso superior. Eu tenho uma irmã pianista; uma outra também pianista e que fez também Escola ‘Alvares Penteado’; a outra minha irmã, fez farmácia e filosofia; a outra irmã fez odontologia; e o meu irmão é advogado.” (Ibid., p.E-2).

Ainda em relação ao discurso de Cristóvão Buarque de Holanda em 1907, percebemos que a bondade e a fraqueza foram citadas de maneira elogiosa, sendo consideradas habilidades bem-vindas ao exercício da farmácia e da odontologia, assim como ocorria no magistério. Essas três profissões além de disporem de menor prestígio

⁵⁸ Lília Blima Schraiber (1988) não revelou o nome completo da entrevistada, referindo-se a ela apenas como Emília.

social, também se envolviam diretamente no trato e atendimento do público, fosse na promoção de um tratamento dentário, em uma aula, ou mesmo nos balcões das farmácias.

Consideramos que essa aposta na honestidade e rigor das ações desempenhadas pelas farmacêuticas, também serviu para inserir as futuras alunas na disputa por espaço com os práticos, que antes de 1898 representavam mais do que o dobro da quantidade de diplomados. Lembramos que uniformizar a prática farmacêutica foi um dos principais objetivos da Escola de Farmácia, que além de conformar uma identidade para a profissão, também inseria no mercado de trabalho mais farmacêuticos e farmacêuticas.

Nesse sentido, destacamos que os discursos de professores e membros da Congregação defendiam que as futuras farmacêuticas estariam aptas a atuar tanto na administração geral de seus estabelecimentos, quanto junto às manipulações desempenhadas aos fundos, ou seja, em ações quotidianas usualmente realizadas pelos práticos. Por intermédio de dados coletados nos livros de Registros do Serviço Sanitário entre 1892 e 1918, percebemos que as farmacêuticas demonstraram interesse em exercer a profissão, pois 73% das diplomadas se regularizaram junto às autoridades sanitárias (LIVRO, 1892-1906) (LIVRO, 1906-1913) (LIVRO, 1813-1919).

Apostando no entendimento de que a mulher disporia de maior bondade e moralidade, os membros da escola consideraram que a ação destas agentes nas farmácias – que em grande parte se situariam no mesmo estabelecimento de suas casas –, poderia ajudar no processo de regulação e moralização da profissão, propagando as boas práticas e uma gestão confiável sobre as substâncias. Sendo assim, as farmacêuticas seriam consideradas agentes interessantes para o exercício regrado e abnegado da profissão, uma vez que esses qualitativos também eram, reconhecidos e festejados socialmente, como vemos em pequena nota publicada na revista *A Mensageira*:

Há na Policlínica de Nitheroy uma pharmacia e esse estabelecimento é hábil e caprichosamente dirigido por dona Maria Luiza Torrenção Sue Surville, diplomada em pharmacia pela nossa Faculdade, desde 1887. Folgados em registrar esse facto que muito honra as senhoras brasileiras, e especialmente quem, *sans bruit et sans eclat*, há 8 anos se exercita em tão elevada função. (NOTAS, 1899, p. 303).

Atuando de maneira discreta “*sans bruit et sans eclat*”, passava-se a imagem de que a farmacêutica contribuiria à perpetuação – sem distorções – das boas práticas de manipulação, fosse dentro de seus estabelecimentos ou trabalhando nos laboratórios localizados ao fundo das farmácias, ocupando, assim, o lugar dos práticos.

Conforme debatemos no capítulo anterior, o acesso das mulheres à instrução pautou-se no entendimento de que se formariam mães e esposas ilustradas, capazes de instruir as futuras gerações. Nesse momento, as autoridades republicanas também buscavam controlar cada vez mais o ambiente doméstico contra eventuais “desvios” – morais e higiênicos –, apostando na figura da mãe. Conforme discutimos anteriormente, essa última seria exaltada como promotora da civilidade dentro da família e, conseqüentemente, na sociedade. Sendo assim, qualquer cidadã que desejasse demonstrar seu valor junto à nação deveria se empenhar na difusão das boas práticas, assim como, regular o espaço doméstico, protegendo-o de gestos e agentes desviantes. A historiografia sobre o tema aponta como a inserção profissional de mulheres em diferentes áreas da saúde envolveu-se nesse processo de regulação e moralização das práticas de cura que a República desejava fortalecer, afastando assim, agentes que não partilhassem dos passes científicos (SCHPUN, 1997; MARTINS, 2004; MOTT, 2005).

Sendo assim, além da farmacêutica formada rivalizar por espaço com os práticos licenciados e terapeutas populares, os professores da Escola também apostavam que essas profissionais perpetuariam em suas famílias, ou mesmo junto à outras mães e mulheres, a importância de se recorrer aos remédios “bem” manipulados, recusando qualquer forma de misticismo e afastando-se dos “charlatões”. Essa ação das farmacêuticas era considerada estratégica por farmacêuticos e médicos, uma vez que esses grupos culpavam a ignorância e credulidade feminina pela aderência que as práticas desempenhadas pelos curandeiros dispunham na sociedade paulista no início do século XX:

Veio para luz plena da estrada e é ahi que dá o combate ao médico, insinuando-se no espírito sugestionável das mulheres e dos fracos e colhendo o gordo provento da especulação. As beberagens e tonterias do curandeiro não são mais passadas de individuo a individuo, anunciam-se, exibem-se em chamarizes de espanto aos quatro cantos da publicidade e chegam a afrontar os centros de ciência e os centros de fiscalização. (DEFEZA, 1905, p. 438).

Através de conversas e relações quotidianas considerava-se que as farmacêuticas poderiam espalhar o entendimento de que a farmácia seria um espaço importante, se não essencial, às práticas de cura, e que o(a) farmacêutico(a) deveria ser sempre mobilizado(a) para mediar as relações entre os pacientes e as substâncias. O objetivo do corpo docente da Escola era por intermédio dos formados e, principalmente, das formadas, estabelecer e fortalecer uma rede de profissionais que atuassem segundo critérios considerados científicos, assim como, não invadissem as atribuições dos médicos. Esses agentes envolvidos na institucionalização da farmácia e perpetuação de sua identidade

profissional, ansiavam instaurar a seguinte dinâmica: o paciente procuraria um médico, esse último prescreveria a receita que seria enviada à farmácia, na qual um (uma) profissional formado (formada) estaria pronto (pronta) para realizar as manipulações necessárias e vendê-las.

Também consideramos importante discutir os interesses das farmacêuticas em recorrerem aos cursos oferecidos pela Escola. Conforme apontado pela bibliografia, nos anos iniciais do século XX, as jovens habitantes dos centros urbanos em expansão, como São Paulo, desejaram adquirir uma instrução que fosse além do ensino ministrado em casa (SCHPUN, 1999). Consideramos que as formadas se inserem nessa nova dinâmica vivenciada pela cidade de São Paulo nos anos iniciais do século XX, e para debatermos de maneira mais consistente seus interesses ao optarem pela carreira farmacêutica, atentaremos agora à sua origem social. Acompanharemos seu local de nascimento e profissão dos pais tomando como ponto de partida as informações contidas no Livro de Registro de Profissionais⁵⁹, nos quais coletamos dados das formadas entre 1892 e 1918

Retornando ao artigo publicado pela Revista Farmacêutica e Odontológica em setembro de 1903, observamos que a frequência de estudantes advindos do interior ou mesmo de outros estados era festejada pelo farmacêutico Reynaldo Ribeiro:

Acham-se actualmente matriculados nos diversos cursos da Escola duzentos e sessenta e sete alunos, dos quaes apenas uns 15 tem famílias residentes na capital. Duzentos e cinquenta e, portanto, são ou do interior ou de outros estados, os quais veem contribuir para o desenvolvimento comercial da capital. (...) Porque não residem na cidade, recebem de seus paes, uns pelos outros, mais ou menos 200\$000⁶⁰ para as suas despesas mensaes. (1903, p. 135-136).

Percebemos que a incidência de alunos advindos de fora de São Paulo também se fazia notar em relação às mulheres. A análise do livro de registros do Serviço Sanitário entre 1904 e 1918 nos permitiu rastrear as cidades de origem das formadas e perceber que parte significativa delas não havia nascido na cidade de São Paulo. Das 104 formadas que

⁵⁹ Essa documentação nos oferece alguns dados interessantes sobre as registradas: nome completo, sua naturalidade, data de nascimento, nome dos pais e em alguns casos a mudança de nome após o casamento.

⁶⁰ A fim de compreendermos um pouco melhor o que representaria essa quantia para os parâmetros da época, ressaltamos que esse seria o valor de um salário considerado baixo para o exercício profissional de um farmacêutico contratado por um hospital. Conforme observamos no relatório apresentado ao Secretário do Interior do Estado, no que concernia ao Hospital de Isolamento de São Paulo: “O ordenado do farmacêutico no Hospício é pequeno, si se tomar em consideração o grande serviço que aqui tem. O serviço diário atinge a muito mais de cem fórmulas. Além disso, o pharmaceutico do Hospital de Isolamento ganha 400\$000 por mês, e o do Hospício dos alienados só ganha 200\$000. Peço vossa atenção para essa exiguidade de ordenado.” (Relatório, 1907-1908, p. 6).

registraram seu diploma junto ao serviço sanitário entre 1904 e 1918, 58 eram nascidas no interior de São Paulo, em outros estados ou mesmo outros países (55%).

Analisando mais detidamente cada período, observamos que entre 1892 e 1906 constam 9 farmacêuticas formadas pela Escola e registradas, das quais 4 nasceram em outros municípios e 2 na Itália, ou seja, um índice de 66% de farmacêuticas nascidas fora de São Paulo. Entre 1906 e 1913, a presença de formadas oriundas da própria capital se fez mais forte: das 65 registradas, apenas 29 (44%) não nasceram na cidade de São Paulo. Já no intervalo entre 1913 e abril de 1918, dentre as 30 registradas, 22 advinham de outras cidades e 1 da Alemanha, demonstrando que nesse período 76% das formadas não nasceram na capital.

A quantidade de farmacêuticas nascidas fora da cidade de São Paulo nos parece estar relacionado ao processo de intensa urbanização vivenciada pelo município na passagem para o século XIX e anos iniciais do XX (QUEIROZ, 2004). Nesse momento, a capital paulista vivenciou um momento de ebulição, no qual:

O café dinamizava vigorosamente as funções urbanas, crescia o comércio, multiplicavam-se as ocupações profissionais ampliava-se a complexidade de funções burocráticas de uma capital que enriquecia exigindo também crescente número de funcionários públicos. (Ibid., p. 18).

Retornando à fala de Reynaldo Ribeiro em setembro de 1903, consideramos que o investimento dispendido pelas famílias do interior no sustento de seus filhos e filhas durante os estudos na Escola nos permite esboçar um recorte social no público atendido por essa instituição. Entretanto, desejamos enriquecer esse entendimento por intermédio de uma tabela na qual organizamos as ocupações dos pais de nossas formadas (somente em um caso encontramos a formação da mãe), conseguimos rastrear a origem familiar de 66 pais de farmacêuticas.

TABELA 2	
Pais de formadas pela Escola de Farmácia	
Profissão/Título	Quantidade
Médico	13
Comerciante	11
Farmacêutico	6
Industrial	6

Fazendeiro	4
Político	4
Coronel	3
Engenheiro	3
Professor/Professora	3
Conselheiro Fiscal	2
Contínuo de Biblioteca	2
Guarda-Livros	2
Tabelião	2
Advogado	1
Delegado de Polícia	1
Dentista	1
Encarregado do concerto de Igrejas Matriz	1
Químico	1
Total	66

Os dados acima nos permitem um entendimento um pouco mais complexo a respeito das camadas sociais que compuseram o corpo discente da Escola de Farmácia, usualmente citado na bibliografia como espaço destinado somente formação dos filhos e filhas de famílias da elite (SAFFIOTI, 1979; NADAI, 1987). Não pretendemos negar a presença de alunas oriundas de tradicionais famílias paulistas ou mesmo filhas de médicos, advogados e engenheiros, pois, conforme observamos acima, sua presença na Escola foi significativa. Entretanto, desejamos agregar as nossas discussões a presença significativa de formadas oriundas de diferentes extratos sociais⁶¹, filhas de comerciantes, pequenos industriais, tabeliões, imigrantes, guarda-livros, professores, químicos, entre outras ocupações especificadas acima.

⁶¹ A própria trajetória de Emília – filha de imigrantes italianos – nos permite atentar algumas ações e estratégias empreendidas para efetivar seus estudos em odontologia. Ela pediu um bolsa diretamente ao Secretário do Interior do período, que lhe concedeu: “Eu por exemplo, estudei na faculdade de odontologia com uma bolsa de estudo. Não uma bolsa de estudo porque eu era importante e arranjei um pistolão! Não! Eu arranjei porque fui pedir pro Rodrigues Alves secretário do interior na época. Eu tinha meus exames feitos, mas não tinha dinheiro pra escola. A Escola de Odontologia era paga naquela ocasião. Era paga e muito bem paga! Bem paga para aquela ocasião, evidentemente, né? Mas era escola paga não era pública. Mas tinha bolsas, tinha umas bolsas de... Eu fui pedir com a mamãe e o Rodrigues Alves deu a bolsa pra mim.” (SCHRAIBER, 1988, p. E-4).

Enquanto a Escola de Farmácia era preterida pelos “grandes homens” das elites, que segundo os temores dos fundadores dessa instituição, evadiriam para a carreira médica, sugerimos que essa formação pode ter se apresentado como uma possibilidade ascensão para as camadas médias urbanas, que na década final do século XIX e década iniciais do XX ganharam espaço na cena urbana da capital. Aprofundaremos esse aspecto no terceiro capítulo, no qual notaremos as trajetórias que algumas farmacêuticas filhas de comerciantes, que viram na formação oferecida pela Escola de Farmácia uma maneira de alocarem-se melhor no ambiente urbano, dispondo de uma ocupação que permitiria o sustento individual ou familiar.

Retornado as farmacêuticas formadas pela Escola e oriundas de famílias da elite, faz-se importante observar que a historiografia usualmente descreve como a formação destas moças se limitaria a frequência em colégios religiosos, nos quais aprenderiam habilidades domésticas, uteis após o matrimônio (SAFFIOTI, 1979; NADAI, 1991). Elza Nadai discute como a profissionalização das filhas não constava nos interesses das famílias de elite, que visavam manter o bom funcionamento da estrutura patrilínea, destinando as moças às instituições religiosas (NADAI, 1991). Segundo autora, compreendia-se que somente a religiosidade seria capaz de promover a formação moral da mulher, assegurando que as tarefas de mãe e esposa seriam cumpridas satisfatoriamente.

Embora a presença de alunas na Escola de Farmácia se relacionasse ao entendimento de que existiriam habilidades e profissões específicas para homens e mulheres, consideramos que a circulação destas agentes em um espaço destinado a formação de cientistas nos demonstra certa modificação neste quadro de atuação das famílias. A moralidade e honestidade das mulheres parece deslocar-se, pouco a pouco, da tutela da religião, para o domínio da natureza – essência – “feminina”, que “se bem administrada” poderia trazer benefícios ao corpo social e auxiliar em seu progresso (ROHDEN, 2009).

Ana Paula Martins aponta como, a partir de meados do século XIX, a aproximação entre mulheres e conhecimentos científicos passou a ser valorizada, ganhando força no período republicano. Como já debatemos no capítulo anterior, a historiadora ressalta como ao mesmo tempo que essa aproximação visava formar boas mães e esposas, também proporcionava uma aproximação entre mulheres e espaços de produção de conhecimento científico (MARTINS, 2004). Além do mais, o processo de expansão urbana vivenciada por São Paulo nas décadas iniciais do século XX também propiciou o aumento na

circulação das mulheres nos espaços públicos, tanto nos locais destinados à sociabilidade das elites - dos salões, cafés ou eventos sociais –, quanto desempenhando funções laborais – operárias, floristas, datilógrafas (RAGO, 1987; SCHPUN, 1997).

Este entendimento de que as “futuras mães” deveriam ser instruídas, atrelava-se a essa nova sociabilidade urbana em formação nos anos iniciais do século XX, segundo a qual a mulher possuía um pouco mais de circulação pelo espaço público. Consideramos que a conjunção desses fatores pode nos ajudar a compreender o motivo pelo qual médicos, advogados e engenheiros – profissionais engajados no progresso nacional – permitiram que suas filhas frequentassem a Escola de Farmácia.

Sugerimos também que o estatuto desprestigiado dessa profissão quando comparada às tradicionais carreiras imperiais como medicina, direito e engenharia (COELHO, 1999) pesaria positivamente junto aos pais. Uma vez que a jovem farmacêutica não perturbaria as hierarquizações sociais estabelecidas, atuando num espaço visto por esses grupos como secundário e, por isso mesmo, apropriado à mulher. Essa dinâmica nos apresenta um quadro mais variado dos caminhos que poderiam ser seguidos pelas jovens das elites, que não se restringiriam ao ensino religioso, chegando a circular por instituições destinadas à formação em ciências e atuar junto aos laboratórios.

Agora, abordaremos mais diretamente alguns aspectos das trajetórias pessoais das formadas, buscando cruzá-los com os dados obtidos sobre sua origem social. Começaremos tratando de duas farmacêuticas que se envolveram mais diretamente nos discursos sobre maternidade e progresso nacional, assim como, desenvolveram medicamentos oferecidos em anúncios de jornais e revistas da época: Annita Tibiriçá e Joanna Stamato.

Em seguida, debateremos a trajetória das duas formadas que mais se aproximaram o corpo docente da Escola de Farmácia, atuando como preparadoras nessa instituição: Hebe de Andrade e Maria José Meira de Vasconcelos. E, por fim, demonstraremos como a Escola de Farmácia atuou na formação de mulheres que passaram a circular pelas associações científicas de farmácia a partir da década de 1910, como a *União Farmacêutica*, compondo, assim, a “segunda geração” dos (das) farmacêuticos (farmacêuticas) paulistas.

Como veremos a seguir, a farmacêutica Annita Tibiriçá se envolveu em ações caritativas, assim como, redigiu um livro com o intuito de instruir as “noivas”. Consideramos que a trajetória dessa formada nos permite refletir sobre o papel

“moralizador” que se desejava atribuir às mulheres de elite quando elas passavam a se aproximar dos espaços de ciência na República.

Oriunda de uma família de sobrenome bastante tradicional da cidade de São Paulo, antes de se formar, Annita Tibiriçá circulou por entidades caritativas, compondo em 1908 a Comissão de Senhoras da Liga Paulista Contra a Tuberculose (LIGA, 1908). Essa Comissão tinha como objetivo cuidar e amparar os filhos daqueles que haviam sido acometidos pela doença. É importante notar como as ações da Liga compreendiam que o “cuidado com a criança” envolvia retirá-la do ambiente familiar contagioso, de maneira a “preservá-la” até que a casa de seus pais e parentes fosse desinfetada e regulada por ações higiênicas (ROSEMBERG, 2008).

A presença de Tibiriçá junto à comissão nos permite observar um traço da sociabilidade de mulheres no espaço público abordado em estudos clássicos de História das Mulheres, como os de Michelle Perrot (2005). A autora debate como a visão essencialista de que as mulheres seriam “naturalmente” altruístas e maternais, teria lhes propiciado uma primeira saída para o espaço público, atuando em instituições filantrópicas e ações caritativas ao longo do século XIX (Idem.).

Annita Tibiriçá obteve o diploma de farmacêutica em 1915, não identificamos a existência de nenhuma farmácia sob sua direção, percebemos que essa formada se envolveu mais diretamente no processo de regulação e moralização das práticas quotidianas junto às famílias. Ainda em 1915, Tibiriçá lançou o “Livro das Famílias ou Verdadeiro Tesouro das Noivas”, que figurou entre os “livros uteis às donas de casa”, publicados pela Revista A Cigarra, em 1917. Essa obra tinha o seguinte objetivo:

Conselhos úteis e práticos ou o verdadeiro tesouro dos noivos. Encyclopédia dos conhecimentos da vida practica, sobre economia doméstica, receitas utilíssimas e necessárias à mulher brasileira, desde os trabalhos mais difíceis aos mais elementares na missão da mulher em todas as phases da vida e edades. (BOLETIM, 1922, p. 235).

Como vimos, Annita Tibiriçá escreveu um livro destinado às outras mulheres, mais precisamente às noivas, que frente à iminente situação do matrimônio deveriam ilustrar-se e conhecer boas práticas domésticas, amparadas pela higiene. Por meio desta obra, Tibiriçá se endereçou às outras mulheres de maneira a “ilustrá-las” e, conseqüentemente, afastá-las de práticas supersticiosas e anti-higiênicas, evitando, assim, que elas caíssem sob domínio do “charlatão” oportunista.

Além desta mediação junto às outras mulheres, percebemos que essa farmacêutica também atuou junto às misturas realizadas no ambiente do laboratório, desenvolvendo

medicamentos. No ano de 1932, Annita obteve licença para a venda de diversos remédios, que poderiam ser vendidos dentro de ampolas ou como comprimidos, tais como: o *Vazoxil*, o *Neo-Fortal*, o *Oliquina*, o *Bismercan*, o *Neo-Bismercan*, o *Ergocalcio* e o *Panlectin* (SÃO PAULO, 1932, p. 7). Assim como, o *Xarope Fleming*, cujo anúncio identificamos em 1943 (A GAZETA, 1941, p. 13).

Joanna Stamato também pode ser encontrada na imprensa paulista desse momento anunciando seus medicamentos. Essa farmacêutica concluiu o curso em 1906, com 18 anos, e foi identificada por nossa pesquisa como filha do industrial Raphael Stamato, responsável por inventar e vender o *Engenho Stamato*, maquinário por meio do qual se moía cana-de-açúcar e que era constantemente anunciado no Almanak Laemmert (ALMANAK, 1918, p. 2073). Encontramos também notícias sobre o casamento de Joanna com o farmacêutico Alário Bergamo, por meio desses breves artigos observamos como a formação da Escola poderia prestigiar a portadora de seu diploma: “Deixando o serviço militar regressou o Sr. Alário Bergamo a esta capital casando-se com a Exma. Sra. D. Joanna Stamato, ilustrada farmacêutica, diplomada pela ‘Faculdade de Farmácia de São Paulo’.” (PEREIRA *et all* 2012, p. 577).

Após o casamento, essa farmacêutica passou a assinar como Joanna Stamato Bergamo e, em conjunto com o marido⁶², abriu a *Pharmacia Bergamo*, situada em São Paulo na Rua Conselheiro Furtado. Assim como Annita Tibiriçá, Joanna também atuou junto às misturas, produzindo novos medicamentos como, por exemplo, o “Lactífero” que seria anunciado no *Correio Paulistano* durante o ano de 1920:

Lactífero – O Específico, ideal das mães. Preciosa descoberta da pharmaceutica Joanna Stamato Bergamo. O leite materno é o único, o verdadeiro alimento da creança, qualquer outra alimentação traz perigos alarmantes, às vezes fataes. Si a senhora não tem leite ou tem leite fraco ou de qualidade inferior, use o Lactífero, porque além de estimular a secreção das glândulas mamárias, produzindo um leite sadio e abundante, exerce também um efeito surpreendente, quer na saúde das mães, quer na dos filhos. (CORREIO, 1920a, p. 11).

Encontramos nesse mesmo jornal, na edição de 6 de janeiro de 1920, outro remédio produzido por essa farmacêutica, dessa vez em parceria com seu marido: a “Tosseína Bergamo”, remédio contra tosses e expectorante (CORREIO, 1920b, p. 10). Consideramos interessante notar como o medicamento produzido por Joanna – o

⁶² Sugerimos que devam existir mais casos de farmacêuticas que exerceram a profissão em parceria com seus maridos. Entretanto esse estilo de associação é difícil de ser identificada, já que provavelmente a farmácia seguia, na maioria desses casos no nome do esposo.

“Lactífero” - destinava-se à saúde da mulher e da criança, estimulando a prática de amamentação. [ANEXO 3]

A circulação de remédios produzidos por farmacêuticas como Annita Tibiriçá e Joanna Stamato, nos permite reforçar como o laboratório era um espaço de atuação bastante potente (onde a farmácia se fazia) e que foi mobilizado por essas formadas em suas trajetórias. Notamos, então, como essas farmacêuticas usaram a pouca visibilidade desses espaços a seu favor, atuando junto às misturas, criando novos remédios e, assim, povoando a Farmácia com mais aliados. Em relação à Tibiriçá e Stamato, também destacamos como a atuação dessas formadas mesclou as ações de laboratório com as concepções de maternidade e saúde da mulher, perpetuando também ideias e práticas higiênicas entre mães e esposas.

Agora, atentaremos às trajetórias de duas farmacêuticas que não atuaram diretamente junto à saúde das crianças e das mulheres, se aproximando da institucionalidade da Escola de Farmácia: Hebe de Andrade e Maria José Meira de Vasconcelos. Essas formadas ocuparam o posto de “preparadoras” nessa instituição, segundo coletamos nos registros da *Primeira Memória Histórica da Escola*, os preparadores ou preparadoras dispunham das seguintes funções: “Aos substitutos-preparadores, competia não só a substituição dos lentes, principalmente dos respectivos, como o desempenho da parte prática dos laboratórios correspondentes.” (SOUZA, 1904, p. 21).

Discutimos brevemente no capítulo anterior como nenhuma aluna da Escola havia se tornado professora. Agora, agregando os casos de Hebe e Maria José percebemos como mesmo não ocupando cargos de docentes, essas duas ex-alunas frequentaram os espaços da sala de aula como preparadoras e eventuais substitutas dos professores, participando assim da rotina de ensino que ali transcorria. Faz-se importante destacar que o ambiente da Escola da Farmácia deveria ser bastante familiar às preparadoras, já que ambas eram filhas de professores envolvidos na fundação da Escola.

Hebe de Andrade formou-se em 1908 e era filha do farmacêutico Pedro Baptista de Andrade. Essa formada parece ter se dedicado a um percurso profissional mais acadêmico, mantendo-se próxima à Escola de Farmácia, pois não encontramos farmácias em seu nome e tampouco seu registro junto ao Serviço Sanitário. Através do Almanak Laemmert, conseguimos identificar que essa formada foi preparadora da Escola entre 1917 e 1927, mantendo uma carreira relativamente longa junto à instituição (ALMANAK, 1917; 1918; 1921; 1924; 1925; 1926; 1927).

Maria José Meira de Vasconcelos era filha do farmacêutico João Florentino Meira de Vasconcelos e formou na Escola no ano de 1910. Como detalharemos no capítulo seguinte, essa formada manteve uma farmácia aberta ao público antes de se tornar preparadora, posto de ocupou entre 1917 e 1926 (ALMANAK, 1917; 1918; 1921; 1924; 1925; 1926). Consideramos interessante ressaltar que além de atuar junto à Escola, Maria José também se envolveu em debates sobre o currículo dessa instituição, escrevendo o artigo que analisaremos a seguir.

Um ano depois de obter o diploma, essa farmacêutica escreveu um artigo para a *Gazeta Clínica*, intitulado *Ensino de Pharmacia*, no qual defendeu a necessidade de se reformular o currículo da Escola. Consideramos importante acrescentar que em decorrência do estabelecimento da Lei Rivadávia em 1911, os debates sobre ensino livre e organização curricular dos cursos de medicina e farmácia receberam atenção da imprensa (TEIXEIRA, 1995; SILVA, 2014). Segundo Luiz Antônio Teixeira, a partir desse momento, as instituições de ensino privadas não necessitariam equiparar-se às faculdades oficiais, podendo organizar de maneira livre seus cursos e expedir diplomas⁶³ (TEIXEIRA, 1995).

Em decorrência disso, os anos iniciais da década de 1910, foram marcados por intensas discussões que envolveram defensores e detratores do ensino livre, assim como, debates sobre as matérias que deveriam compor os currículos das escolas superiores (TEIXEIRA, 1995; SILVA, 2014). Nosso objetivo não será detalhar as consequências que essa reforma proporcionou ao currículo da Escola, entretanto, consideramos necessário ponderar sobre esse cenário de mudanças para que, assim, possamos compreender o circuito de debates no qual o texto de Maria José Meira de Vasconcelos se inseria.

Como vemos, alguns anos antes de iniciar sua carreira como preparadora, Maria José criticou aspectos importantes do currículo da Escola de Farmácia, ressaltando que essa instituição dispensava demasiada atenção a matérias de caráter médico:

Quanto à exclusão da cadeira de therapeutica e mesmo as noções de anatomia e fisiologia que estudamos na Escola de Pharmacia de São Paulo, estamos de pleno acordo; estas excrescências do curso de pharmacia só servem para sobrecarregar os alunos de matérias

⁶³ Luiz Antônio Teixeira também debate em seu texto os impedimentos práticos que circundavam a efetivação dessa lei sobre o ensino livre: “Embora os diplomas tivessem valor, para exercer a profissão era necessário que eles fossem registrados junto aos serviços de saúde dos estados, que muitas vezes se negavam a conferir autorização para o exercício da profissão a médicos provenientes de escolas não oficiais.” (TEIXEIRA, 1995, p. 136).

dispensáveis em detrimento de outras mais proveitosas, mais necessárias e mesmo indispensáveis. (VASCONCELOS, 1911, p. 7).

Frente aos debates sobre ensino médico que ganhavam espaço no ano de 1911 (TEIXEIRA, 1995; SILVA, 2014), Maria José Vasconcelos também defendeu que a separação entre os cursos de farmácia e medicina deveria ser mantida, assim como, a necessidade de que o corpo docente da Escola fosse composto exclusivamente por farmacêuticos:

A reforma do ensino do curso de farmácia deve ser radical e feita sem a preocupação do curso Médico, se bem que sejam irmãs as profissões, os conhecimentos e progressos de ambas as afastam de um modo cabal; o estudo de uma não pode e nem deve ser feito conjuntamente com a outra, mas sim separados; o próprio tecto de uma não deve acolher a outra. (...). Eis em largos traços, a reforma do ensino tal qual a compreendemos, bases sólidas, conhecimentos exactos sobre physica, e botânica, especialmente nacional, estudo das chímicas separadamente e ainda o das outras matérias acima mencionadas e finalmente, o estudo da pharmacia separado do da medicina, e o ensino do farmacêutico pelo farmacêutico. (Idem.).

No trecho acima, a farmacêutica retomou antigas polêmicas que marcaram os debates sobre a fundação da Escola entre 1896 e 1898. Como vimos anteriormente, aqueles anos foram marcados por intensas discussões dentro da Sociedade Farmacêutica, que possuía associados contrários à presença de médicos no corpo docente da Escola. Esses últimos mantinham um argumento bastante similar ao de Maria José, defendendo que o ensino nessa instituição só poderia ser desempenhado por farmacêuticos e que, principalmente, esses dois profissionais não deveriam partilhar a mesma instituição.

Além da presença de Hebe de Andrade e Maria José Meira de Vasconcelos como preparadoras da Escola de Farmácia, ressaltamos como a partir de 1910 algumas formadas pela Escola foram identificadas em associações dessa profissão, como por exemplo a União Farmacêutica, fundada em 1913. Segundo artigo publicado pela revista União Farmacêutica em 1920, identificamos uma lista na qual estavam listados seus sócios fundadores e efetivos (UNIÃO, 1920).

Dentre eles, destacamos a presença de Cândida Fonseca, formada na Escola em 1913, como sócia fundadora da União e mais doze sócias efetivas, que citamos na tabela abaixo:

TABELA 3	
Sócias Efetivas da União Farmacêutica	Ano que se formaram na Escola de Farmácia
Armênia Velloso de Rezende	1905
Marietta Cunha	1906
Maria Romano	1908
Maria José Donent Meira de Vasconcelos	1910
Anna Aldred	1910
Josephina Silveira	1911
Lydia Beaugrand Ribeiro dos Santos	1912
Arabella Machado	1912
Alzira Rocha	1914
Irma de Godoy	1915
Fany Lange	1915
Olga Ferreira de Barros	1915

(UNIÃO, 1920).

Sugerimos que a presença das formadas na União Farmacêutica nos permite observar como a formação oferecida pela Escola de Farmácia realmente inseriu mulheres no circuito institucional dessa profissão. Já que nas associações de farmacêuticos anteriores à década de 1910, como a Sociedade Farmacêutica Paulista (1894-1898) e o Centro Farmacêutico Paulista (1905), não percebemos a presença de nenhuma mulher como associada.

Observando as trajetórias de algumas formadas na Escola de Farmácia, percebemos os diferentes caminhos que essas farmacêuticas seguiram depois de obterem o diploma. Chamadas pelos fundadores para comporem docilmente a carreira farmacêutica, deixando seu progresso a cargo dos colegas homens ou dos docentes,

percebemos como essas formadas começaram a se espalhar pela cena pública de São Paulo nos anos iniciais da Primeira República.

Conforme debatemos no capítulo anterior, a proximidade com o laboratório e as misturas ali desempenhadas davam a essas agentes a oportunidade de criar novos objetos, povoando e, assim, fortalecendo a profissão farmacêutica, como vimos nas trajetórias de Annita Tibiriçá e Joanna Stamato Bergamo. Acompanhamos também como ambas mesclaram a ação junto aos laboratórios e as iniciativas de perpetuar práticas higiênicas entre outras mulheres, criando novos objetos-aliados que atuavam nesse sentido.

Embora não tenham se tornado professoras da Escola, observamos também como algumas farmacêuticas conseguiram aceder a alguns postos dentro dessa instituição, como as preparadoras Hebe de Andrade e Maria José Meira de Vasconcelos. Em relação a essa última, destacamos como além de se inserir num importante espaço institucional da farmácia em São Paulo, essa formada também questionou o currículo da Escola, propondo novos caminhos e contestando antigas alianças fundadas na cooperação entre médicos e farmacêuticos.

Por fim, sugerimos que a formação de mulheres na Escola de Farmácia proporcionou uma maior circulação dessas agentes nos espaços institucionais que se criavam em torno da profissão, como pudemos notar na participação de ex-alunas como sócias fundadoras e efetivas da União Farmacêutica. Através dos debates que realizamos até o momento, percebemos como essas formadas, pouco a pouco, passaram a formular suas próprias falas sobre a profissão e circular pelos seus espaços institucionais, deixando rastros que nos permitem seguir sua ação para além dos discursos dos fundadores da Escola.

Atentando à algumas trajetórias de formadas e sua origem social, notamos como essas farmacêuticas possuíam origens diversas e também se espalharam por diferentes ocupações dentro de sua profissão, atuando junto aos estabelecimentos farmacêuticos, em associações científica e produzindo novos remédios. Consideramos, então, que essas agentes povoaram o coletivo que se desejava formar em torno da farmácia em São Paulo, fazendo-o crescer pelo meio.

Capítulo 3 – A Farmácia em Ação

Ao longo dos capítulos anteriores, acompanhamos por meio de quais caminhos os farmacêuticos paulistas buscaram delimitar uma identidade que congregasse profissionais da capital e do interior, apostando na imagem do cientista à serviço do progresso. Nesse momento, observamos também como os farmacêuticos reunidos, inicialmente em torno da Sociedade Farmacêutica e, posteriormente, vinculados ao corpo docente da Escola de Farmácia, perpetuaram essa identidade através da formulação de um currículo e também buscaram definir com clareza quem não poderia exercer esse ofício.

Conforme analisamos acima, criar um espaço institucional para a Farmácia em São Paulo envolveu formar alianças, fortalecendo os laços entre farmacêuticos da capital e do interior, desses últimos com naturalistas e outros agentes envolvidos nos debates sobre ciência e educação, que ganhavam espaço na cena republicana. Assim como, a delimitação de fronteiras com outros agentes que também atuavam junto à cura, tais como: curandeiros, práticos e médicos. Em relação a esse último aspecto, discutimos anteriormente como nossos informantes esforçaram-se por demarcar suas diferenças em relação aos grupos agregados como não-científicos ou “charlatões”: curandeiros e os práticos licenciados.

No que concernia à medicina, percebemos posicionamentos distintos por parte dos farmacêuticos, já que alguns viam como uma ameaça estabelecer relações de proximidade com os médicos, enquanto outros os consideravam importantes aliados. A própria fundação da Escola de Farmácia se inseriu nessa controversa relação, pois embora tivesse sido criada para afastar a formação dos farmacêuticos das escolas médicas, essa instituição possuiu médicos em seu corpo docente, sediou palestras sobre estudos em ofidismo e bacteriologia, assim como, abrigou conferências dos congressos de medicina ocorridos em 1906 e 1916.

A partir da criação da Escola, em 1898, as mulheres foram chamadas a mobilizar suas habilidades “naturais” em prol da profissão, competindo por espaço com os práticos e disseminando junto às outras mulheres e famílias a necessidade de se recorrer aos saberes dos “especialistas” em caso de doença. A atuação destas agentes na Escola, em sociedades científicas, em suas farmácias, na produção de medicamentos ou mesmo publicando artigos nas revistas de medicina, como a *Gazeta Clínica*, nos permitiu rastrear como as farmacêuticas foram além da passividade que lhes havia sido conferida por professores e

diretores, interferindo e propondo caminhos à prática profissional que se delineava naquele momento.

Ao longo desde terceiro capítulo, realizaremos algumas reflexões que consideramos pertinentes para compreender melhor no que consistia essa prática farmacêutica científica que se desejava criar. Até o presente momento analisamos as falas dos associados sobre as ações realizadas nos laboratórios, descrevendo suas alianças e barganhas com substâncias químicas, plantas nacionais, cálculo de proporções, instrumentos como o retorno, práticas de fervura, entre outros elementos que descrevemos no primeiro capítulo. Essas boas práticas de manipulação, citadas por nossos informantes como objetivas, foram evocadas por eles para diferenciarem-se de seus outros, portadores da desordem, da mistura, que atuariam segundo seu “interesse pessoal”.

Agora, consideramos necessário, como diria Bruno Latour, “entrar pelos fundos da farmácia”, analisando, por meio de artigos publicados na Revista e excertos dos regulamentos sanitários, como se administravam “as misturas caóticas da ciência em ação”. Acrescentamos que essas misturas não se restringiam ao interior do laboratório, e para melhor compreendê-las precisaremos atentar às conexões que esse espaço estabelecia com o exterior. As práticas de produção de medicamentos, que debatemos anteriormente, estão incluídas nessas “misturas caóticas”, entretanto, desejamos dar mais um passo neste capítulo, abordando os diálogos e aproximações entre dois espaços que costumamos examinar isoladamente: o balcão de atendimento e o laboratório.

Consideramos que seria através do alinhamento destes dois ambientes que a prática farmacêutica efetivamente se realizaria, já que além de substâncias químicas, traduções botânicas, vidrarias ou mesmo cálculo de proporções, uma farmácia também necessitaria arquivar adequadamente a receita medica recebida, embalar seus medicamentos, reforçar junto aos clientes a posologia dos remédios (escrevendo instruções nas etiquetas), usar os instrumentos de seu caixa para vendê-los e, por fim, registrar todos esses procedimentos nos livros da farmácia.

Iniciaremos nossas discussões analisando de que maneira a legislação sanitária abordou esses objetos-aliados, compreendendo-os como essenciais para que se realizasse o controle na venda e circulação de substâncias junto ao público. Além de definir quem poderia atuar na profissão, veremos como essas leis controlavam os registros e procedimentos que deveriam permear a venda de remédios, expandindo também essa regulação a outros setores, como os droguistas. Para tanto, abordaremos o período entre

1908 e 1917, no qual foram lançadas três disposições nesse sentido: primeiro, a lei de 1908 (São Paulo, 1908), voltada à regulação do exercício da farmácia, odontologia e dos partos no estado de São Paulo, segundo o decreto de 1911⁶⁴ (São Paulo, 1911), que em relação à farmácia, seguiu a maioria das disposições de 1908 e, por fim, atentaremos a lei de 1917 (São Paulo, 1917).

Nosso objetivo será observar como essas leis abordaram as maneiras de se controlar a venda de venenos nas farmácias, assim como, através de quais referências um medicamento comercializado poderia ser rastreado pelas autoridades sanitárias, em caso de problemas. Desta forma, verificaremos como a regulação da profissão farmacêutica não envolveu apenas a decisão de quem poderia manipular ou quais práticas seriam permitidas no interior dos laboratórios, mas também incluiu padronizar o uso e o conteúdo de vidrarias, etiquetas, rótulos e livros de registros no interior das farmácias, regulando também as atividades de seu balcão. A necessidade de regular esses objetos aparentemente insuspeitos, nos permitirá compreender sua importância na dinâmica cotidiana da farmácia, ou seja, como eles também compuseram essa “farmácia em ação”.

Através de artigos publicados na Revista Farmacêutica, observaremos como este constante intercâmbio entre as ações empreendidas no laboratório e no balcão de vendas era desconsiderado pelos associados em seus escritos. Esses últimos consideravam que as atividades comerciais geravam questionamentos à identidade científica que se desejava fundar para a farmácia e, portanto, deveriam ser citadas como algo secundário. Entretanto, a ação comercial nunca abandonou os balcões das farmácias, forçando nossos informantes a tentarem conciliar a imagem de cientistas neutros e objetivos, que acompanhamos até agora, com as atividades comerciais (subjetivas) que compunham seu ofício.

Nesse momento, diversos artigos da Revista dedicaram-se a exaltar a imagem deste profissional como cientista “desinteressado” em contraposição àquela do comerciante interesseiro. Entretanto, seguindo os próprios discursos elaborados por nossos informantes, perceberemos que a atividade comercial não possuía o estatuto secundário que lhe era reputado, tampouco era negligenciado nos artigos da Revista.

Por meio de descrições de grandes estabelecimentos farmacêuticos da capital paulista, como a Farmácia Veado de Ouro, atentaremos como as ações quotidianas viabilizavam-se por meio de uma forte sintonia entre balcão e laboratório. A

⁶⁴ No âmbito mais geral o decreto de 1911 insere-se num momento em que o Serviço Sanitário passava a contar com maiores financiamentos, assim como, as ações de saúde pública interiorizavam-se voltando-se contra as doenças endêmicas. (TEIXEIRA, 1995, p. 125).

interpenetração entre ações comerciais e científicas também poderá ser percebida nas ações dos droguistas, grupo envolvido diretamente no fornecimento ou importação de remédios e com o qual nossos informantes mantiveram uma controversa relação, em alguns momentos competindo por clientela e, em outros, criando uma rede de alianças por meio das quais ambas as partes se fortaleciam.

O interesse do “desinteressado” farmacêutico, usando um jogo de palavras, também esteve presente em alguns conflitos pontuais estabelecidos entre a Sociedade e o Laboratório Farmacêutico do Estado, como veremos a seguir. Ao citarmos essa instituição, aproveitaremos para situá-la em meio das demais instituições de saúde pública de seu período, de maneira a compreendermos um pouco melhor sua dinâmica interna.

Sugerimos que atentar aos intercâmbios entre o balcão e o laboratório também pode nos permitir compreender melhor o interesse de algumas mulheres por essa profissão. Acompanhamos na tabela do capítulo anterior, como a Escola de Farmácia contou com uma quantidade interessante de mulheres cujas famílias não compunham o circuito da elite. A maioria das formadas de que não advinham de setores sociais privilegiados, eram filhas de comerciantes ou de industriais, o que nos leva a crer que a atividade comercial desenvolvida por suas famílias pode ter sido um elemento que as aproximou da carreira de farmacêutica.

Nosso objetivo no item final deste capítulo será analisar de que maneira o entrecruzamento entre ciência e comércio pode ter despertado o interesse de mulheres advindas desses grupos sociais e, para tanto, acompanharemos a trajetória de algumas formadas que abriram farmácia ou mesmo advinham de famílias envolvidas em ações comerciais.

Consideramos que atentar as dinâmicas empreendidas junto ao balcão das farmácias e aos objetos aparentemente secundários (etiquetas, rótulos, vasilhas), nos permitirá obter um entendimento menos evolutivo e linear sobre a prática farmacêutica que se desejava fundar entre 1895 e 1917, assim como, quais caminhos podem ter norteado o interesse de mulheres em se formarem nessas carreiras.

3.1. Regular o espaço da farmácia envolve organizar seus objetos

Em 1908, lançou-se uma legislação voltada especificamente à regulação do exercício profissional da farmácia, odontologia e das parteiras: a Lei n.1134, de 7 de

outubro de 1908 (SÃO PAULO, 1908). Tal disposição advinha do projeto de lei n.44 que havia sido elaborado pela congregação e estudantes da Escola de Farmácia:

Este projecto que regula o exercício das profissões de pharmaceuticos, dentistas e parteiras, foi iniciado em 1903, na Câmara dos srs. Deputados, e teve sua origem em uma representação da Escola de Pharmacia desta Capital, que ofereceu ao estudo do Congresso de S. Paulo um esboço de regulamento, em que procurou ressaltar os interesses das classes interessadas e da sociedade paulista, pondo em contribuição, para este resultado, as luzes de sua douta congregação. (NOTÍCIAS, 1906, p. 475).

Tornando-se foco de debates entre farmacêuticos, médicos e legisladores, o projeto abordava quais grupos poderiam exercer essas três profissões e, no caso da farmácia, tratava dos produtos que poderiam ser comercializados nesses estabelecimentos, assim como, de que maneira o proprietário deveria proceder em relação a substâncias enquadradas como tóxicas ou venenosas. O envolvimento da Escola – alunos (alunas) e professores – na elaboração do primeiro projeto de lei (SÃO PAULO, 1903, p. 21) enviado à assembleia legislativa do Estado demonstra, novamente, a ação desta instituição na formulação e perpetuação dos critérios por meio dos quais a profissão farmacêutica seria regulada e moralizada.

Ao citar os grupos autorizados a exercer farmácia em São Paulo, destacamos que a Lei de 1908 destinou um parágrafo específico para abordar o exercício profissional da farmacêutica:

Artigo 1.º - Só é permitido exercer a profissão pharmaceutica no Estado de São Paulo : a) Aos pharmaceuticos diplomados pela Escola de Pharmacia de São Paulo e por qualquer das escolas officiaes ou equiparadas ou reconhecidas por acto do Governo Federal; b) Aos pharmaceuticos diplomados por escolas estrangeiras de pharmacia, não reconhecida, que provada a identidade da pessoa, se tenham habilitado perante alguma das escolas referidas na lettra a; c) Aos praticos de que trata o artigo 34; **Paragrapho único.** A palavra -pharmaceutico- nesta lei, comprehende tambem as mulheres diplomadas em pharmacia. (SÃO PAULO, 1908, s/p, grifo nosso)

O artigo acima explicitava que a farmacêutica disporia das mesmas prerrogativas legais que seus colegas homens, pois em todos os momentos que o texto mencionasse “farmacêutico”, ela estaria incluída. Acompanhando a trajetória do projeto n. 44, observamos que esse parágrafo estava presente desde a primeira versão e manteve-se inalterado ao longo dos pareceres que se seguiram antes de sua aprovação (SÃO PAULO, 1903; NOTÍCIAS, 1906, p. 475).

O exercício profissional da farmacêutica ter sido igualado ao de seus colegas e garantido por lei, nos demonstra que realmente os membros da Escola de Farmácia desejavam que as alunas exercessem a profissão, assim como, nos exprime a influência do corpo discente – composto por mulheres - para que essas profissionais tivessem seu espaço de atuação legalmente assegurado. À primeira vista, tal garantia pode parecer desnecessária, uma vez que a posse do diploma conferiria à formada o direito de exercer a profissão, supostamente igualando-a aos colegas.

Entretanto, mesmo que a presença de alunas nas Escolas superiores estivesse legalmente garantida - desde 1879 - o exercício de profissões liberais por mulheres não dispunha de uma legislação específica, ou seja, a atuação profissional não lhes era proibida, nem garantida por lei. Essa ausência de uma regulação diretamente favorável ao exercício profissional das formadas, deixava a cargo de cada associação delimitar os limites à atuação das mulheres diplomadas, dando espaço à ingerência de grupos contrários à profissionalização da mulher, como ocorreu em relação ao direito.

Em 1899, por exemplo, a Revista *A Mensageira* dispôs de ampla cobertura sobre o caso da recém-formada Myrthes Campos, que ao advogar pela primeira vez despertou revolta do Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro, instituição que buscou impedi-la de exercer o ofício para o qual ela havia se diplomado:

Essa corporação discutia a admissão da mulher ao exercício da advocacia e poucos dias antes discorrera durante uma de suas sessões o Dr. Carvalho Mourão, que combateu fortemente o parecer sobre a admissão da mulher como advogada. (...) No dia determinado para a sessão do jury encheu-se o tribunal de assistentes dentre os quais havia grande número de senhoras. Esperava muita gente que o juiz não permitisse que a defesa fosse feita por uma mulher. (COM ARES, p. 169)

Considerando a perspectiva de incomensurabilidade entre homens e mulheres (LAQUEUR, 2001) que permeava o imaginário da época, percebemos que se fazia necessário explicitar a igualdade de direitos entre farmacêuticas e farmacêuticos no exercício do ofício. Dessa maneira, a formada poderia garantir seu espaço de atuação junto às Farmácias, não necessitando confrontar-se – como foi o caso de Myrthes Campos - com interdições arquitetadas por associações ou grupos contrários à sua atuação.

Além de explicitar quais grupos poderiam exercer a profissão - incluindo legalmente as farmacêuticas -, o regulamento de 1908 também acolheu algumas demandas da Sociedade, veiculadas por sua Revista mesmo antes da fundação da Escola. Dentre elas destacamos a crítica que os associados faziam à proibição de seus

estabelecimentos venderem outros produtos além de drogas e medicamentos, disposição que esteve presente nos regulamentos de 1893 e foi mantida após a reforma de 1896.

É importante lembrar que essa regulação sobre os produtos vendidos nas Farmácias envolvia-se no processo mais amplo – que pontuamos no capítulo anterior – de expandir o controle dos preceitos da higiene sobre os corpos, hábitos e espaços envolvidos no atendimento ao público e que poderiam tornar-se foco de contaminação: hospitais, açougues, drogarias, quitandas, botequins, entre outros (RAGO, 1987; RIBEIRO, 1993; SOARES, 2017). Nesse momento, as farmácias também se tornaram foco de atenção, cabendo aos regulamentos sanitários estabelecerem o que poderia ser preparado e vendido neste estabelecimento, assim como, por meio de quais caminhos esse comércio ocorreria.

Aos olhos dos associados, a restrição de produtos que poderiam ser comercializados nas farmácias servia apenas para diminuir lucros destes estabelecimentos e afastar clientes, já que outras profissões envolvidas em atividades comerciais, além de não possuírem restrição legal sobre suas mercadorias, vendiam especialidades farmacêuticas, chegando, nesses casos, a agir contra a lei:

O mesmo artigo proíbe também que façamos em nossos estabelecimentos outro comércio que não seja de drogas ou medicamentos. É uma outra exigência fútil. Que importa a saúde pública que vendamos em nossas farmácias escovas, perfumarias, cordas de viola ou capilé? Que a diretoria impusesse esta medida aos ferragistas e outros negociantes que vendem abertamente medicamentos e especialidades pharmaceuticas ao público, vá; porque estes negociantes não tendo competência para julgar da boa ou má qualidade dos medicamentos que vendem, naturalmente prejudicarão a saúde de seus fregueses. Demais, porque limitam somente a drogas e medicamentos os artigos de nosso comércio, se somos obrigados a vender seringas, aparelhos cirúrgicos, mamadeiras, etc. (O REGULAMENTO, 1896, p. 209).

Através do trecho acima, observamos outros produtos que figuravam nos estoques destes estabelecimentos - como cordas de violão e capilés -, assim como, objetos utilizados em ações terapêuticas ou mesmo na higiene diária: seringas, aparelhos cirúrgicos, mamadeiras e escovas. Sendo assim, além daqueles acometidos por doenças, as farmácias eram ser procuradas por cidadãos sadios em busca de produtos para o asseio pessoal ou das crianças, assim como, por médicos que necessitassem de aparelhos cirúrgicos e seringas para o exercício da profissão.

Tal restrição aos produtos comercializados nas farmácias foi alterada com o regulamento de 1908, cujo artigo treze determinava que: “O pharmaceutico não poderá

dirigir mais de uma pharmacia, e nella não poderá fazer outro commercio, além do de drogas ou de medicamentos, productos chimicos e hygienicos, aparelhos e objectos que se ligam á arte de curar ou á hygiene.” (SÃO PAULO, 1908, s/p). Percebemos que essa disposição se adequava um pouco mais às demandas dos associados, uma vez que expandia para além das drogas e medicamentos o conjunto de objetos que poderiam ser comercializados nos estabelecimentos farmacêuticos.

Essa ampliação no escopo de produtos passíveis de comércio nas farmácias deu-se, principalmente, em relação à objetos mobilizados na terapêutica e higiene, ou seja, estava mantida a restrição à venda de gêneros estranhos a área - como as cordas de violão. Sendo assim, a lei de 1908 ao mesmo tempo que agregou interesses dos farmacêuticos envolvidos com a Escola, também fortalecia o movimento de regulação e especialização das funções que uma farmácia deveria possuir.

Retomando o trecho acima - publicado na Revista Farmacêutica - destacamos como o caráter nocivo da venda de medicamentos realizada por não especialistas retornava à cena. Novamente os associados acusavam os comerciantes de não conhecerem os medicamentos que vendiam, podendo, assim, prejudicar seus clientes, causando envenenamentos ou reações não desejáveis. Nesse sentido, destacaremos como o regulamento de 1908 também buscou controlar a venda e circulação dos medicamentos, detalhando algumas passagens do código sanitário de 1896, principalmente no que concernia a venda de preparados consideramos “tóxicos” ou “perigosos”.

Tal controle envolveu a inserção de novos agentes que mediarão as relações entre farmacêuticos, consumidores e médicos, a fim de estimular o consumo “correto” da substância, assim como, rastrear um pouco melhor os caminhos que o medicamento percorreria em seu processo de socialização (PIGNARE, 1999). Para tanto, estabelecia-se como etiquetas, rótulos e vasilhas deveriam ser organizados a fim de criar uma cadeia de referência e dependência entre: pacientes-médicos-farmacêuticos-medicamentos, tornando os passes (LATOUR, 2014) presentes entre esses agentes rastreáveis:

Artigo 20. - O pharmaceutico deverá transcrever textualmente e com a maior clareza nas etiquetas as fórmulas prescriptas declarando o nome do médico, o nome do doente, si constar da receita, o número do registro, a data, o modo de administrar os remédios e seu uso interno ou externo, havendo rótulos especiaes para os de uso externo e para os medicamentos tóxicos ou perigosos. As vasilhas ou envoltórios que contiverem os medicamentos aviados serão lacrados e marcados com o nome do pharmaceutico. Paragrapho 1.º - A applicação da etiqueta com o nome do pharmaceutico e as precauções constantes dá segunda parte do artigo 21, relativas a vasilhas e envoltórios, são exigidas em todo o medicamento fornecido, mesmo naquelles que podem ser vendidos

independentemente de prescrição medica e consignados na tabella aprovada pelo Governo. (SÃO PAULO, 1908, s/p)

Por intermédio dos escritos nas etiquetas, o medicamento poderia se tornar rastreável, já que ali estariam contidas: a fórmula da substância presente na vasilha, o nome do médico que a receitou, o nome do doente e a data na qual a venda se realizou. O bom funcionamento destas redes que ligariam médicos-pacientes-farmacêuticos seria assegurado pela regularidade destes registros transcritos em rótulos, etiquetas, livros e vasilhas, facilitando o ato de fiscalização quotidiana das farmácias, assim como, eventuais investigações sobre casos de envenenamentos, mortes ou denúncias contra a improbidade de médicos e farmacêuticos.

Facilitar o rastreamento dos caminhos por meio dos quais os remédios seriam receitados, manipulados e vendidos, seria de suma importância para a regulação e fiscalização empreendidas pelos órgãos sanitários, que ganhavam protagonismo no período republicano. Esses grupos envolvidos com a manutenção da saúde pública, além de buscarem expulsar os agentes que não partilhassem exclusivamente das traduções científicas, também pretendiam, em aliança com membros da Sociedade Farmacêutica, uniformizar as dinâmicas quotidianas desses estabelecimentos – controlando a entrada e saída de medicamentos - e suas relações com os médicos – mediadas pelas receitas.

Consideramos que esta regulação do espaço da farmácia não atingia somente os farmacêuticos, afetando também os médicos que, a partir deste momento, estariam mais suscetíveis a prestarem contas sobre o conteúdo de suas receitas. Em diálogo com demandas veiculadas na Revista Farmacêutica, a lei de 1908 ao mesmo tempo que proibia o farmacêutico de alterar fórmulas escritas nas receitas, também permitia que esse profissional se resguardasse da responsabilidade sobre receituários que lhe parecessem atípicos, devendo – segundo artigo 24 - agir da seguinte maneira:

§ 1.º - Quando a fórmula prescripta lhe parecer perigosa para o doente, o pharmaceutico, para ressalvar a sua responsabilidade, antes de avia-la, deverá consultar o médico, para que faça a devida rectificação, si fôr caso disso, e poderá fazer, no livro de registro das fórmulas, ao lado della, a declaração de aviada sem responsabilidade do pharmaceutico, que consultou o médico; § 2.º - Si a posologia de uma prescrição for anormal, deverá o médico sublinhar a dose do medicamento ou fazer uma declaração no final da receita; afim de que o phamaceutico possa avia-la sem responsabilidade. (Idem.)

Desta forma, nos casos em que a dosagem de medicamento ou combinação de substância parecesse atípica ao farmacêutico, o médico deveria ser imediatamente comunicado de maneira a alterar ou confirmar as informações contidas na receita. Tal

dinâmica pode ser melhor compreendida se atentarmos ao relato de Servulo Genofre, farmacêutico que naquele momento ocupava o cargo de secretário da Sociedade. Genofre defendia a formação científica do farmacêutico – especialista - de maneira a torná-lo capaz de atuar em cooperação com a atividade médica:

Vou citar um fato a pouco ocorrido em minha farmácia. Um médico de nomeada receitou chlohydrato de pilocarpina 0,10 Ext. e excipiente sólido gs. F 1 pílula e m.^{as} 10. Tome 2 por dia. Tomei a receita e ia aviar, mas, refletindo um pouco e conhecendo o efeito da pilocarpina vi que era dose absurda e engano do médico; dirigi-me ao clínico que, corrigindo, agradeceu-se. Não fosse a minha teoria e longa prática não seríamos três comprometidos? Eu e o médico respondendo processo, si fôssemos descobertos, e o doente nos olhando de outro planeta com vontade de nos abraçar. (GENOFRE, 1897, p. 29).

Como vemos na situação descrita acima, a receita trazida pelo paciente/cliente realizava a comunicação entre o ambiente da farmácia e o consultório, já que seria por meio da mediação deste objeto que o farmacêutico receberia as instruções para o preparo do medicamento. Esse último deveria, então, mobilizar as “boas” traduções científicas para aviar a receita, assim como, estar atento à eventuais “anormalidades” na prescrição. Ao fazer isso percebemos que farmacêutico fiscalizava uma parte do serviço do médico, realizando uma espécie de “revisão”. Nesse sentido, a novidade trazida pelo regulamento de 1908 seria justamente a postura que o farmacêutico poderia tomar em casos de divergência, permitindo-o pronunciar-se, consultar o médico e, por fim, apontar a decisão deste último no livro de registro da farmácia.

A partir deste momento, o arquivamento de receitas nas farmácias, sua transcrição nas etiquetas dos remédios e os relatórios presentes nos Livros das Farmácias, facilitariam o rastreamento da ação do médico, que poderia mesmo ser julgado pela prescrição irregular de medicamentos “perigosos”. Sendo assim, destacamos como as disposições do regulamento de 1908 embora se destinassem ao exercício da farmácia, também regulavam algumas ações realizadas por médicos em seus consultórios.

A venda e circulação de venenos também receberia maior atenção desta lei, já que a partir de 1908 a venda deste tipo de substância nas farmácias se restringiria ao uso industrial ou a pessoas residentes na cidade e cuja idoneidade fosse publicamente reconhecida:

Artigo 22. - E' permittida ás pharmacias a venda de preparados de phosshoro e arsênico, para extincção de animaes damnninhos e de ácidos mineraes, para applicações industriaes, as pessoas domiciliadas nos municípios e de, reconhecida honestidade, as quaes assignarão no

livro especial, denominado Livro dos venenos - a respectiva declaração da compra e destino. (SÃO PAULO, 1908, s/p)

Sendo o farmacêutico um agente importante na mediação - e moralização - das relações entre substâncias e os humanos, observamos como caberia a este profissional verificar se a compra de preparados de arsênico ou fósforo se destinaria ao uso industrial ou se o indivíduo que desejasse comprá-lo era reconhecido publicamente por sua honestidade. A fim tornar a circulação destes produtos rastreável, mais um objeto fora agregado ao cotidiano das farmácias: o livro dos venenos, que além do nome do comprador também deveria especificar a destinação do preparado que fora vendido.

Além de tornar as substâncias vendidas rastreáveis e, assim, passíveis de acompanhamento pelas autoridades, as etiquetas e rótulos citados acima também continham instruções sobre a posologia dos medicamentos. Nesse sentido, o artigo 20 do regulamento de 1908 também explicitava que as etiquetas deveriam conter o “modo de administrar os remédios”, assim como, explicitar se os medicamentos eram de uso interno ou externo. Nesse momento, os rótulos receberam bastante atenção já que por meio de suas cores e formatos desejava-se explicitar alguns avisos – considerados mais urgentes – e que embora estivessem escritos nas etiquetas poderiam ser desconsiderados pelos consumidores. O objetivo seria uniformizar o uso de rótulos especiais para medicamentos destinados uso externo, assim como, aqueles considerados “tóxicos e perigosos”.

A maioria destas disposições foram mantidas no decreto de 1911⁶⁵ e na lei de 1917, mantendo-se os procedimentos que deveriam ser tomados em relação às receitas: consultar o médico e, em caso de insistência, esse último se responsabilizaria pelos eventuais efeitos do preparado. Os relatos de Jorge Americano sobre o período entre 1895 e 1915, nos permitem observar como essa prática de consultar o médico havia se tornado uma espécie de praxe no cotidiano das farmácias paulistas:

E quando o doutor escrevia dosagem errada, daí a pouco recebia telefonema da Farmácia Veado [Veado De Ouro], perguntando se não teria sido engano, também o médico, quando formulava dosagens aparentemente excessivas de produto tóxico, sublinhava o nome e a dosagem, para mostrar que sabia o que estava fazendo e assumia a responsabilidade. (AMERICANO, 2004, p. 49).

Além da prática de se sublinhar as fórmulas “atípicas” presentes nas receitas, o recurso a formatos e cores diferenciados de rótulos para indicar o tipo de medicamento

⁶⁵ No que concerne as substâncias tóxicas, ressaltamos que no decreto de 1911 deixou de figurar a permissão do farmacêutico para vender preparados de arsênico e fósforo, assim como a necessidade do controle realizado pelo ‘livro dos venenos’.

envasado foi uma estratégia que se perpetuou, chegando a figurar na Farmacopeia Paulista. Apostando principalmente na mediação realizada pelas cores, este manual continha as seguintes regras: os rótulos dos remédios para uso interno deveriam ser impressos “em papel de qualquer cor menos vermelha”, enquanto os de uso externo possuiriam rótulos vermelhos. Por vezes tais rótulos poderiam aparecer com os seguintes dizeres em branco: “Agite quando for usar”, “uso veterinário” ou “Para ser empregado pelo médico (...) sempre que o médico declarar que o medicamento deverá ser por ele empregado.”. Também poderia estar escrito “veneno” ou “cuidado”, sendo que nesses casos o rótulo deveria possuir fundo preto.

Destacamos também que a partir de 1917, os objetos que povoavam o cotidiano das farmácias – medicamentos, livros, rótulos, etiquetas e carimbos – passaram a ser regulados pela Farmacopeia Paulista, que foi oficialmente adotada pelo serviço sanitário: “Artigo 61. - Os pharmaceuticos são obrigados a seguir, na confecção dos preparados officinaes, a Pharmacopée Paulista, última edição, enquanto não estiver organizada a Pharmacopée Brasileira.” (SÃO PAULO, 1917, s/p).

A presença de livros de registro da farmácia, livro de venenos, etiquetas, vasilhas e rótulos nos regulamentos sanitários analisados – até 1917 – e na Farmacopeia Paulista nos indicam a importância que a circulação destes objetos – aparentemente acessórios - possui junto aos procedimentos de fiscalização e mesmo na cura dos pacientes. Como discutimos acima, alguns deles proporcionariam o rastreamento das substâncias receitadas e vendidas ao público, principalmente aquelas consideradas “tóxicas”, permitindo às autoridades sanitárias aferirem eventuais acidentes ou envenenamentos. Outros atuavam mais diretamente junto à cura e segurança dos pacientes, já que continham importantes instruções de posologia, ou mesmo avisos sobre o conteúdo das vasilhas.

A presença destes alertas nos rótulos – por intermédio de cores e textos –, assim como, a atenção dos regulamentos sanitários, nos levam a refletir como o perigo constante do envenenamento não era um problema exclusivo dos “charlatões” - sem instrução. Uma vez que, conforme acompanhamos acima, mediar essa perigosa relação entre corpos e substâncias fazia parte do cotidiano da/o profissional de farmácia, que precisaria precaver-se e assegurar-se, recorrendo, assim, a maior quantidade possível de objetos, símbolos e pessoas.

Para tanto, os regulamentos analisados explicitavam a necessidade de que os farmacêuticos aviassem apenas receitas prescritas por médicos, escrevessem em seus

livros de registros quem emitira a receita e quem comprou o medicamento, depositassem esse último num vasilhame cuja etiqueta descreveria todo o caminho percorrido até ali, assim como, explicaria as maneiras como aquele remédio deveria ser mobilizando. Por fim, o próprio rótulo – sua cor e formato – também comunicaria ao cliente se naquele recipiente havia algum preparado perigoso ao consumo, ou destinado ao uso externo.

Discutimos até o momento como a circulação e produção de medicamentos nas farmácias, envolveu a criação de uma série de redes de referência que ligavam médicos-pacientes-receitas-farmacêuticos-vasilhas-etiquetas-rótulos-pacientes. Criar essas redes facilitava às autoridades sanitárias aferirem casos de envenenamento, assim como, buscavam afastar, tanto quanto possível, seu risco de ocorrer, ampliando-se a quantidade de mediadores e colocando médicos e farmacêuticos sob mutua fiscalização.

Além dos objetos que seguimos e descrevemos acima, outros como: pesos, medidas, balanças e caixas, também compunham o cotidiano das farmácias. A presença deles nos balcões de atendimento nos demonstram como o exercício dessa profissão não envolvia apenas a produção de medicamentos, mas também a sua venda. Analisaremos a seguir como a coexistência das atividades de manipulação e comércio de medicamentos colocavam impasses à identidade que os membros da Sociedade Farmacêutica desejavam perpetuar, fazendo os associados debruçarem-se sobre o seguinte questionamento: como o cientista objetivo e desinteressado poderia envolver-se no comércio sem tornar-se marcado pela subjetividade ou pelo interesse?

3.2. O *pharmaceutico* é negociante?

Descrevemos acima como as prateleiras das farmácias continham mercadorias que não necessariamente eram remédios: produtos de higiene, perfumaria, mamadeiras, cordas de violão, capilés ou mesmo gramáticas. Também vimos como essa variedade de produtos oferecidos pelos farmacêuticos recebeu atenção do Regulamento de 1908, que teve algumas de suas disposições mantidas no código sanitário de 1911 e na lei de 1917. Tais resoluções ao mesmo tempo que expandiram os gêneros passíveis de comércio dentro das farmácias, também os circunscreveram com mais clareza, determinando a venda de objetos utilizados na terapêutica (como instrumentos cirúrgicos e seringas) ou na higiene (perfumes, mamadeiras, pomadas).

A necessidade de se recorrer à farmácia para adquirir medicamentos, possui uma trajetória recente em nossa história, como veremos a seguir essa relação entre o público

e o farmacêutico (ou boticário) fortaleceu-se com o passar dos anos, devido, principalmente ao aumento na quantidade de medicamentos produzidos em terras brasileiras. Segundo Vera Marques, entre os séculos XVI e XVII os boticários de origem portuguesa e instalados na colônia não dominavam a produção de medicamentos seguindo as traduções químicas, tais remédios, citados pela autora como mais estáveis e capazes de suportar as longas viagens de navio, eram importados da Inglaterra, França e Holanda (MARQUES, 1999, p. 189).

A predominância na importação de medicamentos prontos para o consumo dispensava a necessidade do especialista ou de que essa transação se realizasse dentro das boticas. Esse comércio de remédios finalizados e devidamente estabilizados, aliava-se a pouca quantidade de boticários estabelecidos na colônia, contribuindo, segundo Marques, para que, a despeito das restrições legais, as boticas não fossem os espaços mais procurados para se comprar remédios:

O comércio de drogas medicinais realizado em casas de fazenda seca encontrava-se, desta forma, acima das regras vigentes estabelecidas pelas autoridades sanitárias metropolitanas. Considere-se ainda haver na cidade um número muito superior de mercadores em relação ao de boticários; conseqüentemente era nessas lojas que as pessoas mais adquiriam medicamentos. E mais, esses comerciantes alardeavam vender os remédios por preços mais acessíveis, pois, como eles mesmos afirmavam, os habitantes da cidade sofriam prejuízos graves quando precisavam recorrer às boticas. (MARQUES, 1999, p. 187-188).

A venda de medicamentos em lojas das mais variadas, assim como, a presença de preços mais atrativos fora das boticas, não se restringiu ao período colonial, atravessando o Império e chegando ao período republicano. Entretanto, a partir do século XIX, os comerciantes envolvidos com a venda de substâncias medicinais passaram a enfrentar críticas mais diretas dos farmacêuticos, que começaram a se reunir em associações científicas como a Sociedade Farmacêutica Brasileira e o Instituto Farmacêutico Brasileiro (VELLOSO, 2007). Como consequência deste movimento de regulação profissional pautada em critérios científicos, os donos de comércio que vendiam remédios passaram a ser acusados de realizar uma tarefa para a qual não haviam sido habilitados.

Demarcar as diferenças entre as atribuições de comerciantes e farmacêuticos, envolveu também desvincular esse último da fama de negociante. Essa reputação remetia ao período em que a maioria dos remédios vendidos nas boticas não eram produzidos pelos boticários, assim como, a visão popular de que esse último era um vendedor “careiro”. O desafio de se desassociar da imagem de negociante não foi objeto de debates

apenas no estado de São Paulo, segundo Verônica Velloso, em meados do século XIX, farmacêuticos cariocas apostaram na “ciência” como marca distintiva de suas atividades, exaltando que o trabalho científico regrado, realizado dentro dos laboratórios, seria suficiente para “neutralizar” qualquer aspecto mercantilista da profissão. (Ibid., p. 104). A fim de fortalecerem-se publicamente como cientistas, a historiadora debate como esses farmacêuticos evocaram a imagem da “abelha” trabalhadora e criteriosa, que, justamente, diferenciava-se dos Zangões oportunistas, esses últimos representando aqueles que “negociariam com a saúde”, vivendo às custas do trabalho das primeiras (Idem.).

Em relação à São Paulo, os membros da Sociedade Farmacêutica também apostaram na imagem do cientista objetivo e neutro como contraponto ao comerciante, representado de maneira caricata como tendencioso e caçador de lucros. Além de observarmos como nossos informantes mobilizaram o espaço da Revista para afastar a imagem do negociante, também não perderemos de vista a relevância de que dispunham as transações comerciais realizadas nos balcões destes estabelecimentos. Atentaremos como esse espaço da farmácia tampouco foi negligenciado nas discussões publicadas pela Revista, que abordavam com bastante seriedade pautas que envolviam o preço dos medicamentos, custos em seu fornecimento e relações de concorrência.

Mantendo a oposição entre prática comercial e científica, o editorial de Julho de 1897, intitulado *O Farmacêutico é negociante?*, defendeu a filiação do farmacêutico com a química e o espaço do laboratório, criticando a “falaciosa” associação do farmacêutico com o comércio:

Certamente nos dirão que sim – todos aqueles que não compreendem a pureza e o critério que presidem as nossas intenções e o enorme cabedal de conhecimentos científicos que precisamos do exercício profissional. Estes argumentarão, dizendo-nos que o farmacêutico é, de fato, um negociante, como outro qualquer, porque tem loja, caixeiro, pesos e medidas, compra e vende. Julgam-nos sem o critério de uma observação. Somos aquilo que lhes parece – meros traficantes. (O PHARMACEUTICO, 1897, p. 37).

Segundo o artigo, a população considerava o farmacêutico um comerciante, associando-o, principalmente aos objetos (pesos, medidas, dinheiro, caixa) e ações realizadas em seus balcões, único espaço da farmácia que poderia ser observado pelo público. Retomando brevemente o caso carioca, Verônica Velloso nos aponta como os laboratórios, espaços exaltados pelos farmacêuticos de ambos os Estados, eram afastados do público e reservados somente a esse profissional e seu auxiliar, o prático:

A parte da oficina ou laboratório localizadas detrás do balcão de atendimento aos clientes, assemelhavam-se a verdadeiros ateliês

com diversas substâncias dispostas nas prateleiras em potes, frascos e boiões de louça, muitas vezes de porcelana ornamentados e pintados; com sua bancada de mármore onde eram feitas as manipulações, ato que não ficava à mostra dos clientes. (VELLOSO, 2007, p. 103).

Além de conferir certa aura de mistério à profissão, como afirma Velloso, consideramos que a reclusão dos laboratórios também contribuía na perpetuação do entendimento de que o farmacêutico “somente negociava” os medicamentos, sem produzi-los. Essa compreensão dos clientes pode ser observada no ditado popular transcrito e criticado no artigo “O Preço dos medicamentos”, de agosto de 1896:

‘Com um pouco d’água e um pé de laranjeira está o boticário com a sua fortuna feita’. Não há quem desconheça esta phase que anda, de boca em boca, e tem causado muitas desilusões e muitos prejuízos aos que, ignorantes à *pharmacia*, atiram-se a ela com o fim de ahi achar rendoso negócio para aplicar os seus capitães. (O PREÇO, 1896, p. 48).

Observando somente as ações que se transcorriam nos balcões, os clientes consideravam o farmacêutico um vendedor de preparados adocicados, obtidos através da mistura de elementos simples, como um pouco de água e flor de laranjeira. Percebemos que ocultar o espaço do laboratório e suas misturas, ao mesmo tempo que aproximava esses profissionais do ideal de cientistas objetivos e confiáveis, desencadeava no público o efeito contrário. O dono da farmácia era associado à um negociante de remédios, já que a atividade comercial era a única passível de ser observada pelo cliente, assim como, os remédios eram apresentados à venda no balcão prontos e purificados, como se não tivessem sido feitos⁶⁶.

A Sociedade Farmacêutica buscava afastar esta fama de que a Farmácia seria uma loja, como as demais que se multiplicavam pela capital paulista na passagem para século XX. Para tanto, seria necessário afastar a imagem do farmacêutico como negociante apostando na associação deste profissional à ciência. Tal como observamos no artigo de julho de 1897:

Muitas vezes temos que vencer a resistência da matéria empregada, por agentes físicos ou químicos ou ambos ao mesmo tempo, cientificamente empregados. Não é raro manusearmos uma considerável porção de substâncias, de propriedades diferentes, para realizar várias operações, transformando as drogas em medicamentos. Após essas considerações, manifestadamente, não somos negociantes. Demais, estes ignoram o *modus fazendi* e a utilidade dos aspectos que vendem; deles não se exige

⁶⁶ Como objetos “feitos” compreendemos aquilo que Bruno Latour caracterizou como “fáticos” fatos que apenas se sustentariam às provas que lhes eram impostas, por terem sido “feitos” dentro do laboratório: “O fetiche sugere um movimento inteiramente diverso: é por ser construído que ele é tão real, tão autônomo, tão independente de nossas próprias mãos. Como temos visto repetidamente, as ligações não diminuem sua autonomia, antes a promovem.” (LATOUR, 2001, p. 315).

diploma, nem conhecimentos científicos. (O PHARMACEUTICO, p. 39).

O trecho acima defendia que o farmacêutico não era comerciante, argumentando que esses últimos desconheceriam as maneiras por meio das quais as substâncias se transformariam em medicamentos, assim como, os efeitos que os medicamentos possuiriam após sua socialização nos corpos dos clientes (PIGNARE, 1999). Essa aposta na centralidade das práticas realizadas no laboratório, ansiava propagar a imagem de que as atividades realizadas nos balcões, assim como seus objetos, seriam elementos secundários à prática farmacêutica e ao cotidiano dos estabelecimentos.

Entretanto, citando novamente o artigo *Os Preços dos Medicamentos*, observamos como os interesses financeiros dos farmacêuticos não figuravam em segundo plano, sendo constantemente abordados nos artigos da Revista:

O público não é justo para com o farmacêutico que, pela sua posição científica e pelos serviços que presta, era digno de mais consideração. O pharmaceutico não é como pensam, um simples negociante sem responsabilidades, que faz jus ao lucro da mercadoria que vende, não; o pharmaceutico é também um industrial e sobretudo um homem de ciência, diplomado como é o médico, o advogado e o dentista e, por isso, tem o direito de receber os honorários dos seus serviços profissionais. (OS PREÇOS, 1896, p. 49).

O artigo acima argumentou que a quantia paga aos farmacêuticos no momento da compra de medicamentos corresponderia aos honorários pelo trabalho realizado, tal como faziam advogados e médicos. Por meio desta associação entre o valor dos remédios e o pagamento pelo trabalho de manipulação, o autor buscou esquivar-se das constantes reclamações do público sobre os altos preços cobrados pelos farmacêuticos. Com o objetivo de afastar qualquer pretensão ao “lucro”, o trecho acima citou as habilidades científicas desse profissional como fator que justificaria o valor dos remédios.

Esse tipo de posicionamento repete-se no artigo *De Mez em Mez* (julho de 1895), que abordou mais diretamente as queixas do público em relação ao preço dos remédios. Como veremos a seguir, essa publicação citou os procedimentos que justificariam o preço cobrado nos balcões

Vê-se, pois, que, de direito e com razão deveria – por muitos motivos – ser o pharmaceutico melhor remunerado do que o outro qualquer negociante. No entanto não o é, e como triste compensação povo tem sempre, e sempre teve, o vício de achar caro tudo quanto é remédio! É preciso que o público nunca se esqueça de que o farmacêutico tem que dividir assim o que recebe por um vidro de remédio: *Matéria Prima; manipulação e tempo empregado; juros do capital empregado; estudos profissionais e honorários propriamente ditos por serviços prestados;*

vigilância, sujeição, serviço profissional; responsabilidades e disposições gerais. Eis aí como se deve entender a profissão de farmacêutico e apreciar o valor de seu serviço. (D'AZIR, 1895b, p. 62).

Novamente as habilidades científicas reclusas nos fundos dos estabelecimentos eram mobilizadas para justificar o preço dos medicamentos. Analisando as falas dos associados sobre os aspetos comerciais e científicos da profissão, percebemos como as transações comerciais pareciam ganhar um vigor diferenciado ao envolverem-se com produtos advindos dos espaços de ciência dos laboratórios. O sentido inverso também pode ser observado, já que os procedimentos de manipulação realizados aos fundos não se sustentariam por muito tempo se as atividades do balcão fossem interrompidas, gerando a falência do estabelecimento.

A despeito do caráter secundário que os membros da Sociedade Farmacêutica inculciam às ações de compra e venda, acompanhamos nos trechos acima como eles tampouco negligenciavam o “justo preço” cobrado pelo medicamento. Visamos dotar ambas atividades de seu valor, a fim de compreendermos melhor no que consistia a dinâmica destas “farmácias em ação”. Para tanto, consideramos que tanto as misturas realizadas aos fundos, quanto as ações de venda fortaleciam-se mutuamente, devendo ser mantidas em sintonia pelo dono (ou dona) do estabelecimento.

Para que a farmácia se mantivesse funcionando, compreendemos que era necessário manter um alinhamento entre o espaço do laboratório e os balcões de venda, já que remédios bem manipulados poderiam atrair clientes e dar fama ao estabelecimento que, por consequência, realizaria mais vendas e reinvestiria nas ações científicas realizadas aos fundos. Nos afastaremos, então, da polaridade e hierarquização que os artigos da Revista estabeleceram entre as ações científicas e comerciais, pois consideramos que foi, justamente, na mescla entre ambas que os estabelecimentos do período viabilizaram sua existência.

Agora, descreveremos a dinâmica da Farmácia Veado De Ouro por intermédio das observações históricas realizadas por João Alfredo Varella em sua coletânea de artigos *Contribuições para a história da Pharmacia em São Paulo* publicados pela União Farmacêutica nos números de junho, julho e setembro de 1920 (VARELLA, 1920). A partir desses apontamentos históricos, observaremos como esse estabelecimento costurou as ações realizadas nos laboratórios e balcões, conectando as boas manipulações feitas aos fundos às vigorosas transações comerciais mantidas com os clientes.

No primeiro artigo, publicado em julho de 1920, Varella realizou um breve resgate das primeiras farmácias da cidade de São Paulo, citando dentre elas, a Veado De Ouro. Essa última recebeu as descrições mais minuciosas, sendo citada como uma das mais antigas da cidade, fundada em 1852 pelo alemão Gustav Schaumann. Logo de início, o autor do artigo já ressaltou a imponente e racional imagem do proprietário, que receberia pessoalmente as receitas que lhe eram entregues no balcão:

Um alemão sisudo, feito a meter confiança aos clientes, recebia das mãos destes, lendo através de óculos pregados nas pontas do nariz, as receitas médicas, permutando-as com um bilhete numerado, em que constava o custo do medicamento e o tempo para o seu aviamento, custo e tempo jamais se alteravam. (Ibid., p. 132).

A racionalidade e manejo matemático já apresentado no atendimento objetivo (e masculino) de Schaumann parecem se fortalecer quando suas previsões sobre o tempo de entrega dos remédios se efetivavam, demonstrando-nos uma interessante harmonia entre o balcão e o laboratório. Assim como nos demais estabelecimentos farmacêuticos, as manipulações realizadas pela Veado de Ouro não ficavam expostas ao público, pois eram realizadas nos fundos. Entretanto, mesmo que os consumidores não pudessem ver o processo de feitura dos remédios, João Varella descreveu como os produtos que saíam “feitos” daquele local dispunham de uma ótima fama junto aos consumidores:

A preparação da receita e o seu acondicionamento eram feitos com o mais acurado cuidado. Os saquinhos para as plantas vendidas a varejo, eram de papel impermeável; as caixinhas para papéis de medicamentos e capsulas eram o que podia haver de mais fino; os vidros usados hoje; e, finalmente, os potes para pomadas, obedeciam ao mais requintado bom gosto, podendo-se afirmar, sem receio de contradicta, que ali aliavam-se, a ciência e a estética nos menores detalhes. (Idem.).

Percebemos que a respeitabilidade das ações desenvolvidas nos laboratórios devia-se, em grande medida, aos rótulos, papéis impermeáveis, capsula, vidros e potes de pomadas que realizavam a mediação entre os fundos e o balcão, onde o cliente aguardava. Compreendemos que a circulação destes objetos era essencial para compor a legitimidade daquele estabelecimento junto ao público, pois transmitiriam, logo no primeiro golpe de vista, o critério e rigorosidade com os quais o remédio teria sido produzido.

Uma vez que os bem apresentados remédios eram entregues aos clientes, chegava o momento do acerto de valores junto ao balcão. Nesse momento, observaremos como o toda a racionalidade e cientificidade empregadas desde a leitura da receita até a produção das vidrarias que continham os preparados, relevariam, então, seu “justo” preço:

Ao mesmo lado do zelo a que nos referimos, a Botica Veado de Ouro reputava muitíssimo bem os seus serviços, cobrando pelos medicamentos que fornecida ou expunha à venda preços elevados, muitas vezes até exagerados. Lembro-me que há vinte anos atrás, era vendida ali uma limonada de citrato de magnésia pela importância de 2\$500; uma capsula de quinina, antypirina ou salol, custava 500 reis; um sinapismo Rigollot 800 reis; água boricada, 3\$000 o litro; mostarda em pó 5\$000 o kilo; por um balão de oxygenio exigida a importância de 30\$000. O preço da receita era computado pelo trabalho que dava a sua manipulação, entrando no cálculo o preço do custo dos medicamentos que encerravam, sendo, em confronto com os preços actuaes, três ou quatro vezes maior. (VARELLA, 1920, p. 133).

Percebemos como os procedimentos realizados nos laboratórios convertiam-se num preço bastante alto, que após recolhido no caixa, geraria divisas ao proprietário e também seria reinvestido no próprio estabelecimento, sustendo as futuras manipulações. A análise dessa dinâmica por meio da qual se definiam os preços dos medicamentos, nos leva a retomar, brevemente, alguns apontamentos que realizamos no capítulo anterior.

Ali debatemos como, em muitos casos, a população não via no farmacêutico um agente necessário para mediar sua relação com as substâncias ou plantas que curavam. Também explanamos como esses grupos mantinham seu próprio conhecimento sobre a ação curativa das plantas, embasado nos saberes de parentes ou vizinhos. Agora, consideramos interessante sugerir como os altos valores dos remédios nas farmácias, podem apresentar-se como mais um elemento que justificaria o afastamento entre a população e esses estabelecimentos. Percebemos, então, como o “justo preço” das manipulações científicas também poderia servir para afastá-las de um determinado público.

Retornando ao cotidiano da Veado de Ouro, julgamos interessante atentar como os práticos se inseriam nesse estabelecimento, já que segundo os relatos de Varella, esses profissionais pareciam dispor de prestígio: “Não obstante era uma recomendação abonadora ter-se praticado em seu laboratório; e muito maior recomendação, ainda, o ter-se conseguido o título, que era verbal, de práctico ou oficial de farmácia, obtido do proprietário da Botica Veado de Ouro.” (Idem.).

O prestígio de ser práctico ou oficial de farmácia na Veado de Ouro envolvia, justamente, sua fama de conhecer os mistérios da profissão e saber as maneiras corretas de se relacionar com as substâncias ou mesmo de limpar vidros (lembrando a importância deste processo para que o produto antes alocado naquela vasilha não corrompesse o seguinte). Como veremos a seguir, nesse estabelecimento a formação do práctico se dava dentro do laboratório:

Este título tinha alta significação, porque o official do Schaumman era revestido da presunção de saber lavar vidros e conhecer todos os segredos da profissão, visto ser sistema de casa, sujeitar os seus empregados no início da carreira, a todas as provas de conhecimentos. Assim o moço, ou mesmo o velho, enfim todos os indivíduos que conseguiam empregar-se naquela botica, começariam infalivelmente pela preparação da massa phosphorica, tinham que se haver com as taxadas de emplastro de diachylão, com o pingar eterno das águas destiladas, alcoladas e tinturas, para então, no fim de seis ou mais anos, serem promovidos ao balcão, posto invejado, não só pelo vantajoso ordenado de 300\$000 por mês, como também pela reputação que o circundaria em razão do posto. (Idem.)

Julgamos interessante ressaltar que a trajetória do prático nesse estabelecimento iniciava-se no laboratório, compreendendo seus processos de manipulação, tornando-se sensível ao tempo de preparado das misturas, manejando os instrumentos de laboratório, para, por fim, concluir-se no balcão. Posto que nos parece ser o mais alto que um prático poderia ocupar nesse estabelecimento, sendo invejado não apenas pelo salário como também pelo prestígio que dispunha.

Acreditamos o percurso do prático dentro da Farmácia Veado de Ouro (do laboratório para o balcão) fortalece nossa hipótese sobre a sintonia que deveria ser mantida entre esses espaços. Consideramos que essa harmonização entre “os fundos” e “a frente” seria essencial para que o expediente do estabelecimento se realizasse de maneira coesa, como se fosse “natural” (LATOIR, 2011). Para tanto, o prático que se apresentasse ao balcão da Veado de Ouro deveria saber os processos científicos que criavam “o valor de verdade” (LATOIR, 2004) dos medicamentos, de maneira a atribuir-lhe o devido valor financeiro, que seria acertado no balcão.

Até o presente momento, observamos como os farmacêuticos paulistas que publicavam na Revista Farmacêutica, buscaram afastar a fama de comerciantes, aliando-se à imagem de cientistas objetivos. O preço dos medicamentos era citado nos trechos acima como “justo”, pois seria o resultado da prática científica empregada em seu preparo e nunca fruto do interesse por lucros. Entretanto, desconfiamos da polaridade com a qual nossos agentes dividiam as ações científica e comerciais, colocando sempre essas últimas em segundo plano.

Analizamos em seguida o artigo de João Varella sobre a trajetória histórica da farmácia em São Paulo, no qual o autor descreveu como funcionava a Farmácia Veado de Ouro, suas ações quotidianas e mesmo a circulação dos práticos nesse espaço. Por meio deste relato, notamos que aquele estabelecimento possuía a fama de aviar seus medicamentos de maneira bastante criteriosa e objetiva, e cobrar altos preços pelas suas

preparações. Consideramos, então, que a forte sintonia estabelecida entre as manipulações feitas aos fundos e o atendimento no caixa (no qual se realizavam as cobranças) seria um elemento essencial para o funcionamento desta Farmácia como um todo.

Após nos debruçarmos sobre o exemplo da Veado de Ouro, assim como, analisarmos os demais artigos que citamos acima, percebemos como essa articulação entre laboratório e balcão era bastante comum ao cotidiano de diversas farmácias do período. Sendo assim, consideramos tais farmácias atuavam como espaços híbridos de ciência e comércio, nos quais os próprios farmacêuticos constituíam sua identidade profissional entre essas duas habilidades, mesclando-as e sintonizando-as.

3.2.1. Farmacêuticos e droguistas - delimitar limites e alinhar interesses.

Os estabelecimentos farmacêuticos não eram os únicos espaços nos quais remédios, produtos de higiene, produtos químicos ou artigos de cirurgia poderiam ser comprados. As drogarias também estariam autorizadas a realizar essas transações, entretanto, como veremos a seguir, esses estabelecimentos deveriam restringir-se à importação e venda de preparados prontos, não estando autorizados a possuir laboratórios para manipulação dos produtos em suas dependências. Seus proprietários eram os droguistas, grupo com o qual os farmacêuticos associados e professores da Escola mantiveram relações controversas, já que alguns como Francisco Nicolau Baruel – dono da Drogaria Baruel – foram considerados aliados, enquanto outros foram acusados de inimigos da classe farmacêutica, por apoiarem decretos que prejudicariam nossos informantes.

O grande volume de mercadorias trazidas do exterior pelos droguistas, assim como, os lucros obtidos nesse comércio, relacionava-se à baixa quantidade de preparados produzidos em terras brasileiras, principalmente antes do século XIX. Quanto menos esses preparados eram produzidos no Brasil, mais prestígio e necessidade dispunham os droguistas, profissionais que, devido a predominância de medicamentos importados no século XVIII, atuaram como os principais fornecedores destes produtos, assim como, dispunham da fama de conhece-los e manejá-los melhor do que os próprios boticários (MARQUES, 1999). Vera Marques também aponta como muitos droguistas acresciam à suas atividades de importação, o exercício do ofício de boticário, adquirindo interessantes divisas com a combinação dessas atividades.

Na medida que os farmacêuticos foram tomando para si a tarefa que manipular os medicamentos comercializados em seus estabelecimentos, aliando-se mais fortemente aos objetos de laboratório e traduções químicas, também se acirraram as rivalidades com os droguistas. Em relação ao período imperial, citamos o caso dos farmacêuticos cariocas que mobilizaram suas associações científicas para delimitarem os produtos que poderiam ser comercializados nas drogarias (VELLOSO, 2007). O objetivo era impedir que esses estabelecimentos comercializassem substâncias oficinais a peso medicinal, rivalizando, assim, com as farmácias que necessitavam do fornecimento dos droguistas e, consequentemente, ofereceriam o mesmo produto a preços menos atrativos (Idem.).

Retornando a São Paulo nas décadas iniciais da República, observaremos como o estabelecimento de fronteiras entre farmacêuticos e droguistas envolveu, inicialmente a definição de quais seriam os objetos específicos desses profissionais, que mantinham atividades bastante próximas. Em artigo de julho de 1895, o médico Mariano Costa, autor da coletânea *Considerações sobre a classe pharmaceutica*, apontava que estabelecer as diferenças entre farmacêuticos e droguistas, envolvia definir quais seriam os objetos específicos de cada um:

Seria preciso fazer a classificação do que é um medicamento, de produto químico, afim de cada um ter conhecimento do ponto até onde chegar os seus direitos, e a razão que me leva a manifestar essa opinião é que eu entendo que o pharmaceutico não pode ser droguista, assim como esse não pode acumular os encargos daquele. (COSTA, 1895b, p. 48-49)

Assim como o farmacêutico se definiria pela sua ação junto aos medicamentos, os droguistas se caracterizariam por importar produtos químicos e fornecê-los aos farmacêuticos e industriais. Embora não dispusessem de laboratórios em seu interior, realizando “apenas” atividades comerciais, as drogarias também eram espaços autorizados a comercializar substâncias “perigosas” e tóxicas, motivo pelo qual ficaram sob a jurisdição das autoridades sanitárias paulistas.

Ao acompanharmos as disposições sanitárias sobre as drogarias, observaremos que esse estabelecimento seria regulado com rigor semelhante às farmácias, já que seus proprietários também precisariam pedir licença e submeterem-se a visitas periódicas de inspetores (SÃO PAULO, 1893; 1896; 1911). A lei de 1893, bem como os decretos de 1896 e 1911, possuem disposições bastante semelhantes no que concerne à abertura de drogarias e obrigações dos droguistas, reunidas em torno do item: “Das Drogarias e casas de Instrumentos Cirúrgicos” (SÃO PAULO, 1893; 1896; 1911). Em todos os

regulamentos analisados, percebemos que o droguista estava proibido de aviar receitas, “vender substâncias medicamentosas a particulares” e “vender substâncias tóxicas a pesos medicinais.” (SÃO PAULO, 1893; 1896; 1911, s/p), estando, a partir de 1911, sujeito à multa aquele que descumprisse tais disposições (SÃO PAULO, 1911).

Os droguistas poderiam vender substâncias químicas e medicamentosas somente a farmacêuticos e industriais, devendo, em seguida registrar a transação realizada em um livro especial que seria disponibilizado para averiguação das autoridades sanitárias: “livro especial, que será rubricado pelo director do Serviço Sanitário, as substancias que venderem para fins industriaes, mencionando o nome, residência e indústria do comprador, a data da venda e a quantidade da substância vendida.” (SÃO PAULO, 1893; 1896; 1911, s/p). Por meio deste material, as autoridades sanitárias poderiam acompanhar quem eram os compradores de substâncias químicas na cidade, assim como, rastrear eventuais irregularidades na circulação deste material.

Debatemos anteriormente como o farmacêutico deveria sortir-se de uma série de objetos – como livro das farmácias, rótulos, etiquetas e embalagens – para tornar rastreável o percurso do medicamento, desde a elaboração da receita pelo médico, até sua produção nos laboratórios, chegando mesmo a escrever na etiqueta a posologia do preparado. Agora observamos mais um nível da fiscalização sobre a circulação de substâncias: o rastreio de seu caminho desde o fornecimento na drogaria até os laboratórios das farmácias ou interior das indústrias. Para que esse rastreamento se realizasse, percebemos a centralidade que adquiria o livro especial das drogarias, que permitiria o rastreio dos compradores, assim como, tentava garantir que somente “especialistas” teriam acesso a esse tipo de produto.

Para que esse rastreio e controle se tornassem efetivos, também se fazia necessário manter farmácias e drogarias como estabelecimentos separados, motivo pelo qual as leis e decretos sanitários proibiam as drogarias de possuírem farmácias ou consultórios médicos em seu interior. Este tipo de categorização facilitava o controle dos caminhos e passes por meio dos quais se realizaria o comércio das substâncias tóxicas, já que se demarcava o droguista como fornecedor (venderia no atacado) e se delegava ao farmacêutico o controle dos medicamentos que circulariam no varejo.

Além de não poderem manipular remédios, as drogarias também possuíam uma delimitação precisa dos produtos que poderiam ser vendidos para os “não especialistas”, a partir de 1896, passa-se a permitir o comercio de substâncias de: “uso ordinário e inoffensivo, constantes da respectiva tabella, e resuma diversos aprovados, aguas

mineraes, sabonetes, cosméticos, preparados dentifrícios e formulas aprovadas.” (SÃO PAULO, 1896, s/p).

Por meio das legislações sanitárias, delineamos os limites formais entre as atribuições e responsabilidades de farmacêuticos e droguistas que, proibidos de associarem-se, deveriam vender as substâncias químicas para públicos específicos. Os droguistas atuavam principalmente junto às atividades de importação de remédios e produtos químicos, mantendo relações bastante próximas com os farmacêuticos, buscaremos compreender um pouco melhor as alianças e conflitos entre esses grupos, tomando como ponto de partida artigos publicados na Revista Farmacêutica entre 1896 e 1898.

A discussão acerca das taxas de importação sobre remédios e produtos químicos engajou os membros da Sociedade Farmacêutica e ocupou as páginas da Revista, demonstrando, novamente, como a temática comercial não era negligenciada por nossos informantes. Diferentemente de alguns droguistas envolvidos no fornecimento de remédios e substâncias químicas, os farmacêuticos paulistas envolvidos na fabricação destes produtos, como Luiz de Queiroz, Pedro Baptista de Andrade e José Meira de Vasconcelos, apoiavam a existência de taxas de importação elevadas para, assim, estimularem a produção e venda de medicamentos e produtos químicos nacionais.

Em relação ao debate sobre as taxas de importação, destacamos que nosso objetivo não será realizar um acompanhamento sistemático das articulações realizadas por farmacêuticos, droguistas e outros industriais, já que essa discussão, se aprofundada, se afastaria de nossa problemática central. Visamos observar a circulação deste debate na Revista Farmacêutica a fim de discutirmos em que consistiam algumas das disputas estabelecidas entre farmacêuticos e droguistas.

Durante o ano de 1896, a Revista Farmacêutica criticou, em seu editorial de junho, a articulação de droguistas cariocas junto às autoridades federais, tendo em vista abaixar o imposto sobre produtos químicos e medicamentos importados. Segundo o artigo, os droguistas teriam alegado que os produtos nacionais não possuiriam uma qualidade equiparável aos estrangeiros, devendo, por isso mesmo, ter sua importação facilitada.

Visando mostrar seu apoio às iniciativas dos farmacêuticos cariocas contra a ação movida pelos droguistas, o editorial intitulado *Interesses Profissionais - Industria Farmacêutica*, listou os principais laboratórios farmacêuticos nacionais - todos eles paulistas ou cariocas -, atestando sua qualidade e eficiência em substituir os gêneros estrangeiros:

Os laboratórios de Werneck, Silva Araújo, Baptista de Andrade, Freire Aguiar, Schaumann e tantos outros espalhados por todo o país, tem conseguido diminuir a importação que fazíamos de produtos pharmaceuticos, taes como pastilhas, xaropes, elixires, pílulas, etc. (INTERESSES, 1896, p. 16).

Retomando a seu favor os discursos de progresso nacional atrelado à ciência e à indústria, os membros da Sociedade argumentavam que a baixa nas taxas de importação além de gerar problemas ao desenvolvimento das fábricas citadas acima, também traria malefícios à própria economia e desenvolvimento nacional. Afastando a hipótese de que os gêneros nacionais teriam uma qualidade inferior, os autores na Revista citaram que o maior entrave ao progresso da indústria farmacêutica nacional seria o droguista:

Os nossos industriaes, compreendendo os intuitos de patriotismo do Governo, tem melhorado os seus produtos, quer quanto à qualidade, quer quanto a preço, afastando assim a concorrência estrangeira. Infelizmente, eles tem contra si um inimigo poderoso: o droguista. Haja visto o resultado de um intervien que teve o ilustre jornalista Dr. Luiz de Castro, redactor da ‘Gazeta de Notícias’, com um sócio da casa Magalhães Lucius, C^{ia}, do Rio de Janeiro. Quanta infâmia, quantos insultos, quanta calúnia foram empregadas por aquele senhor para salvaguardar os interesses dos fabricantes estrangeiros que também eram os seus! Todos os nossos colegas devem guardar na memória a ingratidão e a injustiça com que fomos julgados por aquele droguista. (Ibid., p. 17).

Embora essa polêmica tenha se originado na capital federal, sua repercussão das páginas de uma publicação paulista nos permite observar os interesses comuns destes farmacêuticos, assim como, quais temáticas geravam desavenças com droguitas envolvidos em ações de importação. Uma vez que os farmacêuticos – paulistas e cariocas – proprietários de laboratórios desejavam manter os produtos importados mais caros, para, assim, angariar mais clientes e expandir seus negócios. Por outro lado, os droguitas, envolvidos na importação de medicamentos e produtos químicos, desejavam que esses gêneros tivessem sua taxaço reduzida, para serem revendidos a preços mais atrativos.

As relações entre droguitas e farmacêuticos não se restringiram à concorrência e embates entre produtores nacionais e importadores. Como veremos a seguir, as drogarias também atuavam como revendedoras dos produtos nacionais para cidades do interior de São Paulo e de outros estados (como Rio de Janeiro e Bahia) (REVISTA, 1896, s/p). Por intermédio das consistentes redes comerciais e parcerias de que dispunham as grandes drogarias, como a Casa Baruel situada em São Paulo, observaremos como os farmacêuticos poderiam ampliar a rede de consumidores para seus medicamentos, xaropes, tônicos, entre outros.

Acompanhando a dinâmica da Drogaria Baruel, atentaremos como cabia aos farmacêuticos associarem-se às substâncias, de maneira a produzirem preparados estáveis e de qualidade, enquanto os droguistas se responsabilizariam pela exposição desses produtos e sua distribuição para outras regiões. Medicamentos preparados por farmacêuticos não eram os únicos produtos expostos à venda em uma drogaria, esse estabelecimento, inclusive aqueles que possuíam um porte maior, possuía em seus estoques: artigos de perfumaria, higiene, produtos químicos (somente para farmacêuticos e industriais), instrumentos laboratoriais e cirúrgicos. Entretanto, nosso objetivo será atentar, justamente aos medicamentos e sua circulação nas drogarias, pois consideramos que seguindo esses objetos conseguiremos perceber em que consistiam as alianças entre farmacêuticos e droguistas.

Dispondo de uma localização privilegiada no centro da cidade, a Drogaria Baruel situava-se na Rua Direita número 1, esquina com o largo da Sé, num edifício sobrado com dois andares com instalações subterrâneas. Através de extensa descrição publicada na *Revista Médica de São Paulo* em julho de 1899, observaremos como essa Drogaria se inseria nas concepções de cidade moderna e higiênica que a oligarquia paulista em parceria com a fala “científica” buscava estimular, desde as décadas finais do século XIX (RAGO, 1987; CASTRO SANTOS; FARIA, 2003; BARBUY, 2006). O objetivo deste remodelamento urbano era inserir a cidade de São Paulo, nos moldes das principais capitais do mundo, estimulando a construção de parques, boulevares, praças e grandes magazines (BARBUY, 2006).

A região central da cidade de São Paulo, que antes recebia pouca atenção das elites, passou por intensas reformas financiadas por autoridades estaduais e particulares, interessadas em instalar seus negócios na região (TEIXEIRA, 1995; BARBUY, 2006; SANTOS, 2008). Nesse momento, algumas ruas foram alargadas, praças foram instaladas, grandes e imponentes sobrados foram construídos, assim como, gradativamente, os agentes considerados “indesejáveis” à cidade moderna – feirantes, quitandeiras, carroceiros, entre outros - foram sendo expulsos desses espaços, passando a circular em áreas mais afastadas do centro. (SANTOS, 2008; RAGO, 1987).

As ruas da região central tornavam-se cada vez mais espaços de sociabilidade e circulação dos membros das elites e suas famílias, que começavam a instalar suas residências na capital. A fim de atraírem a atenção destes pedestres - potenciais compradores -, as casas comerciais também se inseririam nesta estética e organização espacial moderna e higiênica, expondo seus produtos em impecáveis vitrines para, assim,

aguçar os sentidos dos consumidores (BARBUY, 2006). Em conformidade com o novo planejamento urbano e as modificações sociais vivenciadas no centro, a historiadora Heloísa Barbuy discute como a necessidade de exposição dos produtos ganhou centralidade, em detrimento do pequeno e modesto comércio, atrelado ao passado e ao atraso:

Era, aliás, em sentido amplo, o tempo das exposições: das grandes avenidas às exibições de produtos industriais, a ordem era abrir amplos espaços, arejados – expostos. Não se queria mais deixar lugar às vielas, casas toscas, ambientes escuros. O comércio em armazéns onde apenas se estocavam mercadorias, sem estratégias especiais para exibi-las, ia ganhando conotação de prática antiquada. (BARBUY, 2006, p. 71).

Grandes e imponentes vitrines também podiam ser encontradas na Droguaria Baruel, estabelecimento no qual os produtos eram criteriosamente dispostos de maneira a despertar o interesse dos clientes. Esse estabelecimento possuía duas entradas, uma voltada para a Rua Direita e a segunda dando acesso ao largo da Sé, a primeira reunia artigos de perfumaria: “como si o Baruel tivesse querido impressionar agradavelmente a pituitária de quem visita o seu estabelecimento.” (DROGARIA, 1899, p. 211). Enquanto na entrada voltada para o largo da Sé, as vitrines: “são destinadas alcaloides ou remédios acondicionados em pequenos vidros.” (Idem.).

Esse estabelecimento possuía um estoque bastante diversificado, dispondo de uma sessão de perfumaria importada – citada acima -, utensílios cirúrgicos, higiênicos, preparados nacionais e importados. A fim, justamente, de demonstrar o controle racional sobre a profusão de mercadorias oferecidas ao consumidor, essa droguaria dispunha de rigorosa setorização de seus produtos, chegando, segundo os editores da Revista Médica, a realizar uma espécie de “drogarografia”:

Um facto desde logo enche de admiração a quem recorre este vasto labirinto: é a ordem que preside a disposição das drogas. Cada droga tem sua seção própria e ainda lá ela ocupa logar determinado e constante. O Baruel pode fazer em sua droguaria o que nós nos gabávamos de fazer com nossos livros: vamos sem luz busca-los na estante. Aquela ordem faz lembrar uma biblioteca bem disposta e catalogada. Assim como existe uma bibliografia, deve haver de certo alguma ciência do droguista, ou drogarografia, de que só Baruel tem o segredo. (Idem.).

Por meio desta descrição percebemos como a Droguaria Baruel, mesmo não dispondo de um laboratório aos fundos, possuía uma ação comercial vigorosa, justamente por misturar diferentes produtos num mesmo estabelecimento. Além desse variado sortimento de gêneros, a organização dos produtos e sua exposição das vitrines, “aguçava

os sentidos” (BARBUY, 2006) dos compradores, estimulando, por exemplo, que um cliente entrasse no estabelecimento interessado nos perfumes e em seguida atrásse-se para a vitrine dos remédios (ou o contrário).

A organizada distribuição dos produtos também nobilitava a imagem da drogaria junto à clientela de elite que se formava na capital paulista, que a procuraria quando buscasse os medicamentos prontos e considerados de uso inofensivo. Os produtos de farmacêuticos ou fabricantes nacionais dispunham de um espaço especial na Drogaria Baruel, situando-se no centro do estabelecimento. A Revista Médica exaltava a sorte que possuiria o farmacêutico e industrial cujos produtos fossem distribuídos e revendidos pela Baruel, que dispunha da fama de escolher os gêneros de seu catálogo com muito critério:

As duas armações justapostas, que em forma de paredes falsas dividem o salão, são destinadas exclusivamente aos inumeráveis preparados nacionais de que o Baruel é depositário e de outros quaisquer produtos que a indústria pharmaceutica nacional tenha lançado ao mercado. Entre parêntesis, convém notar que o Baruel só recebe à consignação preparados de sua inteira confiança, e que mereceram a sua proteção. Desta sorte a maior aspiração que pode ter hoje um industrial pharmaceutico em S. Paulo é ter o Baruel por depositário. Desde que ele se incumba de lançar ao mercado qualquer produto, o sucesso está garantido ao fabricante. (DROGARIA, 1899, p. 141).

Para os farmacêuticos, inserir seus preparados nos catálogos das grandes drogarias – dentre as quais acompanhamos a Baruel – proporcionava-lhes legitimidade como produtores de remédio estáveis, confiáveis e passíveis de serem revendidos para diferentes regiões. Atentando a essa dinâmica, percebemos como possuir produtos sendo comercializados pela Baruel, proporcionava aos farmacêuticos reconhecimento enquanto cientistas, que por meio das boas práticas de manipulação produziriam os medicamentos elegantemente distribuídos nas estantes.

A própria exposição dos preparados nas belas vitrines da drogaria, também fortalecia os vínculos desses remédios com a práticas de cura higiênicas e consideradas adequadas pelas autoridades políticas e sanitárias. Inserindo-se nesse processo, remédios como a “Magnésia Fluida” – de Pedro Baptista de Andrade -, o “Xarope das Creanças” de Luiz de Queiroz, a “Zelina, remédio contra enxaqueca e Xarope Peitoral” de Amando Sotckler, assim como, o “Peitoral de Cambará e Angico” de Cândido Assis Ribeiro (Idem.), seriam expostos e vendidos como objetos acabados e racionalizados pela ação desses cientistas, garantindo assim a boa fama dos produtos distribuídos pelo Baruel.

Além da exposição nas vitrines, o farmacêutico que possuísse seus remédios revendidos pela Drogaria Baruel também poderia atingir mais compradores em consequência das boas redes de comunicação e distribuição de que dispunha essa drogaria:

Tudo isso não apresenta senão o mostrador ou a vitrina da drogaria, porque os armazéns onde se amontoam os grandes stocks, esses ocupam dois grandes prédios, um à rua da Caixa D'Água (secção de encaixotamento e remessa para o interior) e outro, o grande depósito, no Pary, empilhado de drogas vindas dos melhores fornecedores europeus. (Idem.).

Apesar de não ter se associado à Sociedade Farmacêutica, Francisco Baruel manteve uma relação de proximidade com os farmacêuticos paulistas, sendo um interessante aliado para aqueles que quisessem ter seus preparados revendidos em outras cidades, ou mesmo adquirir produtos químicos estrangeiros e utensílios de laboratório. Além dessa circulação de mercadorias, Baruel também mobilizou seus abastecidos estoques na doação do primeiro material de laboratório da Escola de Farmácia de São Paulo:

Devido ao generoso donativo dos comerciantes srs. F. Baruel & C., os gabinetes de farmácia e chimica possuem todo o material preciso, taes como: um magnífico forno de terra refractaria, dentre a profusão de tubos de ensaio e graduados, matrizes, balões, retortas, crystallizadores, aparelhos de decantação, provetes, tubos de segurança, capsulas, etc. (Notas, 1899, p. 48).

Essa proximidade entre farmacêuticos paulistas e alguns droguistas, além de trazer benefícios à Escola de Farmácia que teve seus laboratórios formados por meio da doação de Francisco Baruel, também foi importante para a manutenção da Revista Farmacêutica durante sua primeira fase (1895-1898). A Revista, que nesse momento estava sob a direção da Sociedade Farmacêutica, passou, a partir de setembro de 1896, a publicar propagandas de médios, laboratórios farmacêuticos e drogarias em suas páginas finais, nas quais constam anúncios da Drogaria Baruel, do *Laboratório Farmacêutico Queiroz & Moura*, da *Pharmacia Mayer & Comp.*, de importadores de drogas e remédios estrangeiros como a *Baiss, Brothers and Co.*, assim como, de medicamentos como a *Magnésia Fluida* de Pedro Baptista de Andrade, indicando que esse produto poderia ser encontrado na *Drogaria Baruel* ou *Pharmacia Castor* (REVISTA, 1896, s/p).

Consideramos que a venda de espaços para anúncio na Revista auxiliaria sua perpetuação provendo-lhe mais uma fonte de renda além das assinaturas e mensalidades pagas pelos membros da Sociedade. Tal parceira foi festejada no editorial que abriu as

atividades do terceiro ano dessa publicação, em maio de 1897, agradecendo: “A preferência com que diversos droguistas tanto nacionais, quanto estrangeiros tem distinguido nossa sessão de anúncios, é valioso incentivo para continuarmos nossas tarefas.” (REVISTA, 1897, p. 1).

Durante as páginas anteriores percebemos como a relação entre farmacêuticos e droguistas não obedeceu uma lógica totalizante de alianças ou disputas, para observarmos as correlações entre esses grupos precisamos romper com a visão homogênea, atentando a quais droguistas estávamos nos referindo. Tomando essa perspectiva, percebemos que a temática das taxas de importação mostrou-se um foco de embates entre grupos envolvidos com a importação de produtos como a Casa Magalhães, Lucius e Cia., e farmacêuticos donos de laboratórios nacionais como Luiz de Queiroz, Pedro Baptista de Andrade, Silva Araújo e Freire Aguiar.

Atuando como fornecedoras para estabelecimentos do interior, percebemos como as drogarias paulistas poderiam aumentar as vendas de remédios produzidos por nossos informantes, e também agregar legitimidade a esse produto, exibindo-o em belas e organizadas vitrines. Por meio desta dinâmica, percebemos aproximações entre farmacêuticos envolvidos na produção de medicamentos - como Pedro Baptista de Andrade, Luiz de Queiroz, Amando Stockler e Cândido Assis Ribeiro – e droguistas como Francisco Baruel.

Acompanhamos também como as autoridades sanitárias tampouco perderam esses estabelecimentos de vista, já que nas drogarias circulavam produtos considerados tóxicos, devendo, por isso, submeter-se a uma fiscalização específica que mediaría a relação entre os consumidores e as substâncias. Por meio das leis e decretos analisados acima, observamos como esses estabelecimentos deveriam vender produtos químicos ou preparados “perigosos” apenas para especialistas – farmacêuticos ou industriais -, catalogando a entrada e saída desses gêneros em livros especiais.

Segundo as disposições sanitárias, as drogarias estavam autorizadas a vender para o público somente artigos de perfumaria ou preparados considerados inofensivos, devendo manter distância das manipulações farmacêuticas e dos laboratórios, proibidos de funcionar em seu interior. Entretanto, o caso da Droguaria Baruel nos permite observar como mesmo não realizando manipulações em seus fundos, a autoridade do discurso científico e seu uso no momento de se tabelar os preços dos produtos e demarcar a qualidade dos gêneros vendidos, não deixou de circular por esse espaço.

Como vimos acima, essa drogaria mobilizava a seu favor a “racionalidade científica”, desde o impecável ordenamento das vitrines, até a propaganda sobre a idoneidade dos produtos vendidos e escolhidos “criteriosamente” por Francisco Baruel. Percebemos, então, como essa drogaria utilizou em seu benefício as conexões que se estabeleciam na cena republicana, e nas próprias reformas urbanas vivenciadas em São Paulo, entre ciência, modernidade, civilização, consumo e higiene.

3.3. O Laboratório *Pharmaceutico do Estado*

Discutimos anteriormente que embora os farmacêuticos repelissem a fama de comerciantes, contrapondo-a à imagem do cientista, os estabelecimentos de farmácia conciliavam, a todo momento, ações comerciais e científicas, mostrando-se um espaço híbrido de ciência e comércio. Segundo as descrições da Farmácia Veado De Ouro escritas por João Varella, percebemos como esse estabelecimento realizava uma intensa articulação entre, de um lado a “excelência das manipulações laboratoriais” e a “limpeza impecável das vidrarias”, e do outro, as transações comerciais bastante eficientes realizadas nos balcões, onde se cobrava um “bom preço” pelos remédios adquiridos nesse estabelecimento.

Partindo-se do entendimento de que o farmacêutico seria ao mesmo tempo um cientista e negociante, buscaremos refletir qual o papel que esses “profissionais híbridos” se atribuíam junto às instituições de saúde pública instaladas em São Paulo na década final do século XIX. Até o presente momento, observamos como as relações entre farmacêuticos e as autoridades sanitárias, principalmente com os diretores como Emílio Ribas e Arthur Neiva, fundavam-se no interesse dos primeiros em ter sua ação profissional devidamente regulada, expulsando e punindo práticos não-licenciados e curandeiros. Agora, atentaremos quais relações ou conflitos os membros da Sociedade Farmacêutica Paulista estabeleceram com o *Laboratório Farmacêutico do Estado*, principalmente no que concernia o fornecimento de remédios.

Conforme debatemos no início do primeiro capítulo, as instituições de saúde pública paulistas foram instaladas durante a década final do século XIX e resultaram da maior atenção dispendida pelas oligarquias dirigentes nas ações de saúde e higiene (TEXEIRA, 1995; CASTRO SANTOS; FARIA, 2003). Nesse momento, novos estudos sobre bacteriologia e microscopia ganhavam espaço, assim como, a valorização dos

laboratórios como espaços a partir dos quais o combate a epidemias poderia ser organizado.

Segundo Maria Alice Ribeiro, o *Laboratório Farmacêutico do Estado* inseriu-se nesse contexto de maior intervenção estatal nas ações de saúde pública. Segundo a autora esse Laboratório atuava em sincronia com as ações realizadas no Instituto Bacteriológico e Vacinogênico, assim como, com o Serviço Geral de Desinfecção:

O Laboratório Farmacêutico surgiu para diminuir as despesas do Estado com a compra de medicamentos e substâncias químicas empregadas nas desinfecções junto às farmácias particulares. O Estado demandava grandes quantidades desses produtos para abastecer os hospitais, as desinfecções, as enfermarias dos quartéis e das prisões, etc. (RIBEIRO, 1993, p. 33).

Esse Laboratório iniciou suas atividades em 1890 como *Farmácia no Estado* (TEXEIRA, 1995; RIBEIRO, 1993), fornecendo remédios às enfermarias de instituições públicas e produtos de desinfecção às ambulâncias que partiam para o interior. No ano seguinte, a *Farmácia do Estado* passou a agregar mais funções, incluindo como beneficiários de seus serviços os funcionários públicos do estado:

Os pedidos de aviamento de receitas e de remédios dos funcionários eram atendidos a preço de custo e as despesas descontadas da folha de pagamento. Com a incorporação dessa clientela, o laboratório cresceu e o número de funcionários passou de quatro para oito. O prédio onde funcionava mostrou-se acanhado e um novo e mais amplo foi alugado. (RIBEIRO, 1993, p. 33).

Dando continuidade às ações da *Farmácia do Estado*, as autoridades públicas criaram, em 1892, o *Laboratório Farmacêutico do Estado*, instituição vinculada ao Serviço Sanitário⁶⁷. Em diálogo com os apontamentos de Ribeiro sobre a organização do *Laboratório Farmacêutico do Estado* e suas principais atribuições, consideramos que esse instituto implementou um novo posicionamento das autoridades públicas em relação à distribuição de medicamentos. A partir de sua instalação, o Governo do Estado tomou para si a tarefa de produzir o sortimento de drogas e remédios que seriam utilizados nas ações de desinfecção, abastecimento dos hospitais públicos e distribuição à população em momentos de epidemia.

⁶⁷ Consideramos importante ponderar que o Laboratório Farmacêutico do Estado atuava num eixo distinto daquele seguido, por exemplo, pelo Instituto Butantã, criado com o intuito de fabricar soro contra peste (TEXEIRA, 1995). Essa instituição, deferentemente do Laboratório Farmacêutico, voltou-se à produção de soros e vacinas, mantendo, já em 1902 “a atribuição de fabricar todos os soros e vacinas requeridos pelo Serviço Sanitário.” (BENCHIMOL; TEIXEIRA, p. 14).

Através dos já citados estudos historiográficos de Vera Marques e Verônica Velloso sobre a trajetória da profissão de boticário e farmacêutico, respectivamente, no período colonial e imperial, percebemos como nesses momentos as autoridades públicas não dispunham de um arsenal próprio de remédios, tampouco de pessoal contratado para produzi-los em caso de necessidade. Instituições como os Colégios Jesuíticos e as Santas Casas de Misericórdia possuíam seu próprio sortimento de remédios, entretanto, quando se debelavam epidemias, usualmente as autoridades públicas contratavam os serviços de boticários instalados na região, ou mesmo trazidos de longe.

Em relação ao século XVIII, Vera Marques argumenta que os boticários conhecidos por suas “mui bem sortidas” boticas localizavam-se, majoritariamente na Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, sendo contratados pelas autoridades para o fornecimento de remédios em casos de surtos epidêmicos: “Foi o caso de botica preparada para acudir a epidemia que grassava Sobral, na capitania do Ceará, em 1781, e que fora adquirida em Recife do boticário Manoel dos Santos Nunes de Oliveira.” (MARQUES, 1999, p. 193).

Já nos tempos do Império, o estudo de Verônica Velloso (2007) também nos permite ver como entidades particulares responsabilizavam-se pelo fornecimento de remédios à população em momentos de epidemias. A autora acompanhou o caso do farmacêutico carioca Ezequiel Corrêa dos Santos que possuía o título de Boticário da Casa Imperial e, no caso da epidemia de febre amarela vivenciada pela capital entre 1849 e 1851, atuou em parceria com a Santa Casa no fornecimento gratuito de remédios à população (p. 118). Por fim, o estudo de Lycurgo dos Santos Filho e José Nogueira Novaes (1996) sobre a epidemia de Febre Amarela em Campinas, nos anos iniciais da República (1889-1900), nos permite observar, novamente, a contratação de farmácias particulares pelas autoridades públicas em momentos de epidemias:

E tal circunstância provocou a adoção pela câmara municipal, de medidas em prol dos doentes pobres. Assim, custeou a condução dos médicos, como se disse acima, distribuiu alimentos e roupas, e autorizou o fornecimento gratuito de remédios pelas oito farmácias da cidade ainda abertas, mediante prescrição médica, por conta da mesma edilidade. (Ibid., p. 46).

Os estudos citados acima abordam diferentes períodos de nossa história, permitindo-nos ver como se estabeleciam as relações entre os boticários ou farmacêuticos e as autoridades em momentos de epidemias, quando se necessitava de um fornecimento urgente de remédios. Nessas ocasiões, os boticários e farmacêuticos eram contratados

pelas autoridades políticas municipais ou estaduais para, mediante um pagamento prévio, fornecerem gratuitamente os remédios aos enfermos. Consideramos que esse tipo de parceria deixou de existir em São Paulo após a instalação do *Laboratório Farmacêutico do Estado*, já que esse instituto se encarregaria de preparar os remédios que abasteceriam os hospitais públicos, seriam consumidos pelos servidores do estado e também distribuídos em momento de surtos epidêmicos, como veremos a seguir.

Entre 1895 e 1916, o Laboratório atuou sob a direção de Cristovão Buarque de Holanda, membro da Sociedade Farmacêutica e que também conciliou as ações dessa diretoria com a docência na Escola de Farmácia. Segundo Maria Alice Ribeiro, logo no primeiro ano de sua gestão, Holanda implementou importantes mudanças à dinâmica do Laboratório:

Em 1895, assume a direção do Laboratório o farmacêutico Christovão Buarque de Holanda que introduz uma série de modificações na organização do trabalho, dividindo as atividades em três sessões encarregadas do receituário: a dos funcionários públicos; a das enfermarias sustentadas pelo Estado (hospício, cadeias, força pública, penitenciárias, força federal e hospedaria dos imigrantes) e das repartições públicas (Comissão de Desinfecção da Capital, Instituto Bacteriológico, Repartição Central da Polícia, Corpo de Bombeiro e Laboratório de Análises Químicas.). As enfermarias do hospício, cadeia e da força pública eram aquelas que mais demandavam medicamentos. Em seguida vinham as ambulâncias, remessas de drogas e medicamentos aos inspetores sanitários em trabalhos no interior do Estado. (RIBEIRO, 1993, p. 34).

A criação de um espaço destinado ao fornecimento de medicamentos para cidades do interior, hospitais, cadeias e funcionários públicos modificava a relação de dependência que as instalações públicas possuíam em relação ao fornecimento realizado pelos farmacêuticos. Consultamos os relatórios enviados pelos Secretários do Interior aos presidentes do Estado de São Paulo em 1898, entre 1907 e 1909 e por fim, em 1912. Também levamos em consideração as discussões sobre o Laboratório presentes no relatório enviado pelo Diretor do Serviço Sanitário Emílio Ribas ao Secretário do interior do estado de São Paulo, no ano de 1906, publicado em junho de 1907 pela Revista Médica de São Paulo (RIBAS, 1907).

Ao longo desta documentação podemos observar a ação do Laboratório Farmacêutico do Estado junto à diferentes epidemias e surtos que atingiram a capital paulista e o interior. A partir de 1908, o dispensário Clemente Ferreira passou a ser abastecido por produtos preparados pela equipe de Buarque de Holanda, cabe lembrar que essa instituição havia sido fundada em parceria com a Liga Paulista Contra a

Tuberculose a fim de conter o avanço dessa enfermidade na capital (ROSEMBERG, 2008). Entre 1908 e 1909, por ocasião do surto de varíola, os relatórios apontam um aumento nos hospitais de isolamento instalados no interior e das ações de desinfecção das ruas, o que ocasionou um aumento na produção de remédios pelo Laboratório.

Percebemos então uma nova dinâmica por meio da qual uma instituição estatal envolvia-se diretamente no fornecimento de remédios nos momentos de epidemias e para estabelecimentos públicos. Em princípio, tais ações desempenhadas pelos Laboratório Farmacêutico do Estado geraram estranhamentos e críticas por parte de membros da Sociedade Farmacêutica, como veremos a seguir.

A fim de observarmos alguns elementos da tensão que se estabeleceu entre o *Laboratório Farmacêutico do Estado* e a *Sociedade Farmacêutica* durante a primeiro ano da gestão de Buarque de Holanda, acompanharemos um artigo publicado na sessão Bibliografia da Revista em maio de 1896. Essa publicação analisa o relatório enviado pelo Diretor ao Secretário do Interior do Estado de São Paulo e de início elogia as ações que Holanda desempenhou em seu primeiro ano de direção.

Entretanto o tom do artigo se modifica quando a questão do preço dos medicamentos fornecidos pelas farmácias particulares aos estabelecimentos do Estado foi citada pelo diretor:

Nosso colega, referindo-se aos fornecimentos que estas pharmacies faziam para os estabelecimentos públicos antes da criação d'este Laboratório, diz que eram feitos por preços muito superiores aos actues, e procura provar sua asserção com um exame comparativo entre as despesas daquela época e as de hoje. (BIBLIOGRAFIA, 1896, p. 12).

Percebemos por meio deste trecho como, em relação a São Paulo, a instalação do Laboratório gerou uma mudança na dinâmica de fornecimento de medicamentos e, conseqüentemente, uma diminuição dos gastos estaduais nesse sentido. Entretanto, assim como debatemos acima em relação à polêmica que circundava o preço dos medicamentos, novamente os membros da Sociedade não aceitavam que lhes chamassem de careiros, sempre remetendo ao escrúpulo e critério científico como elementos que justificariam o preço cobrado do cliente.

No que concernia a manipulação dos medicamentos, o relatório de Cristóvão Buarque de Holanda ao Secretário do Interior continha outra polêmica afirmação que tampouco passou despercebida pelos associados: “O autor do relatório procura ainda menosprezar a honorabilidade profissional dos seus colegas, quando diz que era

necessário, para obter medicamentos puros das *pharmacias* particulares, examiná-los um por um, *o que se torna desnecessário com o Laboratório actual.*” (Idem.).

A declaração de que os produtos comprados das farmácias particulares necessitariam ser conferidos, colocava sob suspeita os passes por meio dos quais esses medicamentos eram produzidos nos laboratórios desses estabelecimentos. Destacamos que ao questionar os remédios (objetos) vendidos às autoridades públicas antes do Laboratório, Holanda também hesitava frente à idoneidade dos farmacêuticos como cientistas objetivos e que, justamente, se diferenciavam dos “charlatões” por produzirem medicamentos estáveis e bem manipulados.

Considerando que em muitos momentos a própria Revista Farmacêutica repudiou a ação de farmacêuticos citados como pouco estudiosos, maus representantes da classe ou que colocariam o interesse comercial acima do científico. Supomos que a indignação exposta na Revista em relação à afirmação de Holanda, residia menos em negar a existência de sujeitos que necessitassem “ter seu trabalho sob suspeita”, e mais no fato do diretor ter abordado a classe farmacêutica de maneira geral, sem fazer distinções. Pensamos que essa ação foi considerada pelos associados uma propaganda demasiadamente negativa da ação dos farmacêuticos, que enquanto grupo buscavam, justamente naquele momento (um ano após a fundação da Sociedade), propagar sua imagem como cientistas confiáveis e, por isso, passíveis de sair do posto de auxiliar que as autoridades lhe reputavam.

Percebemos como o descontentamento dos associados com o relatório de Holanda envolvia tanto as críticas realizadas no âmbito comercial quanto no científico. O diretor do Laboratório desaprovava o valor cobrado pelos medicamentos que eram fornecidos por farmacêuticos particulares, assim como a qualidade das misturas empreendidas nesses estabelecimentos. Por fim, o artigo de maio de 1896 acusou o Laboratório Farmacêutico do Estado de realizar uma concorrência desleal com as farmácias particulares ao fornecer remédios a baixo custo para os servidores públicos: “Uma vez, porém, que nos proporcionam uma ocasião prometemos tratar em nosso próximo número da concorrência desleal e imoral que o Governo faz aos estabelecimentos particulares, vendendo medicamentos aos empregados públicos.” (Ibid., p. 13).

O artigo que fora prometido no trecho acima não se concretizou, tampouco novas polêmicas entre o Laboratório e a Sociedade ocuparam novamente as páginas da Revista Farmacêutica, publicação que, conforme debatemos anteriormente, contava com Buarque de Holanda como um de seus principais autores. Consideramos que esses choques iniciais

resultaram da implantação de uma nova maneira das autoridades estaduais suprirem seus estabelecimentos (hospitais, cadeias, escolas, hospedaria do imigrante) com medicamentos. A partir da fundação do Laboratório percebemos como o fornecimento e produção de medicamentos para instituições públicas passava a ficar sob controle estatal, não mais dependendo da contratação de farmácias particulares.

Entretanto, consideramos importante não nos estabilizarmos demasiadamente rápido na dualidade: produção estatal ou fornecimento privado de remédios. Lembramos que o *Laboratório Farmacêutico do Estado* não era uma instituição autossuficiente, necessitando suprir-se de produtos químicos, utensílios de laboratório e alguns preparados prontos. Considerando os apontamentos de Maria Alice Ribeiro e alguns dados coletados nos relatórios do secretário do interior do Estado de São Paulo, observamos como estabelecimentos particulares como o Laboratório Queiroz & Comp., J. Amarante & Comp. e a Drogaria Baruel, eram os principais fornecedores do Laboratório Farmacêutico do Estado (RIBEIRO, 1993).

Apesar das polêmicas que povoaram o primeiro ano da gestão de Cristóvão Buarque de Holanda, de maneira geral, o *Laboratório Farmacêutico do Estado* mostrou-se alinhado à demandas defendidas inicialmente pela Sociedade Farmacêutica. A questão do licenciamento dos práticos, por exemplo, não passou despercebida pelo diretor, que inseriu, nos relatórios enviados ao Secretário do Interior José Pereira de Queiroz em 1898, a seguinte requisição:

Entre outras medidas sugere a de exigir concurso para as vagas de práticos de pharmácia que se derem no laboratório; pois si para abrir pharmacia em logarejos do interior, exige o regulamento do serviço sanitário conhecimentos de manipulação farmacêutica e noções de posologia, não é justo que para o lugar de prático do laboratório do Estado sejam essas exigências dispensadas, o que equivale a pô-lo em nível inferior ao das referidas localidades, quando deve ser modelo, mesmo aqui na capital.” (QUEIROZ, 1898, p. 23).

Não conseguimos acompanhar se o pedido do diretor pela contratação de práticos com exame de licença foi atendido. Entretanto, após a implementação do Decreto n.1.439, de 15 de fevereiro de 1907⁶⁸, que regulava a ação do Laboratório, percebemos os práticos

⁶⁸ Por meio da documentação analisada, percebemos que a criação de uma legislação que sistematizasse as tarefas do Laboratório Farmacêutico do Estado era uma das demandas de Holanda junto às autoridades, chegando mesmo a ser citada no relatório apresentado pelo diretor do Serviço Sanitário Emílio Ribas ao Secretário do Interior Gustavo de Godoy em 1908: “Basta ter presente a verba orçada anualmente para a compra de drogas e desinfectantes, para se fazer uma ideia da grande responsabilidade que pesa sobre a Diretoria do Laboratório. Até o presente, todo o complexo serviço dessa repartição tem sido regulado por praxes ou autorizações verbaes, escriptas e resoluções de momento. Não é possível, desse modo, guardar

contratados precisaram possuir habilitações específicas, que em muito convergiam com as exigências dos exames de licenciamento, que eram aplicados pelo mesmo Laboratório desde 1896:

Artigo 9.º - Os cargos de práticos de pharmacia, serão preenchidos por promoção de auxiliares ou nomeação do Presidente do Estado, precedendo concurso neste último caso. **Paragrapho unico.** - O concurso versará sobre linguas portugueza e franceza, arithmetica e manipulação pharmacetica, sendo o seu processo, quanto ás provas, forma, duração, etc. determinado pela banca examinadora, que se comporá do director do Laboratório, como presidente, e de dois funcionarios de qualquer das secções do Serviço Sanitario, designados pelo respectivo director. (SÃO PAULO, 1907, s/p)

Sendo assim, os práticos que desejassem ser contratados pelo Laboratório Farmacêutico do Estado poderiam recorrer a dois caminhos: ou realizariam carreira na Instituição, iniciando no posto de auxiliar, ou deveriam se submeter a um exame. A fim de compreendermos como o prático de farmácia se encaixaria na dinâmica deste Laboratório, descreveremos rapidamente quais grupos compunham seu corpo de funcionários, assim como, os encargos de cada um deles.

Segundo o regulamento de 1907, o Laboratório Farmacêutico do Estado possuiria um diretor, um prático químico, quatro práticos de farmácia, um escriturário, dois auxiliares e dois serventes. Ressaltamos que ao escriturário caberia cuidar dos importantes livros de registros que discutimos acima, pois esses profissionais registrariam a quantidade de drogas que haviam sido aviadas, vendidas, compradas e mesmo a circulação de ambulâncias para cidades do interior (Idem.).

O diretor deveria fiscalizar os demais funcionários e conferir livros de presença e prestação de contas junto ao diretor do serviço sanitário, ele também se encarregava de manter as despesas com o expediente do laboratório dentro do limite estabelecido pelo regulamento: 150\$000. Esse valor se mostra bastante baixo se comparado à responsabilidade do Laboratório em suprir diferentes espaços públicos, assim como, distribuir ambulâncias pelo interior, justificando, assim, as constantes reclamações de Holanda nos relatórios do Secretário do Interior (RIBAS, 1907; GODOY, 1908). Os rendimentos do Laboratório também nos parecem bastante baixos quando comparados aos valores que circulavam por instituições particulares de farmácia como a Farmácia Veado. Essa diferencia também se faz notar nos salários dos profissionais de ambos

uniformidade de ação nas deliberações, pela impossibilidade de conservá-las na memória.” (GODOY, 1908, p. 223).

espaços, uma vez que um prático de farmácia da Veado de Ouro ganhava 300\$000, enquanto, segundo o regulamento de 1907, o diretor do Laboratório Farmacêutico do Estado possuiria 7800\$000 de rendimento anual, o prático químico: 4800\$000 e o prático de farmácia: 3000\$000 (SÃO PAULO, 1907).

O diretor do Laboratório também se encarregaria de escolher quais dos quatro práticos substituiriam o prático químico em sua ausência. Esse último, deveria conferir diariamente os talões nos quais constavam as requisições do interior e os fornecimentos que haviam sido realizados, informando os resultados ao diretor. Assim como organizar as ambulâncias que partiriam nos próximos dias e “Preparar os productos officinaes destinados ao consumo do Laboratorio.” (Idem.).

O prático químico atuava como chefe dos práticos de farmácia, cabendo a esse grupo de profissionais realizar a produção dos medicamentos e preparados que seriam distribuídos pelo Laboratório. Novamente, percebemos como os práticos eram aqueles que, embora não fossem vistos como cientistas, eram os responsáveis pelas misturas realizadas nos laboratórios e pela na produção dos medicamentos, que depois de purificados seriam vistos como obra do farmacêutico-cientista. Embora os práticos não fossem dotados de qualquer protagonismo nas publicações que utilizamos como fonte, consideramos que sua atuação junto às misturas seria essencial para a produção dos objetos que davam vida e função ao Laboratório. Sugerimos que essa importante posição dos práticos de farmácia, que posteriormente poderiam ascender ao posto de prático químico, nas ações do Laboratório Farmacêutico do Estado, justifique a disposição de submeter a exames aqueles que não tivessem realizado carreira nesse espaço.

Em relação aos práticos que eventualmente fossem indicados, percebemos que o Laboratório manteria uma postura bastante semelhante àquele defendida pela Sociedade Farmacêutica que, como vimos no capítulo dois, contrapôs-se à concessão de licenças por meio de cartas de recomendação, defendendo a aplicação de provas. Consideramos que, a despeito dos desentendimentos mencionados acima, a gestão de Buarque de Holanda como diretor continha ações que nos remetem às demandas da extinta associação e do corpo docente da Escola de Farmácia.

O conteúdo dos exames citados pelo decreto de 1907 era bastante semelhante aos critérios de avaliação dos exames de licenciamentos aplicados pelo Laboratório entre 1896 e 1898. Novamente os candidatos deveriam realizar provas de português, francês e manipulação farmacêutica (SÃO PAULO, 1907), vetando, novamente, a entrada de imigrantes que não se comunicassem bem em português, ou mesmo de grupos que não

possuíssem manejo na língua francesa, idioma da Farmacopeia em vigência naquele momento.

A gestão de Buarque de Holanda como diretor do Laboratório Farmacêutico do Estado perdurou durante todo o período sobre o qual nos debruçamos. Como acompanhamos acima, esse diretor apesar dos conflitos iniciais espalhou por essa instituição algumas demandas da antiga Sociedade, principalmente em relação às habilidades que deveriam ser esperadas dos práticos. Além de compor o quadro dos antigos membros da Sociedade Farmacêutica, Holanda também foi professor da Escola de Farmácia e membro da comissão responsável pela elaboração da primeira versão da Farmacopeia em 1906 e de sua consequente efetivação em 1916.

Percebemos, então, como o diretor circulou por esses espaços nos quais se discutiam o que seria a prática farmacêutica científica e quem poderia desempenhá-la. Consequentemente, o Laboratório Farmacêutico do Estado também estava inserido nesses espaços, figurando, por exemplo, no Guia Ilustrado da Cidade de São Paulo, que havia sido elaborado por Victor Godinho (também professor da Escola), no qual podemos encontrar duas fotos que retratam o espaço interno do Laboratório. [ANEXO 2]

Segundo Maria Alice Ribeiro, após a reforma sanitária de 1917, o Laboratório Farmacêutico do Estado perdeu suas funções iniciais, sendo reduzido à funções de almoxarifado (RIBEIRO, 1993) Essa disposição se encontra no regulamento as seguinte maneira:

Artigo 45. - Fica suprimido o Laboratorio Pharmaceutico do Estado e, em sua substituição, fica crêado o Almoxarifado do Serviço Sanitario, o qual terá por fim : 1.º) Fornecer aos estabelecimentos dependentes do Serviço Sanitario, mediante ordem do director geral, productos chimicos e pharmaceuticos, utensilios e mais materiaes necessarios; 2.º) Preparar e remetter ambulancias de typo aprovado pelo Serviço Sanitario aos estabelecimentos de ensino dependentes da Directoria Geral da Instrucção Publica. (SÃO PAULO, 1917, s/p)

Percebemos, então, como essa disposição esvaziou qualquer menção à produção de remédios no Laboratório, que uma vez transformados em almoxarifado, se restringiria às ações de distribuição de remédios, produtos químicos e a utensílios, assim como, organizar as ambulâncias.

Apesar do encerramento de suas atividades em 1917, consideramos que a fundação de uma instituição como o *Laboratório Farmacêutico do Estado* nos permite refletir com um pouco mais as relações estabelecidas entre nossos informantes e as instituições sanitárias. Como debatemos acima, o farmacêutico retirava seus rendimentos

do comércio de substâncias químicas e remédios realizados nos laboratórios de seus estabelecimentos particulares. Em um primeiro momento, percebemos como esses profissionais temeram que a implementação do Laboratório lhes impusesse concorrência, assim como, viram-se em desvantagem já que não seriam mais contratados como fornecedores privilegiados de remédios para a população.

Por intermédio de relatórios do Serviço Sanitário e mesmo do Decreto de 1907, observamos a precária dinâmica vivenciada pelo Laboratório que dispunha de encargos crescentes - vinculados ao surgimento de epidemias e criação de novos hospitais que necessitariam de abastecimento - e um baixo investimento estatal em seu expediente, que se refletia desde o salário de seus funcionários, até o dinheiro reservado à compra de produtos para manipulação. Aliados aos problemas de ordem financeira - e sugerimos que em decorrência deles - essa instituição não possuía divisas necessárias à produção que lhe era demandada, necessitando, como vimos acima, recorrer aos grandes laboratórios e drogarias.

Essa necessidade de conciliar ações de fornecimento estatal e dependência de fornecimentos particulares deixou o Laboratório em um lugar do meio, que consideramos ter se mostrado bastante satisfatório aos interesses dos farmacêuticos paulistas. Por fim, julgamos que a figura de Buarque de Holanda na direção dessa instituição permitiu uma certa mediação entre as ações do Laboratório e as compreensões de como as boas manipulações farmacêuticas deveriam ocorrer. Principalmente se tomarmos como referencial a postura adotada em relação aos práticos, que ou seguiriam carreira dentro essa instituição aprendendo junto ao cotidiano do laboratório ou deveriam provar suas aptidões por meio de exames.

3.4. Farmacêuticas atuando em São Paulo: uma possibilidade de ascensão?

No capítulo anterior, expusemos a origem social das formadas pela Escola de Farmácia, tomando como ponto de referência a profissão exercida por seus pais (em poucos casos encontramos registro da profissão da mãe). A partir dessas informações, percebemos que as farmacêuticas diplomadas naquela instituição não pertenciam somente às famílias de elite. Das 66 que conseguimos encontrar a origem familiar, observamos como 27 pertenciam às camadas sociais mais prestigiadas, sendo filhas de médicos, advogados, engenheiros, coronéis e donos de fazendas no interior.

As outras 39 formadas não se encaixavam naquele perfil, uma vez que seus pais atuavam junto às mais diversas atividades urbanas: comerciantes, industriais, farmacêuticos, guarda-livros, tabeliões, contínuos de biblioteca, químicos, dentistas, professores, entre outras ocupações. Identificamos que uma quantidade significativa dessas farmacêuticas possuía pais comerciantes (10), industriais (6) e farmacêuticos (6), o que pode nos indicar certa familiaridade dessas agentes com a rotina de um comércio e, no caso das filhas de farmacêuticos, sugerimos que elas conheceriam previamente a dinâmica deste esse tipo de estabelecimento.

De momento, destacaremos as trajetórias familiares de cinco formadas filhas de comerciantes estabelecidos na capital paulista e no interior. Além da origem social similar, as diplomadas que citaremos a seguir não foram identificadas como donas de farmácia, embora tenham se registrado junto ao Serviço Sanitário de São Paulo. Como discutimos no capítulo anterior, esse registro poderia significar o interesse da farmacêutica em seguir carreira, o que não se confirmou nos casos que veremos a seguir. Acompanharemos a origem social dessas cinco formadas pois, a despeito delas não terem sido encontradas exercendo a profissão, acreditamos que a trajetória de suas famílias nos permitirá acompanhar, com um pouco mais de clareza, de quais grupos de comerciantes essas formadas advinham.

Carolina Fenore, por exemplo, e sua irmã Maria Fenore, eram imigrantes italianas e formaram-se na Escola de Farmácia em 1905, respectivamente com 19 e 17 anos. O pai dessas farmacêuticas possuía uma marcenaria, estabelecimento que enquadrámos como comercial por realizar transações financeiras em seus balcões, atender clientes e vender-lhes produtos que resultaram de seu trabalho, realizado aos fundos. Segundo o *Almanak Laemmert* de 1918, a marcenaria de Francisco Fenore encontrava-se na Rua Tamandaré, bairro da liberdade (ALMANAK, 1918, p. 4604).

Também citamos Armênia Velloso de Rezende, que se formou na Escola em 1905 com 21 anos. Seu pai, José Velloso Carneiro de Rezende possuía, no ano de 1901, uma loja de munições e armamentos localizada na Rua São João (ALMANAK, 1901, p. 1816). Henriqueta Faria Lima, por sua vez, diplomou-se com 20 anos em 1906, a farmacêutica nasceu na cidade de Campinas e era filha de Antônio Augusto da Silva Lima, proprietário, durante o ano de 1882 de uma Loja de “Secos e Molhados a Varejo” nessa mesma cidade do oeste paulista, na rua do Comércio (NOVO, 1882, p. 332).

Consideramos que atentar às atividades desempenhadas pelos pais dessas farmacêuticas nos permite inseri-las numa dinâmica social mais rica, que ganhava espaço

desde a década de 1870. Nesse momento, o estado de São Paulo enriquecia-se, devido à expansão do plantio de café pelo oeste paulista e as famílias de elite vinculadas à essa atividade fortaleceram-se econômica e politicamente (LOVE, 1982). Consequentemente, novas dinâmicas sociais também se impuseram, como a construção de linhas férreas que ligariam o porto de Santos, a capital São Paulo e as cidades do interior paulista.

A partir da década final do século XIX, a cidade de São Paulo recebeu amplos e diversificados contingentes populacionais, como as famílias de elite que, como vimos anteriormente, ocupariam os passeios das ruas centrais vislumbrando vitrines e inserindo-se na dinâmica de consumo do comércio chique que se instalava nessa região (BARBUY, 2006). Assim como, grupos oriundos das camadas populares, compostas de imigrantes, operários e recém-libertos, que passavam progressivamente a ocupar bairros como o Braz, a Mooca, Belém e a Barra Funda (ALVIM, 1986; RAGO, 1987; WISSENBACH, 2001; SANTOS, 2008;).

Acreditamos que os pais das formadas inseriam-se nessas novas dinâmicas que ganhavam espaço junto à ordem política republicana, na passagem para o século XX. Como vimos acima, esses comerciantes, um deles imigrante, se envolveram nos mais diversos ramos, desde o alimentício até a venda de munições e armamentos, sendo um deles proprietário de uma loja que vendia gêneros alimentícios no interior. Essa diversidade nos destinos dos pais de nossas agentes nos parece demonstrar como eles se inseriam em um cotidiano urbano que se reestruturava, recebendo mais pessoas e, consequentemente, ampliando sua demanda por serviços.

Perceberemos a seguir como as ações comerciais não se restringiram, necessariamente à ação de pais ou irmãos, já que as mulheres nas décadas iniciais do século XX chegaram a dispor de uma significativa participação nesse setor. Através de seus estudos, Heleieth Saffioti (1979) nos demonstra a existência de uma ligação entre atividades comerciais e a intrusão de mulheres na segunda metade da década de 1920. A autora coletou dados de matrícula e conclusão de curso do “Ensino Especializado Superior”, dentro dessa categorização estavam incluídas as carreiras de agronomia e veterinária, comercial, eclesiástica, em arte dramática, belas artes e música (SAFFIOTI, 1979, p. 219). Dentre essas ocupações, Saffioti nos aponta como a carreira comercial era aquela que possuía a maior quantidade de mulheres matriculadas e formadas: “Quanto ao ensino comercial de nível superior, a representação feminina era, em 1929, bastante grande, em São Paulo, se comparar este ramo do ensino com outros. Todavia, era ainda, quantitativamente, muito inferior à masculina.” (Ibid., p. 220).

Esse interesse das mulheres em se formarem nas chamadas “carreiras comerciais”, também pode ser observado nos relatos de Emília, que acompanhamos no capítulo anterior. Além de sua trajetória pessoal, vimos que a entrevistada também contou aspectos quotidianos e familiares, como os cursos realizados por suas quatro irmãs. Relembramos que uma delas havia cursado a “Escola de Comércio Álvares Penteado”, além de também possuir formação em piano (SCHRAIBER, 1988, p. E-4). Percebemos então que a irmã de Emília além de possuir formação em música, carreira considerada nos anos iniciais do século XX bastante adequada às mulheres, também havia recebido formação comercial na Escola Álvares Penteado.

Essa instituição foi fundada em 1902, como “Escola Prática de Comércio de São Paulo” e, posteriormente, passou a nomear-se “Escola de Comércio Álvares Penteado” (POLATO, 2008). Durante as décadas iniciais do século XX, essa Escola voltou-se ao ensino das chamadas “carreiras comerciais”, que segundo o estudo de Maurício Polato (2008), foram melhor definidas somente em 1931, quando se expediu uma norma federal regularizando a profissão de contador e definindo de maneira mais precisa como se deveria organizar seu ensino: “Até então, não apenas a Fecap, mas todas as instituições que ministravam o ensino comercial do país possuíam grande flexibilidade na elaboração dos chamados ‘cursos comerciais’ ou das ‘aulas de comércio’.” (Ibid., p. 18).

O estudo de Polato aborda de maneira mais detalhada a dinâmica e o funcionamento interno dessa instituição, recorrendo a publicações na imprensa e época, assim como, ao arquivo geral da Escola. O autor relata como, antes de 1931, os cursos comerciais ali oferecidos, proporcionavam aos formados e formadas diferentes possibilidades de inserção profissional:

Embora o termo ensino comercial indique profissões ligadas ao comércio, as fontes indicam uma possibilidade muito mais ampla de atuação do profissional com formação comercial. Não apenas nos estabelecimentos comerciais, mas também em bancos, serviços públicos, companhias de seguros e no setor industrial. (Ibid., p. 60).

Percebemos como a formação da Escola de Comércio Álvares Penteado proporcionava aos diplomados (e diplomadas) inserção em diversas ocupações que ganhavam fôlego na capital paulista daquele momento. Consideramos que essa ampla possibilidade de alocação em profissões que ocupariam um escalão médio dentro dos bancos, indústrias ou mesmo serviços públicos poderia ter contribuído para que as mulheres tenham procurando essa formação, não correndo o risco de serem categorizadas como “ambiciosas demais”.

Sobre a presença de alunas na Escola de Comércio, Mauricio Polato nos aponta a existência de um “Curso especial feminino” durante a década de 1920:

A Fecap muda seu regulamento em 1921 e, como novidade, passa a oferecer um curso especial feminino, dividido em anexo (preparatório) e geral (na realidade, o curso feminino já vinha sendo aplicado antes mesmo do novo regulamento em 1921), e cria a Faculdade de Ciências Econômicas, que visava ao ensino superior e dava a seus formados o diploma de ‘Bacharel em Ciências Jurídico-Econômicas’” (POLATO, 2008, p. 80).

Consideramos que a fundação de um curso especial feminino pode ser propiciado a inserção desse grupo em carreiras voltadas ao comércio, como nos apontam os dados recolhidos por Saffitoni (1979) sobre o ano de 1929. Entretanto, cabe observar que as formadas no Curso especial feminino, não obtinham a formação de “Bacharel em Ciências Jurídico-Econômicas” oferecida naquela mesma instituição. Situação que consideramos correlata às farmacêuticas que acompanhamos nessa pesquisa, uma vez que nenhuma delas foi identificada como portadora do título de “Bacharel em Ciências Naturais e Farmacêuticas”, conferido àqueles que seguissem o quarto ano de formação na Escola e defendessem tese.

Em relação às alunas na Escola de Comércio Álvares Penteado, nos interessa destacar o registro do diploma de Elisa Aldred, que havia completado o “Curso Geral” oferecido pela Escola de 1911. Por intermédio do estudo de Maurício Polato, constatamos que Elisa Aldred era filha de Thomaz Aldred e, conseqüentemente, irmã da farmacêutica Anna Aldred, formada pela Escola de Farmácia em 1910 com 29 anos. O pai das formadas, Thomaz Aldred era químico do Contonifício Crespi⁶⁹, um “conjunto de edifícios industriais para tecelagem fundado em 1897”⁷⁰ (CANTARINO, 2006, s/p).

Filha de um químico contratado do Cotonifício Crespi e irmã de uma formada na Escola de Comércio Álvares Penteado, Ana Aldred frequentou a Escola Normal no ano de 1898, o que nos leva a crer que manteve contatos com o magistério antes que ingressar na Escola de Farmácia em 1908. Depois de diplomar-se em farmácia, identificamos Ana Aldred como sócia efetiva da União Farmacêutica em 1920, registro que nos sugere a aproximação dessa farmacêutica com as discussões que concerniam seu grupo profissional e circulavam por essa associação.

⁶⁹ As informações sobre a atuação profissional de Thomaz Aldred foram extraídas de seu obituário, publicado pelo Correio Paulistano em 7 de setembro de 1916. (CORREIO, 1916, p. 6).

⁷⁰ Estudos voltados ao debate sobre patrimônio industrial apontam que nesse complexo ocorreu a primeira paralização de operários que compôs greves de 1917. (PEREIRA, 2007, p. 13).

Agregando a trajetória de Anna Aldred (seu pai e irmã) às nossas reflexões, percebemos novamente as interfaces entre magistério e carreira farmacêutica, que debatemos no capítulo anterior. Observamos também certas aproximações entre a carreira farmacêutica e comercial, na medida que ambas parecem ter se tornado uma interessante opção às mulheres em busca de uma instrução e formação profissional.

Voltando-nos à farmácia, ao longo dessa dissertação debatemos como as formadas foram chamadas a atuar no recluso (e estratégico) espaço do laboratório, assim como, foram citadas como agentes que “moralizariam a profissão” propagando as boas práticas de cura junto às famílias. Até o presente momento, consideramos a entrada de mulheres na profissão farmacêutica tomando como ponto de partida o espaço do laboratório, suas misturas e a divulgação das maneiras corretas de se manipular e socializar os remédios.

Agora, desejamos apontar como o ambiente do balcão, também pode ter atraído à carreira farmacêutica mulheres das camadas médias urbanas que buscavam adquirir uma profissão. A significativa presença de formadas oriundas de famílias envolvidas no comércio e na indústria nos aponta uma ligação dessas agentes com as dinâmicas comerciais. Consideramos que nossa hipótese se fortalece quando tomamos contato com os dados de Saffioti (1979) sobre a quantidade de mulheres formadas em “carreiras comerciais”, e também com o estudo de Polato (2008), que aponta a criação de um “curso especial feminino” junto à Escola de Comércio Álvares Penteado na década de 1920. Em relação a essa instituição, percebemos que algumas diplomadas nos cursos oferecidos pela Escola de Farmácia, como Emília e Anna Aldred possuíam irmãs que frequentaram a Escola de Comércio Álvares Penteado, ou seja, além do magistério, dos cursos de odontologia e farmácia, a formação em comércio também nos parece ter sido uma opção à formação de mulheres.

As relações entre prática farmacêutica e comercial receberam nossa atenção ao longo deste capítulo. Seguimos a trajetória da Farmácia Veado de Ouro, os debates de nossos informantes sobre o que definiria o preço “justo” dos medicamentos, assim como, discutimos de que maneira as ações de compra e venda de remédios, realizadas no balcão, eram tão importantes quanto sua manipulação, feita no laboratório. Abordando trajetórias de algumas formadas na Escola de Farmácia e suas famílias, estamos notando como as interfaces dessa carreira com as ações comerciais podem ter despertado o interesse das alunas. Sugerimos que para elas, abrir ou trabalhar em um estabelecimento farmacêutico poderia ser uma oportunidade de garantir seu sustento individual ou familiar, como veremos a seguir.

Estudos historiográficos com os quais dialogamos, como a dissertação de Olga Alves (2011), realizaram uma listagem de farmácias abertas ao público na cidade de São Paulo, discriminando também na presença de mulheres donas desses estabelecimentos. Nos apoiaremos em alguns dados fornecidos por essa pesquisa, entretanto desejamos ressaltar que nosso intuito não será fazer uma listagem das formadas que abriram farmácia.

Desejamos compreender essas farmacêuticas em consonância com sua origem familiar, evitando compreender sua conduta dentro da profissão a partir de narrativas lineares e previamente determinadas. Visamos acompanhar de que maneira as formadas manejaram suas carreiras, tomando caminhos distintos. Essa análise nos permitirá demonstrar uma dinâmica um pouco mais diversa sobre a circulação de mulheres no meio urbano e sua profissionalização. Também consideramos que seguir a ação das farmacêuticas nos permite compreender melhor a identidade que se desejava criar em torno dessa profissão. Veremos a seguir como essas agentes além de atuarem junto aos laboratórios, nos parecem ter mobilizado a seu favor as ações comerciais que compunham o ambiente da farmácia, retirando desses estabelecimentos seu sustento pessoal, familiar ou vislumbrando na carreira farmacêutica uma possibilidade de ascensão social.

Para começar, destacamos que 15 formadas foram encontradas como donas de farmácia na capital paulista e no interior, não realizaremos um inventário de todas as suas trajetórias, mas destacaremos a seguir aquelas que nos permitem analisar melhor a presença de mulheres na profissão farmacêutica.

Atentaremos, primeiro, ao percurso das formadas filhas de farmacêuticos, das seis que conseguimos identificar, somente Hebe de Andrade, filha do professor Pedro Baptista de Andrade, não foi encontrada atuando junto à estabelecimentos farmacêuticos. Cabe lembrar que essa formada não se afastou da profissão, atuando como preparadora da Escola de farmácia entre 1917 e 1927, como vimos anteriormente.

Maria José Dornelas Meira de Vasconcelos, formada em 1910 com 17 anos, também filha de um professor da Escola (João Florentino Meira de Vasconcelos), possuiu estabelecimento próprio entre os anos de 1915 e 1916: a *Pharmacia Hygienopolis*, localizada na Rua Martins Francisco (ALMANAK, 1915; 1916). Posteriormente, Maria José Vasconcelos iniciou sua carreira de preparadora junto à Escola de Farmácia, como debatemos no capítulo anterior (ALMANAK, 1917).

Odette Boaventura Muniz Barreto, por sua vez, não era filha de um farmacêutico atuante nas sociedades científicas ou junto à Escola. Seu pai, Theophilo Boaventura

Muniz atuou em diferentes cidades do interior, possuindo farmácia aberta ao público no distrito de Conchas entre 1911 e 1915 (ALMANAK, 1911; 1913; 1914; 1915) e, por fim, identificamos sua atuação no município de Óleo, entre 1926 e 1927 (ALMANAK, 1926; 1927). Odette obteve seu diploma em 1915, com 24 anos, e segundo a historiadora Olga Alves, podemos identificar que Odette Barreto abriu uma farmácia independente de seu pai: a *Pharmacia Guayanases* (ALVES, 2011, p. 101), situada, segundo o *Almanak Laemmert* de 1915 na Rua Duque de Caxias, próximo ao Bom Retiro (Almanak, 1915, p. 4747).

Ruth de Andrade, diplomada pela Escola de Farmácia em 1909, era filha de Bento José de Andrade, farmacêutico instalado na cidade de Itu, entre 1884 e 1887, e que durante o ano de 1888 atuou como juiz de paz nessa mesma cidade (ALMANAK, 1884; 1887; 1888). Tomando, novamente, como referência os estudos de Alves, destacamos que Ruth Andrade era proprietária da *Pharmacia Nossa Senhora Aparecida*, localizada na cidade de São Paulo (ALVES, 2011, p. 101).

Algumas similaridades entre os percursos de Odette Barreto e Ruth Andrade podem ser destacadas: ambas eram filhas de farmacêuticos instalados no interior e depois de formadas abriram seus próprios estabelecimentos na capital. As três formadas filhas de farmacêuticos que citamos acima (Maria José Vasconcelos, Odette Barreto e Ruth Andrade), nos permitem observar como a trajetória dessas profissionais foi além dos negócios das famílias, uma vez que todas elas abriram suas próprias farmácias, localizadas na cidade de São Paulo.

Agora, acompanharemos dois casos de formadas que se mantiveram atuando junto às farmácias de seus pais. A primeira, Mariana Negrão, formou-se na Escola de Farmácia em 1905 com 19 anos. Em 1910, identificamos seu nome do *Almanak Laemmert* como farmacêutica em exercício na cidade de Bariri, no interior de São Paulo (ALMANAK, 1910, p. 62). No próprio livro de registro do Serviço Sanitário encontramos referenciado que seu pai Thetônio Negrão era farmacêutico. Ao analisarmos as aparições desse último no Correio Paulistano, percebemos que Theotônio Negrão também era membro do Diretório Republicano de Bariri e possuía o título de coronel, dispondo assim de relações próximas com autoridades da capital e influência política em sua região (CORRERIO, 1905, p. 1). Entrecruzando essas informações sobre a terra natal de Mariana Negrão e as ocupações de seu pai, compreendemos que a formada pode ter retornado a sua cidade natal depois de obter o diploma, atuando como farmacêutica no estabelecimento da família.

Como veremos a seguir, Julia Fática também atuou no negócio da família, dando-lhe continuidade. Ela obteve seu diploma em 1914 com 17 anos, sendo identificada por Alves como dona da *Pharmacia Cosmopolita* (ALVES, 2011, p. 100). Analisando reportagens do *Correio Paulistano*, percebemos que seu pai Luiz Fática era o antigo dono desse estabelecimento, que durante o ano de 1907 emergiu na imprensa por ter se envolvido num caso de envenenamento:

A polícia de Santa Iphigenia está procedendo rigoroso inquérito, a fim de apurar a responsabilidade de um pharmaceutico que há dias, vendeu, por engano, nitrato de potássio por sal de azedas, produzindo um envenenamento que, por felicidade, não teve consequências fataes. (...) João de Toledo Garcia, residente à rua Itaboca, n.2, no Bom Retiro, desejando uma dose de sal amargo, mandou o seu sobrinho à Pharmacia Cosmopolita, de propriedade de Luiz Fatica, à rua Silva Pinto, esquina da rua dos Aymorés. (CORREIO, 1907, p. 4)

Por meio das trajetórias e origens familiares dessas cinco formadas percebemos como duas delas mantiveram-se ligadas aos negócios da família, realizando os estudos na Escola, provavelmente, com esse intuito. No caso de Julia Fática percebemos que sua formação a habilitou para seguir com a farmácia do pai, dando continuidade ao estabelecimento. Como destacamos até agora, a trajetória de nossas agentes não se mostra uniforme, na medida que os percursos seguidos por Maria José Vasconcelos, Ruth de Andrade e Odette Barreto nos apontam novas possibilidades de ação para as farmacêuticas. Como vimos acima, essas três não se restringiram aos estabelecimentos de suas famílias, atuando em suas próprias farmácias, todas elas localizadas na capital.

Por fim, seguiremos a trajetória de mais seis formadas que mantiveram farmácia aberta ao público. Duas delas, ganharam o prêmio Bráulio Gomes no momento em que completaram o curso: Leonor da Costa Aguiar e Irma de Godoy. A primeira, formou-se em 1905 com 18 anos, recebendo esse prêmio nas solenidades que se realizaram no começo do ano de 1906, conforme analisamos no primeiro capítulo. Seu pai, Antônio Candido da Costa Aguiar aparece no *Correio Paulistano* de 5 de Maio 1880 recebendo autorização “para o comércio de fazendas, objetos de armarinho e roupa branca (...) sob a firma de Aguiar, Irmão & Comp.” (CORREIO, 1880, p. 3). Advindo de família de negociantes estabelecidos na capital, observamos que Leonor assumiu a frente da *Pharmacia Popular* em novembro de 1906, conforme reportagem também publicada no *Correio Paulistano* (CORREIO, 1906, p. 3).

Irma de Godoy é outra premiada que pode ser identificada como dona de farmácia em São Paulo segundo os apontamentos de Olga Alves (2011, p. 100). Ela formou-se em 1915 com 28 anos, recebendo a congratulação em cerimônia realizada junto às autoridades sanitárias e professores da Escola em setembro de 1916 (CORREIO, 1916b, p. 5). Segundo do *Almanak Laemmert* de 1886, seu pai, Lazaro Marcelino de Godoy, possuía um açougue aberto ao público em Itatiba (ALMANAK, 1886, p. 345). Percebemos, então, que mais uma formada proprietária de farmácia advinha de uma família envolvida em atividades comerciais.

Destacaremos também a trajetória de Anna Mallet, formada pela Escola de Farmácia em 1908, com 20 anos. Segundo o *Almanak Laemmert*, conseguimos identificar que essa farmacêutica abriu um estabelecimento na Avenida Celso Garcia, cujo funcionamento conseguimos acompanhar entre 1913 e 1918 (ALMANACK, 1913; 1917; 1918).

O registro de Anna Mallet no Serviço Sanitário possui um traço interessante, diferentemente das outras formadas, que apresentaram junto aos diplomas os nomes dos pais e das mães (em alguns casos somente dos pais), Mallet possuía em seu registro somente o nome da mãe: Amália Maria Mallet. Pesquisamos a trajetória dessa última e encontramos que durante XX, a mãe de nossa formada atuou como professora primária na cidade de São José do Barreiro, no interior de São Paulo (ALMANAK, 1873, p. 251). Demonstrando mais uma interface entre magistério e farmácia, sendo, nesse caso a profissão respectivamente, da mãe e da filha.

Maria Romano, por sua vez, era proprietária da *Pharmacia Consolação*, que segundo o *Almanak Laemmert* de 1917, localizava-se na Rua da Consolação n. 9 (ALMANACK, 1917, p. 4494). Essa farmacêutica formou-se na Escola em 1909 com 19 anos e advinha de uma família envolvida em atividades comerciais. Segundo o *Almanak do Estado de São Paulo*, o pai da formada, Felício Romano era sapateiro e exercia seu ofício na cidade de São Paulo durante o ano de 1897 (ALMANAK, 1897, p. 176). Mais uma vez, percebemos uma formada oriunda das camadas médicas urbanas, cujo pai trabalharia vendendo seus serviços na cidade de São Paulo, assim como outros que citamos nas páginas anteriores.

Por fim, citamos farmacêutica Fany Lange, imigrante alemã, formada em 1915 com 34 anos e já mãe de um filho: o futuro médico Oswald Lange. Não conseguimos encontrar a profissão do pai de Fany Lange, entretanto, através do *Almanak Laemmert* percebemos que ela foi proprietária da *Pharmacia Lange*, entre 1913 e 1931

(ALMANACK, 1913; 1917; 1918; 1919; 1921; 1924; 1925; 1926; 1927; 1931). Notamos que Lange abriu seu estabelecimento dois anos antes de se formar farmacêutica, o que nos leva a compreender que ela abriu sua farmácia um ano após ter ingressado no curso, realizando-o já com aspirações de seguir carreira. Percebemos também a presença de propagandas da *Pharmacia Lange* na *Revista de Medicina*, ao longo dos anos 1920, por meio das quais vemos estratégias dessa farmacêutica para atrair clientes: “Pharmacia Lange – Preços Especiais para médicos e estudantes de Medicina.” (REVISTA, 1926, p. 75).

Através dos percursos que seguimos acima buscamos demonstrar as multifacetadas trajetórias e origens familiares das formadas, a fim de compor um entendimento mais abrangente sobre o perfil dessas farmacêuticas. Algumas deram continuidade aos estabelecimentos da família, enquanto outras abriram suas próprias farmácias. Vimos também como parte interessante delas advinham de camadas médias urbanas, cujos pais (e mãe) envolviam-se em diferentes atividades: sapateiros, açougueiros, professora, imigrantes, comerciantes.

Atentando aos caminhos das formadas, também desejamos aludir que a profissão farmacêutica pode ter se mostrado uma oportunidade ascensão social às nossas agentes. O primeiro indicio desse processo seria a própria obtenção do diploma, lembrando que se formar numa instituição de ensino superior não era uma ação negligenciável nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX. Independente da carreira escolhida, o formado ou a formada passaria a dispor de um estatuto mais valorizado socialmente e dentro da própria família. Nesse sentido, os estudos de Luiz Antônio Cunha sobre o ensino superior no Brasil, reproduzem uma passagem da obra que Lima Barreto por meio da qual percebemos o estatuto que um formado dispunha no convívio familiar:

Nos intervalos da conversa, todos eles olhavam o novel dentista como se fosse um ente sobrenatural. Para aquela gente, Cavalcanti não era mais um simples homem, era homem e mais alguma coisa sagrada e de essência superior; e não juntavam a imagem que tinham dele atualmente as coisas que por ventura ele pudesse saber ou tivesse aprendido. Isto não entrava nela de modo algum; e aquele tipo, para alguns continuava a ser vulgar, comum, na aparência, mas a sua substância tinha mudado, era diferente da deles e fora ungido de não sei que coisa vagamente fora da natureza terrestre, quase divina. (CUNHA, 2007, p. 149)

Levando em conta a quantidade de formadas filhas de comerciantes, industriais e trabalhadores das camadas médias urbanas, compreendemos que essas farmacêuticas também buscaram por intermédio da Escola adquirirem uma formação que lhes

permitissem abrir seu próprio. É nesse sentido que consideramos interessante ressaltar como algumas farmacêuticas “entraram na farmácia pelo balcão”, ou seja, viram nessa formação uma possibilidade de sustento familiar ou pessoal. Acreditamos que essa entrada, foi, em alguns casos, mediada pela presença de atividades comerciais dentro da família e, em outros, facilitada pelos “bons olhos” com os quais se viam as mulheres desempenhando atividades (ou formação) em comércio.

Ao longo desse capítulo, nosso intuito foi perceber a sintonia que se deveria criar entre o espaço (e os objetos) do balcão e do laboratório, de maneira que ambos se fortalecessem mutuamente. Sendo assim, sugerimos que as formadas pela Escola de Farmácia, ao optarem pela carreira farmacêutica poderiam estar apostando num caminho de ascensão social que não se limitaria à obtenção do diploma. O fato da farmácia ser ao mesmo tempo um espaço de comércio e ciência, pode ter contribuído para que as formadas o vissem como um estabelecimento com “algo a mais”, pois ali se compravam e vendiam gêneros produzidos nos laboratórios e que, por isso mesmo, circulavam com preços mais elevados.

Conclusão: A Farmácia em São Paulo é um ‘novelo de redes’

Esta pesquisa foi organizada por meio de eixos temáticos, segundo os quais cada capítulo se voltou a debater elementos que consideramos essenciais para a compreensão da institucionalização da farmácia em São Paulo. No primeiro capítulo, discutimos mais detidamente a formação de alianças, ação que julgamos importante tanto para o fortalecimento desse campo profissional, quanto para a formação de uma identidade que relacionasse o farmacêutico às ações científicas. Acompanhamos como parte significativa dessas alianças convergiam para o espaço no laboratório, onde as traduções químicas e botânicas foram eleitas as principais aliadas dos farmacêuticos.

Outros espaços nos quais essas alianças se desenvolveram (e se fortaleceram) foram as associações de farmacêuticos e as revistas de farmácia (fundadas entre 1895 e 1917). Os primeiros esforços nesse sentido, foram a fundação da Sociedade Farmacêutica Paulista e da Revista Farmacêutica - formando laços de coletividade entre profissionais residentes em diversas regiões do estado.

Vimos como o objetivo desse periódico era, justamente, propagar uma prática comum, identificada como “a verdadeira” e que, conseqüentemente, embasaria a formação dessa identidade profissional. Por intermédio dos artigos que analisamos ao longo da pesquisa, percebemos a expansão do coletivo que se desejava formar em torno da farmácia, acrescentando mais farmacêuticos, assim como, médicos, naturalistas, o bálsamo de tolú, a aroeira, e o glicero-fosfato de cal, por exemplo. Consideramos que o laboratório foi o espaço no qual essas intermediações convergiram, pois ali realizavam-se as manipulações que posteriormente seriam traduzidas nos artigos publicados por Luiz de Queiroz, Ignácio Puiggari e Pedro Baptista de Andrade, entre outros autores da Revista Farmacêutica. Dentro dos laboratórios também que se produziriam novos objetos-aliados: os medicamentos, que julgamos importantes agentes na formação de um campo profissional para o farmacêutico, já que esse último se afirmou como único (especialista) capaz de produzi-los e perpetuá-los junto ao público.

A importância das misturas realizadas no laboratório para a formação dessa identidade profissional também pode ser percebida no destaque que esse espaço recebeu na formação oferecida pela Escola de Farmácia. Vimos como logo no segundo ano o (a) estudante de farmácia já se aproximava das misturas realizadas naquele ambiente, aprendendo técnicas básicas de manipulação, para, em seguida, passar às fórmulas dos medicamentos. Caso seguisse a carreira de bacharel, o aluno dispensaria mais um ano de

formação no conhecimento de novas técnicas, alinhadas aos conhecimentos de higiene e produção industrial.

Em relação à circulação de mulheres na Escola, notamos um duplo movimento, pois ao mesmo tempo que os fundadores estimularam a presença de alunas, percebemos que membros do corpo docente e da congregação tinham a intenção de delimitar previamente os caminhos que essas futuras farmacêuticas seguiriam. Nesse momento, a noção naturalizada da mulher - hesitante e auxiliar - foi evocada para que as futuras farmacêuticas atuassem de maneira passiva e silenciosa, junto às misturas. Sendo assim, essas estudantes foram direcionadas para os laboratórios, espaços que embora estivessem afastados das grandes solenidades e discursos, eram essenciais ao cotidiano da profissão, uma vez que em seu interior se realizavam importantes misturas e novos objetos eram produzidos.

Acompanhamos como as alunas mobilizaram a seu favor o lugar menor que lhes foi relegado, apostando nas práticas desempenhadas junto aos objetos e, como consequência, percebemos que três farmacêuticas se formaram com mérito, recebendo o prêmio Bráulio Gomes: Leonor da Costa Aguiar em 1906, Alice Teixeira em 1907 e Irma de Godoy em 1916. Essas profissionais utilizaram, estrategicamente, o espaço do laboratório e, por meio dele, conseguiram circular pelas solenidades públicas e falar sobre sua presença da profissão, como foi o caso da dentista Beatriz Azevedo, em 1906.

Em nosso segundo capítulo, atentamos à formação de fronteiras, ou seja, de que maneira a formação dessa identidade profissional teria gerado um espaço de exclusão, criando a imagem do “charlatão”. Esse termo circulou, com um caráter de desprestígio, entre as profissões envolvidas com a cura, podendo ser mobilizado, inclusive, contra o farmacêutico que clinicava ou o médico que aviava remédios. Percebemos que os práticos foram um grupo com o qual nossos agentes mantiveram uma relação que mesclou proximidade e competição, uma vez que a temática sobre a concessão de licenças abordada no ano de 1896, despertou acalorados debates na Revista.

Também conhecemos melhor a dinâmica da Escola de Farmácia, observando suas ações para além da formação de um currículo vinculado ao laboratório. Acompanhamos como essa instituição se responsabilizou pela concessão de licenças aos práticos, assim como, abrigou palestras, e eventos, de medicina nas décadas iniciais do século XX. Tais ações desempenhadas pela Escola nos levam a compreendê-la como um importante espaço institucional que se firmava naquele momento, uma vez que em seu corpo docente

além de perpetuar uma identidade para o farmacêutico, também regulou os critérios que mediarão a concessão das licenças aos práticos.

A presença de médicos como professores e, durante alguns momentos, diretores da Escola, nos leva a atentar como essa instituição também se tornou um espaço no qual ganharam espaço discussões e eventos sobre medicina. Lembramos que a fundação dessa instituição de ensino envolveu intensos debates - e mesmo discordâncias - dentro da Sociedade Farmacêutica, prevalecendo as proposições de Luiz de Queiroz, segundo as quais os médicos foram considerados aliados que poderiam viabilizar o estabelecimento da Escola.

Um entendimento de corte dual, nos faria eleger se a Escola de Farmácia teria se constituído como espaço institucional para farmacêuticos ou médicos. Consideramos que nesse caso, usar o “e” pode ser a postura mais adequada, uma vez que a Escola consolidou uma institucionalidade – circulando valores – que a profissão farmacêutica não dispunha, ao mesmo tempo que proporcionou uma sociabilidade de médicos em seu espaço. Os congressos e eventos de medicina que acompanhamos ao longo da pesquisa também nos permitem perceber as alianças estabelecidas entre farmacêuticos e médicos, pois além de contarem com a presença dos primeiros, esses eventos abrigaram distintas propostas para a formulação de uma farmacopeia brasileira. Como vimos, a Farmacopeia Paulista, publicada em 1917, resultou das ações de uma comissão de farmacêuticos nomeada durante a realização do Primeiro Congresso Médico Paulista. As tramas que permearam a formulação e publicação desse manual foram analisadas em nosso primeiro capítulo, e nos permitem perceber os intensos intercâmbios que se firmaram entre farmacêuticos e médicos, nas décadas iniciais da República. A despeito desse alinhamento estratégico, destacamos como nossos agentes não perdiam de vista seu objetivo de formar uma identidade profissional separada da medicina e que não vinculasse o farmacêutico ao estatuto de auxiliar.

Em relação à Escola, o estímulo à presença de alunas foi essencial para compor o público de estudantes que essa instituição necessitaria. Percebemos que as mesmas iniciativas desempenhadas para aproximar as mulheres de atividades como o magistério foram mobilizadas pela congregação da Escola, que chegou a criar facilidades para que as normalistas entrassem nessa instituição, isentando-as dos exames preparatórios.

As farmacêuticas eram citadas pelos professores ou membros da congregação da Escola como auxiliares que deveriam exercer a profissão junto aos laboratórios. A partir de outros trechos documentais e discursos de professores, vimos como esses docentes

também esperavam que as futuras farmacêuticas atuassem junto aos esforços de moralização da profissão. Apostando novamente na existência de habilidades ‘essencialmente’ femininas (voltadas ao lar e a maternidade), os professores esperavam que as alunas atuassem pedagogicamente junto às outras mães e esposas, perpetuando as “boas práticas de cura” e tomando o espaço daqueles considerados “charlatões”.

Nesse segundo capítulo, enfatizamos as ações dessas profissionais depois de formadas, perseguindo sua origem social. Por intermédio dessas investigações, observamos como Escola de Farmácia se mostrou um espaço de atuação para grupos com distintas aspirações sociais e necessidades. Destacamos que as trajetórias de formadas não dispõem de homogeneidade, apontando-nos vários caminhos que poderiam ser seguidos por elas. Através das análises desses dados, buscamos complementar a bibliografia sobre a profissionalização da mulher na primeira república, demonstrando alguns espaços de atuação e ensino nos quais essas mulheres se inseriram.

Algumas delas, como Annita Tibiriçá e Joanna Stamato Bergamo, mobilizaram a seu favor o lugar que lhes fora relegado, produzindo manuais que perpetuavam boas práticas de saúde – no caso da primeira - ou mesmo, medicamentos voltados ao público feminino, por meio dos quais se intentava estimular a amamentação, no caso de Stamato. Vimos também como duas filhas de professores: Hebe de Andrade e Maria José Dornelas Meira de Vasconcelos, aproximaram-se mais propriamente do ambiente da Escola, atuando como preparadoras. Maria José chegou a contestar a organização curricular da instituição em 1911, criticando a presença de disciplinas da área médica e defendendo que o ensino da Escola de Farmácia deveria ser feito somente por farmacêuticos. Por fim, nesse capítulo, destacamos a significativa presença de ex-alunas em associações farmacêuticas fundadas ao longo da década de 1910, como a União Farmacêutica, atuando como sócias efetivas e também fundadoras, como Cândida Fonseca.

As trajetórias das formadas fortalecem nosso entendimento de que algumas das farmacêuticas diplomadas pela Escola não se restringiram ao lugar secundário que lhes fora relegado dentro da profissão. Acompanhamos como essas profissionais produziram medicamentos (novos remédios-aliados), compuseram a institucionalidade da Escola (como preparadoras), debateram a grade curricular dessa instituição de ensino e participaram de suas associações, contribuindo para que essa profissão crescesse “pelo meio”.

No terceiro capítulo, nos concentramos em analisar a “farmácia em ação”, para tanto nos afastamos um pouco dos discursos oficiais produzidos por docentes da Escola

de Farmácia e das dinâmicas dessa instituição para observarmos como se organizavam as práticas e objetos dentro dos estabelecimentos farmacêuticos. Acompanhamos a agência de objetos-agentes que dificilmente adquiriam centralidade nos relatos desses profissionais, como: rótulos, etiquetas, vidrarias, receitas e livros de registro das farmácias. Através da legislação sanitária, ou mesmo nas disposições da Farmacopeia Paulista, percebemos como esses objetos eram aliados essenciais para que as manipulações laboratoriais se efetivassem e fossem consumidas pelos pacientes de maneira correta.

Observando o cotidiano das farmácias, percebemos como esses estabelecimentos mantinham uma forte sintonia entre as manipulações realizadas aos fundos e as transações comerciais, feitas junto ao balcão. Notamos também como nossos informantes rejeitavam qualquer associação que pudesse ser estabelecida entre suas práticas e as transações financeiras, como se essas últimas contaminassem a identidade científica que se desejava fundar em torno da profissão. Entretanto, ao analisarmos as dinâmicas da Farmácia Veado de Ouro, assim como, as relações que nossos informantes mantinham com droguistas e com o Laboratório Farmacêutico do Estado em seus anos iniciais, percebemos como questões científicas e comerciais mesclavam-se a todo momento no cotidiano da farmácia. Os farmacêuticos para manterem seus estabelecimentos precisariam possuir aptidões tanto junto às misturas, como no atendimento ao público (desdobrado em transações financeiras). Percebemos que no dia-a-dia da profissão, o laboratório e o balcão fortaleciam-se mutuamente, tornando as farmácias um espaço híbrido de ciência e comércio.

Na medida em que abandonamos a oposição que os membros da Sociedade Farmacêutica insistiam em estabelecer entre a prática farmacêutica e as ações comerciais, nos tornamos capazes de sugerir que as atividades desempenhadas no balcão podem ter atraído algumas alunas para a Escola. Atentando a suas origens familiares, percebemos como parte significativa das formadas advinham de camadas médias urbanas, sendo filhas farmacêuticos, industriais e comerciantes. Além disso, também notamos como foram essas formadas que mais se voltaram à abertura farmácias, seja na capital, seja no interior do estado.

Consideramos que o viés comercial pode ser um dos elementos que despertou o interesse dessas mulheres pela profissão, uma vez que os lucros obtidos junto às farmácias proporcionariam o sustento das formadas, individualmente, ou em âmbito familiar. Destacamos também que a obtenção de um diploma em curso superior, se mostrava uma

possibilidade de ascensão social às filhas de comerciantes, que passariam a realizar transações comerciais mais poderosas (considerando o maior valor agregado do medicamento em relação a outras mercadorias).

Por meio das discussões realizadas nestes três capítulos, buscamos debater como a profissão farmacêutica só pôde ganhar um espaço institucional em São Paulo ao se transformar num ‘novelo de redes’. Compreendemos que essas redes se espalham, fortalecendo-se nas alianças e conflitos vivenciados por farmacêuticos, farmacêuticas, médicos, práticos, droguistas, autoridades sanitárias, políticos, compostos químicos, plantas, rótulos, balanças, caixa, entre outros tantos agentes que seguimos nessa pesquisa. Vimos como essas redes, se constituíram no contexto republicano, perpetuando valores e regras que estabeleceriam como as relações entre corpos e substâncias deveriam se organizar. Esses valores em circulação, ordenariam quem seria o “charlatão” e quem seria “o cientista”, assim como, só puderam ser determinados após o estabelecimento dos referenciais que delimitariam a identidade do farmacêutico (ou farmacêutica).

Nesta relação entre agentes e valores, destacamos a ação das farmacêuticas, para as quais estava relegado um lugar secundário dentro da profissão. Desconfiando de uma perspectiva evolutiva e progressista, nos tornamos capazes de ver como essas mulheres fortaleceram essa profissão de dentro - pelo meio. A partir da formação adquirida na Escola, as farmacêuticas ocuparam as diferentes funções dentro desse campo profissional, criando novos objetos-aliados (remédios), circulando em associações, abrindo farmácias, compondo ativamente o coletivo que se formava em torno da farmácia.

Bibliografia

Fontes

Actas e Trabalhos – Quarto Congresso Médico Latino Americano. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

Almanach Paulista: 1º anno (SP) – 1881.

Almanak da Província de São Paulo. São Paulo: Typografia Americana, 1873.

Almanak da Província de São Paulo: Administrativo, Commercial e Industrial. São Paulo: Editores-Proprietário José Secker & C^{ia}, 1884.

_____. São Paulo: Editores-Proprietário José Secker & C^{ia}, 1886.

_____. São Paulo: Editores-Proprietário José Secker & C^{ia}, 1887.

_____. São Paulo: Editores-Proprietário José Secker & C^{ia}, 1888.

_____. São Paulo: Typografia Aurora, 1897.

Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro: Editado nas oficinas typograficas Almanak Laemmert, 1901.

_____. vol. 2. Rio de Janeiro: Editado nas oficinas typograficas Almanak Laemmert, 1910.

_____. vol. 2. Rio de Janeiro: Editado nas oficinas typograficas Almanak Laemmert, 1911.

_____. vol. 2. Rio de Janeiro: Editado nas oficinas typograficas Almanak Laemmert, 1913.

_____. vol. 3. Rio de Janeiro: Editado nas oficinas typograficas Almanak Laemmert, 1914.

_____. , vol. 3. Rio de Janeiro: Editado nas oficinas typograficas Almanak Laemmert, 1915.

_____. vol. 3. Rio de Janeiro: Editado nas oficinas typograficas Almanak Laemmert, 1917.

_____, vol. 3. Rio de Janeiro: Editado nas oficinas typograficas Almanak Laemmert, 1918.

_____. Rio de Janeiro: Editado nas oficinas typograficas Almanak Laemmert, 1919.

Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial, vol. 2. Rio de Janeiro: Editado nas oficinas typograficas Almanak Laemmert, 1921.

_____. vol. 2. Rio de Janeiro: Editado nas oficinas typograficas Almanak Laemmert, 1924.

_____. vol. 2. Rio de Janeiro: Editado nas oficinas typograficas Almanak Laemmert, 1925.

_____. vol. 2. Rio de Janeiro: Editado nas oficinas typograficas Almanak Laemmert, 1926.

_____. vol. 2. Rio de Janeiro: Editado nas oficinas typograficas Almanak Laemmert, 1927.

_____. vol. 2. Rio de Janeiro: Editado nas oficinas typograficas Almanak Laemmert, 1931.

ALMEIDA, Julia Lopes de. Entre Amigas. *A Mensageira Revista Literária Dedicada à Mulher Brasileira*. vol.1, n.1, outubro de 1897.

Anais da Sociedade de Pharmacia e Química de São Paulo, vol.1, n.1, 1924.

Anais do Primeiro Congresso Médico. São Paulo: Sessão de obras do ‘O Estado’ S. Paulo, volume 01, s/p, 1907.

Ao Dr. Emílio Ribas – Ilustre diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.4, n.04, agosto de 1898.

Atas das Sessões da Sociedade Pharmacêutica Paulista. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol. 3, n. 04, setembro de 1897.

Avisos. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol. 23, n. 03, março de 1916.

Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Officinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1922.

BRASIL. Constituição (1891). Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm (data de acesso:
03/12/2017).

Bibliografia. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol. 2, n. 01, maio de 1896.

CAMARGO, José. Escola de Pharmacia. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.11,
março de 1896.

Capa. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.01, maio de 1895.

_____. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.5, n.49, maio de 1899.

_____. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol. 6, n. 01, janeiro de 1902.

Capa. *Revista Farmacêutica e Odontológica*, vol. 8, n. 01, janeiro de 1904.

Commercio de São Paulo. Ed: 02771, 29 de novembro de 1901.

_____. Ed: 02907, 17 de abril de 1902.

_____. Ed: 03202, 7 de fevereiro de 1903.

_____. Ed: 00046, 17 de novembro de 1906.

Correio Paulistano. Ed: 07032, 5 de maio de 1880.

_____. Ed: 15071, 25 de julho de 1905.

_____. Ed: 15926, 14 de dezembro de 1907.

_____. Ed: 19102, 15 de setembro de 1916b.

_____. Ed: 19094, 7 de setembro de 1916.

_____. Ed: 20294, 1 de janeiro de 1920a.

_____. Ed: 20299, 6 de janeiro de 1920b.

Na Escola de Pharmacia. *Commercio de São Paulo*, 12 de Maio de 1906.

Centro Pharmaceutico de São Paulo. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol. 10, n. 05,
maio de 1905.

COSTA, Mariano. Algumas Considerações sobre a Classe Pharmacêutica (Continuação). *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.02, junho de 1895a.

COSTA, Mariano. Algumas Considerações sobre a Classe Pharmacêutica (Continuação). *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.03, julho de 1895b.

COSTA, Mariano. Algumas Considerações sobre a Classe Pharmacêutica (Continuação). *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.05, setembro de 1895c.

Crônicas. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.04, agosto de 1895a.

_____. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.02, junho de 1895b.

_____. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.03, julho de 1895c.

_____. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.10, fevereiro de 1896.

Com ares de Crônica. *A Mensageira Revista Literária dedicada à Mulher Brasileira*. São Paulo, vol.02, n.33, outubro de 1899.

D'AZIR. De Mez em Mez. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.01, maio de 1895a.

_____. De Mez em Mez. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.03, julho de 1895b.

Defeza Profissional. *Gazeta Clínica*, vol. 3, s/n, 1905.

Editorial. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.01, maio de 1895.

Editorial – Aos Nossos Leitores. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol. 10, n. 01, janeiro de 1905.

Ensino Farmacêutico. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.12, n.05, setembro de 1906.

Escola de Medicina de São Paulo. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.11, março de 1896.

Escola de Farmácia de São Paulo. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.06, outubro de 1895.

Escola de Farmácia de São Paulo. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.6, n.02, fevereiro de 1902.

Escola de Pharmacia. *Revista Médica de São Paulo: Jornal Prático de Medicina, Cirurgia e Higiene*, vol. 10, n.01, p. 16-18, janeiro de 1907.

Escola de Pharmacia e Arte Veterinária. *Revista Médica Jornal Prático de Medicina, Terapêutica e Higiene*, vol.1, n.07, agosto de 1898b.

Escola Livre de Pharmacia e Arte Veterinária e o projeto de regulamento para o exercício da Pharmacia. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.4, n.05, setembro de 1898c.

A Escola Livre de Pharmacia. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.4, n.08, dezembro de 1898d.

O Estado da Pharmácia entre nós. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.05, setembro de 1895.

Exercício Ilegal da Farmácia. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.12, abril de 1896.

FIGUEIREDO, Antônio Candido de. "Novo dicionario da língua portuguesa". Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1899.

_____. "Novo dicionario da língua portuguesa". Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1913.

_____. "Novo dicionario da língua portuguesa". Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1920.

A Gazeta da Farmácia. Rio de Janeiro. Vol.10, n.114, outubro de 1941.

GENOFRE, Servulo. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol. 3, n. 2, outubro de 1897.

GODOY, Gustavo de Oliveira. *Relatório apresentado ao exmo. Senhor Dr. Jorge Tibiriçá presidente do estado de São Paulo pelo secretário de estados dos negócios do interior Dr. Gustavo de Oliveira Godoy – Anno 1907 e 1908*. São Paulo: Duprat & Comp., 1908.

Homenagem da Vida Paulista à Comissão Promotora da Kermesse no Jardim Público. Cartaz. Disponível em: Acervo Caio Prado Júnior, IEB-USP - Caixa 074 (Sala 1).

Interesses Profissionais. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol. 2, n. 2, junho de 1906. _____ . *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.15, agosto de 1910.

Laboratório Pharmaceutico do Estado. Actas dos Exames de Exames dos Licenciados em Pharmacia. Volume único, s/d.

Liberdade Profissional. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.02, junho de 1895.

Liga Paulista Contra a Tuberculose. *Revista Médica de São Paulo: Jornal Prática de Medicina, Cirurgia e Higiene*, vol. 11, n.03, p. 63 – 64, fevereiro de 1908.

Lista Geral dos Alunos que Concluíram o Curso, Volume VI, Livro 35 – F.

Livros de Registros do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional (1892-1906). São Paulo: Duprat & Co. Volume I.

Livros de Registros do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional (1906-1913). São Paulo: Duprat & Co. Volume II.

Livros de Registros do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional (1913 -1919). São Paulo: Duprat & Co. Volume III.

Manual de Bacteriologia e Microscopia clínica do Dr. Victor Godinho. *Revista Médica Jornal Prático de Medicina, Terapêutica e Higiene*, vol.9, n.08, abril de 1906.

NEIVA, Arthur. Prefacio. In: *Pharmacopea Paulista*. São Paulo: Casa Espindola, 1917.
Nossa Revista. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol. 24, n. 01, janeiro de 1917.

Notas Pequenas – Pharmaceutica. *A Mensageira Revista Literária dedicada à Mulher Brasileira*. São Paulo, vol.01, n.19, julho de 1898.

Notas Pequenas – Escola de Pharmacia. *A Mensageira Revista Literária dedicada à Mulher Brasileira*. São Paulo, vol.02, n. 26, março de 1899.

Noticias. *Revista Médica Jornal Prático de Medicina, Terapêutica e Higiene*, vol.9, n.22, dezembro de 1906.

Novo Almanach de São Paulo: Para o Anno de 1883. São Paulo: Editores-Proprietário José Secker & Cia., 1883.

PESTANA, Paulo. *Guia illustrada da cidade de S. Paulo*. São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild & comp., 1907.

O Pharmacêutico é negociante? *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.3, n.03, julho de 1897.

Pharmacopea Brasileira. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.07, novembro de 1895.

Pharmacopea Paulista. São Paulo: Casa Espindola, 1917.

Phospho-glycerato de Cal. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.02, junho de 1895.

PINTO, Joaquim José da Silva. Relatório apresentado ao Dr. Secretário dos Negócios do Interior. São Paulo, 1897.

Os Preços dos Medicamentos. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.2, n.04, agosto de 1896.

Preparados do Pharmaceutico S. de Macedo Soares. *Revista Médica Jornal Prático de Medicina, Terapêutica e Higiene*, vol.8, n.13, julho de 1905.

Programa geral dos cursos de farmácia, odontologia e obstetrícia. São Paulo,SP : USP,A Escola, 1900-1904.

Programa geral dos cursos de farmácia, odontologia e obstetrícia. São Paulo,SP : USP,A Escola, 1905-1911.

Projeto de Lei n.4 de 1899. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.5, n.01, maio de 1899.

PUIGGARI, Ignácio. Prática Pharmacêutica. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.01, maio de 1895.

_____. Bi-carbonato de sódio. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.2, n.04, agosto de 1896.

QUEIROZ, José Pereira de. *Relatório correspondente ao ano de 1898 apresentado ao Sr. Coronel Fernando Prestes de Albuquerque presidente do estado de São Paulo por José Pereira de Queiroz Secretário dos Negócios do Interior*. São Paulo: Typografia do Diario Oficial, 1898.

QUEIROZ, Luiz de. Breves Considerações sobre a Aroeira. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.01, maio de 1895.

_____. Discurso Proferido pelo Phco. L. M. Pinto de Queiroz em sessão magna realizada a 15 Dezembro de 1897. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.3, n.09, janeiro 1898a.

_____. Interesses Profissionais. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.3, n.10, fevereiro 1898b.

_____. Química e Farmácia – Xarope de Tolú. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.2, n.05, setembro de 1896.

Regulamento da Escola de Pharmacia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo – Organizado pela Congregação. São Paulo: Typografia do Diário Official, 1903.

O Regulamento de Higiene. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.03, julho de 1895a.

O Regulamento de Higiene. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.08, dezembro de 1895b.

O Regulamento de Higiene. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.11, março de 1896.

Relatório do Dr. Diretor Geral do Serviço Sanitário do Estado. São Paulo, 1894.

Revista das Revistas – Revista de Pharmacia. *Revista Médica Jornal Prático de Medicina, Terapêutica e Higiene*, vol.1, n.07, agosto de 1898a.

Revista das Revistas – Revista de Pharmacia. *Revista Médica Jornal Prático de Medicina, Terapêutica e Higiene*, vol.1, n.09, outubro de 1898b.

Revista Farmacêutica (São Paulo), vol. 2, n. 05, setembro de 1896.

Revista Farmacêutica (São Paulo), vol. 22, n. 07, julho de 1915.

Revista Farmacêutica e Terapêutica, vol. 16, 1911.

Revista Farmacêutica e Terapêutica, vol. 17, 1912.

Revista de Medicina, vol. 10, 1926.

Revista Pharmacêutica. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol. 3, n. 01, maio de 1897.

Revista Politécnica, vol.15, n.87-88, 1928.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios do interior pelo professor João Lourenço Rodrigues inspetor geral do ensino – Anexo III. São Paulo, 1907-1908.

RIBAS, Emílio. Relatório referente ao ano de 1906 apresentado pelo Dr. Emílio Ribas diretor do Serviço Sanitário ao Sr. Seretário dos Negócios do Interior. *Revista Médica Jornal Prático de Medicina, Terapêutica e Higiene*, vol.10, n. 11, junho de 1907

RIBEIRO, Reynaldo. A Escola de Pharmacia e o Congresso de São Paulo. *Revista Farmacêutica e Odontológica*, vol.7, n.9, setembro de 1903.

SÃO PAULO, Lei n.240, de 04 de outubro de 1893, Organiza o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Disponível em:
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1893/lei-240-04.09.1893.html>

_____, Decreto n.394, de 07 de outubro de 1896. Disponível em:
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1896/decreto-394-07.10.1896.html>

_____, Emenda ao projeto n.44 de 1903. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/geral/acervoHistorico/FichaDocumentoRepublicaVelha.jsp?idDocumento=26933>

_____, Decreto n.1.439, de 15 de fevereiro de 1907. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1907/decreto-1439-15.02.1907.html>

_____, Lei n. 1.134, de 7 de outubro de 1908. Disponível:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1908/lei-1134-07.10.1908.html>

_____, Decreto n. 2.141, de 14 de novembro de 1911. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1911/decreto-2141-14.11.1911.html>

_____, Lei n. 1.596, de 29 de dezembro de 1917. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1917/lei-1596-29.12.1917.html>

_____, *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo: Secção 1 - 18 de agosto de 1932.

Seleção – Escola de Pharmacia. *A Mensageira Revista Literária dedicada à Mulher Brasileira*. São Paulo, vol.02, n.26, março de 1899.

Sociedade Pharmacêutica Paulista. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol. 1, n. 07, novembro de 1895.

_____. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol. 1, n. 09, janeiro de 1896.

_____. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol. 4, n. 03, julho de 1898.

SOUZA, José Valeriano de. *Primeira Memória Histórica da Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia do Estado de São Paulo*. São Paulo: Duprat & Cia, 1904.

União Pharmacêutica. *União Farmacêutica*, vol. 01, n. 01, julho de 1914.

_____. *União Farmacêutica*, vol. 01, n. 05, junho de 1916.

_____. *União Farmacêutica*, vol. 05, n. 09, setembro de 1920.

VAL, Canuto Ribeiro do. *Segunda Memória Histórica da Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia do Estado de São Paulo*. São Paulo: Duprat & Cia, 1907.

Variedades - As Qualidades que deve ter um bom Farmacêutico. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.2, n.10, fevereiro de 1897.

VASCONCELOS, José Meira de. Horto Botânico. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.4, n.01, maio de 1898.

VASCONCELOS, Maria José Donet Meira de. Ensino de Farmácia. *Gazeta Clínica*, vol.09, n.01, 1911.

Referências

AMERICANO, Jorge. *São Paulo Naquele Tempo (1895-1915)*. São Paulo : Carrenho, 2004.

ALMEIDA, Marta de. *Das Cordilheiras dos Andes à Isla de Cuba, passando pelo Brasil: os congressos médicos latino-americanos e brasileiros (1888 - 1929)*. 2003. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo.

_____. O papel dos congressos científicos na América Latina. *Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, n.13, junho de 2017. Disponível em: http://www.sbhc.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1006

ALVES, Olga Sofia Fabergé. *Farmacêuticos Diplomados e algumas estratégias de institucionalização da farmácia em São Paulo 1892 – 1934*. [Dissertação de mestrado]. São Paulo (SP): Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

ALVIM, Zuleika. *Brava gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BACCALÁ, Luiz; SUZUKI, Itiro; DUARTE, Jurandir Godoy; CUTAIT, Raul; DANILA, Arthur Hirschfeld. *As 100 turmas da Faculdade de Medicina da USP*. São Paulo: Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Medicina da USP, 2012.

BARBUY, Heloisa. *A Cidade-Exposição Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo, 1860 – 1914*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BENCHIMOL, Jaime Larry; TEIXEIRA, Luiz Antônio. *Cobras, Lagartos e Outros Bichos Uma História comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantã*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.

BENSAUDE-VINCENT, Bernadette; STENGERS, I. *História da Química*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

CANTARINO, Carolina. Reportagem - Utilidade venceu valor histórico. *Patrimônio – Revista Eletrônica do IPHAN*, n.4, março-abril de 2006.

CASTRO SANTOS, Luiz Antônio de; FARIA, Lina Rodrigues. *A Reforma Sanitária no Brasil: Ecos da Primeira República*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CHAMON, Magda. Trajetória de Feminização do Magistério e a (con)formação das Identidades Profissionais. *Anais do VI Seminário da Redestrado – Regulação Educacional e Trabalho Docente*, novembro de 2006.

COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã O ensino superior, da colônia à Era Vargas*. São Paulo: Unesp, 2007.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora rio, 1976.

_____. *Gaguejou*. In: DELEUZE, G. *Crítica e Clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997.

DESPRET, Vinciene; STENGERS, Isabelle. *Les faisseuses d'histoires. Que font les femmes à la pensée?*. Paris : La Découverte, 2011.

EDLER, Flávio Coelho. *Boticas & Pharmacias Uma História Ilustrada da Farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

FERRAZ, Márcia H. M.; ALFONSO-GOLDFARB, Ana M.; WAISSE, Silvia I. *A formação da matéria médica moderna a partir do século XIX: o Brasil como estudo de caso*. Imprensa da Universidade de Coimbra, novembro de 2017.

FERREIRA, Luiz Otavio. “Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-1848)”. Rio de Janeiro: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 6, n.2, 1999.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault – Uma Trajetória filosófica (Para além do Estruturalismo e Hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

_____. O Olho do Poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísico do Poder*. São Paulo: Edições Graal, 2012b.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FILHO, Lycurgo Santos; NOVAES, José Nogueira. A febre amarela em Campinas 1889-1900. Campinas: Centro de Memória Unicamp, 1996.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Civilizando as Artes de Curar Chernoviz e os manuais de medicina popular do Império. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Campinas: *Cadernos Pagu*, n.5, 1995.

KANIKADAN, Paula; MARQUES, Maria. Farmacêuticos paulistas e as práticas de cura populares (1892-1930). *Cadernos de História da Ciência - Instituto Butantan*, vol. VI, n. 2, julho-dezembro de 2010.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 2001.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.

_____. Capítulo 2 – A Referência Circulante Amostragem do solo da floresta Amazônica. In: LATOUR, Bruno. *A Esperança de Pandora*. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. Políticas da Natureza Como fazer ciência na democracia. Bauru: Edusc, 2004a.

_____. Entrevista - Por uma Antropologia de Centro. Rio de Janeiro: *Maná*, vol. 10, n. 2, 2004b.

_____. *Ciência em Ação como seguir cientistas e engenheiro sociedade afora*. Editora Unesp: São Paulo, 2011.

_____. *Investigación sobre los modos de existência Una antropología de los modernos*. Buenos Aires: Paidós, 2014.

LOVE, Joseph LeRoy. *A locomotiva : São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em Boiões Medicinas e Boticários no Brasil Setecentista*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

_____. Magia e ciência no Brasil setecentista. In: CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; SOBRINHO, Carlos Roberto Galvão. (Org.) *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *A mulher no discurso médico e intelectual brasileiro*. In: *Visões do Feminino a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro; Editora Fiocruz, 2004.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revisa Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890 – 1922)*. São Paulo: Edusp, 2008.

MOTT, Maria Lucia. Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação. *Cadernos Pagu*, n.24, janeiro/junho de 2005.

_____. ALVES, Olga Sofia Fabergé. Farmacêuticas em São Paulo (1901 – 1919). *Boletim do Instituto de Saúde*, n. 38, abril de 2006.

_____. MUNIZ, Maria Aparecida; ALVES, Olga Sofia Fabergé; SANTOS, Ana Paula Ferreira; MAESTRINI, Karla; SANTOS, Tais. *As Parteiras eram “Tuttequante” Italianas (São Paulo, 1870-1920)*. *História: Questões e Debates*, v.47, n.2, 2007.

_____. *Médicos e médicas em São Paulo e os Livros de Registros do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional (1892-1932)*. *Ciência & Saúde Coletiva*, Jun. 2008, vol.13, nº 3.

_____. *A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico?* *Revista Estudos Feministas*, vol. 7, n.1-2, 1999.

MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009.

NADAI, Elza. *Ideologia do Progresso e Ensino Superior (São Paulo 1891 – 1934)*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

_____. A Educação da Mulher de Elite e a Profissionalização da Mulher Brasileira Na Primeira República: Discriminação ou Emancipação? São Paulo: Revista da Faculdade de Educação, v.17, n.1-2, 1991.

NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical Sociedade e cultura de elite no Rio De Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NETO, André de Faria Pereira. *Ser Médico no Brasil O Presente no Passado*. Rio de Janeiro: Editoria FioCruz, 2001.

PEREIRA, Marco Antônio; PEREIRA, Antônio Pacheco; PEREIRA, Valquiria Stanojev Coelho. *História E Estórias Do Povoamento E Gentes De Vila Sant'ana E Itaquera*. São Paulo: Imprensa Clube de Autores, 2012.

PEREIRA, Verônica Sales. Memória industrial e transformações urbanas na virada do século XXI: Os casos do Brás, Mooca, Belenzinho e Pari. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do trabalho e Meio Ambiente*, v.2, n.4, agosto de 2007.

PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru: EDUSC, 2005.

PIGNARE, Philippe. *O que é um medicamento? Um objeto estranho entre ciência, mercado e sociedade*. São Paulo: Editora 34, 1999.

PIMENTA, Tânia Salgado. *Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos*. *História Ciências Saúde Maguinhos*, vol. 11, suplemento 1, 2004.

_____; COSTA, Edná Alves. O exercício farmacêutico na Bahia da segunda metade do século XIX. Rio de Janeiro: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 15, n.4, 2008.

POURCHET-CAMPOS, Maria Aparecida. *A Vida da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (Notas Históricas)*. São Paulo: Ponto Cardeal Publicações Ltda. 1984.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Política e Poder público na Cidade de São Paulo 1889-1934 In: PORTA, Paula. *História da Cidade de São Paulo – A cidade na Primeira Metade do século XX (1890-1954)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004

RAGO, Elisabeth Justika. Francisca Prager Fróes: medicina, gênero e poder nas trajetórias de uma médica baiana (1872-1931). *Ciência e Saúde Coletiva*, vol.13, n.3, 2008.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade Disciplinar Brasil 1890 – 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RIBEIRO, Maria Alice. *História sem fim...Inventário da saúde pública 1880-1930*. São Paulo: Unesp, 1993.

_____. Saúde pública e as empresas químico-farmacêuticas. Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde-Manguinhos. Vol.7 n.3, 2000-2001.

_____. *História, Ciência e Empresas Farmacêuticas*. [Livre-Docência] Araraquara (SP): Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, 2001.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

ROSEMBERG, Ana Margarida Furtado Arruda. Guerra à peste branca Clemente Ferreira e a Liga Paulista contra tuberculose 1899 – 1947. [Dissertação de Mestrado] – São Paulo (SP): Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SALES, Maria do Rosário R.; CASTRO SANTOS, Luiz Antônio. Imigração e Médicos Italianos em São Paulo na Primeira República. *Estudos de Sociologia*, 1998.

SANTOS, Carlos José Ferreira. *Nem tudo Era Italiano: São Paulo e Pobreza (1890 – 1915)*. São Paulo: FAPESP, 2008.

SCHPUN, Mônica Raissa. *Les Années Folles à São Paulo: Hommes et Femmes au temps de La explosion urbaine (1920 -1929)*. Paris:Éditions L'Harmattan, 1997.

SCHRAIBER, Lilia Blima. *Medicina liberal e incorporação de tecnologia as transformações históricas da autonomia profissional dos médicos em São Paulo*. [Tese de Doutorado] São Paulo (SP): Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 1988.

SCOTT, Joan Wallach. *Las Mujeres y los Derechos del Hombre feminismo y sufragio en Francia, 1789 – 1944*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Ediciones, 2012.

SILVA, Márcia Regina Barros da. *O Laboratório e a República: saúde pública, ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo (1891-1933)*. FioCruz: Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Tomás Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo horizonte: Autentica, 2010.

SOARES, Márcia Guedes. *As Políticas de Educação do Serviço Sanitário de São Paulo entre a República Velha e o Estado Novo*. [Dissertação de Mestrado]. Campinas-SP: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 2017.

STENGERS, Isabelle. Stengers, Isabelle. *Une autre science est possible! Manifeste pour un ralentissement des sciences*. Paris: La Découverte, 2013.

_____. *Reativar o Animismo*. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. *Caderno de Leituras*, n.62, 2017.

TEIXEIRA, Luiz Antônio. *Ciência e Saúde na Terra dos Bandeirantes: A trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período 1903 – 1916*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

VARGAS, Eduardo. Por uma Genealogia das "Drogas". Caxambu: *XXVI Reunião da ANPOCS - GT 13: Pessoa e Corpo - novas tecnologias biológicas e novas configurações ideológicas*, 2002.

VELLOSO, Verônica Pimenta. *Farmácia na Corte Imperial (1851 - 1887): práticas e saberes*. [Tese de doutorado] Rio de Janeiro (RJ): Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, 2007.

WEBER, Beatriz Texeira. Positivismo e Ciência Médica no Rio Grande do Sul: a Faculdade de Medicina de Porto Alegre. *História, Ciência Saúde Magalhães*, vol. 03, novembro de 1999.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Ritos de Magia e Sobrevivência Sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940)*. [Tese de doutorado]. São Paulo (SP): Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

ANEXO – 1 – Prêmio Bráulio Gomes 1906

Alunas da Escola de Farmácia em 1906. Da esquerda para direita (abaixo): Maria Luiza de Azevedo Sampaio, Olga de Almeida, Triphonia Goes, Beatriz Miranda de Azevedo, Leopoldina Martins.

Da esquerda para direita (acima): Eleira Domingues, Branca Giuliadari.

(COMMERCIO, 1906, p. 1)

À esquerda Leonor da Costa Aguiar e à direita Beatriz Miranda de Azevedo.

(COMMERCIO, 1906, p. 1).

ANEXO 2: Laboratório Farmacêutico do Estado

Seção dos Preparados Oficinais

Seção dos Preparados Magistrais (PESTANA, 1907).

"Lactifero"

O específico ideal das mães

Preciosa descoberta da pharmaceutica

JOANNA STAMATO BERGAMO

O LEITE MATERNO é o unico e verdadeiro alimento da criança, qualquer outra alimentação traz perigos alarmantes, ás vezes fataes. — Si a senhora não tem leite ou tem leite fraco ou de qualidade inferior, use o LACTIFERO, porque além de estimular a secreção das glandulas mamarias produzindo um leite ~~sadio~~ e abundante, exerce tambem um effeito surprehendente, quer na saude das mães, quer na dos filhos. Poderoso fortificante e regenerador organico, restabelece a circulação e produz uma nova energia vital. Muito util ainda durante a gravidez, depois do parto e contra o rachitismo das crianças.

Marca Registrada

A' VENDA EM TODAS AS PHARMACIAS E DROGARIAS E NO DEPOSITO GERAL:

"PHARMACIA BERGAMO" — Rua Conselheiro Furtado, n. 111 S. Paulo. TELEPHONE 1108 — Central

(CORREIO, 1920a, p. 11).

"TOSSEINA BERGAMO"

A Tosseina Bergamo é o remedio por excellencia das tosses, catarrhos, constipações, laryngite, bronchite, pneumonia, coqueluche e previne todos os martyrios de uma tuberculose. E' o específico da coqueluche, o unico que tem feito prodigios.

Marca registrada

Tem um poder extraordinario bactericida, cicatrizante e curativo, não é impalliativa e nem simples calmante como os demais. Nas crianças enfraquecidas tem a vantagem de eliminar o catarrho pelos intestinos sem prejuizo destes, de modo que evita a suffocação. No começo do tratamento pôde a tosse augmentar devido ao catarrho que se remove por completo; este estado dura pouco e é indice de cura rapida. — Analysada e approvada pela Saude Publica do Rio de Janeiro, sob o n. 899 — Preparado pelos pharmaceuticos Joanna Stamato Bergamo e Francisco Alario Bergamo. — **DEPOSITO GERAL:**

"PHARMACIA BERGAMO" — Rua Conselheiro Furtado, 111 S. Paulo — Telephone. 1108, Central.

(CORREIO, 1920b, p. 10).